

---

# UHE BELO MONTE

---

---

## 9º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

### Volume 1 – Capítulo 1.0 ao Anexo 5

---

Junho de 2015



**JGP**

**Consultoria e  
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo  
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733  
e-mail: [jgp@jgpconsultoria.com.br](mailto:jgp@jgpconsultoria.com.br)

---

# UHE BELO MONTE

---

---

## 9º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

### Volume 2 – Anexos 6 a 10

---

Junho de 2015



**JGP**

**Consultoria e  
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo  
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733  
e-mail: [jgp@jgpconsultoria.com.br](mailto:jgp@jgpconsultoria.com.br)

---

# **9º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte**

---

Junho de 2015

---

## **SUMÁRIO**

<b>1.0 Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2.0 Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados</b>	<b>2</b>
<b>3.0 Sistema de Gestão</b>	<b>2</b>
3.1 Sistema de Gestão da NE	3
3.1.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	3
3.1.2 Sistema de Gestão de SST	7
3.1.3 Estrutura Organizacional	13
3.2 Sistema de Gestão do CCBM	14
3.2.1 Estrutura Organizacional do CCBM	14
3.3 Sistema de Gestão das Montadoras e Fornecedora	15
3.3.1 Estrutura Organizacional das Montadoras	15
<b>4.0 Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção</b>	<b>16</b>
4.1 Sumário do Status da Construção	16
4.1.1 Obras Principais	17
4.1.2 Obras do Entorno	21
4.2 Desempenho Ambiental da Construção	26
4.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)	26
4.2.1.1 Controles Ambientais das Obras Principais	26
4.2.1.2 Supervisão Ambiental da Norte Energia na OP	40
4.2.1.3 Controles Ambientais e Supervisão nas Obras do Entorno	41
4.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	43
4.2.3 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	46
4.3 Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Construção e Montagem	47
4.3.1 Norte Energia (NE)	47
4.3.1.1 Inspeções de Segurança e Saúde da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)	48
4.3.1.2 Auditorias de Saúde e Segurança da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)	50
4.3.1.3 Obra Principal – Montagem (Andritz)	51
4.3.1.4 Obra Principal – Linha de Transmissão (ISOLUX)	52
4.3.1.5 Obra Principal – Subestações (São Simão)	53
4.3.1.6 Obras do Entorno - OEs	53
4.3.2 Desempenho de SST da Obra Principal (OP)	53
4.3.2.1 Implantação dos Programas de SST da OP - CCBM	53
4.3.2.2 Desempenho e Indicadores de SST das OP – CCBM	57

4.3.3 Desempenho de SST da Obra Principal (OP) – Montadoras	59
4.3.3.1 Montadora CMBM	60
4.3.3.2 Montadora Andritz	64
4.3.3.3 Montadora ISOLUX	68
4.3.3.4 Montadora SÃO SIMÃO	70
4.3.4 Desempenho de SST da NE, OE e Executoras do PBA	70
4.3.5 Desempenho de SST das atividades de Supressão Vegetal no Reservatório Intermediário	72
4.3.6 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	73
<b>5.0 Acompanhamento de Condicionantes do Licenciamento e do Contencioso</b>	<b>74</b>
<b>6.0 Andamento dos Programas do PBA</b>	<b>75</b>
6.1 Andamento dos Programas do PBA-CI	76
<b>7.0 Atendimento ao Plano de Ação Socioambiental</b>	<b>91</b>
<b>8.0 Situação de Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente (da <i>Due Diligence</i> ou da Missão de Monitoramento Anterior)</b>	<b>143</b>
<b>9.0 Conformidade do Empreendimento com os Princípios do Equador</b>	<b>143</b>
<b>10.0 Conclusões e Recomendações</b>	<b>224</b>
10.1 Conclusões	224
10.2 Recomendações	240
<b>11.0 Aspectos Críticos a serem Verificados na Próxima Missão de Monitoramento</b>	<b>244</b>
<b>12.0 Equipe Técnica Responsável por este Relatório (JGP)</b>	<b>247</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados</b>	
<b>Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas</b>	
<b>Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI</b>	
<b>Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST na OP</b>	
<b>Anexo 5 – Registro Fotográfico das Inspeções de SSTMA nas OEs</b>	
<b>Anexo 6 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes</b>	
<b>Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA</b>	
<b>Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades Relacionadas aos Programas do PBA</b>	
<b>Anexo 9 – Quadro 7.0.b – Ações do Plano de Ação Atendidas até a 8ª Missão</b>	
<b>Anexo 10 – Quadro 8.0.a – Controle do Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente</b>	

## **1.0**

### **Introdução**

Este documento compõe o 9º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto Hidrelétrico Belo Monte, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. (NE), e refere-se ao período de janeiro a março de 2015.

O Relatório elaborado pela JGP (Consultor Socioambiental Independente - CSI), incluindo todas as suas conclusões e recomendações, está baseado no escopo dos trabalhos realizados e na informação recebida da NE, que foi objeto de verificação seletiva durante inspeções de campo e reuniões. A JGP não se responsabiliza pela validade ou precisão das informações recebidas e utilizadas no desenvolvimento deste Relatório. A JGP poderá revisar este informe, incluindo as suas conclusões e recomendações, se informação adicional for disponibilizada. Ressalte-se também que o presente Relatório destina-se aos Agentes Repassadores e tem função específica, não sendo necessariamente adequado para utilização por outros públicos ou para outras finalidades. Todas as interpretações e conclusões sobre o marco legal e/ou contratual não devem ser consideradas como uma opinião jurídica.

A informação de base para a elaboração do relatório é formada pelo 9º Relatório Socioambiental Periódico (RSAP) elaborado pela NE; e pelas informações obtidas durante as inspeções de campo do projeto e reuniões realizadas no período de 11 a 15 de maio de 2015.

O processo de avaliação/monitoramento independente visa a atender ao Princípio do Equador 9 (Monitoramento Independente e Divulgação de Informações). Anteriormente ao início desse monitoramento, a conformidade do ciclo de avaliação e licenciamento do empreendimento com os Princípios do Equador foi verificada conforme as diretrizes estabelecidas no Princípio do Equador 2 (Avaliação Socioambiental) e com os padrões aplicáveis segundo o Princípio 3 (Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis). Isso resultou na identificação de hiatos (*gaps*) e motivou a elaboração de um Plano de Ação (da forma prevista no Princípio 4 – Plano de Ação de Sistema de Gestão), que foi subscrito pela NE e pelos Agentes Repassadores, passando a constituir Compromisso Contratual da forma prevista no Princípio 8.

O relatório objetiva uma avaliação socioambiental independente do andamento do Projeto, com foco principalmente em:

- Verificação de conformidade com os Princípios do Equador;
- Avaliação de desempenho socioambiental do Projeto.

Todas as seções do relatório, apresentadas na sequência, têm um foco analítico e não descritivo, objetivando a identificação e discussão de problemas de conformidade e avaliação de resultados, e não apenas apresentar um resumo geral e abrangente da situação atual do Projeto.

No contexto assim descrito, cabe ressaltar também a natureza seletiva e não extensiva da avaliação independente, onde o foco de verificação é estabelecido na fase de planejamento de cada missão em função da evolução do Projeto e das atividades consideradas críticas em cada etapa.

## **2.0**

### **Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados**

Conforme descrito no **Capítulo 1.0**, a elaboração deste Relatório foi embasada na análise de documentos do período de janeiro a março de 2015, e em dados coletados em reuniões e em inspeções de campo durante vistorias da consultoria socioambiental independente ocorridas no período de 11 a 15 de maio de 2015.

Os principais documentos revisados na presente análise de conformidade estão listados no **Anexo 1**.

As vistorias de campo, por sua vez, envolveram a realização de reuniões com as equipes responsáveis pela implementação de programas socioambientais, pela gestão socioambiental do empreendimento, pela supervisão das obras e dos programas, e também a realização de entrevistas com partes interessadas.

O **Quadro 2.0.a**, no **Anexo 2**, apresenta a lista das reuniões realizadas e os participantes, e o **Quadro 2.0.b**, também no **Anexo 2**, apresenta a lista de locais inspecionados, a equipe que participou das inspeções e os entrevistados.

## **3.0**

### **Sistema de Gestão**

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho da Norte Energia, bem como o Sistema de Gestão Integrada (SGI) do CCBM, estão em processo de implementação contínua.

A atualização do andamento da implementação dos Sistemas de Gestão da NE e do CCBM foi feita considerando, como data de corte documental, o período de janeiro a março de 2015, utilizando informações do 9º RSAP.

### **3.1**

#### **Sistema de Gestão da NE**

##### **3.1.1**

#### **Sistema de Gestão Ambiental (SGA)**

Conforme já mencionado nos relatórios anteriores, o SGA da NE não tem como escopo contemplar as questões de saúde e segurança do trabalho aplicáveis ao projeto, pois esse tema é tratado de forma separada pela Norte Energia. No entanto, foram identificados nos monitoramentos anteriores, alguns procedimentos pertencentes à documentação do SGA que também são aplicáveis as questões de saúde e segurança do trabalho, como por exemplo, o procedimento de treinamento e a sistemática de análise crítica.

Nesse período de monitoramento foi possível verificar que além das exceções mencionadas acima, foi disponibilizado pela NE um documento específico de saúde e segurança do trabalho pertencente à estrutura do SGA, trata-se do PL NES GABM SGA 003/2014 (Plano de Atendimento às Emergências de Segurança e Saúde Ocupacional nas Obras do Entorno da UHE Belo Monte). Nesse contexto, cabe mencionar que restam dúvidas, por parte da consultoria independente, sobre o real escopo do SGA implantado pela NE. Reitera-se, portanto, a necessidade da Norte Energia definir claramente a abrangência do seu sistema de gestão ambiental, de forma que todas as interações com os documentos de saúde e segurança do trabalho sejam amplamente discutidas pela equipe gestora das questões socioambientais do empreendimento.

No relatório anterior, também foi mencionado que outros procedimentos do SGA seriam replicados quase que na íntegra para as questões de saúde e segurança do trabalho, no entanto, o RSAP não trouxe maiores informações sobre assunto.

Outra questão também não abordada no 9º RSAP refere-se aos ajustes do SGA para a fase de operação da UHE, pois, conforme já informado, estavam em pauta as discussões sobre o sistema de gestão para a próxima etapa do projeto. Estava prevista a elaboração de um plano de ação para construção dos documentos mencionados a seguir, porém, o mesmo não foi apresentado à consultoria independente nesse período de monitoramento:

- Lista de demandas dos Princípios do Equador para os próximos meses;
- Lista de procedimentos sugeridos e demais adequações necessárias nos instrumentos de gestão para a fase de operação, buscando otimizar o sistema da operação com base no que já está em andamento;
- Apresentação com todas as demandas associadas aos Princípios do Equador (6 meses antes do enchimento do reservatório e 6 meses antes da operação da 1ª turbina);
- Cronograma dos pacotes de trabalho do PBA que deverão ter continuidade após o enchimento.

No que se refere especificamente à documentação do SGA, no período coberto por este relatório destaca-se a aprovação dos seguintes documentos:

- Plano Operacional de Supressão Vegetal R02;
- Padrão de Sistema Plano de Comunicação e de Relacionamento com a Comunidade;
- Padrão de Sistema de Controle de Documentos das Obras do Entorno R02;
- Padrão de Sistema de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) – R02;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) UHE Belo Monte;
- Plano de Ação de Emergência (PAE) - Estação de Transbordo de Cargas – (ETC);
- Padrão de Sistema de Operacionalização do NAC - Núcleo de Análise Crítica (PS NES GABM SGA 001/2015);
- Manual de Auditoria Ambiental da UHE Belo Monte R02;
- Plano de Atendimento às Emergências de Segurança e Saúde Ocupacional nas Obras do Entorno da UHE Belo Monte (já discutido acima).

Em relação ao arcabouço documental do PBA-CI, enfatiza-se a aprovação do Manual de Padronização de Relatórios e Documentos.

Dos documentos mencionados, destaca-se a aprovação do Padrão de Sistema de Operacionalização do NAC e a revisão Manual de Auditoria Ambiental da UHE Belo Monte, pois ambos foram objetos de recomendação pelo consultor independente.

Especificamente sobre o padrão do NAC, já discutido no relatório anterior, o documento definiu as responsabilidades dos diversos grupos responsáveis pela gestão socioambiental do empreendimento, a saber:

- Norte Energia
- Gestor Geral (empresa gestora)
- Equipe Gestora em Campo
- Equipe Gestora Interna
- Equipe Técnica da Gestora

Também especificou as atividades do NAC e os produtos gerados durante a execução dessas atividades, conforme listado a seguir:

#### Atividades

- Auditorias internas mensais;
- Análise Crítica do andamento e resultados das atividades dos planos, programas e projetos do PBA da UHE Belo Monte;
- Análises técnicas de documentos específicos; e
- Análise Crítica e Assessoria às atividades das Obras Principal e do Entorno.

#### Produtos

- Atualização dos Objetivos, Metas e Indicadores;
- Atualização dos Impactos e Ações de Gestão;



- Gestão da Interface com outros pacotes de trabalho;
- Resumo trimestral dos pacotes trabalho;
- Capítulos específicos que compõe o corpo do RSAP;
- Boletins de Acompanhamento de Marcos Estratégicos e Análises de Risco, Tendências, Diretrizes;
- Gestão da Conformidade; e
- Acompanhamento contínuo do status das demandas dos órgãos intervenientes e dos requisitos do processo de licenciamento.

Trata-se de um documento bem estruturado que define claramente as atribuições do NAC. Como já esperado, o foco desse grupo está na implementação, avaliação e melhoria contínua do PBA. Conforme disposto no documento, as auditorias internas realizadas pelo NAC não englobam todos os processos do empreendimento, portanto, não avaliam diretamente algumas questões socioambientais que fazem parte do SGA, como por exemplo, os processos de contratação de serviços e de compras de materiais e equipamentos.

Cabe, no entanto, ressaltar que o texto menciona que a equipe da Norte Energia conduz uma auditoria composta de (i) auditoria de processos e mapeamento dos riscos e de (ii) auditoria de contratos, voltada para avaliar o cumprimento das obrigações contratuais e legais dos fornecedores. Conforme mencionado no PS, os resultados dessas auditorias também são apresentados à Alta Administração, em suas várias instâncias.

Conforme acordado durante reunião com a equipe responsável pelo SGA, os próximos RSAPs trariam um resumo informativo (boletins) com os principais resultados dessas auditorias, de modo a evidenciar os itens / temas auditados no período, no entanto, esses boletins não foram disponibilizados no 9º RSAP.

Ainda sobre as auditorias, conforme informado no RSAP e verificado no texto do Manual de Auditoria, o escopo das auditorias realizadas periodicamente no empreendimento também não contempla todos os processos da UHE. A sistemática de avaliação definida no Manual abrange principalmente:

- Auditoria do andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA;
- Auditoria do recurso do processo de licenciamento em si, considerando os aspectos legais e estratégicos dos órgãos intervenientes e dos agentes financiadores; e
- Acompanhamento do atendimento aos planos de ação / medidas corretivas propostas na auditoria e nos Relatórios de Não Conformidade (RNCs).

Conforme definido no próprio Manual, mais especificamente no seu item 3 (Campo de Aplicação), “o Programa de Auditoria Ambiental Interna da NORTE ENERGIA contempla auditorias internas contínuas de todos os pacotes de trabalho do PBA e condicionantes associadas ao processo de licenciamento ambiental, incluindo checagens documental e em campo, quando pertinente, para subsidiar a proposição de diretrizes e planos de ação com vistas à melhoria contínua da performance ambiental da UHE Belo Monte”.

Outras ações realizadas no período referem-se a:

- Elaboração do Plano de Enchimento dos Reservatórios Xingu e Intermediário. Esse Plano está sendo consolidado pela empresa gestora do PBA para protocolo junto ao IBAMA no início de maio/15;
- Início da revisão da Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais, com base na aplicação do “PS de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais”;
- Início da atualização do Manual de Requisitos Jurídico-Ambiental;
- Estruturação e o preenchimento do Quadro de Indicadores Socioambientais do Empreendimento, que possui periodicidade anual e que foi encaminhado à JGP no mês de março, para complementação e posterior envio ao BNDES.

Em relação às rotinas previstas no SGA, conforme mencionado no 9º RSAP, continuam em curso as seguintes sistemáticas:

- Gerenciamento e Controle do PBA:
  - Identificação e Gerenciamento dos Pacotes de Trabalho em Nível de Gestão de Acurácia;
  - Monitoramento e Aprimoramento do Intercâmbio entre os Pacotes de Trabalho e Rastreamento e Obtenção dos Dados e Informações para subsidiar o Gerenciamento do PBA.
- Sistema de Alerta para socialização das obrigações a serem cumpridas;
- Auditoria e Análise Crítica;
- Gestão da Conformidade;
- Operacionalização do Sistema de Informação Georreferenciada Ambiental (SIG-A);
- Consolidação de Relatórios Semestrais;
- Elaboração dos Relatórios Gerenciais Mensais das empresas gestora, coordenadoras e executoras do PBA;
- Consolidação de Relatórios Semestrais; e
- Formação e operacionalização de diferentes Grupos de Trabalho (GT's).

No que se refere especificamente ao atendimento às recomendações do Consultor Independente, no período foi aprovado o PS NES GABM SGA 001/2015, já discutido acima.

Também foi disponibilizada a última revisão do Manual de Auditoria, no entanto, conforme já mencionado, a NE não disponibilizará o Plano de Auditorias para 2015, uma vez que esse documento é considerado de caráter confidencial pela empresa.

Quanto ao reporte das informações relacionadas ao SGA, o 9º RSAP trouxe seção específica relacionada ao andamento do sistema de gestão. Trata-se da Seção 2.3.1 do relatório.

### 3.1.2

#### Sistema de Gestão de SST

A Norte Energia (NE) definiu e implantou regras de controle e de gestão, além de evidenciar melhoria contínua na supervisão e acompanhamento das empresas que atuam sob sua responsabilidade. Desde a 8ª Missão de Monitoramento, as disciplinas SST e MA, esta última no caso das Obras do Entorno, foram introduzidas nos documentos indicados a seguir:

- *MANUAL DE AUDITORIA AMBIENTAL DA UHE BELO MONTE (MA NES GABM SGA 003/2011) – Revisado em 15/04/2015 – Documento que pretende estabelecer as diretrizes para condução do processo de auditoria ambiental interna da NORTE ENERGIA, bem como o seu escopo de atuação.*

Embora o documento em questão contemple como referência o “*Padrão de Sistema de Inspeção de Supervisão e Auditoria de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente (SST OP, SSTMA OE)*” e descreva o desdobramento dos resultados de supervisão e de auditorias, bem como acrescenta que são identificados “pontos que devem ser merecedores de esclarecimento” e que “esses esclarecimentos são buscados” por meio de reuniões nas quais são apresentados e discutidos os RNCs com as Equipes de SSTMA, não foi evidenciada a realização de auditorias no período, tampouco o RNC correspondente à ausência de reporte de informações do Programa de SST do PBA pela Montadora Andritz. Assim, foi possível constatar que o Manual de Auditoria não se encontra totalmente implantado. Cabe também destacar o motivo da revisão de 15/04/2015 ainda é recente e merecedora de ajustes em sua implantação.

De fato, este Manual prevê as disciplinas de SSTMA/OE, porém a gestão executada sobre a OP e as OEs é baseada no PS próprio e, de acordo com as informações da Equipe de SSTMA/OE sua gestão seria independente daquela utilizada para a Gestão Ambiental do Empreendimento. Cabe, porém, alertar que, apesar da gestão ser distinta, a “Gestão Ambiental” do empreendimento é voltada para o Licenciamento que, por sua vez, contempla SST (Projetos 3.4.1 e 3.4.2 do PAC). Assim, as discussões e avaliações determinadas no SGA devem contemplar a disciplina em seu escopo, ou seja, garantir que as diretrizes previstas no programa são implantadas e suficientes para atendimento dos objetivos propostos.

- *PADRÃO DE SISTEMA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO NAC – NÚCLEO DE ANÁLISE CRÍTICA (PS NES GABM SGA 001/2015) – Emissão inicial em 15/03/2015 – O objetivo geral do documento é estabelecer o propósito e as rotinas para a adequada operacionalização do Núcleo de Análise Crítica (NAC) do Plano de Gestão Ambiental (PGA) da UHE Belo Monte, visando apontar os riscos e definir ações de gestão e soluções práticas para oportunidades de melhoria nos resultados do Projeto diante das análises integradas realizadas pela equipe composta pelo referido núcleo. Em seu Objetivo Específico 3 o PS*

determina “a interação com a equipe de construção, acompanhando, junto às equipes de Coordenação do Plano Ambiental de Construção (PAC) e de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente das obras do entorno (SSTMA/OE), a implementação das atividades previstas nos seus diferentes Programas e Projetos”.

Cabe também transcrever que o documento tem o intuito de se “Configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas”.

Consta também que serão apresentadas informações, determinados objetivos e acompanhados indicadores para garantir aderência e verificação da “acurácia” da gestão. Assim, qualquer anomalia deverá ocorrer o “acompanhamento e controle dos desvios no SGP”, bem como “Enquadramento legal das não conformidades”. Com base em reunião realizada durante a 9ª Missão de Monitoramento e avaliação do 9º RSAP não ficou evidente que assuntos relacionados a SST sejam contemplados nas discussões do NAC, como exemplo pode-se citar o reflexo do desempenho da Montadora Andritz em termos de SST que culminou em diversas irregularidades constatadas por meio da Supervisão da NE, Autos de Infração do Ministério do Trabalho, altos índices de acidentes e outras anomalias identificadas inclusive por meio das Missões de Monitoramento Socioambiental. Nesse contexto, é importante determinar os limites de responsabilidades e também o fluxo de informações entre as equipes da NE para que ambos os sistemas de gestão do empreendedor, o SGA e o SGSST/MA, passam cumprir com suas responsabilidades e garantir o atendimento das diretrizes de licenciamento.

- *PLANO DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA da ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE CARGA* – Emissão inicial em setembro/2014<sup>1</sup> - O Plano tem como objetivo estabelecer as ações a serem desencadeadas em eventuais situações emergenciais que tenham potencial para afetar a integridade física das pessoas, causarem danos ao patrimônio da empresa e/ou terceiros, ou gerar impactos no meio ambiente. Além disso, busca determinar orientações claras e objetivas para garantir uma resposta rápida e eficaz.

Em 2014 foi determinado que a responsabilidade de operação e gestão da ETC seria do CCBM, inclusive fazendo parte de aditamento contratual essa decisão. A apresentação do referido plano, elaborado por empresa terceirizada contratada pela NE, não garante que o mesmo seja considerado pelo Consórcio Construtor

---

<sup>1</sup> Embora o documento tenha sido emitido em setembro/2014 ele foi apresentado como anexo do 9º RSAP (ANEXOS\_9o\_RSAP\2-3\_1\_GESTAO).

em sua gestão, sendo utilizado o PAE elaborado por funcionários próprios. Nesse contexto, a NE deverá determinar como referido documento fará parte do conjunto de diretrizes, seja considerando apenas o PAE do CCBM ou então garantindo que suas diretrizes sejam incorporadas em uma revisão daquele PAE.

- *PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PL NES GABM SGA 003/2013)* – Emissão inicial em abril/2013 – O documento tem como finalidade fundamentar a gestão dos resíduos sólidos gerados durante a Etapa de Implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, localizada no Rio Xingu, Município de Altamira, Estado do Pará.

Em seu Campo de Aplicação, o texto indica que “Este Plano se aplica ao gerenciamento de resíduos sólidos da NORTE ENERGIA, aos seus contratados diretos, ao Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e a seus fornecedores, vendedores e visitantes que estejam trabalhando, visitando ou prestando serviços nas dependências da empresa, notadamente nas frentes de obras”. Assim, fica clara a abrangência do plano a todos os contratos firmados pela NE e suas contratadas, embora esteja explícita a participação do CCBM, as empresas montadoras não aparecem dessa forma, sendo contemplada em “seus contratados diretos”.

O plano apresentado contempla, de forma bastante extensiva e enfática, todas as diretrizes para uma gestão dos resíduos em todo o empreendimento UHE Belo Monte. Isso posto, pode-se considerar que as Obras do Entorno estão contempladas. Entretanto, na 9ª Missão de Monitoramento Socioambiental, mais especificamente nas visitas realizadas nas OEs foi possível comprovar que não existem evidências objetivas de que os resíduos sejam destinados para os aterros licenciados, conforme declarado e “Cartas de Aceite” já apresentadas em outras missões. Possíveis evidências poderiam ocorrer por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR com as respectivas assinaturas do gerador, transportador e receptor. Além disso, as quantidades geradas por tipos de resíduos devem ser registradas e monitoradas conforme consta no próprio documento (“A quantidade e a qualidade do rejeito disposto deve ser controlada”).

O PGRS indica que “O responsável técnico pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da NORTE ENERGIA deverá disponibilizar ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do SISNAMA e às demais autoridades competentes, com periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização deste Plano sob sua responsabilidade, consoante às regras estabelecidas pelo SINIR, por meio eletrônico.” Ação que não poderá ser executada em sua íntegra por não possuírem informação das OEs, com exceção da SA Paulista e Gel-Gouveia e Gel (ETE).

Em outro trecho o Plano indica que “cabe à NORTE ENERGIA, enquanto consumidora de produtos que geram resíduos, participar da gestão compartilhada

de resíduos em consonância com os serviços públicos de limpeza urbana vigentes ou a serem implantados nos municípios de sua área de influência direta e indireta visto que os municípios da AII se conformaram no Consórcio de Municípios Belo Monte, o qual envolve os municípios da AID do empreendimento.”. Baseado no trecho acima a NE busca se articular com a Prefeitura Municipal de Altamira, por exemplo, para solucionar os principais impasses para o correto envio, recepção e destinação de resíduos, entretanto, alguns reflexos da má gestão do município impactam o pleno atendimento das diretrizes do PGRS por parte das empresas executoras das Obras do Entorno.

Embora o documento contemple o Empreendimento UHE Belo Monte, em seu Capítulo “3. Responsabilidades” as responsabilidades são determinadas apenas para a Norte Energia e para o CCBM em diversos níveis hierárquicos (Gerência da obra do CCBM, Setor de QMSSRS, Gerente de QMSSRS, Equipe de Meio Ambiente do CCBM, Supervisor/Encarregado das diversas equipes de campo, de áreas de apoio e de escritório, Equipe de Limpeza e Demais Funcionários. Assim, não estão determinadas responsabilidades para os diversos níveis das Montadoras e das Obras do Entorno. Assim, o documento deverá ser revisto de modo a se adequar ao cenário atualmente existente e executado no projeto.

Por fim, o documento indica que “fica assim constituído como Responsável Técnico pelo Gerenciamento de Resíduos da NORTE ENERGIA”, entretanto, não consta qualquer nome indicado no documento.

Continuam válidos e em execução os documentos anteriormente apresentados até o Relatório de Monitoramento Socioambiental anterior, conforme segue.

- *INSPEÇÃO DE SUPERVISÃO E AUDITORIA DE SAÚDE, SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE<sup>2</sup> – SSTMA (PS NE SSTMA 002/2014) – Emissão inicial em novembro/2014 – Este procedimento teve como objetivo “normatizar a realização das inspeções de supervisão e auditoria de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente – SSTMA, por parte da Norte Energia” nas empresas contratadas em termos de SST (Obra Principal e Obras do Entorno) e de MA (Obras do Entorno, somente).*

O presente Padrão de Sistema indica que seu processo se baseará em dois processos: inspeção de supervisão e auditoria. A primeira é realizada rotineiramente em todas as contratadas, sendo baseada em inspeções programadas e não programadas, podendo contar com apoio de Lista de verificação. A auditoria prevista na gestão de SST não é realizada desde o período contemplado pelo 6º RSAP<sup>3</sup>. De acordo com a Equipe de SST/MA, o processo de auditoria passou a ser realizada com base em avaliação documental das empresas da Obra Principal, o que se mostra eficiente até determinado

<sup>2</sup> Meio Ambiente exclusivamente para as OEs

<sup>3</sup> Realização de auditoria nas Obras do Entorno (na empresa “SA Paulista”) em 31/03/2014 e na Obra Principal nos dias 29 e 30 de abril de 201, conforme apresentado no 6º Relatório de Monitoramento Socioambiental.

ponto. Cabe destacar que nem todas as evidências podem ser evidenciadas de tal forma, sendo necessário entrevistas, inspeções de campo e avaliação de diversos outros documentos, sempre baseado num plano de auditoria para que, em intervalos definidos, todos os processos sejam avaliados para se concluir sobre a extinção da gestão das principais empresas contratadas e, por conseguinte, se a metodologia de contratação/gestão da NE tem se mostrado eficaz.

No período contemplado por este relatório somente a Montadora Andritz obteve Registros de Não-Conformidades, a maioria deles baseados no atraso de atendimento dos Registros de Desvios.

- *PLANO DE ATENDIMENTO ÀS EMERGÊNCIAS DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NAS OBRAS DO ENTORNO DA UHE BELO MONTE (PL NES GABM SGA 003/2014) – Emissão inicial em novembro/2014 – Este plano tem a finalidade de estabelecer as ações integradas de SSO, que serão tomadas nos casos de ocorrência de sinistros, no âmbito de Segurança e Saúde Ocupacional, visando ao controle da situação de forma rápida e eficaz, minimizando os impactos negativos ao empreendimento, estabelecendo obrigações e responsabilidades para proteção dos trabalhadores, do patrimônio da empresa, do público em geral e outras, garantindo rapidez na comunicação para maior eficiência das decisões, além de orientar e disciplinar, preventivamente as ações a serem tomadas nas possíveis situações de emergência e SSO.*

O documento foi previamente apresentado por ocasião do 8º RSAP, porém durante o período contemplado pelo 9º RSAP o mesmo foi definitivamente aprovado. Embora o documento preveja a realização de simulados pelas empresas executoras das Obras do Entorno, nenhum reporte indicou tal realização, tampouco a eficiência e aplicabilidade do plano. Nas inspeções de campo pôde-se verificar que as empresas possuem os telefones de emergência para acionamento do corpo de bombeiros ou SAMU, caso necessário, bem como comunicar as ocorrências mais graves para a NE.

Para a Fase de Operação a NE indicou a contratação da Eletronorte, a qual já possui funcionários lotados na UHE. Está incluída no conjunto de responsabilidades dessa empresa contratada para operar a usina a determinação de um Sistema de Gestão consistente para gerir a próxima fase do empreendimento. Devido ao recente ingresso da mesma, nenhum planejamento desse sistema foi apresentado, tampouco seu escopo. Em decorrência do eminente início de operação da UHE Pimental é esperado que a proposta desse sistema seja apresentada em momento oportuno (antes do início das atividades) para avaliação. De acordo com as informações da NE, seus procedimentos de gestão de empresas contratadas, *INSPEÇÃO DE SUPERVISÃO E AUDITORIA DE SAÚDE, SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE – SSTMA (PS NE SSTMA 002/2014)*, serão mantidos para gerir a atuação da operadora e continuidade da gestão sobre as executoras da obra e montagem.

*Rotinas de Supervisão de SST da Obra Principal (OP) – NE / BIOCEV*

A Norte Energia manteve, sem qualquer alteração significativa, a metodologia empregada na missão anterior, ou seja, inspeções programadas e não programadas em campo, registro de conformidades e de desvios, Registro de Desvios – RDs e Registro de Não Conformidades – RNC.

O resultado dessa supervisão será apresentado e discutido na **Seção 6.3**.

*Rotinas de Supervisão de SSTMA das Obras de Entorno (OEs) e demais contratadas – NE*

A rotina de supervisão de SSTMA das OEs continua sendo realizada por equipe interna da NE e sua metodologia de aplicação segue a mesma empregada para a Obra Principal (Registro de Desvio - RD), embora RNCs não sejam utilizadas. A Supervisão de campo ocorre por meio de inspeções programadas, por meio de aplicação de Lista de Verificação das disciplinas de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional; e, também não programadas, quando se registra os desvios a partir de observações de situações irregulares.

Para a Supervisão de Meio Ambiente, os Técnicos de Segurança do Trabalho da NE foram instruídos pela Analista Ambiental na aplicação da Lista de Verificação correspondente. Em paralelo a esta verificação, a Analista de Meio Ambiente ordena e acompanha as Licenças ambientais das construtoras, além de gerir os resultados da supervisão ambiental dessas obras.

O resultado dessa supervisão será apresentado e discutido na **Seção 6.2.1.3** para Meio Ambiente e **Seção 6.3.4** para Saúde e Segurança do Trabalho.

*Rotinas de Supervisão de SSTMA das atividades de Supressão Vegetal do Reservatório Intermediário*

A NE contratou a empresa STCP exclusivamente para supervisionar as questões operacionais e de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional das empresas que executam a supressão vegetal do reservatório intermediário. Para cada lote/empresa existe um Técnico Operacional e um Técnico de Segurança do Trabalho, além de outra dupla para eventuais folgas de campo.

A metodologia de supervisão adotada pela STCP é a mesma definida pela NE para supervisão das OEs. Com isso, são aplicadas listas de verificação (inspeção fechada) e inspeções de campo (abertas), onde os desvios identificados geram os Registros de Desvios para serem, então, tabulados e tratados estatisticamente. O resultado dessa supervisão será apresentado e discutido na **Seção 6.3.5**.



### 3.1.3 Estrutura Organizacional

No período compreendido pelo monitoramento não houve alteração significativa.

Em relação a SST, houve a saída de uma Técnica de Segurança do Trabalho contratada pela BIOCEV.

O **Quadro 3.1.3.a**, a seguir, apresenta as alterações entre o último trimestre de 2014 e o primeiro de 2015 para a Obra Principal.

**Tabela 3.1.3.a**  
**Mudança na Equipe de SST/MA da NE para a Obra Principal**

Localidade(s)	Profissional	Fevereiro/2015	Mai/2015
Geral	Gerente de SST – NE	1	1
OP – Coordenadora	Coordenador de SST – BIOCEV	1	1
OP – Coordenadora	Técnico de Segurança do Trabalho – BIOCEV	1	1
OP – Coordenadora	Técnico de Segurança do Trabalho – BIOCEV	1	0
OP – Supervisora	Engenheiro de Segurança do Trabalho – EPBM	1	1
OP	Coordenador de SST – NE	1	1
OP	Técnico de Segurança do Trabalho – Gestão	1	1
OP	Enfermeira do Trabalho	1	1
Sítio Belo Monte – Montagem Eletromecânica / Construção Civil	Técnico de Segurança do Trabalho	2	2
Sítio Belo Monte – BSA/ Diques BM / ETC / Vila BM	Técnico de Segurança do Trabalho	2	2
Sítio Pimental – Montagem Eletromecânica / Construção Civil	Técnico de Segurança do Trabalho	2	2
Sítio Canais / Bela Vista	Técnico de Segurança do Trabalho	1	1
Subestação e Linhas de Transmissão Sinalização e Vias de Acesso	Técnico de Segurança do Trabalho	1	1

Fonte: RGM\_SST\_NE (9º RSAP)

O **Quadro 3.1.3.b**, a seguir, apresenta a composição da Equipe de SSTMA responsável pela Supervisão das OEs e demais empresas contratadas. Registra-se após o período contemplado pelo 9º RSAP a saída de um Engenheiro de Segurança do Trabalho.

**Quadro 3.1.3.b****Mudança na Equipe de SSTMA da NE para as Obras do Entorno**

Localidade(s)	Profissional	Fevereiro/2015	Maio/2015
Geral	Engenheiro de Segurança do Trabalho – NE	1	0
Geral	Analista Ambiental de SST – NE	1	1
Geral	Técnico de Segurança do Trabalho – Gestão	1	1
Geral	Auxiliar Administrativo de SST – NE	1	1
Geral	Estagiário de Técnico de Meio Ambiente	1	1
Geral	Estagiário de Técnico de Segurança do Trabalho	1	1
Obras do Entorno	Técnico de Segurança do Trabalho	6	6

Fonte: RGT\_OE\_PBA\_jan\_mar\_15 rev 00 (9º RSAP), bem como os apontamentos de campo

A Equipe de Supervisão das atividades de Supressão Vegetal, contratados pela STCP, continuam com 1 Coordenador de Segurança do Trabalho e 13 Técnicos de Segurança do Trabalho distribuídos entre os contratos empresas executoras, incluindo a equipe para as folgas.

**3.2****Sistema de Gestão do CCBM**

Para gerenciamento das obras da UHE Belo Monte, o CCBM estruturou e mantém um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Responsabilidade Social (QMSSRS) que, de modo geral, está alinhado com os requisitos das Normas ISO 9001, 14001, OSHAS 18001 e SA 8000.

O resultado da manutenção dos controles operacionais estabelecidos no SGI do CCBM é apresentado no **Capítulo 4.0**, que retrata as atividades em andamento para controle e monitoramento dos aspectos relacionados a meio ambiente, saúde e segurança do trabalho.

Os dados referentes às inspeções ambientais e de saúde e segurança do trabalho realizadas no período são apresentados no **Capítulo 4.0**.

**3.2.1****Estrutura Organizacional do CCBM**

O CCBM reduziu sua estrutura de atuação nos sítios construtivos como resultado da de redução de atividades. Nesse contexto, as principais alterações foram: os sítios não possuem mais gerentes, assim os coordenadores passaram a responder diretamente ao Diretor de QMSS; o Coordenador de ST do Sítio Belo Monte acumula a função de

Coordenador de Meio Ambiente; e, o Coordenador de ST do Sítio Pimental também responde por Canais e Diques.

Embora o CCBM tenha reduzido sua equipe o contingente de profissionais de Segurança e de Saúde Ocupacional ainda atende o que preconiza a legislação (NR-04). Cabe à NE, porém, avaliar a suficiente desta equipe em relação ao desempenho obtido na Supervisão realizada, na quantidade e gravidade das ocorrências, na velocidade de resposta aos RDs e RNCs, motivos que ocasionaram os Autos de Infração do Ministério do Trabalho e outras questões que mereçam ser melhoradas. Cabe destacar que os profissionais, principalmente Técnicos de Segurança do Trabalho, estão divididos em funções diversas (administrativo, gestão e campo), em turnos diversos (diurno, noturno e folgas/baixadas).

### 3.3 Sistema de Gestão das Montadoras e Fornecedora

As montadoras que atuam no empreendimento estão distribuídas da seguinte forma: (i) Consórcio Montador Belo Monte – CMBM no Sítio Belo Monte; (ii) Andritz no Sítio Pimental. Existem também as atividades de construção e montagem das Linhas de Transmissão do Sistema Restrito, sob a responsabilidade da ISOLUX, a qual passou a ser supervisionada a partir de setembro/2014. Em fevereiro/2015 iniciou a mobilização da empresa SÃO SIMÃO, a qual será responsável pela montagem das Subestações do projeto em diversos locais.

A fabricação, o fornecimento e o acompanhamento do armazenamento e da montagem ficaram sob a responsabilidade do Consórcio ELM, formado pelas empresas Voith, Alston e Andritz.

A gestão apresentada pela Montadora Andritz ainda traz sérias preocupações para os resultados de desempenho em Segurança e Saúde Ocupacional da Obra Principal, cujo cronograma é desafiador, uma vez que se espera o início de enchimento do reservatório em setembro/2015 e a partida da primeira turbina em novembro/2015. A **Seção 4.3.3** apresentará a informações de desempenho e o **Capítulo 9.0**, as principais constatações de campo. Da mesma forma, esta seção apresentará as informações de desempenho e a **Capítulo 9.0**, as principais constatações de campo do CMBM.

#### 3.3.1 Estrutura Organizacional das Montadoras

Na visita realizada ao **Consórcio Montador Belo Monte (CMBM)** foi indicada nova substituição de profissionais com o objetivo de aumentar a experiência da equipe e melhorar a estruturação e implantação dos procedimentos operacionais e, principalmente, implantação definitiva de um Sistema de Gestão compatível com o contrato. Uma importante mudança foi a do Gerente de SSTMA, que iniciou suas atividades no começo de 2015.

A inspeção campo e a avaliação de documentos básicos da Montadora **Andritz** foram suficientes para manter a preocupação apresentada na última missão de monitoramento, quando foi registrada a necessidade urgente de melhoria de desempenho em termos resultado de controles para prevenção de riscos. De fato, a Equipe de SST foi modificada e também passou a contar com maior apoio da Gerência do Contrato que, inclusive, participa e patrocina inspeções de SST em campo. Pode-se imputar parte do desempenho ruim da Andritz à ausência de planejamento adequado e baseado nos documentos corporativos da empresa, mas também às constantes mudanças na Equipe.

## 4.0

### **Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção**

O presente Capítulo tem por objetivo apresentar o desempenho socioambiental e de saúde e segurança das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte no período de janeiro a março de 2015.

Primeiramente, na **Seção 4.1**, são apresentados dados sobre o avanço da construção das obras principais e das obras fora do site da UHE Belo Monte (obras do entorno).

Na **Seção 4.2**, que trata do desempenho ambiental das obras de implantação da UHE Belo Monte, será verificada a implementação das medidas relativas aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e de Recuperação de Áreas Degradadas, que fazem parte do PAC. Já as medidas previstas no Programa de Saúde e Segurança serão descritas na **Seção 4.3**, onde se avalia o desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte. Em relação aos demais programas do PAC - Programas de Capacitação de Mão de Obra, de Educação Ambiental para os Trabalhadores e de Desmobilização de Mão de Obra, a avaliação do andamento será apresentada no **Capítulo 6.0 – Andamento dos Programas do PBA**.

A análise do desempenho ambiental, social e de Segurança do Trabalho da Construção baseou-se em: resultados reportados pela NE 9º RSAP e anexos; em dados coletados na inspeção de campo realizada entre 11 e 15 de maio de 2015; e em documentos complementares solicitados e enviados pela NE (ver Lista de Documentos Analisados no **Anexo 1** e Reuniões e Inspeções Realizadas no **Anexo 2**).

## 4.1

### **Sumário do Status da Construção**

As Seções a seguir apresentam o status das Obras Principais e do Entorno, com data de corte em março de 2015. As informações foram obtidas no 9º RSAP.

#### **4.1.1 Obras Principais**

Segundo o 9º RSAP, as atividades executadas nas OP até março de 2015 foram:

##### Sítio Belo Monte

Atividades realizadas no período:

- Na Barragem de Fechamento Esquerda:
  - Conclusão do aterro da estrutura.
- Na Ensecadeira de 3ª Fase:
  - Execução do aterro.
- Na Subestação Auxiliar:
  - Execução de escavação e aterro.
- No Canal de Fuga:
  - Escavação comum e em rocha no Canal de Fuga;
  - Dragagem do Canal de Fuga na faixa prioritária para geração da CF01;
  - Tratamento de taludes permanentes.
- Na Tomada d'Água:
  - CCV das unidades 1 a 18 da Tomada d'Água;
  - Liberação da TA05 para a montagem das guias de grade;
  - Liberação parcial da TA08 para a montagem das guias das comportas ensecadeira e vagão;
  - Liberação parcial da TA09 para a montagem das guias das comportas ensecadeira e vagão;
  - Liberação da TA09 para a montagem do caminho de rolamento do pórtico;
  - Liberação da TA15 para a montagem das soleiras das comportas ensecadeira e vagão;
  - Liberação da TA17 para a montagem das soleiras das comportas ensecadeira e vagão.
- Na Casa de Força:
  - CCV das unidades 1 a 12 da Casa de Força, da Área de Montagem e do Edifício de Controle;
  - Liberação da CF01 para a instalação de componentes eletromecânicos – Galeria Mecânica Inferior;
  - Liberação da CF02 para a instalação de componentes eletromecânicos – Galeria Mecânica Inferior;
  - Liberação da CF02 para a montagem da comporta ensecadeira;
  - Liberação da CF03 para a montagem do caminho de rolamento do pórtico;
  - Liberação definitiva da CF03 para a montagem das guias da comporta ensecadeira;
  - Liberação da CF03 para a descida do pré-distribuidor;
  - Liberação Parcial da CF05 para a montagem das guias da comporta ensecadeira;
  - Liberação Parcial da CF06 para a montagem das guias da comporta ensecadeira;
  - Liberação CF06 para a montagem do cone;

- Liberação da CF07 para a montagem do cotovelo;
- Liberação da CF07 para a montagem das soleiras das guias da comporta ensecadeira;
- Liberação da CF12 para montagem do revestimento metálico do pilar.
- No Conduto Forçado:
  - Liberação do CFO01 para a montagem de embutidos da base inferior;
  - Liberação do CFO07 para a montagem das virolas 46 a 42.

### Sítio Pimental

Atividades realizadas no período:

- No Circuito de Geração (AM/TA/CF/Muro Divisor):
  - Concreto convencional e aplicação de pré-moldados nos blocos CF01, CF02, CF03;
  - Acabamentos nos blocos AM 01, AM 02 e CF 01.
- No Vertedouro:
  - Concreto convencional nos blocos VT01 (muro lateral direito) e VT09 (muro central da ensecadeira celular);
  - Concreto 2º estágio - nicho - pilar 01;
  - Concreto 2º estágio - guias das comportas segmento e montante dos vãos 08, 07 e 06;
  - Concreto 2º estágio - servo motor dos pilares 16, 15, 14, 13 e 12.
- No Muro Divisor:
  - Concreto convencional;
  - Acabamentos.
- Na Margem Direita:
  - Decape de pedreira;
  - Escavação de pedreira.
- Na Barragem de Ligação - Ilha da Serra:
  - Aterro em rocha;
  - Aterro em solo;
  - Filtro e transições.
- Na Subestação 230 kVA:
  - Concreto convencional;
  - Aterro em rocha.
- No Sistema de Transposição de Peixes:
  - Aterro de solo;
  - Concreto convencional nos difusores e canal de entrada;
  - Aterro em rocha.

## Canal de Derivação

Atividades realizadas no período:

- No Trecho 1 – Estaca 0 a 60:
  - Frente de escavação em solo entre os km 3,5 e 3,6;
  - Frentes de escavação em rocha próximas aos km 1,9; km 2,5 e entre os km 3,6 e 4,2;
  - Aplicação de revestimento lateral do Canal entre os km 3,6 e 6,0;
  - Aplicação de revestimento de fundo do Canal entre os km 3,6 e 4,6.
- No Trecho 2 – Estaca 60 a 93:
  - Frentes de escavação em solo entre os km 6,1 e 6,6; km 7,0 e 8,0; km 8,0 e 8,8 e do km 8,8 ao 9,3;
  - Frentes de escavação em rocha entre os km 6,1 ao 6,5 e próximas aos km 6,9 e ao km 7,2.
- No Trecho 3 – Estaca 93 a 125:
  - Frente de escavação em solo entre os km 9,3 ao 9,5;
  - Frente de escavação em rocha entre os km 10,5 ao 11,5;
  - Aplicação de revestimento lateral do Canal entre os km 10,14 ao 12,0;
  - Aplicação de revestimento de fundo do Canal entre os km 10,14 ao 11,40.
- No Trecho 4 – Estaca 125 a 167:
  - Aplicação de revestimento lateral do Canal entre os km 15,0 ao 16,7.
- No Trecho 5 – km 167 ao km 202:
  - Aplicação de revestimento lateral do Canal entre os km 16,7 ao 18,00.
- No Sistema Galhoso:
  - Ocupação dos bota-foras 1, 5/6, 27 e 28.
- No Sistema Xingu:
  - Ocupação dos bota-foras 32 e 33;
  - Execução da galeria do Canal da bacia 33.
- No Sistema Di Maria:
  - Ocupação do bota-fora 11.
- No Sistema Ticaruca:
  - Ocupação dos bota-foras 41 e 42B.
- No Vertedouro de Enchimento:
  - Conclusão do pilar direito, da laje L2 do canal de restituição; das camadas 9D, 9E, 10D e 10E do bloco central e das primeiras vigas pré-moldadas da ponte sobre o Vertedouro;
  - Início da pré-armação das soleiras esquerda e direita do Vertedouro.
- Na Ponte sobre o Canal de Derivação:
  - Concretagem dos blocos de fundação 2 e 7, dos primeiros lances dos pilares 2, 3, 4, 5 e 6, e do segundo lance do pilar 5;
  - Início da execução do caminho de serviço do BL8 e as estacas-raiz do BL1.

### Canal de Transposição e Enchimento

- No Canal de Transposição CTCA; Canal de Transposição CTSA; CTPT-3; CTTC; e Canais de Enchimento 2 e 3:
  - Execução das escavações obrigatórias.

### Reservatório Intermediário

Atividades realizadas no período:

- Nos Acessos:
  - Manutenção dos acessos das frentes de serviço.
- No Dique 10B:
  - Serviços de dreno de pé.
- No Dique 13:
  - Conclusão dos serviços de concreto de 2º estágio e camada 6 da estrutura de vazão sanitária.
- No Dique 19B:
  - Serviços de concreto estrutural da estrutura de vazão sanitária;
  - Conclusão dos serviços de concreto de 2º estágio e camada 6 da estrutura de vazão sanitária.
- No Dique 28:
  - Serviços de concreto estrutural da estrutura de vazão sanitária.

Quantidades executadas no período:

### Sítio Canais:

- 12.226.857 m<sup>3</sup> de escavação comum e 2.692.644 m<sup>3</sup> de escavação em rocha.
- 274.433 m<sup>3</sup> de aterro em solo.
- 304.930 m<sup>3</sup> de proteção lateral.
- Lançamento de 5.850 m<sup>3</sup> de concreto convencional.
- 572.522 m<sup>3</sup> de revestimento de fundo.

### Diques:

- 68.034 m<sup>3</sup> de escavação comum.
- 1.767.499 m<sup>3</sup> de aterro em solo.
- Lançamento de 330 m<sup>3</sup> de concreto convencional.

### Sítio Pimental:

- 99.292 m<sup>3</sup> de escavação comum e 49.336 m<sup>3</sup> de escavação em rocha.
- 163.282 m<sup>3</sup> de aterro em solo.
- Lançamento de 62.601 m<sup>3</sup> de concreto convencional.



### Sítio Belo Monte:

- 705.956 de escavação comum e 364.465 m<sup>3</sup> de escavação em rocha.
- 799.581 m<sup>3</sup> de aterro em solo.
- Lançamento de 147.263 m<sup>3</sup> de concreto convencional.

### **4.1.2**

#### **Obras do Entorno**

No período de janeiro a março de 2015 foram encaminhados 3 Relatórios do Plano de Requalificação Urbana (PRU), incluindo o Travessão 40, que apresentaram o seguinte avanço em relação às Obras do Entorno (OE):

#### **Altamira**

##### Sistema de Abastecimento de Água

- Rede de distribuição de água: concluída, com 151 km executados. Em fase de comissionamento e realização de testes;
- A NE convidou novamente a Prefeitura de Altamira, por meio da CE 0204/2015-DS de 10/02/2015, e também a COSANPA, para a realização de treinamento para operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Altamira;
- A COSANPA, por meio do Ofício nº 080-P/2015 de 27/02/2015, informou à Prefeitura de Altamira que a NE concluiu as novas estruturas de captação, tratamento e redes de distribuição de água para toda a cidade, tornando-se necessário o início dos testes, e solicitou autorização da Prefeitura para realização de testes experimentais do sistema de abastecimento de água. Até o momento não houve resposta da Prefeitura.
- Os testes foram iniciados em 05/03/2015, com prazo previsto de 60 dias para finalização. A Prefeitura, embora convidada, não se fez presente.

##### Sistema de Esgotamento Sanitário

- Rede coletora de esgoto, linha de recalque e tronco coletor concluídos;
- Obras das 13 estações elevatórias de esgoto (EEE) e da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) concluídas;
- No que tange à operação, diante da ausência de posicionamento do município, a NE contratou, em caráter temporário, empresa específica para tal;
- Os testes foram iniciados em 05/03/2015, com prazo previsto de 60 dias para finalização. A Prefeitura, embora convidada, não se fez presente.

##### Aterro Sanitário

- A implantação do aterro foi concluída e a NE tem interagido para o repasse da obra para o gestor público;
- Em 20/11/2014 foi encaminhada a CE 1687/2014-DS à Prefeitura Municipal de Altamira, solicitando orientações quanto ao recebimento do aterro sanitário.
- Em 28/11/2014, a Prefeitura de Altamira encaminhou Relatório de Vistoria do Aterro Sanitário, solicitando a solução imediata de pendências para recebimento do mesmo.
- Em 03 de dezembro de 2014, a NE protocolou a CE 01761/2014, reiterando o cumprimento de seu compromisso de correta e adequada instalação do aterro sanitário, uma vez que seu projeto foi aprovado pela municipalidade, contando ainda com a LO emitida pela Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo – SEMAT, de 03 de outubro de 2014.
- No dia 11/03/2015 a NE promoveu a capacitação dos técnicos da Prefeitura de Altamira que atuarão

na operação do aterro sanitário, com duração de um dia.

- No dia 19/03/2015 foi promovida a capacitação dos técnicos em saneamento e engenheiro sanitário para operação da estação de tratamento do lixiviado e monitoramento ambiental do empreendimento.
- A NE permanece no aguardo de procedimento da administração Municipal de Altamira para o recebimento definitivo da obra do aterro.

#### Remediação do Lixão

- A disposição dos resíduos novos na área foi encerrada com o início da operação, pela prefeitura, do novo Aterro Sanitário.

#### Drenagem Urbana

- Não foram informados os avanços em relação à drenagem urbana em Altamira no período.

#### Educação

- No período foi informado que há 17 escolas concluídas, 1 em andamento, 7 em fase de contratação e 7 em fase de elaboração de projeto.
- Apesar de se informar a conclusão de mais uma escola no período, o número de salas e de alunos informado é o mesmo do período anterior: 115 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 5.690 alunos.

#### Saúde

- No período informou-se que os equipamentos de saúde previstos para este município são 9, dos quais há 7 construídos, 1 em andamento e 1 em contratação.

### **Vitória do Xingu**

#### Abastecimento de Água e ETA

- A implantação de 17.454,98 m de rede, a perfuração de um poço profundo, a execução de cerca de 400 pontos para ligação domiciliar e de um reservatório com capacidade para 50 m<sup>3</sup> estão concluídas;
- Foi informado que continuam as tratativas para repasse formal da obra à Prefeitura Municipal.

#### Esgotamento Sanitário e ETE

- Obras da rede e das ETEs A, B, C, D e E concluídas e já entregues à municipalidade por meio dos Termos de Doação nos DS-T-016/2014 e DS-T-029/2014.

#### Aterro Sanitário

- Aterro concluído, repassado ao município por meio do Termo de Doação n° DS-T-001/2014 e em operação desde março de 2013.

#### Drenagem Urbana

- O sistema de drenagem profunda de Vitória do Xingu composto de redes coletoras e caixas de inspeção de águas pluviais urbana está concluído.

#### Educação

- Não houve alteração em relação à situação dos períodos anteriores: do total de 31 obras em educação

previstas para este município, há 19 escolas concluídas.

- Total de 32 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.648 alunos.

#### Saúde

- Dos 8 equipamentos previstos para o município, 7 encontram-se construídos e 1 em andamento.

#### **Belo Monte e Belo Monte do Pontal**

##### Abastecimento de Água

- O sistema encontra-se concluído e em fase de comissionamento em Belo Monte (Vitória do Xingu) e em fase de finalização em Belo Monte do Pontal (Anapu), para subseqüentes testes e comissionamento.
- Foram encaminhadas às Prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu as correspondências CE 0319/2015-DS de 27/02/2015 e CE 0320/2015-DS de 25/02/2015, respectivamente, informando sobre a finalização das obras e solicitando a indicação de técnicos para o acompanhamento das atividades de testes de comissionamento. Ainda não houve manifestação por parte das administrações municipais.

##### Esgotamento Sanitário

- O sistema de esgotamento sanitário em Belo Monte e Belo Monte do Pontal está concluído desde março de 2013.
- Conforme já mencionado no relatório anterior, as localidades foram cadastradas para participar do pleito ao Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) da Funasa por intermédio do Sistema de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, mas não foram contempladas.
- Serão realizados novos cadastros dos municípios no SICONV a partir da reabertura dos editais de projetos de saneamento da Funasa.

##### Aterros Sanitários

- Os resíduos coletados na comunidade de Belo Monte continuam a ser transportados e dispostos na célula do aterro sanitário da sede municipal de Vitória do Xingu;
- A NE adquiriu os equipamentos listados no do Ofício nº 02/2014-GABINETE DO PREFEITO (caminhão coletor, a retroescavadeira, a balança para pesagem de materiais, o trator de esteira e a esteira para seleção e triagem de materiais recicláveis), sendo concluídas as atividades relacionadas ao aterro sanitário de Belo Monte.
- Os resíduos de Belo Monte do Pontal continuam sendo triados e transportados para o aterro sanitário do canteiro de obras do sítio Belo Monte;
- Desde 2013 ocorrem discussões com Anapu para definição da implantação do aterro sanitário em Belo Monte do Pontal. No entanto, novamente reitera que a municipalidade não concorda com a implantação do aterro sanitário na localidade, o que inviabiliza a execução das obras;
- A NE desenvolveu o Projeto Básico de um aterro sanitário próximo à sede de Anapu, em área da ordem de 10 (dez) ha. No entanto, em 11/02/2015 a Prefeitura Municipal encaminhou à NE o Ofício nº 024/2015-GAB, informando sobre a impossibilidade de aquisição da área devido às dificuldades financeiras que o Município vem atravessando, sendo ainda solicitada a aquisição da área pela NE.
- A NE, procurando solução definitiva para esta questão, e baseada nos levantamentos de áreas potenciais do projeto Básico, iniciou as incursões em campo visando à aquisição de área para viabilizar a elaboração do projeto executivo e a implantação do aterro sanitário de Anapu, nos moldes já definidos entre as partes (construção de uma célula).

##### Drenagem Urbana

- As obras de drenagem em Belo Monte e Belo Monte do Pontal estão finalizadas desde dezembro de

2013.

Melhorias nos Caminhos de Serviços nas Vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal

- Para a melhoria nos caminhos de serviços nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, os projetos básicos e executivos e a contratação da empresa de execução se encontram concluídos.
- Das obras de implantação da melhoria nos caminhos de serviços, as rampas, a pavimentação asfáltica e a drenagem pluvial de Belo Monte e Belo Monte do Pontal encontram-se concluídos.
- As obras de pavimentação asfáltica e a drenagem pluvial, em ambas as localidades, foram implantadas pelo DNIT e já se encontram concluídas, restando apenas a sinalização.
- As obras das rampas serão repassadas à gestão pública.

Anapu

Educação

- Não houve alteração em relação ao período anterior, ou seja, neste município são 5 escolas construídas e 2 em fase de contratação.
- Total de 30 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.520 alunos.

Saúde

- O total de 11 equipamentos de saúde anteriormente previstos para este município foi reduzido para 9, que estão todos concluídos.

Brasil Novo

- Todas as 8 obras em educação e os 8 equipamentos de saúde previstos para este município encontram-se concluídos.
- Total de 23 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.082 alunos.

Senador José Porfírio

Educação

- Não houve alteração em relação ao período anterior, ou seja, neste município há 5 escolas construídas e 1 em elaboração de projeto.
- Total de 22 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.148 alunos.

Saúde

- Todos os 5 equipamentos de saúde previstos para este município estão concluídos.

Pacajá

Saúde

- O equipamento de saúde previsto para este município está construído.

**Obras nos Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs**

Serviço	Avanço					RUC Pedral
	RUC Jatobá 1.244 lotes	RUC São Joaquim 1038 lotes	RUC Casa Nova 452 lotes	RUC Água Azul 806 lotes	RUC Laranjeiras 585 lotes	
Famílias já relocadas	980	762	382	454	-	Em fase de licenciamento ambiental.
Supressão vegetal	100%	100%	100%	100%	100%	
Terraplenagem	Concluída	99%	100%	100%	99%	
Radiers	88%	89%	100%	87%	92%	
Casas concluídas	84%	89%	95%	87%	52%	
Infra de Abastecimento de água	99%	99%	100%	100%	95%	
Infra de Esgotamento sanitários	99%	99%	99%	100%	96%	
Drenagem	99%	96%	100%	100%	99%	
Pavimentação TSD	100%	100%	100%	100%	100%	
Imprimação asfáltica	100%	100%	100%	100%	-	
Iluminação	95%	100%	100%	100%	-	

**Projeto de Parques e Reurbanização da Orla**

Parques Igarapés Altamira, Ambé e Panelas

- Igarapé Altamira: estão em execução quatro pontes, em diferentes estágios:
  - Ponte Gondim Lins - Encontram-se concluídos os serviços preliminares e as fundações, estando em andamento a concretagem dos pilares e vigas.
  - Ponte João Coelho - Encontram-se concluídos os serviços preliminares. Em andamento a execução a fundação estrutural e a concretagem de parte dos pilares.
  - Ponte Coronel José Porfírio e Ponte Transamazônica - Encontram-se concluídos os serviços preliminares. Em andamento a execução a fundação estrutural e a concretagem de parte dos pilares e vigas.
 28% dos serviços encontram-se executados.
- Igarapé Ambé: estão em execução três pontes, em diferentes estágios:
  - Ponte I Transamazônica (sentido Brasil Novo / Vitória do Xingu) e Ponte Ernesto Acioly - encontra-se concluídos os serviços preliminares e as fundações. Em andamento a concretagem dos pilares.
  - Ponte II – encontram-se concluídas as etapas preliminares, fundação e estrutura. Em andamento o acabamento e a conformação do aterro de encabeçamento da ponte, e a execução da plataforma de pedestre.
 38% dos serviços encontram-se executados.
- Igarapé Panelas: para implantação da ponte de travessia, encontram-se concluídos os serviços preliminares. Em andamento os serviços de execução das fundações e pilares. 13% dos serviços encontram-se executados.

Reurbanização da Orla do Xingu

- Finalizados os projetos básicos do Parque Linear da Orla (Paisagismo/Urbanismo), da Readequação

<p>do Sistema Viário, das Estruturas de Atracação, do Centro Integrado de Pesca Artesanal e da Aquicultura – CIPAR, da Colônia de Pescadores Z-57 e dos Aquários;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluídos os projetos executivos da Readequação do Sistema Viário das estruturas de atracação (Porto do Mercado, Porto 6 - Cais, Porto do Pepino e Porto do Panelas), do Centro Integrado de Pesca Artesanal e da Agricultura – CIPAR, bem como a Colônia de Pescadores Z-57 e dos Aquários;</li> <li>• Em 29/07/2014, protocolo da CE 224/2014-DS, com o Projeto Executivo do Módulo dos Aquários em Altamira;</li> <li>• Em 11/08/2014, o MPA, por meio do Ofício nº 13/2014-ASAE/GM/MPA, encaminhou a análise do Projeto Executivo dos módulos dos aquários, e solicitou que fossem considerados os aspectos técnicos mencionados e restituída a Planta Hidrossanitária;</li> <li>• Em 25/08/2014, protocolo da CE 250/2014-DS, prestando esclarecimentos, informando sobre a incorporação de sugestões na nova versão do projeto e comunicando que tão logo o projeto hidrossanitário seja concluído será encaminhado ao MPA.</li> <li>• Em 11/12/2014, a NE por meio da CE 355/2014 – DS encaminhou ao Ministério da Pesca e Agricultura, os projetos das Instalações hidrossanitárias finalizados para análise e reiterou as informações apresentadas na CE 0250/2014-DS. Ainda não foi recebida manifestação do MPA.</li> <li>• Mais uma vez informou-se que as estruturas de atracação que fazem parte do Pacote 4 estão em processo de contratação.</li> <li>• Informou-se, em relação ao Pacote 6, que foi dividido em Parte I - Terraplanagem e Parte II – Edificações, que a Parte I encontra-se contratada e em andamento, com avanço da ordem de 75%; e que a Parte II está em processo de contratação.</li> </ul>
<p><b><u>Obras de Requalificação no Travessão 40</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As obras encontram-se concluídas e foram repassadas em definitivo à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu por meio do Termo de Doação nº DS-T-028/2014.</li> </ul>

## 4.2

### Desempenho Ambiental da Construção

No presente Capítulo serão abordadas as medidas correspondentes aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco e de Recuperação de Áreas Degradadas, ambos parte do PAC, cujo andamento pôde ser observado durante as inspeções de campo de maio de 2015.

#### 4.2.1

##### Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)

#### 4.2.1.1

##### Controles Ambientais das Obras Principais

A seguir serão apresentadas as medidas de controle ambiental implementadas pelo CCBM no período. As informações foram obtidas no Relatório Gerencial Mensal da Executora – RGM-E do PCAI, anexo ao 9º RSAP e seus anexos, com informações de março de 2015, e nas inspeções de campo da semana de 11 a 15 de maio de 2015.

- Vias de Acesso
  - Manutenção dos acessos já existentes nos canteiros de obras, intensificadas pelo período chuvoso, com nivelamento realizado com motoniveladoras e forramento feito com o espalhamento de cascalho.

- Redução da umectação, devido ao período chuvoso.
- Canteiros de Obra, Acampamentos
  - Em todas as unidades de canteiros as estruturas definitivas já estão finalizadas e em operação.
  - Controles operacionais em termos de efluentes e resíduos gerados, além de outros aspectos ambientais, são discutidos adiante, em itens independentes.
- Subestações e Linhas de Transmissão
  - Informa-se que no período foram lançadas linhas de transmissão, instaladas subestações e postes. Não são descritos os controles ambientais empregados nestas atividades.
- Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-Foras e Estoques
  - Apresentação de registro fotográfico que evidencia a realização de forro de estoque de rocha em bota-foras e os PRADs em andamento em bota-foras e jazidas.
- Tráfego, Transporte e Operação de Máquinas e Equipamentos
  - Realização de manutenção preventiva dos equipamentos, com programação referente às horas de uso (planilha de controle é revisada semanalmente). Nessas manutenções é verificada a existência de potenciais vazamentos e monitorada a emissão de fumaça preta (Escala Ringelmann). Os equipamentos que não cumprem os parâmetros especificados pela legislação nacional são reprovados, sendo feitas novas inspeções e ajustes até que os mesmos atendam aos padrões exigidos, antes do seu retorno às atividades na obra.
  - Umectação constante das vias por meio de caminhões-pipa, para reduzir o nível de partículas em suspensão.
- Transporte de Trabalhadores e de Máquinas e Equipamentos
  - Utilização de ônibus e vans periodicamente vistoriados pela Segurança do Trabalho.
  - Utilização de horários diferenciados de entrada e saída dos turnos entre os canteiros de obras, para baixar a pressão no trânsito local nas rodovias, acessos, cidades e vila residencial nos horários de chegada e saída dos ônibus.
  - Para o transporte de materiais, equipamentos e peças são respeitadas as normas como o porte dos equipamentos, a classe das carteiras de habilitação dos motoristas, estratégias de transporte para minimizar os distúrbios à comunidade, entre outras medidas de controle.
  - Identificação, por sítio, dos profissionais, equipamentos e materiais transportados.
  - Realização de manutenção preventiva, com controle semanal, das máquinas e equipamentos, com verificação da existência de situações que levem a potenciais vazamentos e monitoramento da emissão de fumaça preta.

- Manejo de Substâncias Perigosas
  - Instalação, nos canteiros da obra, de tanques aéreos horizontais de combustível dotados de todos os dispositivos de proteção ambiental, com piso impermeável, canaletas de direcionamento do fluxo, separador de água e óleo, extintores, cobertura e *kits* de emergência ambiental.
  - Instalação de bacias de contenção nos tanques com capacidade igual a 110% daquelas de armazenamento do reservatório.
  - Solicitação das Fichas de Informações de Segurança do Produto Químico (FISPQ's) para os fornecedores de produtos, armazenamento e manejo de produtos de acordo com a legislação, normas e regulamentos.
  - O manuseio de explosivos é feito apenas por funcionários devidamente treinados, de empresa especializada e licenciada pelo Exército Brasileiro.
  - O armazenamento dos materiais explosivos é feito em paióis construídos dentro dos critérios estabelecidos pelo Exército Brasileiro e periodicamente vistoriados por esta instituição.
  - Realização de abastecimentos em campo por caminhões comboios contendo kit de emergências ambientais e incluindo bandejas aparadoras, e seguindo o Procedimento Operacional para Abastecimento e lubrificação em Campo (PO CCBM 220 33), para evitar derramamento e contaminação de solo e água.
  - Os produtos químicos utilizados nos processos construtivos estão acondicionados e estocados em locais isolados, com restrição de acesso, contenção contra vazamentos e sinalização. As FISPQ's estão sendo mantidas junto às substâncias perigosas utilizadas e monitoradas em campo pela área de segurança do trabalho.
  
- Tratamento de efluentes domésticos e industriais

Foram apresentados no RGM-E do PCAI de março de 2015 os resultados referentes aos sistemas de lagoas em série existentes nos Sítios Belo Monte, Pimental e Canais e Diques.

O relatório evidencia a implantação da nova lagoa facultativa, que trabalhará em paralelo com a lagoa já existente na ETE do Sítio Belo Monte, conforme se havia antecipado no relatório anterior.

Os resultados do monitoramento são apresentados nos laudos de março incluídos como anexo ao RGM-E; em Quadro que compara o resultado das análises de efluentes sanitários tratados no período de janeiro a março de 2015, também incluído como anexo; e em quadros síntese dentro do relatório, indicando a quantidade de laudos satisfatórios e insatisfatórios em relação ao total analisado no período de janeiro a março.

Cabe ressaltar que o 9º RSAP não traz informações sobre os controles ambientais implementados pelas empresas montadoras e pela ISOLUX. No relatório passado se havia informado que o CMBM e a ANDRITZ começaram no final de 2014 a



encaminhar os seus efluentes para o sistema de tratamento do CCBM em seus respectivos sítios (Belo Monte e Pimental), e que estava prevista fim de março/2015 a implantação de ETEs próprias dessas montadoras. Segundo consta no 9º RSAP, as ETEs das montadoras ainda não foram implantadas. Mantém-se, portanto, a recomendação de reportar sua eficiência, quando viabilizadas.

Em relação à empresa responsável pelas linhas do Sistema de Transmissão Restrito, ISOLUX, informou-se no relatório passado que seus efluentes sanitários são tratados em Altamira por empresa terceirizada, a VL Locações, devidamente licenciada, que possui sistema de tratamento de efluentes com filtros biológicos, decantadores e caixa de secagem.

Segundo informado nos relatórios anteriores, os monitoramentos de efluentes domésticos feitos pelo CCBM seguem os critérios estabelecidos nos procedimentos PS CCBM 220 14 – Efluentes e PLE CCBM 220 14 01 – Gestão de efluentes líquidos, baseados na Resolução CONAMA nº 430/2011.

Os efluentes são monitorados mensalmente por meio da análise dos seguintes parâmetros: pH (a 20°C); T (°C); O.D.; Sólidos totais; Turbidez; Coliformes totais; DBO<sub>5</sub>; DQO; Nitrogênio amoniacal; Nitrogênio total; Fósforo total; Nitrato; Nitrito; óleos e graxas minerais; óleos e graxas vegetais e animais; e *Scherichia coli*. Semestralmente faz-se uma análise mais completa, incluindo metais pesados, hidrocarbonetos, entre vários outros parâmetros.

Em relação à verificação da eficiência do tratamento de efluentes realizado pelo CCBM, o Quadro comparativo dos resultados, que atende à recomendação feita no último relatório, inclui tanto os limites da Resolução CONAMA 430/11 quanto os padrões do IFC para efluentes sanitários. No entanto, a análise crítica dos resultados incluída no quadro se restringe ao desempenho comparado à legislação brasileira.

Cabe ressaltar que o Quadro Sintetizado do resultado das análises dos efluentes sanitários tratados inclui as análises de qualidade da água no corpo receptor feitas no período deste monitoramento, em amostras coletadas a montante e a jusante do local de descarte do efluente tratado.

A discussão dos resultados feita pela Consultoria Independente será apresentada no **Capítulo 9.0**, onde se analisa a conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis.

Além dos resultados do monitoramento dos efluentes domésticos, o RGM-E do PCAI de março informa os também os resultados do tratamento dos efluentes industriais realizado em bacias de sedimentação e Separadores de Água e Óleo – SAO instalados nos Sítios Construtivos. Para o efluente das centrais de concreto há tratamento químico complementar, e esses, depois de tratados, são direcionados para reuso no próprio sistema, não havendo lançamento em corpos hídricos.

Os tratamentos em praticamente todas as áreas com efluentes industriais encontram-se instalados e em funcionamento. Em dois locais do Sítio Belo Monte há instalações de tratamento ainda em testes: Oficina Mecânica e Rampa de Lavagem – Dique 8 - CCBM e Oficina Mecânica e Rampa de Lavagem – Empresas Subcontratadas. No Canteiro Bela Vista há várias instalações temporariamente desativadas por ser período de chuva ou por não haver mais atividades no local (Rampa de Lavagem - Dique 13 – CCBM; Plant Combustível – Dique 13 – CCBM; Plant Combustível – Dique 19 B – CCBM; e Central de Concreto).

O monitoramento é feito em relação aos seguintes parâmetros: Nitrogênio amoniacal; Óleos e Graxas Minerais; pH; Temperatura; Turbidez; e Surfactantes. Os resultados são comparados aos limites da CONAMA 430/11.

No RGM-E, os resultados são apresentados em laudos do mês de março e em Quadros que sintetizam e comparam o resultado das análises de efluentes industriais no período de janeiro a março, incluídos como anexo, e em quadros síntese dentro do relatório, indicando a quantidade de laudos satisfatórios e insatisfatórios em relação ao total analisado no primeiro trimestre de 2015.

Conforme informado no relatório passado, o CCBM e a ANDRITZ estavam em fase de aquisição e instalação das estruturas que geram efluentes industriais, tais como *plants* de combustível, oficinas mecânicas, armazenamento de óleos lubrificantes, entre outras, e que, para estas, haveria caixas SAO, caixas de decantação e de acumulação para tratamento dos efluentes gerados. Cabe ressaltar, no entanto, que também para os efluentes industriais o 9º RSAP não traz informações sobre as medidas de controle e monitoramento implementadas pelas empresas montadoras e pela ISOLUX.

A discussão dos resultados do tratamento de efluentes industriais será feita no **Capítulo 9.0**, onde se analisa a conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis.

- Tratamento da água para abastecimento

Como já informado nos relatórios anteriores, as ETAs do CCBM são monitoradas a cada duas horas para Turbidez, pH e Cloro residual livre; e duas vezes por semana para *Escherichia coli*, Coliformes Totais, Cloro residual livre e pH. Semestralmente é realizada uma análise completa, com todos os parâmetros estabelecidos na Portaria MS 2914/2011. A NE exige que todos os bebedouros sejam monitorados por meio de inspeções semanais e laudos de potabilidade mensal. As coletas e análises de água são realizadas por meio de uma programação mensal de cada executora.

Em relação aos resultados dos monitoramentos realizados para verificação da qualidade da água para abastecimento, o RGM-E do PCAI de março incluiu como anexo os laudos de potabilidade das ETAs e dos bebedouros referentes ao mês de março, e um quadro sintetizado da potabilidade das ETAs e bebedouros para o trimestre de janeiro a março.

A discussão dos resultados será feita no **Capítulo 9.0**, onde se analisa a conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis.

Assim como para os efluentes, não consta no 9º RSAP e anexos o monitoramento da água para abastecimento dos trabalhadores das montadoras. Conforme se havia informado no relatório do trimestre anterior, no segundo semestre de 2014 as montadoras receberam do CCBM a água tratada para consumo, e isso deverá prosseguir em 2015 para o CMBM e a ISOLUX. No entanto, está prevista para o primeiro semestre de 2015 a implantação de uma ETA na área da montadora ANDRITZ. Reitera-se a recomendação de reportar nos RSAP a eficiência do tratamento realizado na ETA da ANDRITZ.

- Gestão de resíduos sólidos

O RGM-E do PCAI reafirma as medidas de gestão de resíduos sólidos desenvolvidas no período, as quais já foram listadas em relatórios anteriores. São elas:

- Implementação das medidas estipuladas no PGRS CCBM 220 01 – Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PRGCC CCBM 220 01, onde está definida a metodologia para identificação, quantificação, triagem e acondicionamento dos resíduos da construção civil, a sistemática da coleta seletiva e das coletas especiais, a forma de armazenamento temporário, o transporte e a destinação ou disposição final de resíduos e rejeitos;
- Triagem inicial dos resíduos nas frentes de serviço;
- Acondicionamento provisório nas centrais de triagem nos sítios construtivos;
- Encaminhamento para a destinação final, em locais legalizados, conforme Resolução CONAMA 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010;
- Realização de treinamentos intensos com os funcionários do CCBM em busca dos 3R's (redução, reutilização e reciclagem);
- Disponibilização, mensalmente, de novos coletores nas frentes de serviços, os quais atendem à padronização estabelecida nos procedimentos internos e nos requisitos legais;
- Tratamento dos resíduos de saúde conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
- Áreas específicas de armazenamento com piso impermeável, sistemas de combate a incêndio e kit de emergência ambiental para os resíduos de Classe I;
- Aterros Sanitários nos Sítios Pimental e Belo Monte.

O RGM-E do PCAI incluiu como anexo o Inventário de resíduos gerados na obra e um Quadro de Acompanhamento da destinação desses resíduos.

A discussão dos resultados será feita no **Capítulo 9.0**.

- Emissões atmosféricas e ruídos

No período foi realizado o monitoramento periódico de fumaça preta utilizando a Escala Ringelmann com base no PS CCBM 220 15 – Emissões Atmosféricas e Ruídos. Quando realizada a verificação de que o equipamento apresenta valor insatisfatório o mesmo é enviado para manutenção, sendo liberado para uso somente quando um novo monitoramento apresentar resultado satisfatório em relação aos parâmetros exigidos pela ABNT NBR 6016.

O monitoramento de fumaça preta no período de janeiro a março de 2015 foi registrado em tabela no RGM-E do PCAI de março. Os resultados são descritos no **Capítulo 9.0**.

O consórcio também faz o controle de poeiras, o que foi evidenciado por meio de Registro Fotográfico como anexo ao RGM-E.

O RGM-E, no entanto, reporta a redução das atividades de umectação das vias no período, pelo fato de ser época de chuvas.

Em relação ao ruído, estava prevista uma medição em março de 2015, já que a última ocorreu em março de 2014 e a periodicidade prevista é anual. Mesmo o RGM-E sendo de março de 2015, e o 9º RSAP sendo do período de janeiro a março, estes não incluíram os resultados desta medição, nem justificaram o fato da mesma não ter sido realizada.

- Controle de erosão e assoreamento

Nenhuma atividade específica de controle de erosão e assoreamento foi descrita no RGM-E de março.

- Práticas de prevenção da poluição durante a manutenção, abastecimento e lubrificação de equipamentos

Não há informações no período.

- Áreas Contaminadas

Não há informações no período.

Além da verificação documental, cujos resultados estão apresentados acima, a verificação dos controles ambientais adotados nas obras foi feita também com base nas inspeções de campo em algumas das frentes de obra realizadas pelo consultor independente no período de 11 a 15 de maio de 2015.

As observações efetuadas em ambas as inspeções, evidenciando situações adequadas e inadequadas de adoção das medidas de controle ambiental e de recuperação previstas no PCAI e no PRAD, são apresentadas resumidamente a seguir. O **Registro Fotográfico**

do PCAI apresentado no **Anexo 3** ilustra as condições verificadas em cada uma das inspeções.

### **Observações**

#### **AE-B3 (Fotos 01 a 04)**

A exploração da área de empréstimo AE-B3 está sendo realizada, neste momento, apenas setor torre de telefonia, uma vez que já foi encerrada nos setores do campo de futebol e da ETE.

- O setor torre de telefonia (**Fotos 01 e 02**) está em exploração neste momento, sendo que as condições de exploração são muito adequadas. A escavação é realizada em regime de horizontalização constante e não existem feições de erosão e pilhas de solo solto. Tendo em vista as grandes dimensões da plataforma, conforme já havia sido sugerido na missão de monitoramento anterior, é interessante realizar de maneira mais efetiva a orientação e dissipação do escoamento superficial. No momento, existem três pontos de lançamento do escoamento superficial, os quais foram protegidos com bacias de retenção de sedimentos.
- Foi verificado no campo que uma extensão do setor torre de telefonia havia sido marcada e estava sendo decapeada (**Fotos 03 e 04**). A escavação neste trecho ainda não foi iniciada, mas deve atingir de 8 metros de profundidade em relação à superfície do terreno, conforme as marcações encontradas em campo.

#### **AE-B2 (Fotos 05 a 08)**

- Exploração de área de empréstimo de solo encerrada, sendo que o material escavado foi utilizado nas barragens e dique de fechamento do reservatório intermediário. A escavação foi realizada em regime de horizontalização constante e os taludes de corte resultantes foram rebatidos, resultando em uma rampa única que foi subdividida por terraços horizontais. A área recebeu os serviços finais de conformação, instalação de dispositivos de drenagem (terraços e bacias de retenção de solos carreados) e implantação do projeto de recuperação ambiental. As fotos mostram a regeneração da proteção superficial por meio do banco de sementes do solo e da germinação das sementes aplicadas em toda área, a situação dos núcleos de mudas de espécies nativas e a vegetação nativa ocupando os refúgios de fauna terrestre. É interessante notar, também, o bom desempenho das curvas de nível na orientação do escoamento superficial, inclusive propiciando a infiltração desta água no terreno; não foram identificadas curvas de nível rompidas pela ação da chuva, o que é muito comum em situações semelhantes.

#### **AE- E1 (Fotos 09 a 14)**

- Área de empréstimo localizada fora da área de inundação do reservatório intermediário, na região da Barragem Santo Antônio, e que será objeto de recuperação completa após o término da exploração. A exploração da AE foi

realizada de maneira irregular, o que resultou em várias cavidades, pilhas de solo solto e blocos de rocha dispersos por toda a área. O CCBM iniciou a implantação do projeto de recuperação da área, o qual inclui o abatimento das escavações, curvas de nível e bacias para acumulação de sedimentos e água pluvial. Além disto, vem sendo realizada a implantação de núcleos com mudas nativas e a semeadura com gramíneas e leguminosas. A evolução da implantação do PRAD é boa e a situação da área atualmente está muito melhor da verificada na última missão de monitoramento, sugerindo que efetivamente está área poderá ser efetivamente recuperada, apesar da maneira inadequada em que foi realizada a exploração do solo no local. O problema mais significativo observado é a presença de animais (bovinos e caprinos) que costumam ser encontrados no local atrás de pastagens e que podem resultar em danos para as mudas plantadas.

#### PRAD do ETC (Fotos 15 a 16)

- No fim da construção da ETC restaram duas áreas a serem recuperadas, as quais, apesar de terem sido degradadas durante a construção, não seriam mais utilizadas na operação do porto. Estas áreas estão localizadas dois lados da via de acesso à rampa de carga e descarga. Os dois trechos foram plantados cerca de 2 anos atrás, tendo sido realizada a regularização do terreno, espalhamento de solo vegetal e plantio em linha de mudas de espécies nativas. As mudas plantadas apresentam bom desenvolvimento, praticamente alcançando a altura máxima desenvolvida pelas gramíneas, o que dispensa a necessidade de manutenções frequentes e sugere que o plantio tende evoluir como o esperado. É interessante notar, também, que a pega das mudas foi muito boa, sendo raro encontrar mudas mortas ou espaços vazios no plantio.

#### Alojamento do CMBM (Fotos 19 a 28)

- A construção dos alojamentos, refeitório, áreas de vivência e lavanderia para receber os funcionários do CMBM foi retomada, mas ainda existe grande quantidade de atividades a serem realizadas. A situação verificada é muito diferente da encontrada na última missão de monitoramento, quando o local está quase abandonado. A área recebeu parte sistema de drenagem definitiva, proteção superficial dos taludes de corte com hidrossemeadura e melhoria do revestimento dos acessos internos. No entanto, ainda restam várias áreas sem proteção superficial e o sistema de drenagem está incompleto, pois ainda não foram construídos os dissipadores de energia nos pontos de lançamento de água.
- A Estação de Tratamentos de Esgotos Sanitários permanecia sem definição definitiva sobre a implantação ou utilização do sistema existente do CCBM.

#### *Sítio Canais*

#### Estrutura de Enchimento do Canal de Derivação (Fotos 29 a 32)

- A construção da estrutura de enchimento do canal de derivação envolve escavação em solo e rocha, construção civil e montagem eletromecânica, ou seja, um

complexo conjunto de ações que envolvem uma grande quantidade de equipes. Esta obra está localizada distante das frentes de obra mais importantes do Sítio Canais, mas mesmo assim tem recebido o cuidado necessário pelas equipes de meio ambiente do CCBM. Na vistoria foi possível verificar a existência de áreas de vivência para os trabalhadores, bebedouros, sanitários e recipientes para o recolhimento dos resíduos recicláveis e não recicláveis.

#### Central de Gerenciamento de Resíduos (Fotos 33 a 34)

- A quantidade de resíduos acumulados na central voltou a aumentar, mas ainda em quantidades que permitem o acondicionamento de maneira adequada. Os resíduos estão sendo manipulados para melhorar o aproveitamento da incineração e separar os materiais que podem ser reaproveitados como sucata metálica.

#### Bota-Foras (Fotos 35 a 52)

- Em ambas as margens do Canal de Derivação estão sendo construídos cerca de 40 conjuntos de diques e bota-foras para receber os excedentes de escavação deste trecho da obra.
- Os bota-foras foram construídos após a supressão da vegetação, decapeamento do solo superficial e escavação de um canal central para escoamento das águas; o canal é revestido com enrocamento para proteção contra erosão fluvial; e junto ao Canal de Derivação é construído um dique com bacia de amortecimento das vazões de cheia; o dique de terra compacta é munido de duas estruturas de concreto, um descarregador de fundo para drenagem das vazões normais e esvaziamento da bacia de amortecimento e um vertedouro de soleira livre para as vazões excepcionais.
- Dentre os bota-foras previstos para o trecho do Canal de Derivação existem vários cuja capacidade de deposição de material já foi totalmente aproveitada e uma pequena quantidade que está sendo utilizada para a deposição de solo e rocha das escavações ainda não concluídas. Na presente missão de monitoramento foram realizadas inspeções em bota-foras em vários estágios de utilização, desde a deposição de solo e rocha até os serviços de manutenção do PRAD.
- Em julho de 2013 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras identificados como BF-27, BF-2, BF-30, BF-32, BF-36-B, BF-37, BF-38, BF-39, BF-40 e BF-41. Nesta oportunidade não foram encontradas situações inadequadas de utilização das áreas inspecionadas.
- Em setembro de 2013 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras identificados como BF2, BF6, BF11, BF17 e BF23.
- Em fevereiro de 2014 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras BF-17, BF-32, BF-32/Sistema Xingu, BF-38, 39 e 40 e BF-36.

- Em fevereiro de 2014 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras BF-36B, BF-37 e BF-38.
- Em agosto de 2014 foram verificadas as situações de uso ou recuperação dos bota-foras BF-11, BF-33, BF-36B, BF-37 e BF-39.
- Em novembro de 2014 foram verificadas as situações de uso ou recuperação dos bota-foras BF-32, BF-33, BF-40 e BF-41.
- Em fevereiro de 2015 foram verificadas as situações de uso e recuperação dos bota-foras BF-33, BF-36 e BF-37.
- Em maio de 2015 foram verificadas as situações de uso e recuperação dos bota-foras BF-01, BF-36B, BF-49, BF-17 e BF-18.
- BF-01 (**Fotos 35 a 38**): o bota-fora está sendo utilizado para deposição de solo da escavação do canal de derivação, principalmente, no trecho entre a estrutura de enchimento do canal e a captação de água no Rio Xingu. O projeto do bota-fora previa o aproveitamento de ambos os lados do igarapé com a construção de diques perimétricos de blocos de rocha e manutenção do curso d'água no centro. No momento, está sendo realizada a deposição de material apenas na margem direita do igarapé, sendo que a margem esquerda continua preservada. No entanto, o dique perimétrico não está completo, pois ainda não foi lançado no setor mais a montante.
- BF-36B (**Fotos 39 a 42**): Esta área recebeu os serviços de conformação topográfica, drenagem, recobrimento com solo orgânico e plantio de mudas de espécies nativas. No entanto, a área plantada foi infestada com gramíneas muito agressivas que recobrem todo o solo e sufocam as mudas, conforme pode ser verificado nas fotos. A situação atual do bota-fora coloca em dúvida as possibilidades da área ser recuperada sem que sejam realizadas medidas mais efetivas contra as gramíneas. Apesar disto, a saia do aterro voltada para o canal de derivação, que antes apresenta problemas com feições de erosão, foi recuperada e, aparentemente, não inspira preocupação.
- BF-49 (**Fotos 43 a 48**): Esta área foi a última área que recebeu plantio no último ano agrícola e está passando pela primeira atividade de manutenção. Nas fotos pode ser observada a roçada dos núcleos, coroamento das mudas, adubação e replantio de mudas perdidas. É possível verificar, também, que apesar da semeadura com leguminosas, as áreas entre os núcleos permanecem sem proteção superficial mais efetiva.
- BF-17 e BF-18 (**Fotos 49 a 52**): Os bota-foras 17 e 18 são exemplos de áreas onde a implantação do PRAD apresentaram problemas com drenagem interna, invasão com espécies agressivas de gramíneas e perda das mudas plantadas. Aparentemente, o espalhamento do solo vegetal foi nefasto para o plantio, pois propiciou a regeneração de espécies agressivas que sufocaram o desenvolvimento das mudas de espécies nativas plantadas. Atualmente, ambos os bota-foras



apresentam densas e altas infestações por gramíneas, mas o BF-17 foi invadido por grande quantidade de pequenas árvores características das vegetações pioneiras da região.

### ***Travessão 55***

#### **Travessão 55 / Igarapé Cobal (Fotos 53 a 55)**

- Na inspeção ao longo de praticamente todo o travessão foi possível verificar que a última aplicação de hidrosseadura foi muito eficiente na proteção superficial dos taludes de corte, saias de aterro e canteiros laterais. No trecho da travessia do Igarapé Cobal o revestimento primário da estrada apresenta boas condições de tráfego, existem bacias de amortecimento hidráulico e retenção de sedimentos nos canteiros laterais e os taludes de corte e saias de aterro apresentam proteção superficial bem desenvolvida.

#### **Dique 11-D / Igarapé Cobal (Fotos 56 a 58)**

- O dique que intercepta do Igarapé Cobal foi concluído, incluindo coroamento e proteção do paramento de montante com rip-rap, hidrosseadura do paramento de jusante e proteção das canaletas de bermas com rachão.

#### **Travessão 55 / Igarapé Cajueiro (Fotos 59 a 62)**

- No trecho da travessia do Igarapé Cajueiro o revestimento primário da estrada apresenta boas condições de tráfego, existem bacias de amortecimento hidráulico e retenção de sedimentos nos canteiros laterais e os taludes de corte e saias de aterro apresentam proteção superficial bem desenvolvida. No talvegue, entre o dique 14 e o travessão, foi construído um filtro de rachão que propicia a retenção de sedimentos e protege o trecho de jusante do igarapé.

#### **Dique 14C/E / Igarapé Cajueiro (Fotos 63 a 66)**

- O Dique 14C/E ainda está em construção, sendo que no momento as atividades estão paralisadas. O igarapé Cajueiro está barrado neste trecho, sendo que a sua vazão ecológica é mantida por meio do bombeamento de água de montante para jusante do dique.

#### **Igarapé Paquiçamba / km 29 (Fotos 67 a 68)**

- O trecho do Travessão 55 na altura da travessia do igarapé apresenta boas condições para o trânsito de veículos. As deficiências do sistema de drenagem definitivo identificadas na última inspeção foram sanadas, especialmente com a complementação do sistema de drenagem definitivo e a proteção superficial das saias de aterro e canteiros laterais.

### Dique 19E / Igarapé Ticaruca (Fotos 69 a 70)

- O Dique 14C/E ainda está em construção, sendo que no momento as atividades estão paralisadas. O igarapé Ticaruca não está barrado neste trecho, sendo que a sua vazão ecológica mantida por meio de uma tubulação subterrânea por sobre o dique.

### Dique 28 / Igarapé Paquiçamba (Foto 71)

- O Dique 28 ainda está em construção, sendo que no momento as atividades estão paralisadas. O igarapé Ticaruca não está barrado neste trecho, sendo que a sua vazão ecológica mantida por meio de uma tubulação subterrânea por sobre o dique.

### *Sítio Pimental*

#### Margem Direita – Bota-fora – BF-MD3 (Fotos 72 a 75)

- As medidas de contenção de erosão adotadas na área onde está sendo construído o bota-fora estão se mostrando eficientes, pois não se observam quantidades significativas de materiais depositados ou transportados para além da leira de resíduos vegetais que marca os limites do bota-fora. Destaca-se a inclinação da plataforma do aterro que foi retificada de maneira que o escoamento seja direcionado no sentido contrário da saída do aterro e em direção ao terreno natural

#### Acesso ao BF-MD3 (Fotos 76 a 79)

- No acesso ao bota-fora BF-MD3 existe grande quantidade de solo solto, feições de erosão e taludes de corte verticais ou irregulares. A atual situação do acesso não propicia o direcionamento controlado do escoamento superficial e promove a formação de feições de erosão e o carreamento de solo para as regiões deprimidas fora das áreas liberadas para utilização como bota-fora.

#### Acesso entre a Ombreira Direita, a Pedreira e BF-MD3/2 (Fotos 80 a 83)

- O acesso em construção atravessa uma área úmida com, pelo menos dois pequenos igarapés. O CCBM substituiu os tubos dos bueiros para melhorar o fluxo de água e diminuir o empoçamento de água a montante do acesso, construiu várias caixas de amortecimento hidráulico retenção de sedimentos em ambos os lados do acesso e elevou e melhorou o piso do acesso. Aparentemente, o escoamento da água melhorou em relação à missão de monitoramento anterior, pois o empoçamento de água a montante do acesso é menos evidente.

#### Margem Direita – Área de Empréstimo (Fotos 84 a 89)

- A exploração da área de empréstimo foi iniciada, mas ao contrário do esperado, está sendo realizada de jusante para montante, ou seja, da parte mais baixa do terreno em direção à parte mais alta. Este método de exploração dificulta a

recuperação anterior, pois obriga a realização de extensos serviços de reconformação da escavação. Na presente missão de monitoramento foi verificado que a exploração da área não foi reiniciada e que foram adotadas medidas de disciplinamento do escoamento superficial e controle de erosão. As medidas adotadas incluíram construção de bacias de amortecimento hidráulico e retenção de sedimentos em terra e/ou rachão, valetas de drenagem e reforço do pavimento do acesso e proteção das suas margens com dique perimétrico. No entanto, é necessário observar que as bacias de amortecimento a montante do acesso foram construídas com blocos muito grandes, o que diminui a eficiência da retenção de solos finos.

#### Margem Esquerda – Bota-Fora - BF-IPJ (Fotos 90 a 93)

- Foi verificada a situação de implantação do PRAD na área do bota-fora. As medidas adotadas compreendem a distribuição pelo terreno dos montes de resíduos vegetais para refúgio da fauna, dos poleiros de sarrafos e dos núcleos de mudas. Além disto, são mantidas valas escavadas para drenagem da área, as quais receberam tratamento com semeadura de gramíneas, e descidas d'água protegidas com blocos de rocha.

#### Pedreira da Margem Esquerda (Fotos 94 e 95)

- A pedreira da margem esquerda do Sítio Pimental foi desativada e, atualmente, a cava está sendo usada para deposição de solos inservíveis.

#### Área de Empréstimo Pedreira da Margem Esquerda (Fotos 96 e 97)

- O local recebeu a conformação do terreno, com eliminação de pilhas de solo solto e cavas isoladas, curvas de nível e bacias de amortecimento hidráulico e retenção de sedimentos. No momento, o local está sendo semeado com gramíneas e leguminosas e, posteriormente, irá receber o plantio de mudas por nucleação. Estas medidas resolvem uma situação não desejável, pois a área foi encerrada, mas não se tinha definição quanto a sua utilização futura como área de apoio provisória ou recuperação ambiental.

#### Alojamento da Andritz Hydro (Fotos 98 e 105)

- A Andritz Hydro está instalando escritórios administrativos, alojamentos, refeitório, áreas de vivência e lavanderia numa área previamente preparada pelo CCBM. O alojamento será equipado com uma estação de tratamento para o efluente produzido na lavanderia. Na inspeção no local foi possível verificar que as várias situações inadequadas de controle e recuperação ambiental encontradas na missão de monitoramento passada foram parcialmente corrigidas. Por exemplo, as feições de erosão, a proteção superficial nos taludes de corte e saias de aterro e os lançamentos de água foram corrigidos, o sistema de drenagem definitivo foi reparado e desobstruído, as pilhas de solo solto foram recolhidas ou espalhadas e foram melhoradas as condições de coleta e armazenamento de resíduos. Permanecem

necessárias várias medidas de controle de erosão e drenagem definitiva, as quais não devem ser adotadas em conjunto com a evolução da obra de construção das instalações.

No que diz respeito ao tratamento de não conformidades levantadas pelo próprio CCBM, em suas inspeções de auto-monitoramento, o 9º RSAP apresentou como anexo as Planilhas de Acompanhamento das Ações do Relatório de Providências do PCAI e do PRAD, para os meses de janeiro a março, incluindo os resultados das inspeções de campo realizadas pelo consórcio nos sítios construtivos, o que permite verificar os itens que mais apresentam desvio, os sítios com maior quantidade de desvios e o status de atendimento dos mesmos. Com isso é possível verificar que o CCBM vem realizando o auto-monitoramento e a gestão dos desvios.

Em relação às não conformidades resultantes da supervisão ambiental realizada pela NE, através da empresa BIOCEV, o 9º RSAP apresenta os resultados no período. Maiores detalhes sobre essa supervisão são apresentados adiante, na **Seção 4.2.1.3**.

Em relação aos treinamentos ambientais com os trabalhadores do CCBM, nenhuma informação é apresentada no 9º RSAP. O relatório periódico cita apenas que a grade de treinamentos internos do CCBM é extensa. Espera-se que no próximo RSAP sejam incluídas informações sobre este assunto.

#### 4.2.1.2

##### **Supervisão Ambiental da Norte Energia na OP**

As atividades da BIOCEV como coordenadora do PAC no período foram reportadas no 9º RSAP.

Como evidência, foi enviado, no Anexo 5.2-1 do RSAP, um relato dos Resultados da Supervisão de Meio Ambiente da BIOCEV/NE sobre a Obra Principal – janeiro a março de 2015, contendo 5 anexos:

- Relatórios de inspeções dos RDs encerados.
- Matrizes de gestão dos desvios (ROs e RNCs) resultantes das inspeções nas atividades do CCBM, CMBM, Andritz e Isolux.
- Mapas dos RDs do PRAD e do PCAI.
- RDs encaminhados para enquadramento legal.
- Demonstrativo de Inspeções de Campo PRAD e PCAI.

Com os dados do demonstrativo de inspeções de campo, verificou-se que no período de outubro a dezembro de 2014 foram realizadas 292 vistorias do PCAI e 290 do PRAD, nos vários sítios construtivos. As vistorias do PCAI também abrangem as montadoras CMBM e Andritz, e a Isolux, e as do PRAD, também a Isolux.

A fiscalização no período deste relatório resultou na elaboração de 33 (trinta e três) Registros de Desvios (RDs) do PCAI, sendo a maior parte da Isolux (13), e 11 RDs do PRAD, todos do CCBM. Dos 33 RDs do PCAI, 23 foram Registros de Não

Conformidades (RNCs) e 10 foram Registros de Ocorrência (ROs). Em relação aos desvios do PRAD, 6 foram RNCs e 5 foram ROs.

O Relatório Gerencial Mensal da Coordenadora apresentou, de maneira independente para cada empresa - CCBM, CMBM, Andritz e Isolux, o controle do status e das categorias dos desvios. Para o CCBM, foram incluídos também gráficos de controle do local de ocorrência do desvio.

Além desses controles individuais por empresa, para o CCBM foram elaborados gráficos, para o período, consolidando todos os parâmetros de controle para os desvios do PCAI e do PRAD, ou seja, gráficos mostrando os tipos de RDs em aberto por local de ocorrência e por categoria.

Além do controle para o período, o Relatório apresentou também a gestão os quantitativos totais (até o momento, não só para o período) dos registros de desvios elaborados para todas as empresas fiscalizadas (CCBM, CMBM, Andritz e Isolux).

Por fim, apresentou-se um comparativo entre os Registros de Desvio dos programas PCAI e PRAD do 1º trimestre de 2014 e do 1º trimestre de 2015.

Os registros de desvios foram espacializados por meio do Sistema de Informação Geográfica da BIOCEV (SIG-BIO), gerando mapas para o PCAI e PRAD, para cada sitio construtivo. Esses mapas do SIG-BIO com a situação em março de 2015 foram enviados como Anexo ao 9º RSAP.

O 9º RSAP continua a reportar, em relação à gestão da conformidade, a realização das reuniões do PAC no período. O Relatório Gerencial Mensal da BIOCEV incluiu também a informação do início ao trâmite de RD's por meio do Sistema de Gestão de Projetos – SGP da NE ocorrido em fevereiro. Este Relatório reportou também a realização de reunião de alinhamento, em março, o CCBM e a NE, referente à gestão dos Registros de Desvios, na qual ficou decidido que a BIOCEV irá anexar o relatório de inspeção de campo no SGP quando houver o enceramento de um RD.

#### **4.2.1.3**

##### **Controles Ambientais e Supervisão nas Obras do Entorno**

A NE apresentou, por meio do Relatório Gerencial Trimestral das Obras do Entorno e Executoras do PBA (RGT\_OE\_PBA\_Jan\_Mar\_15 ver 0, anexo 5-2\_3\_SSTMA\_OE do 9º RSAP), as informações decorrentes do processo de supervisão ambiental realizada por seus Técnicos de Segurança do Trabalho, supervisionados pela Analista Ambiental. A abrangência dessa supervisão partiu de 77% das obras em execução no mês de janeiro e chegou em 92% em março/2015. No final do período (trimestre) todas as empresas executoras foram supervisionadas. Os impedimentos de realização da supervisão ocorrem por diversos motivos, principalmente nas obras indígenas.

No período, o número de desvios ambientais resultou em 47 em janeiro, 31 em fevereiro e 87 em março/2015; 51% de todos os desvios do trimestre estão distribuídos entre os

macro-temas “Check-list de Meio Ambiente”, “Resíduos” e “Organização e Limpeza”. Dentre os temas indicados pela NE no Gráfico 2 não foi possível identificar quais foram os outros temas relacionados à MA, exceto aqueles considerados na categoria “Outros”. O primeiro grupo corresponde ao agrupamento de registros de desvios ocorridos até o início de 2015 e que resultou numa recomendação da consultoria independente de a categoria ampla denominada “Meio Ambiente” fosse desmembrada, para possibilitar a identificação do tema específico que deveria ser melhorado. Assim, é esperado que no próximo período a NE indique os desvios por macro-temas.

Conforme mencionado na Subseção 3.1.2 do Relatório Gerencial Trimestral, a NE não se utiliza de RNC para gestão ambiental das OEs, mas apenas identifica os desvios e os registra para correção pelas empresas contratadas que possuem diferentes capacidades de reação e absorção das lições aprendidas.

Em março havia 27 contratos distribuídos entre 20 empresas que atuam sob responsabilidade de Norte Energia. As empresas possuem diferentes níveis de capacidade e cultura de gestão das questões ambientais, sendo que apenas duas empresas contam com técnico dedicado às questões ambientais. A variação do percentual de desempenho ambiental é bastante grande, variando de 0% a 100%. Desses contratos, 10 (59%) apresentavam resultados inferiores a 70% em janeiro; 9 (64%) em fevereiro; e, 15 (68%) em março/2015. De todos os monitoramentos do trimestre 64% apresentaram valores abaixo de 70% de conformidade, reforçando o alerta registrado desde a consolidação do processo de supervisão das OEs. A gestão definida pela NE para gerir seus contratos em relação ao atendimento dos aspectos legais de Meio Ambiente não se mostra eficiente, inclusive não existem ferramentas adequadas para modificação do cenário num curto espaço de tempo com base na estrutura e cultura das empresas contratadas. As práticas adotadas pela NE chegam até o ponto de encaminhar notificações por meio de Comunicações Externas (CE) para as contratadas e Comunicações Internas (CI) para os gestores e superintendentes de contratos. É importante reforçar que a curta duração de alguns contratos também acarreta maiores dificuldades na metodologia da NE, pois ao apresentar os primeiros sinais de melhora de desempenho, os contratos são finalizados por término da atividade. Também é certo afirmar que a obrigação de contratação de empresas locais também corrobora para os baixos resultados de desempenho ambiental, embora ações de desenvolvimento de fornecedores estejam ao alcance do empreendedor.

É importante, dado o contexto acima, que a NE reavalie sua estratégia de contratação, gestão e manutenção das empresas executoras das Obras do Entorno, não só relacionada às atividades da Equipe de SSTMA, mas também das Gerencia de Contratação e de Gestão dessas obras.

A NE não realizou auditorias no período, baseando sua supervisão nas Listas de Verificação aplicadas por seus Técnicos de Segurança do Trabalho e reuniões com algumas das principais empresas.

A NE demonstrou ter controle em diversos contratos no que diz respeito à manutenção de cópia dos comprovantes de destinação e das Licenças Ambientais dos locais que

recebem os resíduos das empresas contratadas para execução das OEs. Entretanto, diferentemente do que determina o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PL NES GABM SGA 003/2013) – Emissão inicial em abril/2013 – ainda existem algumas lacunas a serem corrigidas, conforme apresentado na Subseção 3.1.2.

Em relação ao Centro de Estudos Ambientais – CEA, a Equipe de SSTMA indica que não houve evolução significativa na reforma da cozinha / refeitório postergada para 2015.

#### Supressão Vegetal do Reservatório Intermediário

As informações decorrentes da Supervisão das atividades de Supressão Vegetal não possibilitam qualquer interpretação sobre o real desempenho ambiental dos contratos ou comparação entre contratos nesta disciplina, pois o foco desta supervisão é Saúde e Segurança do Trabalho.

Foram registrados desvios em dois temas nitidamente ambientais ao longo dos três meses do período. São eles: “Transporte, Manuseio E Armazenagem De Produtos Químicos E/Ou Inflamáveis” com 11 desvios; e, “Cont. Solo E/Ou Água” com apenas 1 desvio.

A NE concluiu, de maneira global (incluindo Saúde e Segurança do Trabalho), sobre um atendimento classificado como ÓTIMO das empresas CKTR, LAEC, LEI, Naturasul, FX Minas e Penha (acima de 90% em todo o trimestre).

A ISOLUX e a DWE apresentaram resultados variando de RUIM a BOM no período, porém a DWE não recuperou sua performance no final do período.

#### **4.2.2**

#### **Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)**

Tendo em vista o avanço das obras da UHE Belo Monte e a conclusão das atividades construtivas em obras auxiliares, como os Travessões 27 e 55, além do encerramento de partes parte das áreas de empréstimo e bota-foras, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) assume cada vez maior relevância na análise da conformidade.

O histórico de áreas recuperadas pode ser resumido nas seguintes quantidades:

- Ano 2012/2013: 6,0 ha (áreas de empréstimo utilizadas para a construção do Travessão 27 e ao longo do mesmo);
- Ano 2013/2014: 145,0 ha;
- Ano 2014/2015: 95,45 ha (previsão do Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, fevereiro de 2015).

O Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, fevereiro de 2015, apresentou um panorama da situação de implantação do PRAD nas áreas com utilização já encerrada, especialmente nos Sítios Belo Monte e

Canais. O planejamento de plantios para o ano agrícola 2014/2015 foi apresentado no mesmo relatório de consolidação, tendo sido previsto um total de 95,45 ha, distribuídos conforme **Quadro 4.2.2.a**.

**Quadro 4.2.2.a**  
**Planejamento para o PRAD - ano agrícola 2014/2015**

Unidade Construtiva	Estrutura		Área PRAD período agrícola 2014/2015 (ha)
Canais e Diques	Bota Fora	BF-36B/37	10,11
		BF-40	18,99
		BF-41	17,66
Belo Monte	Área de Empréstimo	B2	11,43
	Bota Fora	BF-04	18,5
Pimental	Bota Fora	BF-MD2	2,2
	Bota Fora	BF-IPJ	13,17
	Canteiro	AC-1	3,39
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>95,45</b>

Fonte: Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, fevereiro de 2015.

No mesmo relatório foi apresentado o documento “Uma Readequação Metodológica dos Objetivos, Metas e Indicadores de Monitoramento do PAC”, no qual foram estabelecidos indicadores para monitoramento para dar suporte à análise crítica dos resultados obtidos às tomadas de decisão e ao novo planejamento, contribuindo para o processo de melhoria. Com relação à implantação do PRAD, ficou estabelecido que o indicador “1.1. Quantidade de área recuperada no ano agrícola” teria meta anual de “cumprir 95% do previsto par recuperação programada no Planejamento Anual de Recuperação de Áreas Degradadas”.

O 9º RSAP informou que no período coberto por este relatório foi aprovado o Padrão de Sistema de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) – R02. Este PS é o documento básico da NE para orientar as suas contratadas na elaboração, apresentação e implantação projeto de recuperação e monitoramento posterior das áreas recuperadas. Deste documento são destacados, neste momento, os seguintes aspectos:

- **Campo de aplicação:**  
 “Aplica-se a todas as obras da UHE Belo Monte, tais como locais de obras temporárias que serão desmobilizadas, vias de acesso, canteiro de obras e acampamentos; subestações e linhas de transmissão (redes internas da obra para a transmissão de energia), áreas de empréstimos, jazidas, bota-foras, bota-esperas e estoques de material construtivo entre outros.  
 Embora possam existir outras áreas que serão submetidas à recuperação e reabilitação também impactadas pela implantação do empreendimento, é importante salientar que este documento se reporta exclusivamente às áreas vinculadas ao Programa Ambiental de Construção (PAC).”



- Referências documentais:
  - “Ofício 111/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA - Termo de Referência – Estabelecer procedimentos para apresentação de projeto a ser implementado em áreas do programa de recuperação de áreas degradadas – PRAD onde haverá efetivo plantio de espécies arbóreas para fins de geração de crédito de reposição florestal, 29 de maio de 2012;”
- Condições Específicas:
  - Elaboração do Plano de Recuperação Ambiental Geral da Obra: documento estratégico para recuperação ambiental das áreas degradadas pela obra.
  - Elabora do Projeto Executivo de Recuperação de Área Degradada: projeto detalhada de cada área a ser recuperada.
  - Especificidades Metodológicas: detalhamento das soluções de projeto recomendadas pela NE.
- Monitoramento: estabelecimento de indicadores de acompanhamento válidos para o 1º, 2º, 3º e 4º anos pós o plantio das áreas.
- Indicadores do 1º ano pós o plantio
  - Taxa de sobrevivência de mudas plantadas;
  - Desenvolvimento das mudas (diâmetro a altura do coleto – DAC) por espécie;
  - Percentagem de cobertura do solo pelas espécies herbáceas de interesse.
  - Além disto, devem ser observados os seguintes aspectos:
    - Estado fitossanitário (ocorrência de pragas e/ou doenças), indicando o número de mudas atacadas;
    - Uso pela fauna (como presença de ninhos ou espécies se alimentando);
    - Avaliação da regeneração natural;
    - Ocorrência de processos erosivos, informando o tipo de erosão (laminar, sulcos, voçorocas) com dimensionamento quando aplicável;
    - No caso de existência de estruturas de controle de drenagem pluvial, deverá ser observada a eficiência das mesmas.
    - Estado físico das cercas, quando existentes.
- Indicadores do 2º e 3º anos pós o plantio
  - Além dos indicadores citados na primeira fase, deve ser avaliada também a fenologia (floração e frutificação), a presença de outras formas de vida (lianas, epífitas) e, no caso dos indivíduos regenerantes, a avaliação dos processos de dispersão – se oriundos de espécies do entorno ou das espécies presentes no plantio.

- Indicadores do 4º ano pós o plantio
  - Além dos indicadores das fases anteriores, também deverão ser avaliadas a fauna, a presença de estratos na vegetação (indivíduos de sub-bosque, de dossel e emergentes) e tomadas medidas de Diâmetro à Altura do Peito – DAP dos indivíduos arbóreos.

O Parecer PAR 02001.000415/2015-93 COHID/IBAMA analisou as atividades deste programa apresentadas no 6º Relatório de Consolidação Semestral, sendo que as principais observações foram as seguintes:

- Os indicadores de avaliação do programa não estão apresentando consistência suficiente para avaliar o seu andamento. O 6º RC havia proposto novos parâmetros de avaliação com atualização de planilhas de objetivos e metas, relatórios gerenciais e avaliação de relatórios consolidados. Esta mudança deverá ser apresentada no próximo relatório semestral.
- Os projetos de recuperação deverão atender ao termo de referência expedido pelo IBAMA. Os projetos devem atender ao formato do TR e incorporar considerações e recomendações das Notas Técnicas 5700/2013 e 5945/2013.
- Os projetos de recuperação com plantio arbóreo deverão solicitar o quantitativo a ser concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal.
- Apresentar o planejamento atualizado do ano agrícola 2014/15.

O Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes, de fevereiro de 2015, que apresenta um relato consolidado do programa (Capítulo 3.2), atende apenas parcialmente às recomendações do referido parecer do IBAMA. Desta forma, o próximo relatório a ser apresentado ao IBAMA, quer seja uma complementação do relatório final ou um relatório consolidado periódico, deverá rever a apresentação dos resultados e atender às observações do PAR 02001.000415/2015-93 COHID/IBAMA.

O **Anexo 3** apresenta os registros fotográficos das áreas de implantação do PRAD visitadas na presente missão de monitoramento. As observações de campo das áreas já recuperadas são apresentadas na **Seção 4.2.1.1**, junto com as observações do PCAI.

#### 4.2.3

##### **Fiscalização Externa – Entidades Oficiais**

O 9º RSAP informa as seguintes vistorias realizadas por entidades oficiais na UHE Belo Monte no trimestre deste relatório.

- Vistoria da execução do Plano de Ação de Controle da Malária (PACM), realizada no período de 02 a 06 de março de 2015, contando com a participação de solicitamos um representante da Secretaria Estadual de Saúde do Pará.
- Vistorias nas aldeias inseridas na área de abrangência da UHE Belo Monte, para verificação dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário,

em conjunto com o Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/Altamira, em março de 2015.

As inspeções do Ministério do Trabalho são tratadas na **Seção 4.3.5** deste Relatório.

### **4.3**

#### **Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Construção e Montagem**

Nesta seção serão apresentados e comentados os dados de desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) reportados pela NE em seu 9º RSAP, incluindo os relatórios mensais e trimestrais emitidos pela Equipe de Segurança do empreendedor. As informações são divididas em 3 (três) grupos distintos: i) Norte Energia (NE); ii) Obra Principal; e, iii) Obras de Entorno (OEs), cada um contendo também o resultado da missão de monitoramento e avaliação da Consultoria Socioambiental Independente (CSI).

Para consolidação da análise do desempenho de SST da Construção e Montagem, foram analisados, além dos resultados reportados pela NE no seu 9º RSAP, que inclui informações da BIOCEV, os dados coletados na missão de campo, reuniões realizadas com os diversos grupos de trabalho e outros documentos complementares (ver Lista de Documentos Consultados no **Anexo 1** e Reuniões e Inspeções Realizadas nos Quadros do **Anexo 2**).

Por fim, no **Anexo 4 e 5** é apresentado o **Registro Fotográfico de SST** referente às inspeções de campo realizadas no período de 11 a 15 de maio de 2015.

#### **4.3.1**

##### **Norte Energia (NE)**

Para garantir a gestão da saúde e segurança do trabalho de seus colaboradores diretos, a NE conta com um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), um Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e uma Comissão Interna para Prevenção de Acidentes (CIPA), em conformidade com os requerimentos legais.

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT está devidamente dimensionado ao grau de risco e ao número de empregados da NE, sendo constituído por um Técnico de Segurança do Trabalho e um Engenheiro de Segurança do Trabalho e com o seu registro protocolado na Secretaria Regional do Trabalho – SRT.

A Norte Energia possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. Em março de 2015 foi realizada a 6ª reunião da atual gestão (2014/2015). A posse da atual gestão ocorreu em setembro/2014. O processo eleitoral da renovação da CIPA transcorreu em conformidade com as diretrizes da NR-05.

A seguir são apresentados dados da supervisão de SST para a OP e OEs.

### 4.3.1.1

#### Inspeções de Segurança e Saúde da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)

##### *Lista de Verificação (LV) – Spot Check*

As verificações com LV avaliam desde documentos até a situação de conformidade operacional em campo e as instalações de apoio aos trabalhadores. Estas LVs são aplicadas tanto nas atividades realizadas durante os períodos diurno e noturno. O **Quadro 4.3.1.1.a**, a seguir, apresenta as quantidades de LVs aplicadas por localidade, por Sítio e por mês. O trimestre apresentou leve redução no total de LVs aplicadas em relação ao período anterior (redução de 7,7%).

No período, em decorrência da diminuição das atividades nos Sítios Canais e Bela Vista, o cômputo deverá ocorrer de forma unificada, tal como ocorre com a gestão do CCBM, que passou a tratar da mesma forma.

#### **Quadro 4.3.1.1.a**

##### **Quantidades de LVs de SST aplicadas - CCBM**

Sítio	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015	Total por Sítio
Belo Monte	137	151	121	409
Pimental	71	76	90	237
Canais e Diques	74	98	106	278
Total por mês	282	325	317	924

Fonte: 9º RSAP, abril/2015.

Os resultados globais dos sítios variaram entre 81% (Belo Monte em março/2015, pior resultado desde agosto/2014) e 93% (Pimental em janeiro/2015), conforme apresentado no **Quadro 4.3.1.1.b** abaixo. Com exceção do Sítio Pimental que melhorou 1 ponto percentual em relação ao último mês do trimestre anterior, os dois outros sítios tiveram desempenho menor, embora tenha reduzido sua conformidade de 93% em janeiro para 86% em março/2015.

#### **Quadro 4.3.1.1.b**

##### **Percentual de conformidade das LVs de SST aplicadas - CCBM**

Sítio	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015
Belo Monte	86%	85%	81%
Pimental	93%	85%	86%
Canais e Diques	86%	87%	82%

Fonte: 9º RSAP, abril/2015.

A NE apresenta em seu Relatório Trimestral de SST, mais especificamente nos Quadros 2, 3 e 4, os principais temas que resultaram em conformidade menor que 70% por Sítio. Os temas são bastante variados e, de acordo com as informações de campo os desvios são prontamente resolvidos. Para tanto, foi sugerido em Relatório de Monitoramento Socioambiental anterior que essas informações fossem comparadas com períodos anteriores para se avaliar criticamente se as ações corretivas têm surtido efeito e diminuído os percentuais de desvios ao longo dos meses. Nesse a avaliação apenas

trimestral não traz tantos benefícios para o projeto. A Análise Crítica foi realizada, inclusive comparando os resultados da Supervisão pela NE com os resultados dos Monitoramentos Internos do próprio CCBM para verificar similaridade ou então potencialização dos apontamentos para tratamento efetivo dos principais pontos críticos avaliados. Embora esta análise tenha sido realizada, seu resultado não fez parte do conjunto de informações encaminhadas no 9º RSAP.

A NE informou que a aplicação de LVs foi reforçada nos meses de abril e maio para buscar identificar novos pontos sensíveis dos processos para que novas medidas fossem adotadas para melhoria do resultado. Uma provável causa identificada pela NE foi que o CCBM reestruturou sua Equipe de SST, inclusive reduzindo a mesma em decorrência da diminuição de determinadas atividades. Com base nos resultados do trimestre, algumas dessas mudanças foram revistas para melhoria de desempenho, porém os resultados de desempenho poderão ser conferidos no próximo trimestre.

Em relação à Saúde Ocupacional foram aplicadas 46 LVs em janeiro, 38 em fevereiro e outras 48 em março/2015 sobre os mais diversos temas. Os resultados de desempenho variaram de 89% (em março no Sítio Belo Monte) e 87% (no Sítio Canais e Dique em fevereiro e março/2015). Apenas 4 temas apresentaram resultados abaixo de 80%: Restaurante; ASO; Manipuladores; e, Ergonomia.

#### *Registro de Desvio (RD)*

No primeiro trimestre de 2015, avaliando a planilha de RDs, observa-se que o CCBM reduziu sua *performance* em termos de atendimento dos desvios. O Sítio Belo Monte passou de 71% em janeiro para 60% em março/2015; o Sítio Pimental reduziu de 100% para 91 nos mesmos meses, chegando em 65% em fevereiro/2015; e, por fim, o Sítio Canais e Diques passou de 100% em janeiro para 84% em março, porém obteve apenas 32% em fevereiro. Os resultados de alguns meses foram os piores desde o início de 2014. O Sítio Belo Monte é a localidade que possui maior número de RDs sem resposta no final do trimestre (27).

#### *Registro de Não conformidade (RNC)*

A metodologia empregada prevê que, caso um desvio não seja solucionado dentro do prazo negociado, ele irá evoluir para um Relatório de Não Conformidade (RNC). Quando a equipe de Supervisão de SST, em consenso com a Coordenação/Gerência de SST da NE, observar que há necessidade de paralisação das atividades, será registrado um Termo de Interdição (TI).

No período não foram emitidos RNCs para o CCBM, mesmo que houvesse o registro de RDs abertos fora do prazo, conforme Quadro 43 do Relatório Trimestral de SST da OP (janeiro a março/2015).

Com base nas informações resultantes do processo de supervisão dos últimos trimestres, pode-se concluir sobre a pouca efetividade da metodologia no contexto atual das atividades e a evolução de desempenho alcançada até o momento, ou seja, a melhoria

contínua deste processo ainda não é mais tão perceptível a partir do ponto em que se registram regularmente os mesmos macro-temas. A análise crítica integrada do processo de monitoramento x supervisão das atividades indicado pela NE deverá trazer as indicações das oportunidades de melhoria e também dos pontos frágeis para ser modificados. Com isso, o processo de supervisão certamente deverá evoluir e atingir melhores resultados (melhoria contínua), o que deve ocorrer no próximo período.

#### 4.3.1.2

##### **Auditorias de Saúde e Segurança da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)**

A metodologia empregada para supervisão das atividades de Montagem seguiu a mesma evolução e alinhamento empregado para as atividades de Construção Civil.

##### *Lista de Verificação (LV) – Spot Check*

No período foram aplicadas apenas 233 LVs no CMBM (aumento de 44% em relação ao trimestre anterior). A quantidade de LVs aplicadas variou de 70 (janeiro/2015) a 84 (fevereiro/2015). A quantidade de LVs aplicadas demonstra uma abrangência coerente com a atual fase do empreendimento, ainda mais se considerada a interface com as atividades de construção civil (CCBM).

Outras 22 LVs foram aplicadas para a disciplina Saúde Ocupacional. A avaliação dos documentos das empresas terceirizadas contribuiu para os baixos resultados no trimestre anterior (outubro a dezembro/2014), porém as diretrizes de verificação de conformidade dessas empresas foram revistas de modo a se adequar ao que a NE utiliza e os resultados puderam ser comprovados neste período. A LV de Ambulatório foi aplicada na instalação provisória que está em uso. De acordo com as informações da Equipe de Saúde do CMBM, o Ambulatório definitivo aguarda a revisão de projeto e registro secundário da Enfermeira no estado do Pará, o que deverá contribuir para a melhoria de resultado no próximo trimestre.

Os resultados de desempenho diminuíram consecutivamente de 88% em janeiro para 80% em março/2015. Embora o resultado ainda seja considerado BOM pela NE (entre 80% e 99%), cabe destacar que ele decresceu consecutivamente desde o trimestre anterior. Essa constatação, aliada com a grande variedade de temas que apresentaram resultados abaixo de 80%, demonstra necessidade de maior atenção por parte da NE e também corrobora com a urgência de realizar análise crítica consistente para concluir se a atual metodologia de supervisão continua colaborando com a melhoria de desempenho das contratadas, conforme apresentado para o CCBM.

##### *Registro de Desvio (RD)*

O CMBM reduziu consideravelmente seu desempenho em termos de encerramento dos Registros de Desvios de janeiro para março/2015, quando passou de 100% para 41%. Esse valor representa RUIM (<60%), conforme regras da NE. O período terminou com 16 RDs abertos fora do prazo, para os quais não foram registrados RNCs, contrariando o PS NE SSTMA 002/2014 – Inspeção de Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança

*do Trabalho e Meio Ambiente.* Em novembro/2014 esse resultado também foi considerado RUIM pela NE, quando resultou em apenas 14%, embora no mês seguinte a situação tenha atingindo 100%.

De acordo com as informações do novo Gerente de SMS, foram implantadas algumas alterações no fluxo de atendimento dos RDs, inclusive houve outros ajustes internos em decorrência da substituição do Gerente anterior ocorrida em março/2015. Assim, é esperada melhoria.

#### *Registro de Não conformidade (RNC)*

No período não foram registrados RNCs para o CMBM.

#### **4.3.1.3**

#### **Obra Principal – Montagem (Andritz)**

##### *Lista de Verificação (LV) – Spot Check*

No período foram aplicadas 201 Listas de Verificação (aumento de 9% em relação ao trimestre anterior) com resultados mensais variando de 78% (em fevereiro/2015) a 87% (março/2015). Mesmo diante do aumento da quantidade aplicada, o resultado de desempenho do último mês do trimestre é maior daquele registrado em dezembro/2014 (76%, conforme apresentado no 8º RSAP). A inspeção de campo realizada na área de montagem sob a responsabilidade da Andritz apresentou indícios de melhoria em relação ao que fora constatado na Missão de Monitoramento Socioambiental anterior.

Com base nas informações apresentadas pela Equipe de SST da Andritz e NE, foi realizada análise crítica dos resultados da Supervisão pela NE e aqueles decorrentes do Monitoramento (interno) realizado pela própria montadora. Essa análise permitirá focar nos pontos críticos identificados e buscar resolver pendências internas antes do Registro de Desvios, diminuindo o número de ocorrências. Em adição a esta análise, a NE também avaliará as conclusões dessa análise e proporá sugestões de melhorias, caso existam. O próximo RSAP deverá trazer maiores informações a este respeito e deverão fazer parte das avaliações por esta Consultoria Socioambiental Independente.

No trimestre foram registrados resultados abaixo do esperado em 16 temas, sendo que a maioria apareceu em pelo menos dois meses do período. Um deles, Trabalho em Altura, é considerado bastante crítico e obteve resultados (66% em janeiro e 62% nos meses fevereiro e março). Outros (CIPA, PPRA, PPRA, PAE, PCMSO, ASO e Ergonomia) temas considerados básicos e preliminares também obtiveram resultados inferiores ao esperado para o período e pouco mais de 1 ano início das atividades.

Em relação à Saúde Ocupacional, foram aplicadas 22 LVs, variando de 6 a 9 mensalmente. Os resultados variaram pouco ao longo dos meses, passando de 61% (em janeiro) para 63% em março/2015, o que foi considerado REGULAR pela NE (de 60% a 79%).

*Registro de Desvio (RD)*

A ANDRITZ obteve 0% em todos os meses do período em termos de resposta dos RDs emitidos, demonstrando baixa capacidade de resposta. Na 9ª Missão de Monitoramento, quando questionada sobre tal fato, a Equipe de SST respondeu que destacou uma equipe dedicada a responder as pendências, embora os resultados ainda não fossem concretos. O trimestre anterior também foi bastante crítico e, com base nos resultados deste, pode-se constatar que pouco evoluiu ao longo desses 6 meses. De acordo com as informações da NE, é esperado para o próximo período seja notada grande melhora na gestão, tendo como premissa mudanças de profissionais na equipe de SST da Andritz, apoio corporativo, reuniões e atuações em conjunto (NE e Andritz).

*Registro de Não conformidade (RNC)*

No período foram registradas RNCs apenas para a Andritz (38), para as quais também não existe qualquer resposta.

**4.3.1.4****Obra Principal – Linha de Transmissão (ISOLUX)***Lista de Verificação (LV) – Spot Check*

No período houve redução no resultado de desempenho em termos de LV nas atividades da ISOLUX, embora tenha sido considerado BOM de acordo com os critérios da NE. Os resultados foram 92%, 91 e 84% nos meses de janeiro, fevereiro e março/2015, respectivamente. Cabe lembrar que no mês de setembro foi iniciada a avaliação de desempenho, quando obteve 69% de conformidade. Considera-se, portanto, uma crescente evolução, apesar do retrocesso no último mês do período.

Dos 12 temas que apresentaram resultados inferiores a 80%, 9 se concentram no mês de março/2015, demonstrando início de grande preocupação para os próximos meses. Portanto, caberá a NE se articular com os representantes da empresa para garantir que ações efetivas sejam adotadas para reverter o quadro que começa a se tornar preocupante.

Em relação à Saúde Ocupacional, a ISOLUX apresentou melhores resultados em relação ao trimestre anterior ao registrar 52%, 74% e 78%, em janeiro, fevereiro e março/2015, respectivamente. Os temas mais críticos foram: (i) Cozinha; (ii) PCMSO; (iii) ASO; e, (iv) outros relacionados à alimentação (água para consumo humano e exame de audiometria).

*Registro de Desvio (RD)*

A ISOLUX encerrou o trimestre com um resultado considerado RUIM, com 70 RDs emitidos ao longo do trimestre e 16 em andamento e 18 fora do prazo. O percentual de encerramento reduziu drasticamente de 100% em janeiro para 56% em março/2015.



### *Registro de Não conformidade (RNC)*

No período não foram registrados RNCs para a ISOLUX.

#### **4.3.1.5**

##### **Obra Principal – Subestações (São Simão)**

Em janeiro/2015 nenhuma LV foi aplicada e nos meses seguintes os resultados foram 93% e 77%, considerado REGULAR pela NE. A tendência do período foi de queda e nenhuma ação foi proposta pela NE em seu relatório trimestral.

Em fevereiro/2015, início do acompanhamento dos RDs da São Simão, foi obtido um resultado EXCELENTE ao atingir 100% de atendimento, porém este valor reduziu para 27% no mês seguinte, o que deve ser encarado com preocupação pela NE. Nenhuma informação foi apresentada para que essa situação se reverta nos próximos períodos.

#### **4.3.1.6**

##### **Obras do Entorno - OEs**

A Supervisão de SST é realizada por meio da aplicação de Listas de Verificação de Segurança e Saúde Ocupacional. Devido ao fato das contratadas da NE não reportarem seu próprio desempenho, os dados da supervisão realizada pela equipe interna de NE serão utilizados para reproduzir e permitir avaliação desse desempenho (resultado apresentado na **Seção 4.3.4**).

Para as contratadas menores e/ou que apresentam pouco risco para a gestão da NE, adotou-se o monitoramento por meio do Resumo Estatístico Mensal – REM, no qual as empresas reportam a quantidade de funcionários, eventuais acidentes com e sem afastamento, dias perdidos e treinamentos realizados. A partir desses dados, o empreendedor tem a possibilidade de reavaliar sua estratégia de atuação.

#### **4.3.2**

##### **Desempenho de SST da Obra Principal (OP)**

#### **4.3.2.1**

##### **Implantação dos Programas de SST da OP - CCBM**

##### ***Saúde Ocupacional***

O CCBM mantém **atividades de promoção e de preservação da saúde** de seus funcionários por meio de seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em consonância com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), priorizando as ações coletivas e buscando a promoção da saúde e prevenção de doenças.

O percentual de exames periódicos realizados se encontrava, durante várias Missões de Monitoramento Socioambiental, muito abaixo do esperado, mesmo com todos os esforços aplicados e estrutura para realização dos exames necessários que os Sítios possuem. A informação apresentada, referente à quantidade de exames previstos, deixou de ser apresentada a partir desde o 7º RSAP, correspondente ao período de julho a setembro/2014. Na 8ª Missão esse tema fez parte do conjunto de avaliações realizadas durante as entrevistas e reuniões com a Equipe de Saúde, o que não foi possível nesta oportunidade em decorrência de outras atividades consideradas mais críticas, tais como o desempenho das Montadoras, grande foco das avaliações da 9ª Missão. Portanto, considera-se de suma importância a NE incluir os resultados de desempenho de processos relacionados às obrigações de Saúde Ocupacional, gerados pelo CCBM para que possibilite comparação com os resultados de supervisão. Assim, a NE deverá incluir resultados de desempenho gerados e apresentados pelo CCBM por meio dos RGM-E gerados mensalmente e que apresentam diversos resultados de Segurança e Saúde Ocupacional.

Embora não tenham sido apresentadas informações da quantidade de exames periódicos previstos, o RT-SSTMA indicou a quantidade de audiometrias previstas e realizadas, confirmando que o percentual ainda é baixo (46% nos três meses do período).

O trimestre teve 5 funcionários afastados, iniciando com 50 funcionários afastados por motivo de acidente ou doenças relacionadas ao trabalho e finalizando com 53, valor menor que dezembro/2014 (mês de fechamento do 8º RSAP). Todos são acompanhados até o retorno às atividades em campo. No período, 8 funcionários retornaram ao trabalho após o período de afastamento. O CCBM também mantém rígido controle sobre outros funcionários afastados por motivos diversos (doenças não relacionadas ao trabalho e licença maternidade). O processo de gestão de funcionários afastados é um bom exemplo de processo que pode ser associado a um indicador para que se possa mensurar a efetividade das ações e aderência às diretrizes internas estabelecidas pelo próprio CCBM, seja por meio de avaliações por Listas de Verificação internas (CCBM), pela Supervisão (NE) ou indicador com mensuração mensal ou trimestral.

#### *Indicadores de Saúde Ocupacional*

Diferentemente de outros períodos, o Relatório Trimestral apresentado como anexo do 9º RSAP apresentou Taxa de Doenças Ocupacionais por grupo de 200.000 trabalhadores, a qual resultou em zero no período. Dado o histórico de poucos registros de doenças ocupacionais, a NE deve considerar a apresentação de indicadores proativos que demonstram a busca pelo pouco registro de doenças ocupacionais do empreendimento, bem como indicadores que indiquem que os processos relacionados às obrigações legais e contratuais de Saúde Ocupacional estejam sendo implantados satisfatoriamente.

O CCBM manteve o programa de controle da Malária e outras doenças transmissíveis, para os quais foram apresentados resultados de exames de pesquisa de Malária e Leishmaniose, exames de gota espessa, acompanhamento de aplicação de termonebulização e monitoramento de espécies vetoriais.

Os casos registrados de Malária e Leishmaniose se encontram muito abaixo dos valores de referência no Estado, concluindo-se pela eficácia do programa. O empreendimento, inclusive, é reconhecido por contribuir para a diminuição dos casos de malária no estado do Pará.

### ***Segurança do Trabalho***

#### *Processo de Supervisão Interna e Auditorias de SST do CCBM*

O CCBM identificou as atividades necessárias para a execução do empreendimento a partir da Estrutura Analítico do Projeto – EAP, identificou todos os perigos, avaliou os riscos e determinou controles operacionais em diversos níveis.

Com o intuito de garantir alinhamento entre as diversas atividades de monitoramento interno, o CCBM elaborou o procedimento *PS CCBM 220 27* que descreve as diversas ferramentas de monitoramento e medição de desempenho:

- ISP (Índice de Segurança Praticada) – Foco em desvios do ambiente – Gera uma nota única por sítio e para o empreendimento, aplicada diariamente;
- VC (Verificação Comportamental) – Foco nos desvios comportamentais – Similar ao IPS que resulta num percentual de aderência às práticas seguras;
- Ronda gerencial – Avaliação de aspectos comportamentais e de ambiente, sendo que a correção deve ser na hora; e,
- Lista de Verificação – LVs de Segurança e do Setor (exemplo: máquinas, equipamentos, ônibus etc., quando a segurança aplica) – Resultado de conformidade.

Todas as ferramentas definidas são cruzadas e avaliadas criticamente com o objetivo de direcionar as ações corretivas para melhoria de desempenho. O CCBM indicou ter realizado análise crítica do resultado de suas ferramentas de monitoramento e os comparado com os resultados da supervisão apresentado pela NE. O período contemplado foi o mesmo deste Relatório de Monitoramento Socioambiental, porém não foi apresentado em tempo de ser avaliado na missão de campo ou incluído na análise documental para a emissão deste. De acordo com a NE, a análise crítica pelo CCBM foi recepcionada e deverá ser avaliada pela equipe do próprio empreendedor. De qualquer forma, é esperado que o 10º RSAP traga os resultados dessa análise crítica em ambos os níveis de gestão: execução e supervisão. Além disso, também se espera que os principais pontos críticos sejam analisados e ações corretivas sejam determinadas para melhoria de desempenho, talvez por meio de RNC.

A **Gestão da CIPA 2014/2015** do CCBM teve início de vigência no 3º trimestre de 2014 e deverá continuar conforme cronograma estabelecido até agosto/2015. Nos três meses contemplados pelo presente relatório foram realizadas 9 reuniões ordinárias, sendo uma em cada sítio mensalmente.

### ***Projeto de Segurança e Alerta***

O CCBM concluiu e mantém a sinalização viária e fluvial para a fase de obras do empreendimento. O Consórcio Construtor elaborou e mantém implantado o “*PS CCBM 220 94 - Procedimento para Gestão de Segurança no Tráfego Rodoviário*” que contém diversas ações para garantir a integridade física de seus funcionários. Este procedimento é aplicável aos funcionários próprios e contratados do CCBM.

Em 2014 haviam sido realizadas 339 Blitzes de trânsito, uma média de 85 por trimestre. Nos três primeiros meses de 2015 foram previstas 24 Blitzes, tendo sido realizadas 18. Esse valor representa uma redução de 79% em relação à média dos trimestres de 2014. De acordo com o CCBM o processo de realização dessa fiscalização passa por reformulação, o que deverá ser verificado somente no próximo período.

Em fevereiro/2015 foi registrado um pico de 68 notificações somente no Sítio Belo Monte, sendo o maior valor desde abril/2014. Em março/2015 esse valor reduziu para 47 no mesmo sítio, porém não se registrava valores como este desde agosto/2014. Se levada em consideração a redução do número de Blitzes de Trânsito, o valor proporcional de notificações por Blitz passa a ser muito maior, embora notificações também possam decorrer do controle eletrônico de velocidade CarSystem instalados em diversos veículos. De qualquer forma, estes valores são (e devem ser) importantes para se concluir sobre a efetividade das ações de gerenciamento de tráfego na obra e no entorno dela como amplamente discutidos em relatórios anteriores.

Em relação às empresas subcontratadas, o CCBM registrou 22 notificações em fevereiro no Sítio Canais e Diques (maior valor do trimestre). Este valor foi registrado pela última vez somente em fevereiro/2014 no mesmo Sítio, embora o maior valor de 2014 tenha ocorrido em abril no Sítio Belo Monte (com 26 notificações). Com base nas duas situações apresentadas acima, cabe à NE avaliar e concluir sobre o desempenho e efetividade desse processo. Caso contrário, deverá indicar ações corretivas para que sua contratada implante ações corretivas para melhoria.

O CCBM também contabiliza o número de acidentes e de acidentados em trajeto, ou seja, no percurso moradia – trabalho – moradia. No trimestre, ocorreram 6 acidentes, os quais ocasionaram o mesmo número de acidentados, sendo 3 em janeiro e 3 em fevereiro/2015. Os valores são muito similares àqueles do trimestre anterior (de outubro a dezembro/2014). Tal como ocorreu no 8º RSAP, não existem indicações se os mesmos foram registrados com ou sem afastamento, tampouco a extensão das lesões ou taxas de gravidade, o que permitiria inferir sobre as reais consequências desses eventos.

Em relação à sinalização fluvial, desde dezembro/2013 a implantação da sinalização fluvial do rio Xingu encontra-se concluída, assim como a sinalização viária definitiva no STE – Sistema de Transposição de Embarcação. A BIOCEV mantém como cortina a verificação regular das frentes de trabalho e vias de acesso com o objetivo de avaliar a manutenção dessa sinalização, embora tenha indicado esse processo de forma qualitativa, sem indicar quantitativamente os resultados de sua avaliação.

### ***Simulados do Plano de Ação de Emergências (PAE) do CCBM***

O CCBM mantém exercícios simulados conforme previsto no cronograma constante no PAE. A divulgação deste plano ocorre por treinamentos e simulados. A comunicação em caso de emergência ocorre por meio de rádio e celular. O CCBM mantém recursos humanos e materiais (como, por exemplo, extintores, caminhão pipa, biruta para orientar a direção do vento e auxiliar na evacuação, ambulâncias, conjunto de respiração autônoma na fábrica de gelo onde existem cilindros de amônia, entre outros).

Em janeiro, de acordo com as informações, não ocorreu qualquer simulado de emergência. Em fevereiro o percentual de execução dos simulados programados foi 80% e em março 100%, embora o valor total de eventos não tenha sido indicado. Considera-se, entretanto, que o processo esteja consolidado e a equipe bem treinada, seja por meio das simulações, seja por meio dos atendimentos reais de acidentes ocorridos.

### ***Treinamentos de SST do CCBM***

O Procedimento do CCBM “*Treinamento, Conscientização e Competência*” – PS CCBM 220 48 tem por premissa identificar as necessidades de treinamentos, conscientização e competência, conforme os requisitos das Normas Internacionais ISO 14.001, OHSAS 18.001 e SA 8.000.

O CCBM mantém centralizados todos os treinamentos num único setor (de capacitação) que possui células de treinamento em cada um dos sítios. Assim, uniformiza a sistemática entre os sítios e reporte de informações.

A Equipe de Saúde Ocupacional do CCBM aplicou 2.248 horas-homem de treinamento distribuídas em diversos temas, partindo de 329 horas em janeiro e chegando a 1.469 horas em março/2015. Esse valor representa cerca de 0,01% de todas as horas-homem de exposição ao risco, valor considerado baixo se não fosse pelo atual estágio do empreendimento que conta com processos consolidados e que atingiram após anos de obra altos níveis de desempenho em termos de Saúde Ocupacional.

Além das horas-homem de treinamento dedicado à Saúde Ocupacional, o CCBM realiza diversos outros treinamentos, palestras e campanhas em resultaram em 3,5%, 3,0% e 2,7% em janeiro, fevereiro e março, respectivamente. Esse total, dado o porte do empreendimento, é considerado significativo, apesar de considerar integração e treinamento diário de segurança, meio ambiente e saúde.

#### **4.3.2.2**

### **Desempenho e Indicadores de SST das OP – CCBM**

#### ***Resumo Estatístico Mensal – REM***

O Resumo Estatístico Mensal (REM) do CCBM tem como objetivo a apresentação de informações de volume de horas trabalhadas (Hora-homem exposta ao risco – HHER),

número de acidentes com ou sem afastamento e número de dias perdidos (por afastamento), debitados (por lesões incapacitantes) e transportados (por afastamento quando excede o mês de ocorrência).

Sobre esses dados são aplicadas fórmulas mundialmente consagradas para reportar a frequência de ocorrência de acidentes com ou sem afastamento por milhão de HHER, além da gravidade reportada com a quantidade de dias (perdidos, debitados e transportados) por milhão de HHER.

A **Tabela 4.3.2.2.a** traz não apenas a quantidade de funcionários, mas também a quantidade de horas.

**Tabela 4.3.2.2.a**  
**Resumo Estatístico Mensal – REM do CCBM**

Mês 2014	Total de funcionários	HHER	Acid. Com Afast. ACA	TFCA	Dias <sup>1</sup>	TG	Acid. Sem Afast. ASA	TFSA
Out	35.835	9.214.351	12	1,30	813	88	110	11,94
Nov	34.987	8.758.357	7	0,80	296	34	83	9,48
Dez	32.197	7.410.132	7	0,94	363	49	59	7,96
Jan	32.495	7.479.845	4	0,51	255	40	78	NI
Fev	32.300	7.068.093	8	1,13	252	49	72	NI
Mar	31.779	7.805.369	5	0,64	180	21	56	NI
Acumulado 2014		92.803.160	105	1,13	13.425	<b>145</b>	944	10,17
Acumulado 2015		22.353.307	17	0,76	687	37	206	<b>9,17</b>
Limites			-	1,50	-	100	-	9,00

Fonte: Resumo Estatísticos Mensais de outubro/2014 a março/2015 da NE

**Notas:**

<sup>1</sup> Dias perdidos, debitados e transportados

**Legenda:**

- Horas-Homem de Exposição ao Risco – HHER;
- Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA;
- Taxa de Gravidade – TG;
- Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA.

O CCBM demonstrou ter melhorado suas taxas de frequência de acidentes no decorrer dos três primeiros meses de 2015. Essa redução fica ainda mais evidente em abril (fora do período deste relatório), quando se acumulou o registro de 3 meses consecutivos de queda no TFSA, embora o valor acumulado em 2015 esteja pouco acima do limite máximo admissível; e, também não foi registrado acidente com afastamento, contribuindo para a redução da TFCA e TG, ambas abaixo do limite estabelecido.

O registro e o tratamento de 86.670 desvios e 2.312 incidentes certamente contribuíram para a melhoria de resultados. Na análise crítica realizada mensalmente o CCBM identificou a necessidade de fortalecer o registro de incidentes, criando para tanto o “Caça Desvios” que tem com o objetivo identificar e registrar os eventos de maneira ativa.

O Consórcio Construtor também evidenciou que comparou sobre mesmas bases desvios e acidentes identificados por meio de diferentes ferramentas de monitoramento internas, tais como Auditorias Comportamentais, Índice de Segurança Praticada, Indicantes e Acidentes. Essa comparação indicou a maior incidência de desvios em duas categorias: B – Posição das Pessoas e E – Procedimentos; já as subcategorias dentro dessas foram: B1 – Bater contra / Ser atingido por e E3 – Adequado e não seguido, respectivamente. Além dessas duas categorias, foram definidas ações para (i) Ferramentas e Equipamentos: Em condições inseguras; e, (ii) Ordem, limpeza e arrumação: Local desorganizado.

### 4.3.3

#### **Desempenho de SST da Obra Principal (OP) – Montadoras**

Desde o início das atividades de montagem nos Sítios Pimental e Belo Monte em abril/2014 a NE busca assessorar, auditar e cobrar a estruturação das empresas executoras com os recursos humanos que dispõe, entretanto, a tarefa não é simples tendo em vista que as equipes de SST das empresas executoras estão dimensionadas para a implantação dos controles operacionais e muitos procedimentos, regras, diretrizes e programas de gestão ainda necessitam de ajustes ou até mesmo serem elaborados. O caso mais crítico ainda é a Andritz, responsável pela montagem eletromecânica no Sítio Pimental, o qual deverá entregar os vertedouros em setembro/2015 e a primeira turbina em novembro/2015. Portanto, com cronograma bastante restrito e sem espaço para atividades administrativas que envolvem planejamento e elaboração de documentos de SST.

Tanto o CMBM, quanto a Andritz reestruturaram suas equipes nos níveis operacionais e de coordenação ao longo do primeiro ano de contrato na tentativa de melhorarem seu desempenho em relação aos resultados de supervisão e também na velocidade com que respondem aos apontamentos da NE (os chamados Registros de Desvios e Registros de Não-Conformidade). As montadoras encontram-se mobilizadas desde o período contemplado pelo 6º RSAP, mas somente no 8º RSAP foram apresentados resultados consistentes que permitiram avaliar os níveis de atendimento aos Projetos de SST (3.4.1 e 3.4.2) previstos no Projeto Básico Ambiental – PBA, o que permitiu concluir sobre algumas oportunidades de melhoria. Coincidindo com o 8º RSAP, a NE emitiu o Relatório Consolidado do IBAMA, quando foi indicada a necessidade de se manter o reporte nos RSAP seguintes. A Andritz, entretanto, não apresentou qualquer informação que permitisse avaliar seu desempenho, tampouco confrontá-lo com os resultados de supervisão.

Durante a missão de monitoramento, tanto o CMBM, quanto a Andritz foram inspecionadas. As informações apresentadas na reunião realizada foram avaliadas, bem como o desempenho nas atividades de campo já em curso.

#### 4.3.3.1

#### Montadora CMBM

##### *Saúde Ocupacional*

O Relatório Trimestral de SST apresentado pela NE indicou a quantidade de exames realizados nos 5 diferentes motivos que geram a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO: admissão, demissão, retorno ao trabalho, mudança de função e periódico. Apesar de ter indicado a realização desses exames não foi apresentado, conforme já solicitado, os ASOs periódicos que estavam programados para o período, sendo um exemplo de indicador para monitoramento da efetividade do processo de avaliação médica e atendimento de requisito legal (NR-07). Cabe também destacar que a montadora contava em maio/2015 (mês de realização da inspeção de campo) com cerca de 1.800 funcionários. De acordo com as informações do CMBM nenhum caso de perda auditiva relacionada ao trabalho foi identificado no período por meio dos exames audiométricos periódicos realizados.

O refeitório, ambulatório e alojamento que atenderá os funcionários do CMBM estão em construção e deverão ser finalizados dentro do período contemplado pelo 10º RSAP.

De acordo com o relatório apresentado pela NE um funcionário se afastou em decorrência de acidente do trabalho em janeiro e outro em fevereiro/2015. Consta também que nenhum retornou ao trabalho ao longo dos três primeiros meses de 2015, porém consta que nenhum trabalhador estava afastado em março/2015. Cabe alertar sobre a necessidade de reforço na verificação das informações encaminhadas pelo CMBM, para garantir adequação das mesmas às realidades do empreendimento.

##### *Segurança do Trabalho*

Na avaliação dos documentos do CMBM o Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho – PCMAT (REV 2 - 10/04/2015) pôde-se constatar que o documento foi revisado em abril e adotou a metodologia de indicar como opcional ou não autorizado cada uma das funções a habilitação para trabalho em altura e espaço confinado. Assim, todos os funcionários indicados como opcional deverão realizar os exames complementares e serem avaliados com relação à sua aptidão para o trabalho. Por fim, restará apenas a realização do treinamento específico para a liberação do trabalhador para atuar em atividades em altura, garantindo maior segurança para o fluxo de ingresso dos funcionários.

No período pôde-se constatar um decréscimo no desempenho nos resultados das Listas de Verificação da Supervisão pela NE ao longo dos três meses do trimestre. Entretanto, em abril foi registrada pequena elevação, resultando em 82% de atendimento. Com base nas informações apresentadas pela Equipe de SST, um grande fator que acarretou no decréscimo foi a rápida mobilização de novos funcionários num curto espaço de tempo, passando de pouco menos de 1.000 no final de 2014 para cerca 1.831 funcionários em maio/2015. Além disso, também houve o aumento de frentes de trabalho e diversificação das atividades, incluindo a construção do alojamento, refeitório e



ambulatório.

De acordo com informações do Gerente de SMS, deverão ser iniciadas reuniões quinzenais com o intuito de melhorar a percepção de risco por parte dos encarregados, inclusive enaltecendo os pontos positivos que porventura venham a ser registrados.

A Equipe de SST do CMBM aplicou 773 Listas de Verificação, partindo de 196 em janeiro e chegando a 295 em março/2015. Todos os desvios identificados geram registros, independentemente de sua correção imediata. O objetivo aqui é garantir que os registros façam parte de um conjunto de dados que permitirá ao Consórcio avaliar onde, quando e qual processo é o mais crítico dentre suas atividades. Certamente os desvios pontuais deverão ser corrigidos, porém a frequência e criticidade devem ser consideradas nesta avaliação.

Os dados decorrentes do monitoramento realizado em campo pelos Técnicos de Segurança do Trabalho do CMBM são tabulados e estratificados por tipo de desvio comportamental (Auditoria Comportamental) e por gerência no caso das Notificações de Desvios (ND). Como a Montadora utiliza-se de mais de uma ferramenta de monitoramento, foi sugerido que a tabulação dos dados resulte em saídas equivalentes, ou seja, ferramentas diferentes contribuindo para um mesmo conjunto de informações que possam ser estratificadas com base no aumento dos registros (amostras). Essa ação certamente agregará valor ao processo e permitirá que a Equipe mapeie quais, onde e quando os temas críticos ocorrem, além de permitir a determinação de ações corretivas para diminuir o número de anomalias.

O CMBM também realiza Auditorias Comportamentais em campo para a identificação de desvios relacionados ao comportamento de seus funcionários. Esses desvios são então registrados após entrevista com os funcionários que são alertados sobre os desvios que estejam cometendo. Esses desvios são então categorizados para determinar os conjuntos de desvios com maior incidência, facilitando a determinação de ações corretivas para se diminuir os registros. A solução de desvios, seja pontualmente ou de forma abrangente, é uma das melhores formas de garantir que eventos como esse evoluam para acidentes.

A atual gestão da CIPA 2014/2015 do CMBM teve sua implantação em 28 de julho de 2014 e deve seguir até julho/2015. Para tanto, consta o registro em Ata de Posse, constituída por oito membros, sendo quatro representantes dos empregados e quatro representantes do empregador. Mensalmente são realizadas as Reuniões Ordinárias,

Na Missão de Monitoramento Socioambiental realizada em maio/2015 foi possível constatar a realização de Reunião Quinzenal conduzida pela Equipe de SSTMA da NE que envolve CCBM, CMBM, Andritz e ELM. Além desta, são realizadas Reuniões Diárias de produção, mais especificamente na área correspondente a Tomada d'água, com a participação de algum representante de segurança para alinhamento das demandas diárias e alertas que forem necessários. Por fim, o CMBM evidenciou que a Equipe de SST é convocada para participar de reuniões semanais denominadas IAO – Instrumento de Acompanhamento de Obra. Nessas oportunidades são abordados os

controles necessários e/ou reforçadas as questões que envolvem segurança do trabalho.

A NE não estendeu a verificação de APR que realizou nos documentos da Andritz para o CMBM, embora existam situações identificadas em campo pelos TSTs da NE que demandam a revisão dos documentos. De acordo com as informações da Equipe de SST da NE, suas LVs possuem ao menos um item de verificação contemplando as APRs em campo. Consequentemente, sempre que alguma irregularidade é identificada, um RD é aberto. Na inspeção realizada em campo, tanto na Área de Montagem, quanto na construção do refeitório e alojamentos, foi possível constatar algumas boas oportunidades de melhoria. Os pontos observados se relacionam com a adequação dos perigos/riscos e consequente determinação de controles às atividades que são realizadas em campo. A Equipe de SST do CMBM prontamente concordou com a maioria dos itens e se comprometeu a revisar aqueles documentos que necessitem adequações, o que poderá ser visto na próxima missão.

### ***Projeto de Segurança e Alerta***

Conforme reportado anteriormente, o CMBM elaborou, apresentou e obteve aprovação da NE referente ao Plano de Gestão de Segurança Viária (PGSV). Certamente as responsabilidades do Consórcio Montador são muito menores do que aquelas sob a gestão do CCBM; porém, é possível identificar a implantação de sinalização e ações que visam à gestão do tráfego nas áreas liberadas para uso da montagem.

### ***Simulados do Plano de Ação de Emergências (PAE) do CMBM***

De acordo com o Relatório Trimestral de SST elaborado pela NE, o CMBM realizou 8 simulados em 2015, atingindo o pico de 4 eventos em fevereiro/2015, resultando no cumprimento de 100% do planejamento. Os simulados foram apresentados apenas em relação ao planejado e realizado, sendo altamente recomendável que as avaliações dos simulados sejam apresentadas para se verificar a quantidade de itens conforme em relação ao total avaliado, o que permitirá concluir se os eventos atendem aos cenários simulados.

Na avaliação apresentada no 8º Relatório Socioambiental Periódico foi indicada a oportunidade do CMBM “aumentar a abrangência dos exercícios, sempre com o objetivo de identificar desvios ou fragilidade do Plano de Atendimento a Emergência para serem sanadas antes de uma ocorrência real. Assim, foi sugerido que a hipótese acidental fosse melhor descrita para garantir o entendimento e abrangência da verificação. Além disso, foi sugerido identificar pontos críticos do processo de atendimento a emergências durante os simulados, tais como, retirada da vítima, mobilização de recursos, comunicação etc.”. Em relação a este item, nenhuma informação foi apresentada pelo Consórcio Montador.

### ***Treinamentos de SST do CCBM***

O CMBM informa que são definidas ações, procedimentos e responsabilidades para realização de treinamentos de forma a manter os funcionários capacitados e qualificados

para que tenham os conhecimentos e atitudes compatíveis com os requisitos das atividades que executam.

No trimestre foram aplicadas 4.701 horas-homem de treinamento, sendo 2.164 somente em março/2015. Não foi indicada a quantidade de funcionários que participaram dos treinamentos, o que seria válido para se avaliar a extensão e abrangência desse processo, bem como garantir mais mecanismos da NE avaliar sobre a eficácia das horas despendidas frente às principais anomalias registradas em sua Supervisão.

Foram aplicadas 867 horas-homem de treinamento dedicadas à disciplina Saúde Ocupacional, distribuídas em 6 diferentes temas. Não consta a quantidade de participantes para se verificar a abrangência desses eventos. No período foram realizadas duas campanhas, sendo uma de “Proteção Auditiva” e outra de “Proteção Respiratória”, ambas ocorreram em janeiro/2015.

O resultado da aplicação de treinamentos é reportado por meio do Índice de Treinamento, o qual é correlacionado com a quantidade de horas-home de exposição ao risco. Em todos os meses do trimestre esse valor ficou acima da meta definida para o consórcio, chegando ao pico de 4,9% em fevereiro e terminando o período em 3,9%.

#### ***Resumo Estatístico Mensal – REM***

A **Tabela 4.3.3.1.a**, a seguir, apresenta o acompanhamento realizado pela NE do desempenho em termos de SST das atividades do CMBM.

O CMBM apresentou resultado menos preocupante do que o que ocorreu no último trimestre de 2014, muito em decorrência do esforço em buscar melhores resultados nas avaliações da Supervisão da NE. Além disso, também implantou ferramentas de monitoramento internas, tais como Auditoria Comportamental; gestão dos resultados das auditorias comportamentais; Melhoria contínua do programa de registro de incidentes; gestão dos resultados dos registros de incidentes; e, realização de observações de campo pela equipe de gestão de SMSRS.

Embora a TFSA e TFCA tenham ficado abaixo do limite máximo admissível, a Taxa de Gravidade ainda demonstra grande preocupação. Altos valores da TG decorrem de acidentes graves, resultando em mais dias de afastamento. Em 2015, no entanto, ocorreu apenas um acidente com afastamento classificado como potencial de gravidade 3.

Cabe também alertar para a divergência constatada entre o RGT SST OP e os REMs recebidos após a missão de monitoramento, mais especificamente em relação aos acidentes sem afastamento. Na “Figura 25 - Acidentes de Trabalho sem Afastamento CMBM e subcontratadas” do RGT foi indicado que houve acidentes sem afastamento, inclusive houve pontuação na TFSA em janeiro e fevereiro/2015, diferente do que fora apresentado no Resumo Estatístico Mensal – REM recebido após a 9ª Missão de Monitoramento.

**Tabela 4.3.3.1.a**  
**Resumo Estatístico Mensal (REM) – CMBM**

Mês	Total de funcionários	HHER	Acid. Com Afast.	TFCA	Dias <sup>1</sup>	TG	Acid. Sem Afast.	TFSA
			ACA				ASA	
2014/2015								
Out	1.058	265.235	0	0	0	0	3	11,31
Nov	1.009	156.707	0	0	0	0	1	6,40
Dez	968	142.131	1	7,04	30	211,07	2	14,07
Jan <sup>2</sup>	966	135.860	0	0,00	30	<b>220,80</b>	0	0,00
Fev <sup>2</sup>	1.310	205.593	1	4,86	35	<b>170,24</b>	0	0,00
Mar	1.442	324.157	0	0,00	62	<b>191,27</b>	0	0,00
Acumulado 2014		1.084.570	9	<b>8,3</b>	100	92,20	22	<b>20,28</b>
Acumulado 2015		665.610	1	1,5	127	<b>190,80</b>	0	0,00
Limites definidos pela NE			-	5,00	-	100,00	-	12,00

Fonte: Resumos Estatísticos Mensais de outubro/2014 a março/2015 da NE

**Notas:**

<sup>1</sup> Dias perdidos, debitados e transportados

<sup>2</sup> As informações apresentadas pela NE (RGT SST OP e as informações do REM recebidas pós missão de monitoramento) apresentaram divergências entre si. Assim, serão consideradas as informações constantes no REM dos meses correspondentes. Essas divergências estão sublinhadas na tabela acima.

**Legenda:**

- Horas-Homem de Exposição ao Risco – HHER;
- Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA;
- Taxa de Gravidade – TG;
- Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA;
- Não Informado – NI.

### 4.3.3.2

#### Montadora Andritz

##### *Saúde Ocupacional*

Como indicado na Subseção 3.1.2, a Andritz não apresentou os resultados da implantação das diretrizes constantes nos Projetos 3.4.1 do Programa Básico Ambiental – PAC.

##### *Segurança do Trabalho*

A Andritz, como já reportado anteriormente, mobilizou sua Equipe de SST sem considerar o esforço necessário para planejar e implantar sua gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, o que ocorreu de forma concomitante com o início das atividades. Diversas pendências se somaram com diversas alterações de equipe e estrutura, acarretando em resultados bastante ruins em termos de desempenho, atendimento a requisitos legais e contratuais. No trimestre compreendido por este relatório a Diretoria da Montadora determinou que a situação deveria ser melhorada e que a equipe teria até junho/2015 para solucionar todas as pendências atrasadas, mais especificamente aquelas

relacionadas às demandas da NE (RDs e RNCs). Para tanto, poderia contar com o apoio do Gerente de Projeto e de um profissional da sede da Andritz mobilizado para apoiar nessa fase de transição. Até a inspeção de campo nenhum cronograma ou conjunto de atividades havia sido determinado, porém seria imperativo que existissem. Assim, foi ratificada tal necessidade por meio de recomendação desta Consultoria Socioambiental Independente.

No período foi iniciada a realização de Patrulhas de SMS que inclui a participação do Gerente do Projeto, Gerente de SMS e demais profissionais.

Dentre os diversos documentos apresentados estava uma série de procedimentos e diretrizes corporativas que poderiam (e deveriam) ter sido adaptados e implantados na fase inicial do projeto. De certa forma, pode-se inferir sobre a boa qualidade dos documentos base da Andritz, tendo em vista se tratar de documentos com abrangência nacional e utilizados em outros projetos. O que se registou foi uma sucessão de procedimentos iniciados e parcialmente implantados pelos profissionais que coordenaram a Equipe de SST até o presente momento. A NE manteve um profissional dedicado a apoiar e assessorar a reestruturação da gestão da Andritz por cerca de um mês, porém nenhum resultado significativo foi identificado, tendo como base o volume de RDs e RNCs registrados, além das diversas oportunidades de melhorias apontadas durante as inspeções de campo.

Para a identificação dos Perigos e Riscos das atividades a serem executadas pela montadora, por exemplo, foi apresentado o “R HY HSM 003/P – Análise Preliminar do Projeto” que deveria ter sido adotado na fase virtual do projeto, ou seja, antes da mobilização da equipe. Na sequência, deveria ser aplicado o “R HY HSM 004/P – Análise Preliminar de Risco” antes do início efetivo das atividades, documento que deve conter os controles operacionais para proteção dos trabalhadores e instalações. Entretanto, o que se constata em campo são Análises de Risco adaptadas de outras tarefas que carecem dos reais riscos das atividades, ao menos daquelas avaliadas durante a 9ª Missão de Monitoramento (Movimentação de Carga e Montagem de Andaime).

A Andritz apresentou o procedimento R HY HSM 002/1P – Plano de Segurança e Medicina do Trabalho (Revisão 0 – 14/02/2015) que disciplina diversos itens da gestão de SST da Andritz. O item 7, por exemplo, trata da Gestão de subcontratadas que devem ser previamente qualificadas e apresentar documentos da empresa e dos funcionários antes de sua mobilização. Por fim, os funcionários autorizados receberiam crachás pela Andritz. Atualmente a Andritz possui contratos sem que as empresas tenham sido qualificadas, em desconformidade com o plano em questão. De acordo com as informações do Gestor de Contratos, esta não-conformidade é conhecida e, desde sua mobilização em março/2015, tem adotado ações para tal correção, embora nenhum RNC tenha sido emitido a este respeito. Duas empresas identificadas foram: (a) Locar (empresa de movimentação de cargas); e, (b) Ligabue (gestão do refeitório/cozinha, fornecimento e alimentação e serviços de alojamento).

A partir da identificação de diversas irregularidades identificadas no processo de montagem e gestão dos materiais utilizados nas estruturas de andaimes, a NE indicou ter determinado 3 ações corretivas, conforme apresentado no documento “AUDITORIA Específica de SST - NORTE ENERGIA – 002” (Anexo 2-3\_2\_PA\_REC\SST-OP - SSTMA –OE do 9º RSAP). Na inspeção de campo foi possível comprovar grande avanço na gestão desse processo, embora algumas irregularidades de armazenamento ainda puderam ser notadas em campo em diversos pontos.

Na reunião realizada com a Equipe de SST da Andritz foi indicado que outras ações foram definidas, embora as mesmas não tenham feito parte do documento apresentado pela NE em seu 9º RSAP. São elas:

- Ação 4 – Criação e implantação do Formulário de “Acompanhamento Andaime Soldagem das Comportas Lado” que determina 8 itens para verificação dos andaimes e também contém mapa de localização dos andaimes verificado em relação à comporta;
- Ação 5 – Foi elaborado “Procedimento de Montagem e Desmontagem de Andaime” pela Andritz e encaminhado para avaliação da NE, o que ainda deverá ser realizado;
- Ação 6 – Foram avaliados diversos projetos de andaimes com a indicação das irregularidades por um dos TST da Andritz. A partir disso, um projetista especialista em andaime foi contratado, o qual deverá elaborar projetos contemplados os controles/proteções de segurança; e,
- Ação 7 – Definição e montagem de pátio definitivo para organização das peças de andaimes.

A Andritz constituiu sua CIPA no mês de setembro/2014, conforme preceitua a NR-5 do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, deverá permanecer constituída até setembro/2015, quando um novo processo de eleição deverá ser instaurado.

### ***Projeto de Segurança e Alerta***

A Andritz elaborou, apresentou e obteve aprovação da NE referente ao Plano de Gestão de Segurança Viária (PGSV) por ocasião do 8º RSAP, porém nenhuma informação foi apresentada referente a janeiro, fevereiro e março/2015. De fato, as atividades concernentes à montadora são infinitamente menores do que aquelas necessárias para o CCBM, porém não menos importantes.

### ***Simulados do Plano de Ação de Emergências (PAE) da Andritz***

Da mesma forma como ocorreu nos meses contemplados no 8º RSAP, o 9º Relatório também não trouxe informações sobre simulados realizados pela Andritz.

### Treinamentos de SST da Andritz

Nenhuma informação relacionada a treinamento foi apresentada no 9º RSAP.

### Resumo Estatístico Mensal – REM

A Tabela 4.3.3.2.a, a seguir apresenta o acompanhamento realizado pela NE do desempenho em termos de SST das atividades da ANDRITZ.

**Tabela 4.3.3.3.b**  
**Resumo Estatístico Mensal (REM) – ANDRITZ**

Mês	Total de funcionários	HHER	Acid. Com Afast.	TFCA	Dias <sup>1</sup>	TG	Acid. Sem Afast.	TFSA
			ACA				ASA	
2014 / 2015								
Out.	553	85.305	1	11,72	8	94	3	35,17
Nov.	553	85.305	1	11,72	8	94	3	35,17
Dez.	968	142.131	1	7,04	30	211,1	2	14,07
Jan.	1.145	196.757	7	35,6	27	137,2	9	45,70
Fev.	1.113	168.362	3	17,8	49	291,0	3	17,80
Mar.	1.251	234.547	4	17,1	80	341,1	4	17,1
Acumulado 2014		1.084.570	9	8,30	100	92,20	22	20,28
Acumulado 2015		599.666	14	23,3	156	260,1	16	26,7
Limites definidos pela NE			-	5,00	-	100,00	-	12,00

Fonte: Resumos Estatísticos Mensais de outubro/2014 a março/2015 da NE

**Notas:**

<sup>1</sup> Dias perdidos, debitados e transportados

**Legenda:**

- Horas-Homem de Exposição ao Risco – HHER;
- Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA;
- Taxa de Gravidade – TG;
- Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA.

Nos 3 primeiros meses de 2015 a Andritz já registrou 155% dos acidentes com afastamento em comparação com 2014, bem como 72% de todas as ocorrências sem afastamento. Em termos de gravidade, a TG encontra-se 282% acima do resultado de 2014. Todas essas constatações refletem e corroboram com a preocupação apontada desde a 6ª Missão de Monitoramento. Todos os possíveis alertas já foram identificados e as ações corretivas não obtiveram sucesso, dado o atual resultado de desempenho reativo, ou seja, mediante a ocorrência de acidentes. Os resultados da Supervisão de SST realizada pela NE (Seção 4.3.1.3) já apontam diversos desvios, dos quais muitos podem ser considerados críticos, além do fato da Montadora Andritz tardar em encerrar as pendências identificadas. A situação continua crítica e demanda atuação mais enérgica e efetiva por parte da Andritz em solucionar suas deficiências e também da NE em cobrar e apoiar a mudança de cenário.

Com o intuito de garantir a existência de um planejamento consistente para a retomada de curso, no 8º Relatório de Monitoramento foi emitida uma recomendação para que fossem adotadas “ações (plano de ação) e apresentar a avaliação de eficácia para melhoria de Gestão de SST das Montadoras de modo a garantir a implantação dos Projetos 3.4.1. Projeto de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho e 3.4.2 Projeto de Segurança e Alerta, inclusive como repercussão nas taxas de acidentes e de gravidade.” Como resposta, a NE indicou que a seguinte resposta:

*“O 9º RSAP informa que em todas as empresas já estão implantados os Projetos 3.4.1 e 3.4.2. Na empresa ANDRITZ, que está com indicadores com baixo atendimento, a Norte Energia encaminhou Carta de Notificação à empresa. Além disto, para melhorar a velocidade de resposta, a Norte Energia, colocou um profissional, Eng. Paulo Jorge, à disposição da contratada, auxiliando na gestão e documentação.”*

De fato, os Projetos 3.4.1 e 3.4.2 encontram-se implantados, ao menos com os principais documentos que os compõe. Entretanto, a discussão nesta fase se relaciona com a efetividade dos controles implantados para atendimento de suas diretrizes que, no caso mais evidente da Andritz, apresentam resultados cada vez mais preocupantes.

#### **4.3.3.3**

##### **Montadora ISOLUX**

###### *Saúde Ocupacional*

A ISOLUX apresentou as quantidades de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO emitidos no trimestre, porém não indicou qual a quantidade prevista de ASOs Periódicos para o período, cuja relação pode ser utilizada para avaliar o atendimento deste requisito legal (NR-07). Certamente a NE avalia esse requisito com base em LV, a qual resultou em valores abaixo do esperado: janeiro 45%, fevereiro 58% e março 72%.

Nenhum funcionário esteve afastado nos três primeiros meses de 2015.

###### *Segurança do Trabalho*

A ISOLUX realiza inspeções de SSMA por meio de realização de Auditorias e aplicação Lista de Verificação. No período foram aplicadas 1.597 inspeções (459 em janeiro, 234 em fevereiro e 904 em março) e nenhuma auditoria.

###### *Simulados do Plano de Ação de Emergências (PAE) da ISOLUX*

O 9º RSAP indicou que foi realizado um simulado em cada mês do período, porém não foi apresentado qualquer tipo de informação de informação se os mesmos atenderam as expectativas ou então acarretaram o registro de oportunidades de melhorias ou então desvios que deveriam ser tratados para garantir a eficácia em situações reais. Um dos



eventos correspondeu a resgate em altura, muito coerente com a fase e tipo de atividade da montadora.

### *Treinamentos de SST da ISOLUX*

A ISOLUX mantém o Padrão de Sistema SIG-SMSQ ISOLUX – Treinamentos, Conscientização e Competência para gestão dos treinamentos aplicados, que define ações, procedimentos e responsabilidade para a realização de treinamentos e conscientização dos colaboradores próprios e de subcontratadas de forma que os mesmos sejam capacitados e qualificados, e que tenham os conhecimentos e atitudes compatíveis com os requisitos das atividades que executam.

Em março/2015 foram aplicados treinamento de 3 temas relacionados à Saúde Ocupacional (Cuidados com a saúde, Alimentos saudáveis e Higiene Pessoal), o que resultou em 134 horas-homem de treinamento.

No período foram realizados outros treinamentos relacionados a Segurança do Trabalho, mais especificamente Integração Admissional e Trabalho em Altura, o que resultou em 406 horas-homem de treinamento.

### *Resumo Estatístico Mensal – REM*

A Tabela 4.3.3.3.a, a seguir, apresenta o acompanhamento realizado pela NE do desempenho em termos de SST das atividades da ISOLUX.

**Tabela 4.3.3.3.b**  
**Resumo Estatístico Mensal (REM) – ISOLUX**

Mês	Total de funcionários	HHER	Acid. Com Afast.	TFCA	Dias <sup>1</sup>	TG	Acid. Sem Afast.	TFSA
			ACA				ASA	
2014								
Out.	295	68.570	0	0	0	0	0	0
Nov.	319	82.601	2	<b>24,21</b>	5	60,53	0	0
Dez.	214	50.708	2	<b>39,4</b>	9	<b>177,49</b>	0	<b>0</b>
Jan.	230	303.028	0	0	0	0	0	0
Fev.	222	57.453	3	<b>52,2</b>	8	139,20	0	0
Mar.	256	57.687	1	<b>17,3</b>	3	52,00	0	0
Acumulado 2014		422.274	4	<b>9,47</b>	14	33,15	0	<b>0</b>
Acumulado 2015		418.168	4	<b>9,60</b>	11	26,3	0	0
Limites definidos pela NE			-	5,00	-	100,00	-	12,00

Fonte: Resumo Estatísticos Mensais de outubro/2014 a março/2015 da NE

**Notas:**

<sup>1</sup> Dias perdidos, debitados e transportados

**Legenda:**

- Horas-Homem de Exposição ao Risco – HHER;
- Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA;
- Taxa de Gravidade – TG;
- Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA.

A única taxa de frequência que ficou fora do limite determinado pela NE foi o de acidentes com afastamento, porém foram poucos dias afastados, resultando numa pequena taxa de gravidade. Essa constatação ocorre pelo segundo trimestre consecutivo, o que coincide com a mobilizada da ISOLUX. Neste sentido, é importante que a NE defina ações e oriente suas contratadas de modo que sejam alcançados melhores resultados com base na análise crítica dos resultados de monitoramento e de supervisão, determinação das causas básicas das ocorrências e definição de ações corretivas para evitar que elas ocorram novamente.

#### **4.3.3.4**

##### **Montadora SÃO SIMÃO**

A empresa São Simão, responsável pela construção de Subestações na UHE Belo Monte, iniciou suas atividades em março/2015, quando foram aplicadas as primeiras LVs no âmbito da Supervisão da NE. Quatro temas apresentaram resultados de desempenho abaixo do esperado: Eletricidade, Armação de Aço Central, Trabalho em Altura e Trabalho sobre telhado. As pendências resultantes geraram 13 RD's, dos quais 5 foram resolvidos e 8 estão fora do prazo.

Diante do exposto, é esperado para o próximo período maior volume de informações para permitir comparação entre os processos de monitoramento (interno) pela São Simão e a Supervisão pela NE.

#### **4.3.4**

##### **Desempenho de SST da NE, OE e Executoras do PBA**

A NE apresentou, por meio do Relatório Gerencial Trimestral das Obras do Entorno e Executoras do PBA (RGT\_OE\_PBA\_Jan\_Mar\_15 ver 0, anexo 5-2\_3\_SSTMA\_OE do 9º RSAP), as informações decorrentes do processo de supervisão ambiental realizada por seus Técnicos de Segurança do Trabalho, supervisionados pela Analista Ambiental. A abrangência dessa supervisão partiu de 77% das obras em execução no mês de janeiro e chegou em 92% em março/2015; entretanto, no final do período (trimestre) todas as empresas executoras foram supervisionadas. Os impedimentos de realização da supervisão ocorrem por diversos motivos, principalmente nas obras indígenas.

O número de Registros de Desvios aumentou consideravelmente mês a mês, partindo de 73 em janeiro/2015 e chegando a 188 em março/2015. Em fevereiro foram registrados 122 desvios. Em relação à Saúde Ocupacional os valores foram: 18 em janeiro, 11 em fevereiro e 46 em março/2015.

Os temas que mais registraram desvios foram “Áreas de Vivência e Condições de Trabalho” e “Documental”, os quais receberam 34 e 36 desvios em março/2015, respectivamente. Conforme mencionado no 8º Relatório Socioambiental Periódico, a NE registrou até fevereiro os desvios agrupados por disciplina, acarretando diversos registros no presente trimestre nos temas “Check list de Segurança”, “Check List

Saúde”, “Check List Meio Ambiente” e “Outros”, que juntos somaram 61% de todos os RDs. De acordo com entendimentos durante reunião específica na última missão, o cômputo de desvios por disciplina não indica qual o tema que merece maior atenção da Equipe de SSTMA, privando atuação para minimizar o registro de novos desvios. Nesse contexto, é esperado que a NE continue registrando os desvios por temas.

Cabe também destacar que a somatória de desvios dos dois gráficos apresentados no Relatório Gerencial Trimestral das Obras do Entorno não coincidem, o que demonstra necessidade de verificação pela NE.

Conforme mencionado na Subseção 3.1.2 do Relatório Gerencial Trimestral das Obras do Entorno, a NE não se utiliza de RNC para gestão ambiental das OEs, apenas identificando os desvios e os registrando para correção pelas empresas contratadas, que possuem diferentes capacidades de reação e absorção das lições aprendidas.

Em março havia 27 contratos distribuídos entre 20 empresas que atuam sob a responsabilidade de Norte Energia. As empresas possuem diferentes níveis de capacidade e cultura de gestão das questões ambientais, sendo que apenas duas empresas contam com técnico dedicado às questões ambientais. A variação do percentual de desempenho ambiental é bastante grande, variando de 3% (DS-S-002/2015 em fevereiro) a 100% (Scientia e DS-S-077/2014 em janeiro; Scientia em fevereiro; e, Scientia, DS-S-077/2014 e DS-S-116/2012). Desses contratos, 8 (47%) apresentavam resultados inferiores a 70% em janeiro; 8 (57%) em fevereiro; e, 14 (63%) em março/2015. De todos os monitoramentos do trimestre 57% apresentaram valores abaixo de 70% de conformidade, reforçando o alerta registrado desde a consolidação do processo de supervisão das OEs. Tal como apresentado para Meio Ambiente, a gestão definida pela NE para gerir seus contratos em relação ao atendimento dos aspectos legais de Saúde e Segurança do Trabalho não se mostra eficiente, inclusive não existem ferramentas adequadas para modificação do cenário num curto e médio espaço de tempo com base na estrutura e cultura das empresas contratadas, além da curta duração de alguns contratos.

Para as disciplinas de Saúde e de Segurança do Trabalho as práticas adotadas pela NE chegam até o ponto de encaminhar notificações por meio de Comunicações Externas (CE) para as contratadas e Comunicações Internas (CI) para os gestores e superintendentes de contratos. Estratégia que mostra pouca eficácia tendo em vista que os registros continuam muito similares àqueles encontrados desde o estabelecimento do processo de supervisão. É importante reforçar que a curta duração de alguns contratos também acarreta maiores dificuldades na metodologia da NE, pois ao apresentar os primeiros sinais de melhora de desempenho, os contratos são finalizados por término da atividade. Também é certo afirmar que a obrigação de contratação de empresas locais também corrobora para os baixos resultados de desempenho ambiental, embora ações de desenvolvimento de fornecedores estejam ao alcance do empreendedor.

É imprescindível que a NE reveja sua estratégia de contratação, gestão e manutenção das empresas executoras das Obras do Entorno, não só relacionada às atividades da Equipe de SSTMA, mas também das Gerencia de Contratação e de Gestão dessas obras.

O desenvolvimento de fornecedores pode ser uma estratégia a ser considerada pela Gerência de Contratos, bem como estabelecer critérios para as contratações antes de efetivar as mesmas. Assim, as empresas, mesmo locais, buscarão melhores práticas para alcançar melhores patamares. Certamente este processo deve ser gradativo para não paralisar as contratações, porém importante para o sucesso da gestão de SSTMA das empresas contratadas.

A NE também não realizou auditorias de SST no período, baseando sua supervisão somente nas Listas de Verificação aplicadas por seus Técnicos de Segurança do Trabalho e reuniões com algumas das principais empresas ou as que considerou críticas.

#### 4.3.5

##### **Desempenho de SST das atividades de Supressão Vegetal no Reservatório Intermediário**

As atividades de supressão são realizadas por 8 empresas (Consórcio LEI, DWE, ISOLUX, LAEC, CKTR, FX, Penha e Naturasul), responsáveis por lotes independentes. No início as atividades eram realizadas por seis empresas, mas devido ao atraso no processo de supressão vegetal do reservatório, a NE incluiu outras 2 empresas (FX e Penha).

A supervisão dessas empresas é realizada pelo Consórcio STCP, vinculado à equipe de SST da NE no que se refere às questões de SST dessas atividades. A ISOLUX, empresa responsável pela construção e montagem das Linhas de Transmissão, também realiza atividades de Supressão Vegetal para limpeza da faixa de servidão, porém a apresentação de seu desempenho ficou vinculada à Obra Principal (**Seção 4.3.3**).

Os temas que mais acumularam desvios foram “Área de Vivência e Condições de Trabalho” com 45 registros; “Documental” com 44; e, “Procedimento” com 39. O tema “Atendimento a emergência” obteve 29 registros e aparece entre os grupos com maior número de registros desde o início do processo de supervisão.

No último trimestre de 2014 a NE definiu que unificaria a metodologia de realização da Supervisão de SST, ou seja, adotaria o mesmo Padrão de Sistema empregado para a Supervisão das OEs, porém o efeito desta decisão ainda não foi registrado no 9º RSAP. De qualquer forma, o processo de supervisão existe e registra, tal como ocorre para as demais contratadas, os desvios identificados nas inspeções de campo realizados pela STCP; tabula e acompanha o fechamento destas pendências; emite Correspondências Externas (CE) e Correspondências Internas (CI) caso as pendências não sejam atendidas. Não existem evidências, portanto, de atuação da NE com o objetivo de garantir que as contratadas atuem pró-ativamente e diminuam o número de ocorrências similares, certamente iniciando por aquelas consideradas mais críticas e que eventualmente resultem em acidentes.

Os resultados de desempenho das contratadas, no entanto, não são preocupantes com base nos critérios estabelecidos na Supervisão da STCP. Em março/2015 o resultado mais baixo foi 88% e no trimestre foi 81%, valores considerados como BOM pela NE.

De forma complementar à avaliação mensal de cada contrato, a NE deve comparar esses resultados com outros fatores para verificar se a Supervisão identifica todos os desvios realmente significativos, tais como número e principais causas dos acidentes e incidentes e também os Autos de Infração do Ministério do Trabalho.

As contratadas demonstraram atender os desvios adequadamente, com exceção da DWE que apresentou um percentual de atendimento em março/2015 considerado baixo pela NE (79%). O percentual mais baixo do trimestre (67%), no entanto, ficou com a ISOLUX em fevereiro/2015, a qual apresentou desempenho EXCELENTE no mês seguinte, quando encerrou todas as pendências abertas.

#### **4.3.6**

##### **Fiscalização Externa – Entidades Oficiais**

O Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura do Ministério do Trabalho e Emprego - GMAI realizou inspeção nas obras da UHE Belo Monte em março/2015, mantendo a periodicidade de 4 meses. As vistorias foram realizadas apenas nas empresas contratadas para a Supressão Vegetal.

Foram registrados no período 64 Autos de Infração distribuídos entre 6 contratos de Supressão Vegetal. São eles: LAEC e LEI com 16 cada uma; DWE com 10; CKTR e Penha com 8; Naturasul com 6 Autos de Infração. De acordo com as informações da NE, o Grupo do Ministério do Trabalho apresentou contradições nos registros, obrigando as empresas a seguir determinado controle, embora pudessem ser aceitas alternativas (sistema de fossa negra utilizado pela empresa Penha, por exemplo). Outra questão que causou desentendimento foi o cabinamento dos equipamentos, o que ocasionou Autos de Infração em decorrência dos equipamentos possuírem apenas a proteção contra intempéries, como determina a legislação. A NE orientou as empresas para entrarem com recursos sobre os autos recebidos.

Quanto aos demais itens notificados, foram itens pontuais, que já foram corrigidos em sua maioria pelas contratadas, exemplos destes itens: alojamentos (banheiros, cozinha e dormitórios); máquinas e equipamentos (check-list diário e sinalização sonora - alarme de ré e buzina); documentos de RH (falta de crachá de identificação da EMPRESA, embora os funcionários recebam e portem crachás da Norte Energia, atas de reuniões da CIPA, PPRA e documentação).

O 9º RSAP não trouxe detalhes dos autos de infração.

## 5.0

### Acompanhamento de Condicionantes do Licenciamento e do Contencioso

#### Gerenciamento de Condicionantes

No **Quadro 5.0.a** do **Anexo 6** é apresentada a situação de atendimento às condicionantes estabelecidas pelo IBAMA na Licença de Instalação (LI) N° 795/2011. Do ponto de vista da NE, as informações que constam no **Quadro 5.0.a** são basicamente as mesmas já apresentadas no relatório anterior, que foram atualizadas com base no Capítulo 4 do Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes da Fase de Licença de Instalação (julho a dezembro de 2014, incluindo janeiro de 2015), emitido para requerimento da Licença de Operação (LO). Já o ponto de vista do IBAMA foi obtido no Parecer Técnico 02001.005036/2014-17 COHID/IBAMA, que apesar de ser de 19/12/2014, foi disponibilizado no site do órgão apenas após a emissão, pela consultoria independente, do 8º Relatório de Monitoramento Socioambiental.

Em relação à FUNAI, são apresentados também no **Anexo 6** os **Quadros 5.0.b** e **5.0.c**, com a situação de atendimento ao Parecer N° 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI e ao Ofício 126/PRES-FUNAI. Assim como para as condicionantes da LI, a situação de atendimento a esses documentos da FUNAI é apresentada semestralmente ao IBAMA no Capítulo dos Relatórios de Andamento do PBA referente ao atendimento de condicionantes. Neste período em que não foi emitido o relatório semestral, os **Quadros 5.0.b** e **5.0.c** contêm atualizações com base em informações coletadas na vistoria de campo realizada no período de 11 a 15/05/2015.

#### Situação de Multas e Autos de Infração

No Capítulo 7.0 do 9º RSAP foram evidenciadas as multas e autos de infração recebidos pela NE no período (status em março de 2015). A tabela enviada mostra o acompanhamento da evolução dos processos pela NE.

Em relação à situação apresentada no período anterior, houve exclusão de dois processos. São eles:

- Inquérito Civil n° 1.23.003.000271/2010-65, do Ministério Público Federal, que investiga o desenvolvimento do Programa de Manejo de Quelônios, considerando denúncia feita, segundo a qual a empresa Biota Soluções Ambientais não estaria conduzindo as atividades devidamente, provocando a mortandade de animais.
- Inquérito Civil n° 1.23.003.000045/2013-27, do Ministério Público Federal, que investiga o cumprimento do Termo de Compromisso firmado com a FUNAI, em setembro/2010, para atendimento emergencial das comunidades indígenas afetadas pela implantação da UHE Belo Monte.

Esses dois processos, segundo a NE, são acompanhados pelo escritório Milaré Advogados.

O 9º RSAP informou que não foi registrado nos RGM-Es do PCAI (janeiro a março de 2015) o recebimento, pelo CCBM, de autos de infração e/ou notificação de órgãos ambientais.

O 9º RSAP menciona a vistoria, no período, do GMAI, mas apenas nas áreas de supressão, totalizando 64 autos de infração para os 6 lotes, sendo os que mais receberam (16 cada) o Lote A, do Consórcio Lei, e o Lote E, da LAEC.

## **6.0**

### **Andamento dos Programas do PBA**

Neste Capítulo será avaliada a implementação dos programas socioambientais integrantes do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento.

A avaliação é feita por diferentes técnicos especialistas nas áreas dos meios físico, biótico (ecossistemas aquáticos e terrestres) e socioeconômico, sendo que o escopo da análise deverá incluir a seguinte abordagem:

- Progresso reportado no 9º RSAP;
- Progresso reportado em reunião (durante a vistoria de 11 a 15/05/2015);
- Situação verificada em campo (durante a vistoria de 11 a 15/05/2015);
- Escopo da Revisão Executada pela Equipe do Consultor Socioambiental Independente;
- Análise de Conformidade com o proposto no PBA, em relação a metas, objetivos, ações, metodologia, cronograma, e tratativas com o órgão em caso de alterações;
- Avaliação dos Resultados.

Cabe ressaltar que o Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA recebido no período anterior é o relatório consolidado da fase de implantação, elaborado pela NE para embasar o pedido de Licença de Operação (LO) para o empreendimento. Segundo informado pela NE e Ferreira Rocha em reunião com a consultoria independente, entre a emissão do Relatório Final Consolidado e a emissão da LO pelo IBAMA não serão elaborados outros relatórios consolidados do PBA para o IBAMA, ou seja, aquele que estaria previsto para 31/07/15 não será emitido. Isso porque foi acordado com o IBAMA que a forma de acompanhamento do órgão até a emissão da LO será a realização de vistorias mensais para verificação de assuntos que este considera críticos. Com base nessas vistorias mensais, o órgão emitirá um parecer, o qual será respondido pela NE por meio de Nota Técnica. É importante frisar que o 9º RSAP não trouxe evidências da realização de nenhuma dessas vistorias mensais do IBAMA no período.

Assuntos não críticos para o IBAMA não serão mais relatados até que seja emitida a LO, e o órgão defina que tipo de relatório passará a ser emitido, já que haverá

programas de implantação e de operação em implementação simultânea, outros que serão eliminados, etc.

Então, foi acordado com a NE que os RSAP, até a emissão da LO, incluiriam a descrição do andamento, no período, de uma lista de programas considerados mais críticos pela consultoria independente. O andamento desses Programas consta no **Quadro 6.0.b** do **Anexo 7**.

O **Quadro 6.0.a**, no **Anexo 7**, apresenta as repactuações ocorridas para cada Programa/Projeto junto ao IBAMA por meio de Nota Técnica ou outro documento similar, e as informações mais relevantes para identificar se os mesmos estão cumprindo o cronograma e se estão atingindo os objetivos propostos no PBA.

O andamento da implementação do PBA-CI no período é apresentado na sequência, na **Seção 6.1**.

O **Anexo 8** inclui os Registros Fotográficos dos trabalhos de campo da 8ª missão relacionados aos Programas e Projetos do PBA.

## 6.1

### Andamento dos Programas do PBA-CI

Em 2014 a Norte Energia consolidou sua estrutura administrativa para o relacionamento com as populações indígenas. Por meio da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) todas as ações indigenistas estão em andamento, isto é, estão sendo executadas ações relativas à finalização do Plano Emergencial, à implantação do PBA-CI bem como ao cumprimento das condicionantes<sup>4</sup>. A partir da avaliação da documentação institucional e da análise das manifestações dos profissionais envolvidos, é possível seguir afirmando que a Norte Energia conduz com eficiência as ações indigenistas implicadas no processo de licenciamento<sup>5</sup>. Com isso, estão sendo ampliadas as condições para a compreensão e participação dos indígenas no processo de desenvolvimento ensejado pelo empreendimento. Cabe destacar que apesar da consolidação da estrutura administrativa e da ampliação da participação indígena, a SAI enfrenta aspectos críticos especialmente relacionados à finalização do plano emergencial e à implantação do programa de atividades produtivas. A análise sobre estes aspectos é apresentada ao longo do presente relatório que está dividido em considerações sobre a estrutura administrativa da SAI e considerações sobre o andamento dos programas e projetos do PBA-CI.

A **estrutura administrativa da SAI**, desde 2013, está baseada na atuação de duas gerências atualmente chamadas de Gerência de Programas e Gerência de Estudos. A

---

<sup>4</sup> Atendimento às exigências expressas no Parecer 21 e Ofício 126, respectivamente condicionante 2.28 da LP nº342 de 01/02/2010 e condicionantes 2.6 e 2.20 da LI nº795 de 01/06/2011.

<sup>5</sup> Com a consolidação da SAI entende-se que a Norte Energia atende plenamente a condicionante da LP Parecer 21, que estabelece em sua Ação 13: Criação de uma instância específica para acompanhamento da questão indígena, pelo empreendedor, com equipe própria, evitando assim, a pulverização das ações indigenistas entre os demais Planos de Gestão Ambiental.



Gerência de Programas está dedicada à implantação e acompanhamento dos programas do PBA-CI, especialmente envolvida com a execução do Programa de Infraestrutura (PI) e Programa de Atividades Produtivas (PAP). A Gerência de Estudos está concentrada no atendimento dos indígenas divididos por pelas Rotas Bacajá e Volta Grande e pelos grupos Xypaia/Kuruaya e de Recente Contato. O trabalho destas duas gerências concretiza o cumprimento dos acordos e exigências estabelecidas pelo PBA-CI e pelas negociações da superintendência com os indígenas e com instituições relacionadas. Há ainda o setor de documentação, que embora esteja em formação, já reúne, organiza e digitaliza todo o acervo institucional, contribuindo assim para o atendimento da condicionante nº 10 da LP<sup>6</sup>.

Desde a reestruturação administrativa em 2013, a SAI vem constantemente qualificando suas instalações e equipe. O escritório atualmente conta com recepção, sala de atendimentos, gabinetes, sala de reuniões e auditório. As instalações acomodam não apenas a equipe, mas também os visitantes indígenas e não indígenas. O auditório é utilizado para as reuniões semanais do CGI (Comitê de Gestão Interna), além de outros encontros, programados ou espontâneos. A equipe que atua diretamente no escritório é composta por gerentes e técnicos administrativos e por técnicos indigenistas. No total são vinte e três profissionais dos quais cinco têm formação no indigenismo – além do superintendente, o técnico que atua junto aos grupos de Recente Contato, assim como o gerente de estudos e dois técnicos são formados na FUNAI e em ONGs indigenistas com larga experiência no tratamento com os indígenas. O gerente de programas já teve experiência com indígenas em contexto de licenciamento ambiental, mas não tem formação específica em indigenismo.

Além da equipe capacitada a SAI aprimorou os fluxos de atendimento. Neste sentido cabe destaque a consolidação do CGI como estratégia de gestão integrada das equipes envolvidas na execução do PBA-CI. Recentemente houve uma reorganização das funções, a partir da qual os indigenistas passaram a atuar como ponto focal para os indígenas, isto é: o atendimento no escritório e as comunicações nas aldeias são direcionados para os indigenistas que já atuam com cada grupo. Pode-se dizer que esta reorganização não apenas valoriza, mas adota como diretriz o conhecimento prático indigenista. Não obstante o foco esteja na atuação dos indigenistas, as decisões e encaminhamentos são resultado da integração de técnicos, equipes e gerências. Adicionalmente a equipe foi reforçada com a contratação de dois barqueiros e motoristas. É consenso entre os técnicos que as mudanças na SAI, aliadas à presença e a permanência de indigenistas na equipe têm contribuído para melhorar o relacionamento com os indígenas.

Como parte desta reorganização a SAI tem adotado medidas que consolidaram o atendimento a temas sensíveis e de grande interesse dos indígenas, tais como: a manutenção de motores e equipamentos, a distribuição de cotas de combustível e os fretes. Para tanto, foram elaborados três Termos de Referência para aquisição de combustíveis, transporte fluvial e serviços de manutenção. Importante destacar que estes

---

<sup>6</sup> Atendimento parcial de condicionante da LP Parecer 21, Ação 10 – Elaborar Programa de Documentação e Registro de todo o processo de implantação dos programas.

três pontos são fundamentais para o bom relacionamento da Norte Energia com os indígenas, afinal são itens reivindicados e acordados por ocasião das invasões e ocupações dos canteiros de obras no contexto da implantação do Plano Emergencial. As cotas de combustível permanecem nas quantidades e periodicidade acordada. As quantidades variam entre 900 e 3000 litros/mês por aldeia, sempre entregues nas próprias aldeias. Os fretes, requisitados desde o início do Plano Emergencial, são uma exigência constante, pois as condições de transporte na região efetivamente muito limitadas. Por fim, os compromissos com a manutenção é tema que preocupa sobremaneira a SAI, pois com o passar do tempo há um aumento potencial das demandas em razão da deterioração dos equipamentos doados. Atualmente são realizados em média 85 atendimentos/mês, incluindo a visita mensal de mecânicos nas aldeias. Os técnicos são unânimes em afirmar que os indígenas compreendem o funcionamento destes atendimentos e, em geral, apresentam suas demandas nos tempos ajustados do processo. Deste modo, é possível afirmar que o atendimento a estes temas de grande interesse dos indígenas está organizado e foi devidamente apropriado pelos indígenas, não gerando, portanto, pontos de tensão ou descontentamento.

Ainda com relação à equipe, registre-se que no escritório da SAI permanece instalada a equipe de técnicos da Superintendência de Obras do Entorno (SOE), responsáveis pela execução das obras relacionadas ao componente indígena. Esta equipe coordenada por um engenheiro sênior mantém dentre suas atribuições o acompanhamento direto da execução das obras nas aldeias desenvolvidas por empresas contratadas (empreiteiras) – o detalhamento do trabalho desta equipe será apresentado junto às considerações sobre os resultados do programa de infraestrutura.

Apesar da estruturação administrativa e da qualificação da equipe da SAI, o processo de finalização do Plano Emergencial tem apresentado dificuldades. Efetivamente, os acordos pactuados com indígenas e representantes da FUNAI ainda não foram cumpridos em sua totalidade. Como analisado nos relatórios anteriores, ao longo dos anos de 2013 e 2014 os técnicos da SAI mobilizaram esforços no sentido de identificar, sistematizar e negociar, junto às lideranças indígenas e representantes da FUNAI, todas as pendências geradas no escopo do Plano Emergencial. Os avanços nesta direção foram notáveis, contribuindo para o relaxamento das tensões no relacionamento com os indígenas e permitindo a superação de crises, especialmente agudas no final de 2012. No relatório de novembro de 2014 foi constatado que aproximadamente 90% dos itens mais solicitados (embarcações, motores e geradores) já haviam sido entregues. Recentemente, contudo, houve uma diminuição no ritmo das entregas destes itens, repercutindo muito negativamente perante os grupos indígenas. Dos itens pendentes destacam-se as voadeiras de 10 e 12 metros já adquiridas, mas ainda não entregues.

**O acompanhamento da implantação do PBA-CI** consome grande parte dos esforços da SAI. Efetivamente, além do atendimento diário aos indígenas, a SAI executa e monitora as ações desenvolvidas pelas empresas contratadas ao longo de 2013 para a implantação de todos os planos e programas do PBA-CI. Como relatado anteriormente, somando-se a equipe da SAI com as equipes contratadas, são aproximadamente 100

profissionais diretamente dedicados ao desenvolvimento das atividades do PBA-CI<sup>7</sup>. Este número contrasta fortemente com os dados de 2012, quando o grupo de profissionais estava restrito aos 09 colaboradores que integravam a equipe do Escritório de Estudos Indígenas (Brasília) e do Escritório de Assuntos Indígenas (Altamira).

As contratações das empresas para a execução do PBA-CI tiveram início em março de 2013 quando foi contratada a empresa AGRAR/ENGETEC para a implantação do Programa de Atividades Produtivas (**PAP**) e Supervisão Ambiental (**PSA**). Em 28 de junho de 2013 foi contratada a empresa VERTHIC Consultoria para a execução do **Plano de Gestão** e dos programas de Fortalecimento Institucional (**PFI**), Gestão Territorial (**PGTI**), Educação Escolar Indígena, (**PEEI**), Saúde Indígena (**PISI**), Patrimônio Cultural Material e Imaterial (**PPCMI**). O Programa de Realocação e Reassentamento dos Índios Moradores da Cidade de Altamira e Região da Volta Grande (**PRR**) foi mantido sob a responsabilidade da empresa Apoena, contratada desde 2011. O Programa de Infraestrutura (**PI**) segue sob a responsabilidade direta da SAI, que desenvolve ações em articulação com a Superintendência de Obras do Entorno (SOE). O Programa de Comunicação para Não Indígenas (**PCNI**), sob a responsabilidade da empresa Biolaw, teve seu plano de trabalho aprovado pela FUNAI em novembro de 2013 e esta em pleno andamento. O Programa de Comunicação Indígena (**PCI**), em execução desde 2010, também sob a responsabilidade da Biolaw, é parte das condicionantes da LP e está articulado ao PCNI.

O **Plano de Gestão**, como vem sendo analisado ao longo dos últimos relatórios, tem como suas principais funções a otimização das ações dos programas PBA-CI, o alinhamento das informações de gestão e a organização e acompanhamento dos comitês indígenas.

A otimização das ações dos programas do PBA-CI é desenvolvida na medida em que a VERTHIC adotou como metodologia de trabalho a permanência de antropólogos e indigenistas em campo. As equipes permanecem longos períodos nas aldeias, fazendo as mediações necessárias para a melhor compreensão dos indígenas dos programas e projetos do PBA. O alinhamento das informações de gestão é realizado através da alimentação do Sistema de Gestão de Projeto (SGP) da Norte Energia e da participação em reuniões semanais do CGI das quais também participam a SAI e as executoras.

Com relação aos comitês indígenas os técnicos da Verthic, junto com os técnicos da SAI, participaram recentemente das reuniões dos Subcomitês nas Terras Indígenas Trincheira Bacajá (18 e 19/03/2015) e Cachoeira Seca do Iriri (04-07/05/2015). Cada uma destas reuniões teve a participação ampla das comunidades. Os números oscilaram de acordo com os momentos. Houve momentos com 55 participantes e momentos com apenas 10. Ao descrever as atividades realizadas os técnicos da Verthic afirmaram que em geral cada turno foi dedicado à apresentação e discussão de um tema – saúde pela manhã; educação à tarde; PAP manhã e tarde; infraestrutura pela manhã; outros encaminhamentos à tarde. Estas últimas duas reuniões tiveram uma pauta extensa, pois,

---

<sup>7</sup> Pleno atendimento de condicionante da LP Parecer 21, Ação 9 - Designar equipe específica para a elaboração, detalhamento e acompanhamento de todas as ações previstas junto às comunidades indígenas, em colaboração à FUNAI, demais órgãos governamentais e comunidades indígenas.

embora esta seja a segunda reunião dos Subcomitês, os indígenas ainda estão se familiarizando com as dinâmicas dos comitês e do próprio PBA-CI.

Embora os subcomitês e comitês tenham apenas caráter consultivo e não deliberativo, estas reuniões são extremamente importantes para garantir a participação efetiva dos indígenas. Com a mediação da VERTHIC, todas as questões levantadas são registradas nas atas e memórias, todos os encaminhamentos são tabulados e todas as reclamações são encaminhadas para serem respondidas. Tanto os encaminhamentos como as respostas procuram seguir o modelo PROGRAMA-AÇÃO-QUEM-QUANDO. Com isso, o Plano de Gestão está preparado para acompanhar os subcomitês vinculando as questões tratadas nas reuniões com os projetos em desenvolvimento, os executores responsáveis, os recursos necessários e os resultados esperados e alcançados. Estão agendadas para junho as reuniões dos Subcomitês Parakanã, Xypaia e Kuruaya e cidadãos. Apesar da diversidade de contextos, os técnicos do Plano de Gestão acreditam que o modelo de reunião, registro e encaminhamento dos Subcomitês está atingindo os objetivos, pois é compreendido e, de certa forma, controlado pelos indígenas.

**O Programa de Fortalecimento Institucional (PFI)** alcançou resultados expressivos nos últimos meses. Como já relatado, este programa segue com a metodologia da multiplicação das informações através das reuniões, oficinas e capacitações voltadas à elaboração de diagnósticos e discussão sobre a participação dos indígenas. Com relação às organizações indígenas, após a realização das oficinas sobre associativismo, o PFI identificou 24 associações, das quais 20 já foram regularizadas. A regularização das associações envolve desde a organização das assembleias e registro em cartório, até o cadastro na Receita e Caixa Econômica Federal e, a declaração de aptidão ao PRONAF, emitida pelo MDA.

Atuando a partir da estruturação das organizações indígenas e da capacitação dos conselheiros indígenas, o PFI tem contribuído para a inserção das associações indígenas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de uma inserção que garante não apenas renda para as comunidades indígenas, mas também um reposicionamento no contexto local e regional, que é, sabemos, marcados pela marginalização histórica. Neste sentido, foi consolidada a vinculação das associações indígenas com o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para a merenda escolar. Como informado nas considerações sobre o Programa de Atividades Produtivas, as associações indígenas da TI Paquiçamba assinaram contrato com a Prefeitura do município de Vitória do Xingu para a integração dos indígenas no PAA. Deste modo, serão adquiridos mensalmente itens da produção local, tais como: abóbora, macaxeira, farinha, cheiro verde, banana, dentre outros. Para os técnicos do PFI esta experiência deverá ser ampliada para as demais terras indígenas, pois representa um grande avanço na direção do fortalecimento das associações indígenas.

**O Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI)**, iniciado em dezembro de 2013, já produziu diagnósticos socioeconômicos e de infraestrutura, calendários sazonais e etnomapeamentos, identificando a distribuição das atividades produtivas e das áreas sensíveis em cada contexto indígena. Como já relatado, os diagnósticos apresentam informações atualizadas e detalhadas sobre a distribuição da população, as condições de

cada aldeia, as potencialidades e fragilidades ambientais de cada terra indígena e seu entorno. Para a construção destes diagnósticos foram empregadas metodologias combinadas, tais como: construção coletiva de calendários sazonais, expedições de levantamentos de recursos, construção participativa de indicadores ambientais, inventário e caracterização de espécies, aplicação de entrevistas semi-estruturadas em cada residência.

Além destes levantamentos, o PGTI desenvolve ações de capacitação em gestão territorial indígena. Estas capacitações seguem as diretrizes do PNGATI/FUNAI (Programa Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas). Após quatro módulos de formação, iniciados em 2014, em junho será desenvolvida o último módulo que contará com a participação de um indígena por aldeia e incluirá a realização de estudos práticos nas terras indígenas. A metodologia que está sendo aplicada reproduz as experiências já desenvolvidas por ONGs junto a outros grupos indígenas da região amazônica. Especificamente os técnicos do PGTI mencionaram as ONGs IEPE (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena) e IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil). Com a formação dos indígenas e com os estudos já realizados, o PGTI está acumulando informações estratégicas que vem sendo requisitadas por outros programas. Como exemplo cabe citar a interação com o Programa de Atividades Produtivas e o mapeamento dos castanhais, a interação com o Programa de Supervisão Ambiental e as atividades de monitoramento da fauna e ictiofauna.

Além das atividades em andamento no escopo do PGTI, a Norte Energia vem desenvolvendo, desde a implantação do Plano Emergencial, ações relacionadas à proteção territorial como preconizam as condicionantes da LP e LI<sup>8</sup> (execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial). Neste sentido, FUNAI e Norte Energia seguem discutindo a adequação das exigências e dos equipamentos já entregues. Embora a FUNAI tenha solicitado a construção de 7 bases operacionais (BO) e 14 postos de vigilância (PV) e a Norte Energia tenha entregado 02 BOs e 06 PVs está em análise a substituição destas exigências pela implantação do Centro de Monitoramento Remoto (CMR). Este sistema, como argumenta a SAI, que já é empregado pelo IBAMA e ICMBio, está baseado em imagens de satélite sendo capaz de identificar pontos de calor, desmatamentos, invasões e outras afetações nas terras indígenas. Informalmente a FUNAI já manifestou interesse em rever as exigências destas condicionantes substituindo a construção destas BOs e PVs por recursos humanos para operar as instalações já construídas. Esta discussão vem sendo tratada no âmbito das reuniões interinstitucionais mediadas pelo MPOG (FUNAI Ofício 188/2015; CE 354/2015). No que tange à “Eleição de área para a comunidade Juruna do Km 17”<sup>9</sup>, segue em andamento o processo junto ao INCRA/MDA para a aquisição e regularização de área de 2300 hectares já acordado com a FUNAI, Norte Energia e comunidade.

---

<sup>8</sup> Condicionante da LP Parecer 21, Ação 2 (Elaborar e iniciar a execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, em conjunto com a FUNAI, comunidades indígenas e outros órgãos, contemplando inclusive áreas de maior incidência de garimpo no leito do rio Xingu (no trecho da Vazão Reduzida), logo após assinatura do contrato de concessão do AHE) condicionante da LI, Ofício 126, Ação 4 (Implantação do Plano de Proteção das TIs).

<sup>9</sup> Condicionante da LP, Parecer 21 Ação 7 (Eleição de área para a comunidade Juruna do Km 17)

O **Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI)** consolidou suas ações em 2014 com a promoção de oficinas para a produção de material didático específico, a participação nos encontros do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, a criação de bibliotecas especializadas no tema, a articulação com as secretarias estadual e municipais de educação, a discussão dos projetos políticos pedagógicos (PPP) e dos modelos de construção das escolas indígenas do PBA-CI.

Os materiais didáticos produzidos estão sendo distribuídos em todas as escolas indígenas da região. Os livros das séries Oralidade e Letramento, já estão nas escolas. Os livros das séries Memória e Cultura e Estudos Ambientais estão em fase de finalização editorial. Como relatado anteriormente, estes livros são formados por textos e materiais produzidos pelos próprios indígenas. Destaque-se que estes materiais estão em sintonia com as experiências e as produções mais bem sucedidas da educação escolar indígena no Brasil.

Como atividade complementar o PEEI está promovendo visitas dos professores indígenas a outras terras indígenas com o objetivo de proporcionar o conhecimento de outras experiências escolares. Em maio os professores indígenas que participaram da produção dos materiais didáticos visitaram a Terra Indígena Pankararu (PE). Em junho está prevista a visita à região do Alto Rio Negro, onde conhecerão os projetos educacionais desenvolvidos no município de São Gabriel da Cachoeira que são internacionalmente reconhecidos por sua excelência.

O **Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI)** foi iniciado em agosto de 2013 e desde então tem contribuído com a realização de reuniões e capacitações no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Como já relatado, as atividades deste programa envolvem tanto os indígenas como os profissionais do DSEI. Com relação às capacitações dos Agentes de Saúde e Agentes Indígenas Sanitaristas (AIS e AISAN), que iniciaram em janeiro de 2014, está programada a realização do último módulo nos meses de junho e julho de 2015. Neste módulo todas as atividades serão desenvolvidas diretamente nas aldeias. Um dos temas já indicados para ser abordado é a capacitação dos AISAN para a utilização dos equipamentos do sistema de abastecimento de água. Com isso, estima-se que possam ser formalmente entregues os sistemas já construídos e ainda sob a responsabilidade da SAI.

Além das capacitações específicas, o PISI, em articulação com o Programa de Educação, vem realizando oficinas de educação em saúde. Especificamente, importante e muito bem avaliado pelos indígenas, são as oficinas sobre o lixo. Netas oficinas, além das exposições e debates, são realizados mutirões de limpeza das aldeias e instalação de latões e containers para depósito de lixo. Estas oficinas já foram realizadas nas aldeias das terras indígenas Trincheira Bacajá, Cachoeira Seca e Xipayá.

As atividades do **Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPCMI)** seguem organizadas a partir dos três projetos: Apoio à produção artística e cultural; Formação em patrimônio cultural; e, Reestruturação do Museu de Altamira. A lista das atividades já realizadas ilustra a amplitude do programa: oficinas de formação para indígenas videoastas (todas as terras indígenas); projeto de registro de história oral

(Arara da Volta Grande); projeto de intercâmbio indígena (TIs Xipaya e Cachoeira Seca); projeto de fortalecimento de saberes tradicionais - fabricação de arco e flecha (Araweté), expedições pelas antigas aldeias (Araweté), sessões de pintura e grafismo corporal (Kararaô); oficinas de resgate de técnicas tradicionais - confecção de artesanato (TI Paquiçamba); oficinas de confecção de artesanato com sementes (Associações AIMA e Kirinapan); oficina de cerâmica tradicional (Altamira); oficina para elaboração de projeto de artesanato feminino (aldeia Laranjal); oficina de planejamento participativo (Altamira – índios citadinos); oficina Saberes e Fazer dos Indígenas Citadinos; oficinas temáticas “Artesanato dos povos indígenas do Médio Xingu” (Assurini e Parakanã).

Os técnicos da Verthic destacaram três resultados concretos já alcançados, a saber: a elaboração do plano museológico, a produção de documentários e os intercâmbios. O plano museológico elaborado a partir das oficinas com especialistas está em análise. A FUNAI já manifestou interesse em antecipar algumas ações em virtude da necessidade de preservar peças que atualmente estão mal acondicionadas, acelerando sua degradação. Os filmes documentários são exercícios promovidos pelas oficinas de formação de videoastas. Até o momento os alunos indígenas já produziram nove filmes, documentando os temas: Festas e Culinária Xipaya; Intercâmbio Arara-Ikpeng; Depoimentos e atividades dos xamãs Araweté; Aspectos físicos e humanos do rio Xingu na Volta Grande na época da vazante /TI Paquiçamba; Registro fotográfico sobre as aldeias, moradores e práticas tradicionais Juruna/TI Paquiçamba; Modo de vida e a história do povo Kararaô; Depoimentos das matriarcas e oficina de culinária dos citadinos e ribeirinhos; Construção da casa comunal tradicional Asuriní. Os intercâmbios, iniciados ainda em 2013, já envolveram a visita dos Arara ao grupo Ikpeng (Parque Indígena do Xingu), a visita dos Juruna da Volta Grande aos Juruna do PI do Xingu, a visita dos Kuruaia aos Mundurucu de Itaituba e a expedição de jovens e velhos Parakanãs às antigas aldeias do território tradicional.

**O Programa de Atividades Produtivas (PAP)** permanece sob a responsabilidade da empresa contratada AGRAR/ENGETEC atuando nos eixos: projetos de subsistência e projetos de geração de renda. Após completar dois anos de implantação os desafios ensejados por este programa se mantêm no centro das discussões. Com a proximidade da finalização do contrato entre Norte Energia e Agrar/Engetec e em face aos questionamentos e reclamações constantes, está em discussão a possibilidade de “primarizar” este programa, isto é, passar sua condução para a responsabilidade direta da Norte Energia através da Superintendência de Assuntos Indígenas (modelo análogo à condução do Programa de Infraestrutura). As críticas e dificuldade do PAP não anulam, no entanto, os trabalhos já realizados e os resultados já alcançados.

É importante que a análise sobre este programa leve em consideração o fato de que o PAP tenha sido iniciado em janeiro de 2013, antes, portanto, do início dos demais programas do PBA-CI. Tal antecipação foi provocada pelos efeitos da implantação do Plano Emergencial que, ao disponibilizar R\$30,000 mensais por aldeia, implicou em desestruturação das atividades produtivas em todas as etnias. O PAP, não resta dúvida, foi desenvolvido em ambiente de forte crítica e seus resultados sempre foram influenciados por esta condição inicial. Entretanto, as ações voltadas à produção de

subsistência, iniciadas já em 2013, produziram resultados importantes, pois reverteram o quadro de carência produzido pela implantação do Plano Emergencial. Como já relatado, em todas as aldeias foram distribuídos insumos e implantadas áreas de roças, hortas e frutíferas. Mais recentemente foram disponibilizados sementes e insumos para o ciclo agrário de 2014/2015.

Os projetos de geração de renda, embora detalhados e aprovados em 2014, seguem enfrentando severas críticas e dificuldades. Como relatado anteriormente estes projetos incluem: produção de farinha, cacau, urucum, mel, produtos florestais não madeireiros, arte indígena, peixes ornamentais, pesca comercial, frutíferas, beneficiamento do açaí. Cada um destes projetos foi planejado detalhadamente em oficinas realizadas nas aldeias. O andamento destes projetos encontra-se em fases distintas para cada contexto de implantação.

Entre os Xypaia e Kuruaya foram realizadas as capacitações para 10 “cantineiros”. Com isso, foram potencializadas as 06 cantinas implantadas que contam com a participação da FUNAI, do PDRS e do Instituto Socioambiental. Estas cantinas tem por objetivo substituir a prática do “barracão”, o entreposto tradicional de compra e venda de mercadorias que subalterniza os produtores tradicionais, especialmente, os extrativistas. Os produtores indígenas levam castanha coletada para as cantinas, onde trocam por produtos variados (alimentação, limpeza, higiene...).

Nos dias 18 e 19 de maio os indígenas, com o apoio do PAP, os Xypaia e os Kuruaya participaram da Semana do Extrativismo, na RESEX do Iriri. Nesta semana foram realizados encontros de comercialização do qual participaram empresas interessadas na aquisição de produtos do extrativismo, tais como: castanha, óleo de copaíba, semente de cumaru, óleo de babaçu. Dentre os compradores presentes estavam representantes das prefeituras e das empresas Natura, Mercur e Wickbold. A comercialização da castanha é a etapa final de um processo que envolve as atividades: coletar, quebrar, lavar, secar, ensacar, transportar e vender. O PAP contribuiu com todas estas etapas, com o objetivo de melhorar a cadeia produtiva e garantir as melhores condições para a negociação. No momento está em planejamento a construção de galpões para o armazenamento das castanhas para que possa ser realizada a venda em períodos que o preço seja mais rentável para os produtores.

Entre os Arara e os Araweté também houve uma grande coleta e comercialização de castanha. Entre estes grupos, entretanto, a comercialização foi realizada por cada família. A contribuição do PAP e da SAI neste processo ficou concentrada na disponibilização do combustível. Segundo os técnicos do PAP o desenvolvimento de projetos com estes indígenas é dificultado em razão do recente contato e salientam que “é preciso repensar os projetos para estes indígenas, pois todos os trabalhos são mais lentos e toda a lógica de produção é essencialmente familiar”. Junto aos Kararaô, Assurini e Parakanã o PAP também esteve presente da comercialização da castanha, distribuindo sacaria, organizando o frete e a venda do produto coletado. Representantes indígenas acompanharam todas as etapas, incluindo a comercialização na cidade de Altamira.



Com relação aos grupos da Volta Grande, terras indígenas Paquiçamba e Arara, estão em andamento diversos projetos, dentre os quais se destacam: o mapeamento dos açaizeiros, a expansão da produção de cacau, produção de farinha, ampliação das roças familiares e implantação de aviários familiares.

Segundo os técnicos do PAP, o projeto mais bem sucedido até o momento é a integração das famílias juruna da terra indígena Paquiçamba no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Através da mediação do PAP e do Programa de Fortalecimento Institucional, as famílias juruna estão vendendo alimentos diretamente para a prefeitura de Vitória do Xingu, para a distribuição da merenda escolar que será utilizada nas escolas indígenas. Deste modo, está garantida a renda para as famílias indígenas, ao mesmo tempo em que está sendo proporcionada alimentação escolar adaptada, respeitando a cultura local.

Em síntese, os técnicos do PAP avaliam que apesar das dificuldades inerentes ao programa há avanços importantes. Ademais, na maioria dos casos os indígenas mantêm boa relação com a equipe. Entretanto, o centro das preocupações reside no fato de que em alguma medida os indígenas percebem o PAP, especialmente os projetos de geração de renda, como uma ação de compensação imediata e não como um processo de auto sustentabilidade de longo prazo. Estes temas tendem a cada vez mais estar no centro das discussões nos comitês e subcomitês.

**O Programa de Supervisão Ambiental (PSA)** tem como objetivo central qualificar a participação dos indígenas nos programas de monitoramento do PBA Geral e PBA-CI. Desde 2013 sob a responsabilidade da AGRAR/ENGETEC, este programa conta atualmente com equipe formada por um engenheiro ambiental, uma bióloga e dois analistas ambientais. A partir de abril de 2014 as ações do PSA enfocaram as ações de mediação entre indígenas e técnicos, através das visitas às terras indígenas, das capacitações, da participação nas reuniões do Comitê de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida, do acompanhamento das campanhas de monitoramento de fauna, ictiofauna e qualidade de água na VGX e da participação nas reuniões dos Subcomitês do Comitê Gestor do PBA-CI.

Dentre todas as atividades destacam-se as experiências de acompanhamento das campanhas de monitoramento. Com relatado anteriormente os indígenas participaram do monitoramento da ictiofauna e da qualidade da água nas campanhas de abril, julho, setembro e outubro de 2014. Em março de 2015, mais uma vez, um indígena de cada aldeia da Volta Grande acompanhou a equipe técnica nos monitoramentos nos módulos RAPELD. Segundo os técnicos do PSA houve grande interesse dos indígenas em desenvolver a metodologia RAPELD no interior das terras indígenas, pois eles percebem alterações no comportamento da fauna – especificamente, citaram o aumento no número de onças e cobras e a diminuição no número de porcos. Como nas vezes anteriores, a equipe do PSA se ocupou de fazer a integração entre técnicos e indígenas, explicando passo a passo a metodologia utilizada e os resultados esperados. Está programada para maio e junho a divulgação nas aldeias dos resultados destas campanhas de monitoramento, incluindo, os estudos nos módulos RAPELD, os estudos sobre a qualidade da água e sobre a navegação no Sistema de Transposição de Embarcações.

Para a divulgação dos resultados a equipe do PSA elaborou duas cartilhas e um vídeo informativo, ambos em fase de aprovação pela SAI. As cartilhas abordam aspectos do desmatamento e das metodologias de monitoramento. No vídeo são apresentados os programas de monitoramento através de animações e imagens feitas durante as campanhas. Neste vídeo, de aproximadamente 17 minutos, os próprios indígenas figuram como apresentadores das equipes e dos estudos. Falando, em linguagem culturalmente adequada, o vídeo aborda temas especialmente sensíveis à preocupação dos indígenas, a saber: qualidade, nível da água, navegabilidade, ictiofauna, pesca sustentável e transposição de peixes.

Desde sua implantação e, especialmente, a partir da integração dos indígenas nas campanhas de monitoramento, o PSA tem apresentado resultados positivo, pois tem qualificado a participação dos indígenas nas discussões sobre o processo de licenciamento. Como relatado anteriormente, os resultados positivos do PSA tem gerado novas demandas e questionamentos sobre a própria metodologia dos monitoramentos. Estas demandas já foram levadas às reuniões do Comitê de Monitoramento do TVR e às reuniões do Subcomitê que reúne as aldeias da Volta Grande do Xingu. Neste sentido, um dos resultados mais expressivos das atividades de mediação promovidas pelo PSA foi a inclusão dos pontos de amostragem de qualidade da água e ictiofauna nas proximidades das terras indígenas Paquiçamba e Arara. Efetivamente, a FUNAI solicitou e o IBAMA autorizou a implantação destes pontos antes do fechamento do barramento. A primeira campanha será realizada em junho. É possível afirmar que do ponto de vista dos indígenas a implantação destes pontos representa uma resposta a uma demanda antiga que foi fortalecida com a participação e com a compreensão das metodologias desenvolvidas nas campanhas de monitoramento.

As ações do **Programa de Infra-estrutura** seguem em andamento sob a responsabilidade direta da SAI e execução direta da Superintendência de Obras do Entorno (SOE). A equipe da SOE está atuando em todas as aldeias, conduzindo ações de grande proporção que atendem aos projetos do PBA-CI e às exigências das condicionantes do licenciamento. Atualmente são gerenciadas 303 obras, como indicado no quadro abaixo.

<b>Descrição da Obra</b>	<b>Previsto</b>	<b>Contratado</b>	<b>Concluídas</b>
Construção de casas de farinha	34	33	22
Construção de moradias	699	683	386
Construção da Sede DSEI – Altamira	1	0	0
Construção do museu do índio – Altamira	1	0	0
Construção de base operacional	7	6	6
Construção de posto de vigilância	12	2	2
Construção de prédio escolar	34	0	0
Construção de unidades básicas de saúde	34	0	0
Construção/ampliação de estradas	12 aldeias	11/499km	10/441km
Abertura de Pista de Pouso	21km	16km	13km
Construção de sistema de esgotamento sanitário	34	0	0
Construção de nova rede elétrica na aldeia	34	0	0
Sistema de abastecimento de água (Perfuração/reforma/ampliação)	34	29	19

Em comparação aos dados obtidos em fevereiro, destaca-se o avanço significativo na conclusão da construção das casas de farinha. Em fevereiro havia 03 concluídas, ao passo que em maio já são 22. Como informou o engenheiro da SOE, em atendimento à demanda dos indígenas, está prevista a melhoria das casas de farinha com a ampliação dos telhados e instalação de varandas. Com relação às residências (376 em março e 386 em maio), houve um avanço menos significativo. A casa do índio, como já relatado, foi entregue em fevereiro de 2015 e já está em funcionamento sob a responsabilidade da FUNAI. A construção da sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) aguarda indicação de local e especificações técnicas, por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

A continuidade da construção das bases operacionais (06) e dos postos de vigilância (02) segue em discussão junto à FUNAI. Dois postos de vigilância estão em plena operação e as bases já construídas foram vistoriadas e adaptadas de acordo com as orientações da FUNAI. Entretanto, está em discussão a substituição dos compromissos de construção dos postos de vigilância pela implantação de Sistema de Monitoramento Remoto. Esta discussão vem sendo tratada no âmbito das reuniões interinstitucionais mediadas pelo MPOG (FUNAI Ofício 188/2015; CE 354/2015).

As obras de implantação de sistemas de abastecimento de água estão em estágio muito avançado. Das 29 obras projetadas 19 estão concluídas. Estas obras incluem: poço artesiano, tubulação, motobomba, torre de armazenamento, casa de química, pontos e rede de distribuição. Contudo, a entrega destes equipamentos para o DSEI ainda não foi formalizada, pois o próprio DSEI não dispõe de condições adequadas para fazer a operação e manutenção deste sistema. Na maioria dos casos os problemas de manutenção são simples, ocasionados pelo uso inadequado (ex.: superaquecimento, retrolavagem, filtro, ar no sistema). Mesmo simples tais problemas impedem a funcionamento do sistema e deterioram os equipamentos. Até o momento a Norte Energia tem sido convocada a realizar as manutenções. A expectativa dos técnicos da SAI é que nas próximas entregas das obras, previstas para os meses de maio e junho, deverá ser formalizado o repasse o DSEI. Adicionalmente, está prevista a capacitação dos indígenas (agentes indígenas de saúde e agentes indígenas sanitários) para operar e realizar a manutenção preventiva do sistema.

O processo de contratação das empresas para a construção das 34 escolas e das 34 unidades básicas de saúde está concluído. Segundo os técnicos da SAI as empresas já foram selecionadas e a já foi autorizada a contratação para as obras nas terras indígenas da Volta Grande (Paquiçamba e Arara) e Trincheira Bacajá. Os demais contratos estão em vias de serem autorizados. Nas terras indígenas Paquiçamba e Arara os técnicos indigenistas da SAI organizaram reuniões com as comunidades e com as equipes de trabalhadores para definir as etapas construtivas e estabelecer condições harmoniosas de trabalho. Com relação às obras na TI Trincheira Bacajá os indígenas manifestaram interesse em contratar empresa por eles indicada. Nos dias 12 e 13 de maio este foi o tema de reunião entre a SAI e lideranças Xikrin, Xipayá e Kuruaya. Este tema segue em discussão e, segundo os entrevistados, os indígenas estão irredutíveis em suas

demandas. As negociações sobre este tema, provavelmente, envolverão a FUNAI e outros mediadores institucionais.

As obras para a abertura de pistas de pouso e estradas seguem em andamento. Destaque-se que está concluída a abertura da estrada para a Terra Indígena Paquiçamba e que a conclusão da estrada para a TI Arara da Volta Grande está prevista para setembro deste ano. Com isso, todas as comunidades indígenas que vivem na região da Volta Grande terão acesso via terrestre para a cidade de Altamira.

Importante notar que muitas das obras já concluídas são fundamentais para a qualidade de vida dos indígenas. Neste sentido, cabe destacar a conclusão das 19 casas de farinha, a construção de 386 residências, a abertura e melhoria de estradas e de pistas de pouso e a implantação do sistema de abastecimento de água. Há, efetivamente, grande interesse dos indígenas nestas obras, como demonstram os registros dos atendimentos no escritório da SAI e do PCI e PCNI.

**O Programa de Realocação e Reassentamento dos Índios de Altamira (PRR)**, iniciado em fevereiro de 2011, vem sendo desde então conduzido pela mesma equipe. Na última revisão dos cadastros houve uma alteração no número total de famílias atendidas por este programa. Atualmente são 783 famílias citadinas e 115 na área rural e ribeirinhos. Este aumento no número de famílias indígenas citadinas está relacionado com o surgimento de aproximadamente 600 novas famílias nas áreas urbanas que já haviam sido cadastradas e adquiridas. Em uma avaliação preliminar os técnicos da SAI e PRR estimam que destas 600 famílias, 82 são famílias indígenas que serão potencialmente atendidas pelo PRR.

Segundo informaram as técnicas do PRR, as negociações com as famílias da área rural já foram concluídas. Das 115 famílias indígenas, 98 são monitoradas pela equipe do PRR, sendo que 29 optaram pelo Reassentamento Rural Coletivo e as demais optaram pela indenização. Já foi contratada empresa para realizar as mudanças das famílias destas famílias. Note-se que, como relatado anteriormente, algumas famílias abandonaram a área, especialmente aquelas relacionadas às atividades de garimpo.

Na área urbana já foram concretizadas 701 negociações, o que representa 89,5% do total. A tabulação dos dados revela que a maioria das famílias segue optando pela modalidade reassentamento, houve, no entanto, outras modalidades de negociação, como indica o quadro a seguir.

405	Reassentamento Urbano Coletivo
175	Indenização
12	Aluguel social
89	Não elegíveis
20	Recusas (judicialização)

A expectativa da equipe do PRR era de finalizar todas as negociações em maio de 2015. Contudo, com o avanço das negociações e com a proximidade do término dos contratos com as executoras, houve uma diminuição no número de técnicos contratados. Ao comentar sobre este tema, as técnicas do PRR afirmaram que a média diária de

negociações caiu de 10 para 02. É possível, portanto, que as últimas negociações demorem mais alguns meses. Embora não haja dificuldades com os processos em andamento, pois todos já se apropriaram das rotinas que são acompanhadas por diferentes instituições, a demora na finalização destas atividades em nada contribui para o êxito do PRR.

Até o momento já foram concretizadas 500 mudanças de famílias de indígenas citadinos para as casas dos Reassentamentos Urbanos Coletivos. Na avaliação das técnicas do PRR, a maioria as famílias está satisfeita com relação às casas e instalações do reassentamento, houve apenas reclamação pontuais que foram atendidas com pequenos reparos e serviços de manutenção.

Com relação à área conhecida como “Pedral”, a prefeitura municipal aprovou a planta baixa e já emitiu as licenças para a supressão de vegetação e implantação do loteamento. Recentemente foi criado o GT Pedral, que conta com a participação de lideranças indígenas e representantes das instituições implicadas: SAI, SAF, FUNAI, MPF, Prefeitura, Defensoria Pública, ISA. A próxima reunião deste GT está marcada para o dia 09 de junho. Até o momento apenas as 27 famílias indígenas optaram pelo reassentamento no Pedral. As famílias que optaram pelo Pedral permanecerão nos RUCs em suas residências até estejam concluídas as obras de infraestrutura.

**O Programa de Comunicação Indígena (PCI)**, como relatado anteriormente, é parte das condicionantes da LP/Parecer 21 estando em andamento desde março de 2011. Atualmente com 36 equipamentos instalados em todas as aldeias, associações, além da FUNAI, o PCI constitui-se no mais completo e abrangente sistema de radiocomunicação da região. Com equipamentos distribuídos e com as rotinas de manutenção e de comunicação já consolidadas, o PCI é amplamente utilizado por indígenas, por agentes institucionais e por membros das equipes dos programas e projetos do PBA-CI. Através do PCI são transmitidos informes, orientações, questionamentos e respostas para todos os envolvidos. Estabelecida desde o início do PCI, a rotina diária prevê a comunicação institucional no período das 08 h e 30 min. às 10 h. Neste período são cumpridas as etapas: (1) chamada; (2) informes; (3) Questionamentos indígenas; (4) PBA-CI; (5) outros. A partir destas comunicações os registros do PCI são tabulados com as seguintes entradas:

- Nome da Aldeia
- Terra Indígena
- Identificação de indígena demandante
- Tipo de demanda (informação ou reclamação)
- Data do recebimento
- Resumo da demanda
- Resumo da resposta
- Data da resposta

Segundo analisam os técnicos do PCI, o fluxo da informação tem melhorado continuamente. A cada semana é realizado o balanço das pendências. A cada mês são conferidas todas as respostas. Como nos meses anteriores, as demandas estão

prioritariamente relacionadas aos temas “manutenção de motores” e “cotas de combustível”. A análise detalhada destes registros permite identificar quais foram as principais preocupações dos indígenas em cada etapa do processo. Ainda que de forma preliminar, é possível afirmar que, segundo estes registros, os indígenas estavam inicialmente preocupados com o tema Plano Emergencial, passando gradativamente a focar temas como PBA-CI, cotas de combustível, manutenção de motores, obras de infraestrutura e reuniões. O aprofundamento da análise destes registros seguramente refinará nossa compreensão sobre as perspectivas indígenas ao longo de todo o processo de licenciamento.

Além da organização e da efetividade do fluxo de informações é importante destacar que os indígenas utilizam diariamente as instalações do PCI para se comunicar via rádio com as aldeias. Os indígenas estão todos os dias na “Central”, como chamam o escritório do PCI. Após o horário reservado para a comunicação diária, os equipamentos ficam à disposição para serem utilizados pelos presentes. A divisão do tempo de cada conversa é decidida pelos próprios indígenas. Curioso notar que, como informaram os técnicos do PCI, são as mulheres que organizam a utilização dos equipamentos. Mesmo nas aldeias, nas reuniões dos Subcomitês, a discussão sobre o PCI e a utilização do rádio é conduzida pelas mulheres.

Coordenado pela mesma equipe que desenvolve o PCI, o **Programa de Comunicação para Não Indígenas (PCNI)** desenvolve duas linhas de ação: por um lado, a informação, capacitação e registro dos trabalhadores; por outro, o registro diário do andamento dos trabalhos das empresas contratadas para a implantação do PBA-CI.

Com relação ao controle dos trabalhadores nas aldeias, o PCNI mantém registro documental atualizado. Atualmente são 165 trabalhadores diretamente nas aldeias, executando obras do programa de infraestrutura. Este número oscila fortemente. Como já relatado, em 2014 foram 505 trabalhadores capacitados que permaneceram em trabalhos nas aldeias. O número total de trabalhadores nas aldeias aumentará em breve, pois estão em contratação as empresas para a construção das escolas e unidades básicas de saúde.

A capacitação e o treinamento para os trabalhadores vêm sendo realizado em torno dos parâmetros definidos no Termo de Convivência, que estabelece regras tais como: vacinação, atestado médico, proibição do consumo de bebidas alcoólicas, limites à circulação e uso dos recursos nas aldeias. Além destes temas as capacitações enfatizam as responsabilidades dos trabalhadores e dos indígenas com os projetos em andamento. Em todas as aldeias, o Termo de Convivência, com as regras pactuadas, está exposto em banners. Como parte dos materiais produzidos no escopo do PCNI, foi produzido um vídeo informativo sobre o componente indígena. O vídeo de 17 minutos apresenta, em formato de animação, informações sobre o processo de licenciamento, a legislação indigenista e sobre todas as etnias da região. O público alvo são os trabalhadores e a população migrante. Os próprios indígenas têm assistido a este material tanto nas escolas indígenas quanto no próprio escritório do PCI/PCNI.

## 7.0

### Atendimento ao Plano de Ação Socioambiental

Neste Capítulo avalia-se o cumprimento ao Plano de Ação do Projeto UHE Belo Monte. Nessa 9ª missão de monitoramento socioambiental será avaliado o avanço do atendimento de ações ainda em aberto, que tinham prazos de atendimento variando desde “antes da Assinatura do Contrato de Financiamento” até “1 ano após a sua assinatura”, e para as quais foram dados outros prazos, além da **Ação 28**, com atendimento estipulado para 6 meses antes do enchimento do reservatório (enchimento do Reservatório do Xingu previsto para setembro de 2015).

As próximas datas-marco de ações a serem atendidas são:

- 6 meses antes do início da operação da primeira turbina - a entrega deverá ocorrer em outubro/2015, já que a operação da UG01 está prevista para março/2016. Nesta data deverão ser atendidas as **Ações 14, 15, 16 e 36b**.
- 6 meses antes do início da operação da última turbina - a entrega deverá ocorrer em fevereiro/2018, já que a operação da UG18 está prevista para ago/2018. Nesta data deverá ser atendida a **Ação 10**.

Como nos últimos relatórios, o processo de implantação do Plano de Ação acordado entre a NE e os Agentes Repassadores está sendo acompanhado por meio de três Quadros distintos:

- **Quadro 7.0.a**, apresentado na sequência, onde é apresentada a análise das ações e partes de ações ainda não atendidas, em atendimento ou parcialmente atendidas.
- **Quadro 7.0.b**, apresentado no **Anexo 9**, onde são mantidas para consulta as ações e partes de ações já atendidas (até a missão anterior);
- **Quadro 7.0.c**, apresentado na sequência, onde são controladas as ações de atendimento contínuo.

Avaliando o Plano de Ação na sua totalidade, observa-se, nos **Quadros 7.0.a, 7.0.b e 7.0.c**, que, no período, de 77 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 9º RSAP (Ação 28 somada às ações do trimestre anterior):

- 65 ações ou partes de ações são consideradas atendidas (✓);
- 4 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento (✓);
- 7 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento contínuo (✓);
- 1 ação considera não atendida (✓).

Novos prazos foram estabelecidos para regularização e entrega dos produtos acordados no Plano de Ação para as ações ainda consideradas em aberto.

O atendimento às ações foi verificado pelo consultor socioambiental por meio da análise de documentos e relatórios apresentados, entrevistas e reuniões, e por meio da inspeção de campo realizada entre os dias 11 a 15 de maio de 2015.

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis	
<b>Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 01</b>									
<b>Ação 10</b> - 6 meses antes do início da operação da última turbina.									
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança durante a Operação	<b>Ação 14<sup>10</sup></b> - Desenvolver uma minuta do sistema de gestão integrado de Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Responsabilidade Social para a fase de operação, compatível com os requisitos do Padrão de Desempenho N° 1 do IFC. Este sistema deverá contemplar, minimamente, procedimento de garantia de conformidade e programas operacionais relativos às ações de operação, bem como de andamento dos programas do PBA que apresentem ações na Fase de Operação. Essa minuta deverá ser submetida à Caixa Econômica Federal (CEF) para validação.  Após a análise pela CEF, deverá ser elaborado o Sistema definitivo para a fase de operação.	6 meses antes do início da operação da primeira turbina.          Após análise e aprovação da CEF.	Minuta do sistema de gestão integrado de Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Responsabilidade Social para a fase de operação.          Sistema de gestão definitivo para a fase de operação.	A NE informa no 9º RSAP que as ações previstas para atendimento 6 meses antes do enchimento do reservatório e 6 meses antes da operação da 1ª turbina estão sendo tratadas por um grupo de trabalho multidisciplinar estruturado na NE para este fim.	<u>Dentro do prazo para atendimento</u>  Durante reunião com os responsáveis pelo SGA, realizada no escritório da JGP em março de 2015, foi possível evidenciar o registro das primeiras discussões com a alta administração sobre a adequação da gestão para a fase de operação da UHE. Conforme informado na ocasião, no dia 06 de janeiro foi realizada reunião com representantes da DS para construir os seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lista de demandas dos Princípios do Equador para os próximos meses;</li> <li>• Lista de procedimentos sugeridos e demais adequações necessárias nos instrumentos de gestão para a fase de operação, buscando otimizar o sistema da operação com base no que já está em andamento;</li> <li>• Apresentação com todas as demandas associadas aos Princípios do Equador (6 meses antes do enchimento do reservatório e 6 meses antes da operação da 1ª turbina);</li> <li>• Cronograma dos pacotes de trabalho do PBA que deverão ter continuidade após o enchimento.</li> </ul> Posteriormente, a NE informou por e-mail que nos meses de fevereiro e março/15 ocorreram discussões internas sobre esses temas nas reuniões periódicas do conselho e das superintendências da NE, destacando-se uma reunião ocorrida em 25/03 para definição do plano de ação em atendimento às demandas mencionadas acima. Destaca-se, no entanto, que esse plano não foi apresentado à consultoria independente nesse período de monitoramento, nem discutido no 9º RSAP.				
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Planos de Contingência na Operação	<b>Ação 15<sup>11</sup></b> - Desenvolver minuta dos Planos de Contingência para a fase de operação, e submeter à CEF para validação.	6 meses antes do início da operação da primeira turbina.	Minuta dos Planos de Contingência para a fase de operação.		<u>Dentro do prazo para atendimento</u>  A NE apresentou para avaliação o Plano de Enchimento do Reservatório, que contém diretrizes de segurança, bem como o Plano de Contingência e de Atendimento a Emergência – PAE do Sistema de Transposição de Embarcações – STE. Esses Planos foram considerados adequados aos cenários e atividades existentes na ocasião de avaliação.  É esperado, no entanto, que antes do enchimento do reservatório seja elaborado o Plano de Emergência de Barragens em atendimento à Lei Federal N° 12.334, de 20 de setembro de 2010.  Em relação ao Plano de Contingência que abordará os vários possíveis cenários de emergências, nenhuma informação foi apresentada, exceto pela indicação que tal plano deverá ser elaborado pela operadora da UHE contratada, a Eletronorte.				

<sup>10</sup> Ações 8, 9, 11, 13c, 13d, 17, 18a, b, c e d, 19, 23, 24a e b, 25 - ver **Quadro 7.0.b**.

<sup>11</sup> Ações 8, 9, 11, 13c, 13d, 17, 18a, b, c e d, 19, 23, 24a e b, 25 - ver **Quadro 7.0.b**.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Após a análise pela CEF, deverão ser elaborados os Planos de Contingência definitivos para a fase de operação.	Após análise e aprovação da CEF.	Planos de Contingência definitivos para a fase de operação.					
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	<b>Ação 16<sup>12</sup></b> - Incorporar, no escopo do Sistema de Gestão Ambiental, de SST e Responsabilidade Social, procedimentos de supervisão e auditoria que garantam a verificação constante da conformidade das atividades realizadas fase de operação do empreendimento.	6 meses antes do início da operação da primeira turbina.	Procedimentos de supervisão e auditoria para a fase de operação.	Idem à Ação 14.	Dentro do prazo para atendimento Idem à Ação 14.			
	Considerando que no início da operação das primeiras unidades geradoras ainda haverá atividades de construção em andamento, desenvolver procedimento de gestão integrada, com a definição de responsabilidades e de comunicação interna, considerando as atividades concomitantes das fases de obras/comissionamento e operação.	6 meses antes do início da operação da primeira turbina.	Procedimento de gestão integrada para atividades concomitantes das fases de obras/comissionamento e operação.		Dentro do prazo para atendimento Idem à Ação 14.			
<b>Princípios do Equador 02 e 04 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 02</b>								
Gestão da Saúde e Segurança / Gestão da Saúde e Segurança na Construção	<b>Ação 20:</b> Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção</i>			No <b>RT 001-2013 PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b> foi informado que o ANEXO III contém o Plano Diretor de SST da NE; procedimentos de inspeções, auditorias e ações corretivas; TR para contratação de equipe para fiscalização e acompanhamento das obras do entorno; plano de ação para contratação de equipe; e evidências de vistorias realizadas no segundo semestre de 2012.	Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção</i>			
Gestão da Saúde e Segurança / Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	<b>Ação 21:</b> Vide IFC PD 01 - <i>Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			Foi informado também que outras ações necessárias para o atendimento ao PD 01 – IFC estão em andamento e que as evidências seriam apresentadas no primeiro semestre de 2013.	Vide IFC PD 01 - <i>Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			

<sup>12</sup> Ações 8, 9, 11, 13c, 13d, 17, 18a, b, c e d, 19, 23, 24a e b, 25 - ver **Quadro 7.0.b**.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Relatórios)								
Gestão de Recursos Humanos / Condições do Trabalho	<b>Ação 22:</b> Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção e IFC PS 1 - Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>				Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção e IFC PS 1 - Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			
<b>Princípio do Equador 03 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 03</b>								
Fase de Construção / Organização de Frentes de Obra e Práticas de Prevenção de Poluição (Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Gerenciamento de Efluentes Líquidos; Controle de Produtos Perigosos)	<b>Ação 26b<sup>13</sup>:</b> Readequar as situações não conformes identificadas pelo consultor socioambiental independente e apresentadas no Capítulo 12.3 e nas Recomendações Gerais do Projeto na <b>Seção 13.2</b> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências da readequação das não conformidades.	No prazo estabelecido para a ação, a NE informa que os seguintes documentos atendem à ação: <ul style="list-style-type: none"> <li>Evidências de atendimento às demandas do relatório de avaliação socioambiental (versões de julho e dezembro de 2012) (ANEXO V.A do <b>RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b>);</li> <li>Atas das reuniões gerenciais realizadas entre a NE e o CCBM para tratar sobre o PAC (ANEXO V.B);</li> <li>CI 0530-2012-DS: solicitação de providências da Diretoria Socioambiental para a Diretoria de Construção da NE;</li> <li>CE-DC-448-12-SO: correspondência da Diretoria de Construção para o CCBM, sobre as ações corretivas necessárias às obras principais, conforme demanda do plano de ação dos Princípios do Equador.</li> </ul> <p>Informa que, devido à dimensão da obra e respectivo cronograma executivo, outras ações estão em fase de cumprimento, conforme prazos demonstrados no Plano de Ação estabelecido pelo CCBM apresentado no ANEXO V.A.</p> <p>O 2º RSAP passou a incluir a Seção 6.2 (e seus anexos), onde se evidencia o atendimento às recomendações do Consultor Independente encaminhadas em missões anteriores (<i>Due Diligence</i> e 1º Relatório de Monitoramento da UHE Belo Monte).</p> <p>Segundo a NE, em relação a <u>meio ambiente da obra principal</u>, as evidências de atendimento às recomendações por parte do CCBM podem ser verificadas no ANEXO 6 do 3º RSAP (material encaminhado via correspondência CCBM 825/2013, de 18/10/13, postado no Workspace da NE em 21/10/13).</p> <p>As recomendações novas emitidas pela JGP em 10/10 serão atendidas pelo CCBM até 28/10 e apresentadas à auditoria na semana de vistoria (04 a 08/11).</p>	<b>Análise 1ª missão:</b> Considera-se esta ação <u>em atendimento</u> . A situação do atendimento às recomendações do consultor socioambiental independente apresentadas no Capítulo 12.3 e nas Recomendações Gerais do Projeto na <b>Seção 13.2</b> da <i>Due Diligence</i> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012 foram em parte atendidas, como se verificou nos documentos encaminhados, e nas reuniões e vistorias de obra. Para controle do atendimento às recomendações fora do Plano de Ação, que incluem as citadas acima, foi elaborado o Quadro 8.0.a, apresentado no <b>Anexo 10</b> deste Relatório de Monitoramento. O Quadro 8.0.a será constantemente alimentado com as recomendações estabelecidas em cada missão de monitoramento, sendo excluídas aquelas já atendidas.  <b>Análise 2ª missão:</b> Com a inclusão da Seção 6.2 no 2º RSAP é possível verificar a gestão da NE sobre o atendimento às recomendações estabelecidas pelo consultor independente em missões anteriores, conforme recomendado. No entanto, conforme se verifica no Anexo 6.2-1 (texto e planilha) do RSAP e se evidenciou em campo, na missão de setembro/13, a NE ainda encontra uma grande dificuldade em obter do CCBM as evidências de atendimento às recomendações que são de sua responsabilidade, para serem incorporadas ao RSAP. Recomenda-se que a NE procure estabelecer uma sistemática com o CCBM, para entrega das demandas do consórcio o mais breve possível, de forma que o mesmo se organize na produção de evidências para inclusão a tempo no RSAP. Ressalta-se que, caso a Seção 6.2 do 3º RSAP novamente não traga evidências ou informações sobre o atendimento às recomendações pontuais e oportunidades de melhoria relacionadas ao CCBM, esta parte do RSAP será devolvida à NE, para que se busque uma solução de atendimento antes da 3ª missão do consultor independente. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Em Atendimento</u> .	✓	10º RSAP	Para o encerramento desta Ação, evidenciar o atendimento à recomendação 104 do Quadro 8.0.a.

<sup>13</sup> Ação 26a - ver Quadro 7.0.c. Ação 27 - ver Quadro 7.0.b.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p><u>Em relação à SST</u>, a DG comprometeu-se em apresentar o atendimento às recomendações no ato da vistoria de 04/11.</p> <p>As respostas às recomendações são apresentadas no ANEXO 4.2-2 do <b>4º RSAP</b>.</p> <p>No <b>5º RSAP</b> a NE informa que as respostas às referidas recomendações estão na planilha de recomendações (Quadro 8.0.a).</p> <p>A resposta à recomendação 104 consta no <b>6º RSAP</b> e foi analisada no âmbito do Quadro 8.0.a.</p> <p>A NE informa que devem ser consultados a planilha de recomendações e respectivos anexos do ANEXO 6.2 do <b>7º RSAP</b>.</p> <p>O atendimento a esta demanda consta no ANEXO 4.2-2 do <b>8º RSAP</b> - respostas da NE às recomendações estabelecidas pelo Consultor Independente.</p> <p>A NE informa que a resposta está apresentada na Planilha de respostas às recomendações apresentada no Capítulo 6 do <b>9º RSAP</b> – ANEXO 2.3-2.2.</p>	<p><b>Análise 3ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u> Foi possível verificar no 3º RSAP a maior parte das respostas às recomendações da consultoria socioambiental anteriores à 2ª missão. Em relação às recomendações da 2ª missão, referentes ao período de julho a setembro de 2013, a maior parte não foi atendida (ver Quadro 8.0.a). Não foram apresentadas documentações durante a auditoria, conforme informado no 3º RSAP, nem evidenciado o atendimento em campo. Em relação à obtenção das respostas às recomendações direcionadas ao CCBM, a gestão está sendo melhor conduzida, havendo, no 3º RSAP, informações sobre o atendimento a várias recomendações de meio ambiente, fornecidas através do relatório REL-CCBM-QMSSRS-045-13. Já para SST, as evidências foram obtidas no REL-CCBM-QMSSRS-046/2013, encaminhado à consultoria independente após a vistoria.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> <u>Em Atendimento.</u> As recomendações estabelecidas na Seção 12.3 da Due Diligence, controladas no Quadro 8.0.a, estão quase completamente atendidas. Para encerramento desta Ação, a NE necessita apenas evidenciar o atendimento às recomendações 99 e 104 do Quadro 8.0.a.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> No período foi avaliado o atendimento às recomendações 99 e 104 do Quadro 8.0.a, que foram estabelecidas ainda na <i>Due Diligence</i>. A recomendação 99 foi considerada atendida no período. Já a recomendação 104, relacionada à necessidade de um procedimento que oriente a desmobilização de instalações das obras, não foi atendida, constando ainda o status de atendimento parcial. Sendo assim, permanece aberta esta ação, com status de <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> No período foi avaliado o atendimento à recomendação 104 do Quadro 8.0.a, que foi estabelecida ainda na <i>Due Diligence</i>. Trata-se da última recomendação da DD a ser encerrada para que esta ação possa ser considerada plenamente atendida. A recomendação 104 está relacionada à necessidade de um procedimento que oriente a desmobilização de instalações das obras, não foi atendida, constando ainda o status de atendimento parcial. No período foi apresentada uma minuta do procedimento, que foi considerada adequada, mas que ainda carece de adaptações para as situações particulares da obra da UHE Belo Monte. Além disto, após a conclusão do documento, deve ser encaminhado o processo de aprovação interna do sistema de gestão de documentos. Sendo assim, permanece aberta esta ação, com status de <u>Em Atendimento</u>.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida   
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida   
 ✔ Não Atendida   
 ✔ Atendimento Contínuo   
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p><b>Análise 7ª missão:</b> A avaliação da recomendação 104 do Quadro 8.0.a, estabelecida ainda na fase de <i>Due Diligence</i>, foi considerada ainda Parcialmente Atendida no período.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> De acordo com a análise da recomendação 104 que consta no Quadro 8.0.a, a minuta do procedimento foi considerada adequada, mas ainda carece de adaptações para as situações particulares da obra da UHE Belo Monte. Além disto, após a conclusão do documento, deve ser encaminhado o processo de aprovação interna do sistema de gestão de documentos. A análise e aprovação do documento, aparentemente, não evoluíram em relação ao 7º RSAP.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> De acordo com a análise da recomendação 104 no trimestre, que consta no Quadro 8.0.a, a minuta foi considerada adequada, mas ainda carece de adaptações para as situações particulares da obra da UHE Belo Monte. Além disto, após a conclusão do documento, deve ser encaminhado o processo de aprovação interna do sistema de gestão de documentos. A análise e a aprovação do documento, aparentemente, não evoluíram em relação ao 7º RSAP. Em reunião realizada no Sítio Pimental durante a 9ª missão de monitoramento, foi ressaltado pelo consultor independente a utilidade que teria a instrução de desativação de estruturas de apoio. Foi comentado que está prevista para os próximos meses a desmobilização de várias áreas, especialmente nos Sítios Bela Vista e Pimental.</p>			
Fase de Operação / Balanço de Carbono	<b>Ação 28<sup>14</sup>:</b> Elaborar inventário de emissões de carbono para os reservatórios da UHE Belo Monte.	6 meses antes do enchimento do reservatório.	Apresentar inventário de emissões de carbono para os reservatórios.	No <b>9º RSAP</b> informa-se que as ações previstas para atendimento 6 meses antes do enchimento do reservatório e 6 meses antes da operação da 1ª turbina estão sendo tratadas por um grupo de trabalho multidisciplinar estruturado na NE para este fim. Será agendada uma reunião na semana de vistoria para a atualização do assunto e demonstração de respectivas evidências.	<p><b>Análise 8ª missão:</b> Nova data para enchimento do reservatório foi apresentada, setembro de 2015. Portanto, o novo prazo previsto para atendimento a esta ação é março de 2015.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> A NE informou a estruturação de um grupo de trabalho multidisciplinar para atendimento das ações previstas para 6 meses antes do enchimento do reservatório e 6 meses antes da operação da 1ª turbina, mas não atendeu a esta Ação, que já tem o prazo vencido. Nenhuma reunião sobre este tema ocorreu na semana de vistoria. Considera-se a ação <b>Não Atendida</b>.</p>	✓	10º RSAP	Inventário de emissões de carbono para os reservatórios.

<sup>14</sup> Ação 29a e b e 30ª, b e d - ver **Quadro 7.0.b**.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ! ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
<b>Princípios do Equador 02, 05 e 06 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 05</b>								
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Monitoramento Pós-Relocação	<b>Ação 36b<sup>15</sup></b> - Atualizar e documentar a situação de todos os afetados, incluindo proprietários que optaram por indenização financeira ou carta de crédito e que adquiriram propriedades fora da região, assim como trabalhadores, meeiros, etc.	6 meses antes do início da operação da primeira turbina.	Relatório <i>Ex-post</i> Consolidando as ações implementadas.					
<b>Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 06</b>								
Aspectos da Linha Base Biológica / Suficiência da linha base biológica para identificação de nichos ecológicos ou habitats naturais críticos	<b>Ação 37a<sup>16</sup></b> - Realizar, fora da AID, coletas de dados adicionais à linha base da ictiofauna, para confirmação de ocorrência das espécies citadas como ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), citadas como restritas à Volta Grande do Rio Xingu.	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar metodologia a ser utilizada nas coletas adicionais.	No prazo definido foi encaminhado o <b>RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b> , onde se informa que o projeto de monitoramento de ictiofauna tal qual está no PBA já tem a malha ampliada, pois as coletas são feitas fora da AID: acima da confluência do rio Iriri com o rio Xingu e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Com isso, os últimos resultados de monitoramento já indicaram ampliação de área de ocorrência para algumas espécies de peixes, notadamente os ornamentais. Além disso, o projeto de Pesca Sustentável tem uma abrangência muito maior que a AII, com anotações de desembarque pesqueiro de peixe de consumo e ornamental até São Felix do Xingu. Neste projeto, também é possível obter a origem do pescado coletado, o que poderá contribuir na indicação de áreas de ocorrência daquelas espécies, contribuindo para esclarecer a área de ocorrência inicialmente considerada para a Volta Grande, como é o caso das espécies ameaçadas de extinção e endêmicas do PAN. Desta forma, a NE considera que a malha de amostragem atualmente aplicada para a ictiofauna já extrapola os limites da AID e é suficiente para o acompanhamento das espécies em pauta. São incluídas informações dos monitoramentos realizados até o momento: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pacu Capivara (<i>Ossubtus xinguense</i>): está na lista de espécies ameaçadas de extinção; porém, o Projeto de</li> <li>• Monitoramento da Ictiofauna já identificou a sua ocorrência nas cachoeiras do rio Iriri e na confluência deste com o rio Xingu (áreas a montante da AID). Informação disponível no 3º Relatório do IBAMA (Cap. 2 - item 13.3.1.3.1 - Projeto de Investigação Taxonômica) e no banco de dados do último RTT-E do Projeto 13.3.4;</li> <li>• Arraia-negra (<i>Potamotrygon leopoldi</i>): está na lista do PAN como espécie endêmica com relevante grau</li> </ul>	A NE informou que a coleta da ictiofauna ocorre fora da AID, acima da confluência do rio Iriri com o rio Xingu, e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Nos mapas apresentados no 4º Relatório Consolidado do IBAMA são incluídos os pontos com os registros das espécies, mas não se representam as áreas de influência da UHE. Assim, recomenda-se que sejam elaborados mapas de distribuição das espécies ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), incluindo a delimitação da Área Indiretamente Afetada (AID). <p><b>Análise 3ª missão:</b> A NE confirmou que a coleta da ictiofauna ocorre fora da AID e acima da confluência do Rio Iriri com o Rio Xingu, e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Mantém-se a recomendação de que sejam elaborados mapas de distribuição das espécies ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), com a delimitação da Área Indiretamente Afetada (AID). Considera-se esta ação <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> A NE apresentou, no 5º RC para o IBAMA, as fichas técnicas das espécies da ictiofauna do Rio Xingu e tributários, com ênfase nas espécies não descritas e endêmicas. Até o momento foram elaboradas fichas técnicas de 62 espécies.</p> <p>A recomendação para as espécies ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) foi atendida, mas devido ao grande número de registros de espécies novas para a ciência e endêmicas, mantém-se a recomendação de que sejam elaborados mapas de distribuição para as espécies citadas nos Quadros 13.3.1 – 1, 13.3.1 - 2 e 13.3.1 – 3 do 5º RC do IBAMA. Isso deverá ser feito para mapear a ocorrência das espécies novas para a ciência e das espécies endêmicas, e</p>	10º RSAP	<p>Prosseguir apresentando os mapas com a distribuição das espécies dentro e fora da AID.</p> <p>Identificar e mapear, o melhor possível, as áreas de ocorrências das 11 espécies registradas somente na ADA e na AID e estabelecer os pontos de monitoramento para cada uma, com detalhamento de protocolos de monitoramento a serem adotados em cada caso. Se possível, nesse esforço deve-se ampliar o número de pontos de ocorrência conhecida dessas espécies dentro da ADA;</p> <p>Desenvolver estudos/tentativas de criação em cativeiro das espécies endêmicas;</p> <p>A partir do conhecimento da biologia de cada espécie (micro-habitat preferencial, ciclo reprodutivo, alimentação, utilização da coluna d'água) identificar oportunidades de criação de micro-habitats na Volta Grande, no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) que favorecem a continuidade das espécies mais vulneráveis (podendo incluir medidas no próprio leito da Volta Grande e medidas de conectividade entre a Volta Grande e os rios tributários).</p>	

<sup>15</sup> Ação 36a - ver **Quadro 7.0.b**.

<sup>16</sup> Ação 37b - ver **Quadro 7.0.b**.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
 Não Atendida
 Atendimento Contínuo
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>de ameaça às suas populações. Esta espécie também ocorre na região de montante (região de São Feliz do Xingu) e o Projeto de Monitoramento da Ictiofauna já capturou diversos exemplares desta espécie no setor à montante da AID, sítios (IC01 e IC02). Informação disponível no último RTT-E do Projeto 13.3.4.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Para o acari zebra (espécie ameaçada) e outras espécies de loricarídeos citados como restritos à Volta Grande do Xingu, ainda não se tem nenhuma nova informação sobre a ocorrência em áreas fora da AID.</li> </ul> <p>O 2º RSAP não traz informações sobre o atendimento a esta ação.</p> <p>No 3º RSAP, a NE informou que as respostas a esta ação seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08 de novembro de 2013.</p> <p>Segundo informado no 4º RSAP, o anexo 13.3.1-7 do Projeto de Investigação Taxonômica que consta no 5º RC apresenta os mapas com a distribuição das espécies em questão.</p> <p>Segundo o 5º RSAP, o Mapa requerido foi apresentado no 5º Relatório Consolidado para o IBAMA. Segundo a NE, esse Mapa será atualizado semestralmente nos RC, junto aos resultados do período.</p> <p>Uma vez iniciado o estudo, a NE compromete-se a repassar os resultados por meio dos RC semestrais encaminhados ao IBAMA, promovendo uma atualização das atividades durante as vistorias do Consultor Independente nos meses intermediários: maio e setembro.</p> <p>A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo.</p> <p>Segundo o 6º RSAP, as informações solicitadas são apresentadas no âmbito do 6º RC do IBAMA, Programa 13.3.1 e seus respectivos anexos.</p> <p>Por se tratar de informações de rotina, sugere-se que este acompanhamento seja realizado em rotina semestral, por meio dos RC do IBAMA.</p> <p>A resposta da NE para todos os itens recomendados, no 7º RSAP, é que a apresentação de resultados de estudos paralelos que contribuem para este objetivo no âmbito da 7ª missão.</p> <p>No 8º RSAP informa-se que um Mapa com distribuição das espécies foi atualizado no Relatório de Solicitação da LO encaminhado ao IBAMA (fev./2015, o qual também acompanha o 8º RSAP). Foi ampliada a área de ocorrência de vinte e três espécies da ictiofauna.</p> <p>No âmbito do Projeto de Aquicultura de Peixes</p>	<p>garantir que as mesmas ocorrem fora da AID.</p> <p>Considera-se que esta ação está <u>Em Atendimento</u></p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> O 5º RSAP não trouxe informações sobre o atendimento a esta ação. A NE informou que está sendo preparado um artigo científico sobre a ocorrência da espécie <i>Ossubtus xinguense</i> no rio Iriri. Considera-se que esta ação está <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> No 6º Relatório Consolidado para o IBAMA são apresentadas 86 fichas contendo a biologia, distribuição e status de conservação de cada espécie. Até o presente momento, 18 espécies ocorreram apenas na AID. Considera-se a ação <u>Em Atendimento</u>, pois as ações de verificação da ocorrência das espécies dentro e fora da AID estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir. Além disso, para essas 18 espécies que ocorrem somente na AID, a NE deve evidenciar que as mesmas ocorrem fora da ADA, ou seja, que mesmo estando na AID, os ambientes em que estas se localizam não serão impactados pelas obras. Duas dessas espécies, a <i>Pituna xinguensis</i> e a <i>Plesiolebias altamira</i>, foram localizadas apenas no Lago Arapujá, o qual, segundo a NE, será diretamente impactado pela obra. Para essas duas espécies será necessário empregar esforços para busca das mesmas em outros habitats fora da AID, mesmo que por consulta a dados secundários (dados de acervo de museus, trabalhos científicos).</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> No 7º RSAP, a NE informou que foram feitas expedições no rio Bacajá e no alto rio Xingu para elucidar a distribuição real dos peixes reofilicos do Xingu, com vistas a atender as recomendações dos Princípios do Equador na busca de ocorrência de espécies endêmicas fora a AID e ADA do empreendimento. Durante a semana de inspeção não foi possível observar os avanços em relação às campanhas complementares. Considera-se a ação <u>Em Atendimento</u>, pois as ações de verificação da ocorrência das espécies dentro e fora da AID estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir. Além disso, para as 21 espécies que ocorrem somente na ADA e AID, a NE deve evidenciar que as mesmas ocorrem fora da ADA, ou seja, que mesmo estando na AID, os ambientes em que estas se localizam não serão impactados pelas obras.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> No Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA, de fevereiro de 2015, que subsidiou a Solicitação da LO junto ao IBAMA, são apresentadas 98 fichas com ênfase nas espécies não descritas e endêmicas. Destas, 23 espécies tiveram sua distribuição ampliada para fora da ADA/AID, 11 fichas foram incluídas (novas) e 1 ficha foi alterada. Onze (11) espécies apresentam a sua distribuição somente</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				ornamentais, serão incluídos estudos de cultivo de espécies endêmicas, além das quatro espécies alvo do projeto, a começar pela espécie <i>Pituna xinguensis</i> .  A NE considera ser muito prematuro propor qualquer tipo de criação de micro-habitats na Volta Grande, no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) (medidas no próprio leito da Volta Grande e medidas de conectividade entre a Volta Grande e os rios tributários). No momento, considera não ser possível afirmar se tais medidas seriam eficientes, pois ainda não se conhece o suficiente a biologia das espécies mais vulneráveis. Além do fato de não se saber quais impactos estas medidas poderiam trazer a outras espécies residentes e sobre o próprio ecossistema.  O 9º RSAP informa que em abril foram realizadas duas coletas de Rivulídeos no Lago Arapujá para iniciar os estudos de cultivo.	na ADA/AID.  No Plano de Ação elaborado pela NE para atendimento a recomendação da Consultoria Independente, serão realizadas buscas ativas com foco nessas espécies.  Considera-se a ação <u>Em Atendimento</u> , pois as ações de verificação da ocorrência das espécies dentro e fora da AID estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.  <b>Análise 9º missão:</b> A equipe da NE realizou campanhas no lago Arapujá para capturar as espécies <i>Plesiolebias altarmira</i> e <i>Pituna xinguensis</i> . Os indivíduos coletados estão sendo mantidos em aquários no Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais no campus da UFPA. No dia 15 de maio uma equipe saiu para coleta em busca das espécies de distribuição restrita (11 espécies). Considera-se a ação <u>Em Atendimento</u> , pois as ações de verificação da ocorrência das espécies dentro e fora da AID estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.			
	<b>Ação 38a</b> - Aplicar os melhores esforços ( <i>best efforts</i> ) para a identificação, até o menor nível taxonômico possível, dos indivíduos de flora, fauna terrestre e fauna aquática coletados na linha base do EIA e nos monitoramentos, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis (considerar listagens das agências nacionais e IUCN).	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar planejamento de atividades e metodologia a ser utilizada nos esforços de identificação.	No prazo definido foi encaminhado o <b>RT_006-2013 PRINCÍPIOS DO EQUADOR R00</b> , onde se informa que, devido à sua preocupação com a conservação de espécies potencialmente novas ou com algum risco de ameaça de extinção, a NE tomou providências para a determinação taxonômica de espécies da ictiofauna, pequenos mamíferos, quirópteros e espécies da flora por meio da execução de projetos do PBA ou por meio da contratação de estudos complementares.  Especificamente no caso dos estudos complementares de roedores e quirópteros, não previstos no PBA, exemplares identificados nas campanhas de monitoramento e coleta em campo serão encaminhados para especialistas da UFPA, Museu Emílio Goeldi e Museu de Zoologia da USP. As atividades de campo para coleta de indivíduos terão início nesta próxima estação seca de acordo com o delineado nos estudos complementares sobre a distribuição geográfica das espécies <i>Oecomys</i> sp, <i>Neacomys</i> sp. e <i>Nyctinomops</i> sp, sendo que os exemplares capturados serão preservados e encaminhados a especialistas ao término de cada campanha.  No caso da flora, exemplares em estágio reprodutivo estão sendo encaminhados para especialistas do Museu Emílio Goeldi, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e UFPA. Técnicas para a determinação das diferentes taxas variam de acordo com a metodologia mais apropriada para a descrição das espécies, incluindo medidas morfométricas padrão ou análises genéticas se necessário. Deve-se considerar ainda que a Norte	Em relação à <u>fauna</u> , durante as reuniões na inspeção de campo de 2 a 6 de setembro de 2013, a NE comunicou que estabeleceu contato com especialistas em roedores, na ESALQ-USP, que darão andamento à identificação das espécies de roedores classificadas até o momento como possivelmente novas para a ciência, pertencentes aos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i> . No caso da espécie ainda não identificada e possivelmente nova para a ciência de <i>Nyctinomops</i> , a NE comunicou que foi feito o contato com especialista na Universidade Federal de Goiás, que deverá identificar os exemplares coletados até o momento. Todos os exemplares coletados e armazenados em diferentes instituições de pesquisa foram localizados, segundo informado pela NE, etapa essencial para que a investigação taxonômica progrida. Algumas das atividades relacionadas à investigação taxonômica das espécies mencionadas foram apresentadas pela Norte Energia nas Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador.  Em relação à <u>flora</u> , o cliente informa que está enviando os esforços solicitados, consultando especialistas e buscando exemplares em estágio reprodutivo. No entanto, não apresenta o planejamento pedido, evidenciando as atividades previstas, e não indica o andamento dos trabalhos, informando a porcentagem de táxons ainda não identificados.  Em relação à <u>ictiofauna</u> , a NE informou que foram coletadas 380 espécies na região de estudo. Dessas, 31 espécies ainda não foram descritas pela ciência. Essas espécies estão em	1) ✓ 2) <sup>17</sup> ✓ 3) ✓	3) 10º SAP	3) Em relação à <u>ictiofauna</u> apresentar evidências do andamento das identificações.

<sup>17</sup> Ação 38a - ver **Quadro 7.0.b**.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida 
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida 
 Não Atendida 
 Atendimento Contínuo 
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>Energia, através de suas contratadas, possui atividades correntes com especialistas em campo durante a execução dos projetos de Formação de Banco de Germoplasma, Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora e todos os demais monitoramentos de flora (florestas de terra firme, aluviais e formações pioneiras).</p> <p>Cabe ressaltar que todos estes projetos, além do inventário florestal (42.000ha amostrados), têm especialistas botânicos e parcerias institucionais que subsidiam as identificações até o menor nível taxonômico possível, quando há dúvida quanto à especificidade do indivíduo coletado.</p> <p>O 2º RSAP menciona que já foram feitos alguns contatos com especialistas na taxonomia dos quirópteros, e ainda que os exemplares coletados na etapa do EIA já foram localizados.</p> <p>No 3º RSAP, a NE informou que as respostas a esta ação seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08 de novembro de 2013.</p> <p>Respostas do 4º RSAP:</p> <p>1) <u>Fauna</u>: o documento “ESTUDO COMPLEMENTAR - INVESTIGAÇÃO TAXONÔMICA E DA BIOLOGIA DE NYCTINOMOPS SP. – CONDICIONANTE DOS PRINCÍPIOS DO EQUADOR”, apresenta as evidências do andamento da identificação desta espécie e demais informações sobre a condução do referido estudo em geral (ANEXO 4.2-1- ação 38a do 4º RSAP).</p> <p>2) <u>Flora</u>: em relação à flora, as informações são apresentadas no ANEXO 4.2-1 – ação 38a do 4º RSAP, FLORA.</p> <p>3) <u>Ictiofauna</u>: o projeto de investigação taxonômica incluindo seus anexos (5º RC – pacote 13.1.1) apresenta o status das identificações das espécies. O ANEXO 4.2-1 – ação 38a – ictiofauna apresenta as fichas de identificação das espécies.</p> <p>Respostas do 5º RSAP:</p> <p>1) <u>Fauna</u>: a 2ª campanha de campo da investigação taxonômica de pequenos roedores foi iniciada em 20/03/14. Os resultados serão consolidados e apresentados no 6º RSAP (agosto/2014), devido ao tempo necessário para o tratamento das informações coletadas em campo.</p> <p>Uma vez iniciado o estudo, a NE compromete-se a repassar os resultados semestralmente, promovendo uma atualização das atividades durante as vistorias do Consultor Independente nos meses intermediários: maio e setembro.</p>	<p>processo de estudo e algumas em descrição pelos especialistas. No entanto, o relatório não apresenta a classificação das espécies em ameaçadas, criticamente ameaçadas, quase ameaçadas e vulneráveis.</p> <p><u>Análise 3ª missão:</u></p> <p>1) Em relação à <u>fauna</u>, durante a vistoria de campo de 4 a 8 de novembro de 2013 a NE mostrou evidências da contratação dos especialistas em roedores e em quirópteros, que deverão conduzir a investigação taxonômica de cada um destes grupos, de forma a determinar se os exemplares coletados durante o EIA se tratam ou não de espécies novas para a ciência. No caso dos roedores pertencentes aos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, o especialista contratado deverá ainda realizar o levantamento nas áreas situadas fora da área de influência do projeto, segundo descrito na Nota Técnica NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador.</p> <p>No caso da espécie ainda não identificada e possivelmente nova para a ciência de <i>Nyctinomops</i>, a NE mostrou evidências de que foi feito o contato com especialista na Universidade Federal de Goiás, que deverá identificar os exemplares coletados até o momento. Os exemplares testemunho coletados durante as atividades do EIA e armazenados em diferentes instituições de pesquisa foram localizados, segundo informado pela NE, etapa essencial para que a investigação taxonômica progrida. Modificações pontuais foram solicitadas por esta auditoria nas Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador, no que diz respeito à justificativa da metodologia proposta e objetivos gerais.</p> <p>2) Em relação à <u>flora</u>, a empresa executora do <i>Projeto de Salvamento da Flora</i> (Biota) relatou, durante a 3ª missão de monitoramento, que os procedimentos que têm sido realizados para determinar os táxons com identificação incompleta e mostrou como exemplo um Relatório de Gerenciamento Mensal (RGM), no qual é feito um controle mensal dos materiais botânicos que estão sendo identificados. Os dados totais do projeto devem ser apresentados.</p> <p>Já em relação aos projetos de monitoramento da flora, não foi apresentada nenhuma resposta a essa ação.</p> <p>Em relação aos táxons com identificação incompleta do EIA, a Norte Energia informou que iria entrar em contato com o Museu Emílio Goeldi, o qual elaborou o diagnóstico da vegetação apresentado no EIA, para verificar a localização dos materiais <i>voucher</i> deste estudo.</p> <p>3) Em relação à ictiofauna, ainda não foi evidenciado o avanço das tratativas para resolução das questões relacionadas à identificação das espécies novas. Não há registro no RSAP do status de conservação de todas as 380</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✗ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo.</p> <p>2) <u>Flora</u>: segundo a NE, as evidências de atendimento a esta demanda seriam apresentadas no ato da vistoria de campo. Após a 5ª missão, foi apresentado um documento complementar ao 5º RSAP, no qual a Norte Energia reporta que considera esta demanda em atendimento (atendimento contínuo) e serão apresentadas atualizações sempre que o <i>status</i> se altere.</p> <p>3) <u>Ictiofauna</u>: uma vez iniciado o estudo, a NE compromete-se a repassar os resultados por meio dos RC semestrais encaminhados ao IBAMA, promovendo uma atualização das atividades durante as vistorias do Consultor Independente nos meses intermediários: maio e setembro.</p> <p>A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo, até o início da primeira etapa operativa do empreendimento.</p> <p><b>Respostas do 6º RSAP:</b></p> <p>1) <u>Fauna</u>: a NE informa que o ANEXO 4.2-1.5 do 6º RSAP apresenta o relatório dos estudos complementares. Segundo a NE, para todas as demandas de fauna o atendimento será semestral, haja vista que são refletidas nas análises dos programas do RC do IBAMA. Exceto os estudos complementares dos roedores e quirópteros, os quais foram contratados exclusivamente para atendimento às demandas dos Princípios e, portanto, a emissão dos relatórios com os avanços, neste caso, será trimestral.</p> <p>3) <u>Ictiofauna</u>: idem resposta à Ação 37a, acima.</p> <p><b>Respostas do 7º RSAP:</b></p> <p>1) <u>Fauna</u>: relatório com as evidências dos estudos complementares para Chirópteros e Roedores no ANEXO 2.3-2 do 7º RSAP.</p> <p>3) <u>Ictiofauna</u>: tais evidências serão apresentadas no âmbito da 7ª missão.</p> <p><b>Respostas do 8º RSAP:</b></p> <p>1) <u>Fauna</u>:</p> <p><b>Quirópteros (<i>Nyctinomops</i>)</b> – A partir das análises morfológicas pode-se inferir que <i>Nyctinomops</i> sp. trata-se de uma espécie nova para ciência e não uma variação dentro da espécie <i>Nyctinomops laticaudatus</i>. Foram encontrados espécimes em pedrais dentro e fora da</p>	<p>espécies mencionadas no último relatório de consolidação para o IBAMA, de acordo as listagens das agências nacionais e IUCN. No RSAP está citado que as atividades de triagem, identificação e tombamento do material estão em contínua evolução e que alguns manuscritos, que incluirão as espécies novas, estão em fase de elaboração.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b></p> <p>1) Em relação à <u>fauna</u>, como evidenciado durante a vistoria de campo de 10 a 14 de fevereiro de 2014, e ainda no 4º RSAP, a NE apresentou as Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador com as modificações sugeridas pela consultoria independente. Ainda, foram apresentados os relatórios com o andamento das atividades de investigação taxonômica e distribuição das espécies de roedores e quirópteros, dentro e fora da área de influência do empreendimento. Para quirópteros, além da realização de uma campanha direcionada para a localização da espécie fora da área de influência, foram reunidos, no relatório apresentado, os dados das campanhas de monitoramento dos pedrais. No total foram capturados 32 indivíduos, em pedrais dentro e fora da cota de inundação. Alguns exemplares foram sacrificados para os estudos taxonômicos com base em análises morfométricas. Os resultados obtidos até o momento não permitem uma conclusão sobre tratar-se ou não de uma espécie nova para a ciência. No caso dos roedores pertencentes aos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, foram realizados levantamentos nas áreas situadas fora da área de influência do projeto, e ainda na área do Módulo 5, que embora esteja dentro da área de influência do empreendimento, é parte da proposta de áreas a serem conservadas pela NE. Os passos seguintes, conforme propostos pela NE, são a realização de uma segunda campanha para cada um dos grupos, e a continuação das análises, o que deverá permitir a correta identificação das espécies. Considera-se este item da ação <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>2) Em relação à <u>flora</u>, no 4º RSAP é informado que a Norte Energia tem mantido contato com o corpo técnico do MPEG sobre os possíveis avanços na identificação das espécies que foram classificadas até o nível de gênero no âmbito do EIA. Além disso, consta uma descrição dos procedimentos que têm sido realizados para a determinação das espécies coletadas no âmbito do <i>Projeto de Salvamento da Flora</i>. Considera-se este item da ação <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, a NE informou que foram coletadas 392 espécies nos Projetos de Monitoramento da Ictiofauna, Salvamento e Resgate da Ictiofauna e Investigação Taxonômica (Anexo 13.3.1 - 4). Até o presente</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>ADA da UHE Belo Monte. Também há registros da espécie no Estado do Mato Grosso, bacia do rio Teles Pires.</p> <p><b>Roedores (Neacomys)</b> – Análises moleculares com 12 espécimes coletados no baixo Xingu, – incluindo EIA/RIMA, resgate de fauna e Estudo Complementar –, demonstraram que há duas linhagens evolutivas independentes do gênero <i>Neacomys</i> que não foram descritas e, portanto, são novas para a ciência, sendo uma para a margem direita e outra para a esquerda. Além disso, cinco indivíduos da margem esquerda foram identificados como <i>N. spinosus</i>, representando uma ampliação de distribuição para essa espécie. Para a linhagem da margem direita, sua distribuição já foi reportada até a Ilha de Marajó (Cardoso, 2011) e para a linhagem da margem esquerda as amostras são todas de Vitória do Xingu, mas, provavelmente sua área de distribuição deve incluir o interflúvio Tapajós/Xingu. Ambas as linhagens foram registradas em pontos fora da área de inundação dos reservatórios da UHE Belo Monte. No primeiro trimestre de 2015 será apresentado relatório final com compilações dos resultados das análises morfológicas e moleculares e confirmação da ocorrência de novas espécies.</p> <p><b>Roedores (Oecomys)</b> – Análises moleculares com 14 espécimes coletados no Médio/Baixo rio Xingu (incluindo EIA/RIMA, Estudo Complementar e espécime disponível da localidade Terra do Meio-PA) apontaram possivelmente cinco linhagens evolutivas de <i>Oecomys</i> para a região do baixo rio Xingu, sendo duas delas consideradas como espécies válidas, <i>O. roberti</i> e <i>O. bicolor</i>, e um complexo de espécies do grupo paricola que engloba os espécimes considerados como sp1, cf. paricola e indivíduos coletados durante o Estudo Complementar. Dentro do clado paricola foram encontrados três subclados com espécimes do baixo rio Xingu: i) subclado da margem esquerda: os indivíduos HBM 135, HBM 198 e HBM 235 (=sp1) e HBM 135 (=cf. paricola) se agruparam com o indivíduo ECBM 67 capturado no Módulo 1 que está fora da área de influência direta do empreendimento. Para essa margem foi obtido mais um subclado representado por um único exemplar (SPM 22) da região conhecida como Terra do Meio entre o rio Xingu e o rio Iriri, que embora não tenha se agrupado com mais nenhuma amostra está fora da área de influência direta do empreendimento; e ii) subclado da margem direita: o indivíduo HBM 274 (=sp1) se agrupou com os exemplares coletados durante o Estudo Complementar, ECMB 69, ECBM 71 e ECBM 74 que foram capturados no Módulo 8 que está fora da área de influência direta do empreendimento. Nesse subclado ainda estão dois indivíduos da Ilha de Marajó indicando que essa linhagem apresenta o mesmo padrão</p>	<p>momento foram encontradas 30 espécies novas para a ciência e, destas, 13 estão em processo de descrição por especialistas. Quarenta e seis espécies de peixes são endêmicas para a bacia do rio Xingu. Apenas duas espécies que ocorrem no rio Xingu constam na lista nacional de espécies ameaçadas em vigor (IN N° 5, 21 de maio de 2004): <i>Ossubtus xinguense</i> (Vulnerável) e <i>Hypancistrus zebra</i> (Vulnerável). Considera-se este item da ação <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b>                      1) Em relação à <u>fauna</u>, no 4º RSAP foram apresentados os resultados preliminares referentes à busca das três possíveis novas espécies de roedores nas áreas situadas fora da influência do empreendimento, bem como da determinação taxonômica dos três roedores possivelmente novos para a ciência. Exemplares pertencentes às espécies em questão foram capturados em áreas que não serão impactadas, os exemplares coletados durante as campanhas do EIA foram localizados para inclusão nas análises comparativas. No 5º RSAP, e conforme verificado junto à equipe da NE, entre os meses de março e abril de 2014 realizou-se a segunda campanha de campo em quatro sítios, dois dentro da área de influência, em fragmentos que serão preservados pela Norte Energia, e dois fora da área de influência. Somando-se os resultados das duas campanhas realizadas até o momento, sete pertencem ao gênero <i>Neacomys</i> e sete ao gênero <i>Oecomys</i>. Os crânios destes indivíduos coletados encontram-se em preparação. Os exemplares coletados durante o EIA, bem como outros coletados em momento anterior e depositados em coleções científicas, foram incluídos nas análises morfológicas que se encontram em andamento. Todos os exemplares obtidos até o momento associados a amostras de tecidos para análises moleculares estão sendo sequenciados. As próximas ações previstas neste projeto, segundo os documentos apresentados, incluem: (i) visita a coleção de mamíferos do Museu de Zoologia da USP (MZUSP); (ii) análises qualitativas e quantitativas dos indivíduos coletados nas duas campanhas de campo e comparação com o material proveniente do EIA-RIMA; (iii) análise molecular do material enviado para sequenciamento e comparação com as sequências disponíveis no <i>Genbank</i>; (iv) realização de mais dois campos extras na região do rio Bacajá fora da cota demarcada para o Trecho de Vazão Reduzida em busca do morfotipo <i>Oecomys</i> sp1. Dentro do projeto referente à investigação taxonômica e de distribuição da possível nova espécie de quiróptero, o relatório anterior informa que foram realizadas atividades de busca da espécie nos pedrais, dentro e fora da área de influência do empreendimento, com o registro de indivíduos em vários pedrais, e coleta de alguns para comparações morfológicas e morfométricas. Os exemplares testemunhos coletados durante o EIA já haviam sido localizados. Segundo informado no 5º RSAP, a segunda campanha de campo foi realizada em fevereiro de 2014. Em virtude da</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>de distribuição dos indivíduos da espécie nova de <i>Neacomys</i> da margem direita. No primeiro trimestre de 2015 será apresentado relatório final com compilações dos resultados das análises morfológicas e moleculares e confirmação da ocorrência de novas espécies.</p> <p>Os relatórios técnicos com os resultados de ambos estudos complementares, como também os bancos de dados dos estudos encontram-se no anexo 4.2-1.2_FAUNA do 8º RSAP.</p> <p>3) <u>Ictiofauna:</u></p> <p>Informações sobre o andamento das identificações taxonômicas da ictiofauna estão descritas no Relatório de Solicitação da LO encaminhado ao IBAMA em fev/2015 e também acompanha este RSAP. Foram incluídas novas fichas técnicas das espécies da ictiofauna e alterada uma ficha técnica já existente.</p> <p>Respostas do 9º RSAP:</p> <p>1) <u>Fauna:</u></p> <p>Para estes dois grupos estudados (roedores e quirópteros), as atividades foram concluídas com elucidação das dúvidas taxonômicas quanto à identificação destas espécies.</p> <p>Os relatórios finais e os respectivos bancos de dados são apresentados no ANEXO 2.3-2 – FAUNA do 9º RSAP. No entanto, seguem de forma resumida os resultados obtidos em cada estudo: Quirópteros (<i>Nyctinomops</i>) – A partir das análises morfológicas concluiu-se que <i>Nyctinomops</i> sp. trata-se de uma espécie nova para ciência e não uma variação dentro da espécie <i>Nyctinomops laticaudatus</i>. Foram encontrados espécimes em pedrais dentro e fora da ADA/AID da UHE Belo Monte. Também há registros da espécie no Estado do Mato Grosso, bacia do rio Teles Pires.</p> <p>Roedores (<i>Neacomys</i>) – Durante o Estudo Complementar foram realizadas análises moleculares com o gene Cytb para duas amostras da margem direita e 10 da margem esquerda para posicionar os indivíduos do baixo rio Xingu em relação às espécies que vem sendo reconhecidas na literatura e também para comparar estes indivíduos com um espécime da margem direita do rio Xingu, que foi analisado por Patton et al. (2000) e considerado por este como uma nova espécie. Foram reconhecidas duas espécies novas do gênero <i>Neacomys</i> (<i>Neacomys</i> sp.2 – margem direita; e <i>Neacomys</i> sp.6 – margem esquerda) e uma ampliação de distribuição de espécie já conhecida deste gênero (<i>N. spinosus</i>). <i>Neacomys</i> sp.2 ocorre a partir da margem leste do rio Xingu até a Ilha de Marajó e ao sul até o município de Marabá no Estado do Pará. <i>Neacomys</i> sp.6 é conhecida na margem esquerda do</p>	<p>cheia, nesta segunda campanha, o Pedral do Porcão foi o único amostrado.</p> <p>Para a investigação taxonômica foram coletados alguns exemplares para realização de biometria externa e interna (craniana). As comparações taxonômicas estão sendo feitas com a espécie <i>Nyctinomops laticaudatus</i> por semelhança morfolométrica. Cinco dos exemplares coletados tiveram material retirado para análises citogenéticas. As análises preliminares mostram que os exemplares capturados na área da UHE Belo Monte apresentam dimensões menores do que aquelas encontradas na literatura para <i>N. laticaudatus</i>, fortalecendo a suposição de se tratar de um novo táxon desconhecido da ciência. Conforme informado, os resultados das análises citogenéticas serão apresentados no próximo relatório.</p> <p>Considera-se que o andamento dos trabalhos de identificação das possíveis novas espécies vem progredindo de forma satisfatória, de forma a garantir que não serão convertidos habitats essenciais para a manutenção de populações viáveis de espécies novas para a ciência e com distribuição desconhecida.</p> <p>Considera-se este item da ação <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>2) Em relação à <u>flora</u>, foi esclarecido em reunião que todos os materiais coletados na fase do EIA da UHE Belo Monte que foram encontrados na coleção do MPEG correspondem aos 16 materiais já reportados no 4º RSAP. Quanto à identificação desse material até nível específico, foi informado que a equipe do museu havia comunicado que os mesmos estavam comprometidos, dificultando sua determinação taxonômica. A identificação do material registrado no âmbito do PBA será tratada nas recomendações 67-6 e 68-2. Considera-se que este item da ação está <u>Atendido</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, o 5º RSAP não trouxe informações sobre o atendimento a esta ação. Até o presente momento foram encontradas 29 espécies novas para a ciência e 46 espécies de peixes endêmicas da bacia do rio Xingu. Apenas duas espécies que ocorrem no rio Xingu constam na lista nacional de espécies ameaçadas em vigor (IN Nº 5, 21 de maio de 2004): <i>Ossubtus xinguense</i> (Vulnerável) e <i>Hypancistrus zebra</i> (Vulnerável). Essa identificação é uma ação que não pode ser considerada como de atendimento contínuo, pois deveria ter sido realizada na fase do EIA, para detalhamento da linha base, tendo ocorrido apenas parcialmente.</p> <p>Nesta fase, considera-se a mesma <u>Em Atendimento</u>, pois as ações estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.</p> <p><u>Análise 6º missão:</u></p> <p>1) Em relação à <u>fauna</u>, no ANEXO 4.2-1.5 do 6º RSAP foram apresentados o RT_03_EstudoComp_Roedores_15-07-2014_BIOTA e o RT_03EstudoComp_Nyctinomops_14_07_14_Biota, descrevendo o andamento e perspectivas dos estudos de</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>baixo rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Estado do Pará. Contudo, a real distribuição deve ser mais ampla que a reportada no Estudo Complementar (vide discussão no RT do ANEXO 2.3-2 – FAUNA). <i>Neacomys spinosus</i> é conhecido desde a região central da Colômbia até o leste do Equador e Peru, norte da Bolívia e nos Estados do Amazonas e Pará. O Estudo contribuiu para uma ampliação de aproximadamente 600 km na distribuição ao Nordeste da área conhecida, na margem oeste do baixo rio Xingu;</p> <p>Roedores (<i>Oecomys</i>) – Para nortear as análises morfológicas foi realizada uma análise molecular com o gene Cytb de 14 amostras desse gênero para posicionar os indivíduos do baixo rio Xingu em relação às espécies válidas e também para comparar com os espécimes sequenciados e disponibilizados da região do baixo rio Xingu pelo Dr. Jim Patton. Concluiu-se que o morfotipo considerado como espécie nova do gênero <i>Oecomys</i> está, na verdade, incluído em um complexo de espécies crípticas pertencente ao grupo paricola, que ocorre ao sul do Rio Amazonas e no Brasil Central (PA, MT e MS). Os espécimes utilizados neste EC foram coletados nos Módulos RAPELD 1 e 8, ambos fora da ADA da UHE Belo Monte.</p> <p>Os relatórios técnicos finais com os resultados de ambos estudos complementares, como também os bancos de dados dos estudos encontram-se no ANEXO 2.3-2 – FAUNA do 9º RSAP.</p> <p>3) <u>Ictiofauna:</u></p> <p>Após a elaboração do 7º RC, mais uma espécie foi descrita, <i>Pseudancistrus asurini</i>.</p>	<p>investigação taxonômica e das áreas de ocorrência das espécies de roedores e de quiróptero não identificadas até o nível específico nos estudos da linha base do EIA. O relatório das atividades de investigação taxonômica de roedores descreve os resultados dos esforços de coleta dos táxons fora da área de influência do empreendimento, em duas campanhas de campo realizadas, e ainda do processo de sequenciamento e análises morfológicas do material coletado em 2000 e 2001. Durante as duas campanhas de campo, foram capturados sete exemplares pertencentes ao gênero <i>Neacomys</i> (cinco indivíduos no módulo M1 e um indivíduo nos módulos M3 e M5) e sete indivíduos do gênero <i>Oecomys</i> (um indivíduo nos módulos M1, M3 e M5 e quatro indivíduos no módulo M8). Os resultados indicam que os locais com as maiores taxas de capturas estão fora da área de influência direta do empreendimento (módulos M1 e M8). Dentro das atividades desenvolvidas no período a que se refere o relatório, todos os exemplares de <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i> provenientes das coletas do EIA-RIMA que tiveram amostras de tecidos coletadas para análises moleculares foram sequenciados. As sequências geradas estão sendo montadas e editadas, e ainda que os resultados não tenham sido concluídos, foram feitas análises com os resultados já disponibilizados pelo laboratório. A perspectiva é que os dados possibilitem averiguar se <i>Neacomys</i> sp.1 e sp.2 e <i>Oecomys</i> sp.1 são realmente táxons não descritos, através da comparação com o banco de dados do Genbank, melhor compreensão da variação morfológica observada e posterior comparação com os espécimes coletados nas campanhas do Estudo Complementar, material tipo e de coleção. Ressalta-se no relatório de andamento das atividades que outras amostras ainda serão analisadas (material obtido nas campanhas de campo, de outras localidades, que estão disponíveis no Laboratório de Mamíferos da ESALQ e proveniente das coleções que serão visitadas). As próximas ações deste Projeto incluem: (i) conclusão da montagem e edição das sequências já obtidas e realização das análises moleculares; (ii) sequenciamento do material obtido durante as campanhas do Estudo Complementar e de outras localidades da Amazônia para comparação; (iii) visita a coleção de mamíferos do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP); (iv) análises qualitativas e quantitativas de todos os indivíduos coletados no baixo rio Xingu, material tipo e de coleção; (iv) fechamento das análises morfológicas e moleculares.</p> <p>O relatório de atividades de investigação taxonômica de <i>Nyctinomops</i> descreve as atividades das duas campanhas de campo, realizadas nos meses de outubro-novembro/2013 e fevereiro/2014, e apresenta os resultados das análises morfométricas obtidas dos indivíduos capturados. As atividades realizadas visam determinar a distribuição da possível nova espécie, sua identificação, e ainda, de forma complementar, a investigação da utilização de abrigos à montante e à jusante do barramento principal da UHE Belo Monte por espécies de <i>Nyctinomops</i>, verificando-se se são propícios à manutenção de suas populações ao longo do</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>tempo. Durante as campanhas realizadas, foram registrados exemplares da possível nova espécie fora da área de influência do empreendimento. Parte dos 59 exemplares capturados foi marcada e solta, e nove indivíduos coletados para as análises morfológicas e morfométricas. Foram feitas ainda coletas de dados para análises citogenéticas de cinco indivíduos. As análises morfométricas comparativas apresentadas mostram que os exemplares capturados apresentam dimensões distintas das de <i>N. laticaudatus</i>, indicando tratar-se possivelmente de uma nova espécie. As análises citogenéticas realizadas não apresentaram resultados satisfatórios. Uma nova campanha complementar foi realizada em agosto, com a coleta de mais exemplares. Os próximos passos preveem a continuação das análises comparativas, com a conclusão dos estudos em setembro de 2014. Durante a visita de campo realizada pela auditoria, verificou-se a ocorrência do táxon em pedrais, e o andamento dos estudos de distribuição e biologia desta e de outras espécies de quirópteros que utilizam estes ambientes. Considera-se que o andamento dos trabalhos de identificação das possíveis novas espécies vem progredindo de forma satisfatória, de forma a garantir que não serão convertidos habitats essenciais para a manutenção de populações viáveis de espécies novas para a ciência e com distribuição desconhecida. Considera-se este item da ação <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, a NE informou que foram coletadas 408 espécies nos Projetos de Monitoramento da Ictiofauna, Salvamento e Resgate da Ictiofauna e Investigação Taxonômica (Anexo 13.3.1 – 2, do 6º Relatório Consolidado para o IBAMA). Até o presente momento foram encontradas 27 espécies ainda não descritas pela ciência e 47 espécies de peixes endêmicas para a bacia do rio Xingu. A espécie <i>Oligancistrus</i> sp. "bola branca", citada até o 5º RC como não descrita, foi recentemente publicada como <i>Spectracanthicus zuanoni</i>. As espécies <i>Baryancistrus</i> sp. "verde", <i>Hypancistrus</i> sp. "marrom", <i>Hypancistrus</i> sp. "pão", <i>Panaqolus</i> sp., <i>Platydoras</i> sp. "Xingu", <i>Pseudacanthicus</i> sp. "vermelho", <i>Tometes</i> sp. "papagaio" e <i>Tometes</i> sp. "kraponha" estão em avançado processo de descrição. Nesta fase, considera-se esta parte da ação <u>Em Atendimento</u>, pois as ações estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b></p> <p>1) Em relação à <u>fauna</u>, no ANEXO 2.3-2 do 7º RSAP foram apresentados os Relatórios Técnicos RT_No04_EstudoComp_Roedores_14_10_14_BIOTA e o RT_04_EstudoComp_Nyctinomops_10_10_14_BIOTA, onde são descritos os resultados do andamento dos dois estudos complementares relacionados à taxonomia e distribuição das espécies coletadas durante o EIA e identificadas como possíveis espécies novas para a ciência.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>Para os roedores, sendo dois morfotipos pertencentes ao gênero <i>Neacomys</i>, e um morfotipo de <i>Oecomys</i>, entre julho e setembro de 2014 foram direcionados esforços às análises moleculares para determinação das afinidades taxonômicas dos exemplares. O 4º Relatório Técnico apresenta estes resultados preliminares das análises moleculares do material coletado durante as campanhas para elaboração do EIA, com base no citocromo <i>b</i> e comparação com sequências depositadas no GenBank para seis espécies do gênero <i>Neacomys</i> e dez espécies do gênero <i>Oecomys</i>. Para <i>Neacomys</i>, os resultados indicam que as duas margens do Rio Xingu abrigam linhagens distintas do gênero, com <i>Neacomys</i> sp. na margem direita e <i>Neacomys</i> sp. 2 na margem esquerda. Os resultados apontam ainda que o morfotipo identificado no EIA como <i>Neacomys</i> sp. 1 corresponde a uma espécie de distribuição ampla na Amazônia, <i>N. spinosus</i>. Desta forma, o táxon já conhecido teve sua distribuição estendida em algumas centenas de quilômetros, abrangendo a margem esquerda do Rio Xingu. A espécie identificada como <i>Neacomys</i> sp. também corresponde a um morfotipo já conhecido, que tem distribuição, segundo a literatura, até a Ilha de Marajó. A espécie identificada para a margem esquerda, <i>Neacomys</i> sp. 2, deve distribuir-se por todo o interflúvio Tapajós/Xingu, e certamente ocupa áreas que se situam fora da área de influência do projeto. Para <i>Oecomys</i>, os resultados apresentados apontam que a espécie presente na área do projeto é possivelmente <i>Oecomys paricola</i>, de ampla distribuição ao sul do Rio Amazonas, indo até o Mato Grosso.</p> <p>As próximas ações previstas para identificação taxonômica dos roedores incluem a conclusão da montagem e edição das novas sequências obtidas, a continuidade das análises moleculares do material obtido nas campanhas do Estudo Complementar e de outras localidades da Amazônia, e a finalização das análises morfológicas de todos os indivíduos coletados no baixo Rio Xingu, incluindo material tipo e de coleção. Os resultados obtidos até o presente indicam que as espécies têm ampla distribuição, eliminando qualquer possibilidade de extinção através dos impactos gerados pelo projeto.</p> <p>Para a possível nova espécie de quiróptero, a terceira campanha de campo foi realizada em agosto de 2014. Já haviam sido coletados exemplares fora da área dos futuros reservatórios nas campanhas realizadas entre outubro e novembro de 2013, e nesta ocasião a espécie foi considerada abundante nas áreas onde foi encontrada, de forma que foram marcados e soltos alguns indivíduos. Na última campanha realizada, intensificou-se a coleta de exemplares de forma a permitir as análises cariotípicas e morfométricas. O relatório reporta dificuldades nas preparações cromossômicas, e o especialista no grupo informa que durante a próxima campanha, prevista para ser realizada em dezembro de 2014, serão feitas novas tentativas de obter resultados satisfatórios no que diz respeito à citogenética. As</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>análises morfológicas apresentadas indicam que deve tratar-se de uma espécie de <i>Nyctinomops</i> ainda não descrita, mas cuja área de distribuição vai bastante além da área de influência do empreendimento. Os próximos passos apontados no relatório envolvem a comparação morfológica e morfológica com exemplares depositados em coleções científicas do Sudeste do Brasil.</p> <p>O andamento dos trabalhos de identificação das possíveis novas espécies progrediu de forma satisfatória, e pode-se prever que resultados definitivos devem ser obtidos até o final de 2014.</p> <p>Considera-se que o andamento dos trabalhos de identificação das possíveis novas espécies vem progredindo de forma satisfatória, de forma a garantir que não serão convertidos habitats essenciais para a manutenção de populações viáveis de espécies novas para a ciência e com distribuição desconhecida.</p> <p>Considera-se este item da ação <u>em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b></p> <p>1) Em relação à fauna, no ANEXO 2.3-2 do 7o RSAP foram apresentados os Relatórios Técnicos RT_05_EstudoComp_Nyctinomops_10_01_15_BIOTA e o RT_05_EstudoComp_Roedores_10_01_15_BIOTA onde são descritos os resultados do andamento dos dois estudos complementares relacionados à taxonomia e distribuição das espécies coletadas durante o EIA e identificadas como possíveis espécies novas para a ciência.</p> <p>Para a possível nova espécie de quiróptero, as atividades realizadas durante o último trimestre tiveram como objetivo preparar o material osteológico e realizar medidas que permitam comparar a espécie presente nos pedrais com aquelas já descritas na literatura.</p> <p>Os resultados apresentados em relatórios anteriores sobre o andamento do atendimento ao plano de ação mostram que já haviam sido coletados exemplares fora da área dos futuros reservatórios, entre outubro e novembro de 2013, e nesta ocasião a espécie foi considerada abundante nas áreas onde foi encontrada. Os resultados das análises empregando técnicas citogenéticas não foram satisfatórios, ainda que nova campanha de campo com o objetivo de obter exemplares para estas análises tenha sido conduzida em dezembro. Os resultados das análises morfológicas apresentadas apontam que a espécie presente na área do empreendimento é de fato uma espécie ainda não descrita de <i>Nyctinomops</i>, o que é corroborado pela comparação das medidas do antebraço dos exemplares. A área de distribuição da espécie, conforme já evidenciado nos relatórios anteriores, estende-se além da área de influência do empreendimento. As atividades finais previstas dentro deste estudo complementar envolvem a consolidação dos resultados das comparações morfológicas e morfológicas dos exemplares coletados e aqueles depositados em coleções científicas.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>Para os roedores, sendo dois morfotipos pertencentes ao gênero <i>Neacomys</i>, e um morfotipo de <i>Oecomys</i>, entre outubro e dezembro de 2014 foram direcionados esforços às análises moleculares para testar as hipóteses levantadas no EIA-RIMA sobre as potenciais espécies novas. O 5º Relatório Técnico apresenta os resultados finais das análises moleculares do material coletado durante as campanhas para elaboração do EIA, com base no citocromo b e comparação com sequências depositadas no GenBank para seis espécies do gênero <i>Neacomys</i> e dez espécies do gênero <i>Oecomys</i>. Para <i>Neacomys</i>, os resultados indicam que as duas margens do Rio Xingu abrigam espécies ainda não descritas pertencentes ao gênero. A espécie da margem direita tem distribuição reportada na literatura indo desde a margem do Xingu até a Ilha de Marajó, passando pelo sudeste do estado do Pará no município de Marabá e, possivelmente, até as áreas de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica ao sul dessa região.</p> <p>Para a espécie da margem esquerda as amostras são todas de Vitória do Xingu, a jusante da UHE Belo Monte, mas sua área de distribuição deve incluir todo o interflúvio Tapajós/Xingu, uma vez que não há nenhuma barreira geográfica evidente que possa limitar sua distribuição a oeste até a margem direita do rio Tapajós e ao sul até área de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado.</p> <p>Além destas duas novas espécies, cuja distribuição bastante ampla de forma alguma se restringe à área de influência de Belo Monte, um terceiro conjunto de exemplares não identificados durante os estudos do EIA foram identificados através deste estudo complementar como pertencentes à espécie <i>Neacomys spinosus</i>, representando uma extensão considerável da distribuição deste táxon, já conhecido e amplamente distribuído na Amazônia.</p> <p>Para <i>Oecomys</i>, os resultados apresentados apontam que a espécie presente na área do projeto faz parte do complexo de espécies conhecido como <i>Oecomys paricola</i>, de ampla distribuição ao sul do Rio Amazonas, indo até o Mato Grosso. As coletas realizadas para a elaboração dos estudos complementares resultaram na identificação deste táxon em diversas áreas situadas fora da influência do empreendimento, que incluem o Módulo 8 e a Terra do Meio, entre os rios Xingu e Iriri, além das amostras de Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.</p> <p>As próximas ações previstas para identificação taxonômica dos roedores incluem a estruturação dos resultados morfológicos e a apresentação conjunta dos resultados obtidos através das duas metodologias, que, no entanto, não deverá modificar as conclusões obtidas até o momento e apresentadas neste 5º relatório. Considera-se, desta forma, que os estudos resultaram na identificação das espécies novas de roedores e na determinação de sua área de distribuição, assegurando que tais espécies não serão extintas ou mesmo terão suas populações impactadas de alguma forma pelo empreendimento.</p> <p>O andamento dos trabalhos de identificação das possíveis novas espécies progrediu de forma satisfatória,</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>demonstrando que os táxons presentes, embora em parte novos para a ciência, e identificados de forma conclusiva a partir das análises conduzidas, não têm sua distribuição restrita à área do empreendimento. São espécies de distribuição ampla e em sua maioria abundantes naquelas localidades onde ocorrem, não devendo ser impactadas pelas atividades relacionadas ao projeto. Os relatórios finais a serem apresentados deverão consolidar os dados morfológicos, morfométricos, moleculares e de distribuição obtidos, encerrando desta forma as questões relacionadas a espécies da fauna terrestre novas para a ciência na área de influência da UHE Belo Monte                      Considera-se este item da ação <u>em Atendimento</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, o Relatório Final Consolidado de Atendimento do PBA, de fevereiro de 2015, que subsidiou a Solicitação da LO junto ao IBAMA, apresenta uma Tabela com as 27 espécies novas para a ciência, o nome do pesquisador responsável e a situação da identificação. Além disso, são apresentadas 24 fichas das espécies novas, com informações sobre a distribuição e o habitat.                      Considera-se esta parte da ação <u>Em Atendimento</u>, pois as ações estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b>                      1) Em relação à <u>fauna</u>, no ANEXO 2.3-2 do 9º RSAP foram apresentados os Relatórios Técnicos RT_06_EstudoComp_Nyctinomops_10_03_15_BIOTA e o RT_06_EstudoComp_Roedores_30_03_2015_BIOTA, onde são apresentados os resultados e conclusões finais dos dois estudos complementares para atendimento aos Princípios do Equador.                      Para a nova espécie de quiróptero, os estudos realizados com o material proveniente das campanhas realizadas dentro deste Estudo Complementar, nos pedrais do rio Xingu, indicam que a espécie tratada como <i>Nyctinomops</i> sp. deve ser considerada uma espécie nova, carecendo de uma descrição formal para a ciência. A espécie está sendo descrita com base nos exemplares coletados durante o EIA, porém não é possível determinar o estágio atual da descrição, conduzida por um pesquisador não ligado ao presente estudo. Os resultados apresentados neste relatório final permitem uma descrição diagnóstica da nova espécie, e lançam uma luz sobre sua biologia e distribuição, bem como uso dos pedrais na área de estudo (que abrange não apenas a área de influência do empreendimento, mas também regiões a jusante que não deverão ser afetadas pelo enchimento do reservatório). A partir destes mesmos resultados, acredita-se que a espécie tenha uma distribuição mais extensa na Bacia Amazônica. Os estudos realizados apontam alguns aspectos de sua biologia, indicando que <i>Nyctinomops</i> sp. nova se alimenta de insetos. Os locais de abrigo que ocupam nos pedrais do rio Xingu são principalmente fendas verticais nas rochas, que podem compartilhar com <i>Noctilio albiventris</i>. Ressalta-se que em todos os pedrais analisados, <i>Nyctinomops</i> sp. nova foi localizada, incluindo áreas a</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>jusante e a montante do futuro barramento da UHE Belo Monte. Desta forma, a espécie pode ser considerada amplamente distribuída na região de estudo, não estando restrita à área de influência direta da UHE. Há ainda um possível registro da espécie em pedrais do rio Teles Pires no Estado do Mato Grosso (21L 0568117 e 8952124; 21L 0522774 e 8972217), segundo observações do pesquisador especialista em quirópteros que conduziu os estudos, o que aumentaria significativamente sua distribuição. Com base nos resultados, conclui-se ainda que apesar da perda de alguns pedrais, submersos pela formação do reservatório, deve-se destacar que outros emergirão no Trecho de Vazão Reduzida, e poderão eventualmente ser colonizados pela espécie em foco e outras espécies especialistas de pedrais. Ademais, pode-se observar que a região apresenta vastas áreas de pedrais fora da AID da UHE Belo Monte. Estes pedrais estão distribuídos em grande extensão pelo rio Xingu, de forma que não há o risco de extinção desta espécie.</p> <p>No que diz respeito aos roedores, o Relatório Técnico RT_06_EstudoComp_Roedores_30_03_2015_BIOTA apresenta os resultados conclusivos do “Projeto de investigação das áreas de ocorrência e da delimitação taxonômica dos roedores pertencentes aos gêneros Neacomys e Oecomys – Condicionante dos Princípios do Equador”. Análises moleculares, morfológicas e biogeográficas do material biológico coletado no baixo rio Xingu durante os inventários do EIA e do Estudo Complementar subsidiaram os resultados apresentados. Três morfotipos pertencentes aos gêneros Oecomys (um morfotipo) e Neacomys (dois morfotipos), apontados como potenciais espécies novas no EIA-RIMA da UHE Belo Monte (campanhas de campo realizadas em 2000/2001 e 2007/2008; LEME, 2009), constituíram-se gêneros-alvo desse Projeto. Para coleta de novos exemplares, foram realizadas duas campanhas: novembro-dezembro/2013 e março-abril/2014. Em síntese, dos morfotipos alvos desse estudo, foram reconhecidas duas espécies novas e uma ampliação de distribuição de uma espécie já conhecida do gênero Neacomys. Ainda, foram obtidas evidências de que o morfotipo considerado como espécie nova do gênero Oecomys está incluído em um complexo de espécies crípticas pertencentes ao grupo paricola. Os objetivos do projeto eram de investigar os táxons pertencentes a esses gêneros na região da UHE Belo Monte, com enfoque na delimitação taxonômica dos morfotipos Neacomys sp.1 e sp.2 e Oecomys sp.1, levantados no âmbito do EIA-RIMA, e investigar a distribuição geográfica desses roedores no baixo Rio Xingu, em regiões dentro e fora da área de influência da UHE Belo Monte. Como resultados do estudo, foram reconhecidas duas espécies novas do gênero Neacomys (Neacomys sp.2 – margem direita; Neacomys sp.6 – margem esquerda) e uma ampliação de distribuição de espécie já conhecida deste gênero (N. spinosus). Ainda, concluiu-se que o morfotipo considerado como espécie nova do gênero Oecomys está, na verdade, incluído em um</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>complexo de espécies crípticas pertencente ao grupo paricola. Quanto à distribuição geográfica das espécies investigadas, destaca-se que <i>Neacomys</i> sp.2 ocorre a partir da margem leste do rio Xingu até a Ilha de Marajó e ao sul até o município de Marabá no Estado do Pará; <i>Neacomys</i> sp.6 é conhecida na margem esquerda do baixo rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Estado do Pará, mas sua real distribuição deve ser mais ampla que a reportada no estudo Complementar, com base nos padrões biogeográficos; <i>Neacomys spinosus</i> é conhecido desde a região central da Colômbia até o leste do Equador e Peru, norte da Bolívia e nos Estados do Amazonas e Pará. O estudo contribuiu para uma ampliação de aproximadamente 600 km na distribuição ao Nordeste da área conhecida, na margem oeste do baixo rio Xingu; e por fim, <i>Oecomys gr. paricola</i> ocorre ao sul do Rio Amazonas e no Brasil Central (PA, MT e MS). Desta forma, evidencia-se que nenhum destes táxons corre risco de extinção em decorrência do empreendimento, atendendo assim aos Princípios do Equador, no que diz respeito à biodiversidade. Considera-se este item da ação <u>Atendido</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, a NE informou que o gênero <i>Pseudancistrus</i> sp. foi identificado como <i>Pseudancistrus asurini</i> (Silva, Roxo &amp; Oliveira, 2015). Até o presente momento, 26 espécies (5,67% da riqueza total) são novas para ciência e estão sendo estudadas. Considera-se que este item da ação está ainda <u>Em Atendimento</u>.</p>			
	<b>Ação 38b</b> - Apresentar relatório com os resultados dos esforços de identificação.	1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Relatório com os resultados dos esforços de identificação.	<p>A resposta a esta Ação apresentada no pacote de entrega referente a 1 ano após a assinatura do contrato (<i>Relatório de Atendimento ao Plano de Ação dos Princípios do Equador – demanda para 1 ano após a assinatura do contrato</i>) é que as informações solicitadas serão apresentadas no próximo RSAP (4º RSAP) e no 5º RC do IBAMA previstos para 01/02/14, considerando que o RC é o instrumento de consolidação semestral das informações.</p> <p>No <b>4º RSAP</b> foi apresentada nenhuma resposta adicional, com exceção da fauna terrestre. Para pequenos mamíferos das Ordens Rodentia e Chiroptera, no 4º RSAP foram apresentados relatórios de andamento das atividades, que visam à identificação taxonômica e determinação da distribuição geográfica das espécies com possibilidade de serem novas para a ciência. Os relatórios evidenciam que foram realizadas atividades voltadas para a localização de espécimes fora da área de influência do empreendimento, e ainda que os exemplares capturados estão sendo utilizados em análises que visam à determinação de sua identidade taxonômica. Os relatórios para ambos os grupos mostram que ainda não foi possível identificar corretamente as espécies, mas as atividades se encontram em andamento.</p>	<p><b>Análise 4ª missão:</b></p> <p>1) Conforme as reuniões realizadas no período de 10 a 14 de fevereiro de 2014, referentes ao andamento dos trabalhos de identificação de espécies de pequenos mamíferos possivelmente novas para a ciência, foram empregados esforços no sentido de capturar indivíduos fora da área de influência do empreendimento, e também envidados esforços no sentido de concluir sua identificação taxonômica. Os resultados são consolidados em dois relatórios técnicos, referentes, respectivamente, aos quirópteros e roedores. Considera-se que este item da ação está <u>Em atendimento</u>.</p> <p>2) Em relação às espécies da <u>flora</u> registradas no âmbito do EIA, na 4ª missão de monitoramento foi apresentada uma tabela com 16 materiais indeterminados depositados no Museu Paraense Emílio Goeldi e com os avanços na sua identificação taxonômica obtidos recentemente. Considera-se que este item da ação está <u>Em atendimento</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>; no 5º RC são apresentadas uma lista das espécies endêmicas, uma lista das espécies ainda não descritas do rio Xingu registradas até o momento e uma lista das ações realizadas e situação atual do processo de descrição das espécies novas (Quadros 13.3.1 – 1, 13.3.1 - 2 e 13.3.1 – 3). Considera-se que este item da ação está</p>	<p>1) </p> <p>2) </p> <p>3) </p>	10º RSAP	3) Em relação à <u>ictiofauna</u> , apresentar evidências do andamento das identificações. Continuar apresentando dados sobre o status de conservação conforme as listagens das agências nacionais e IUCN.

<sup>18</sup> Ação 38b, itens 2) e 3) - ver **Quadro 7.0.b**.

Legenda:

	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia		Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
--	---------------	--	------------------------------	--	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>Respostas do <b>5º RSAP</b>:</p> <p>1) <u>Fauna</u>: a segunda campanha de campo para pequenos mamíferos foi iniciada em 20/03/2014. Os resultados serão consolidados e apresentados no 6º RSAP (agosto/2014), devido ao tempo necessário para o tratamento das informações coletadas em campo. Uma vez iniciado o estudo, a NE compromete-se a repassar os resultados semestralmente, promovendo uma atualização das atividades durante as vistorias do Consultor Independente nos meses intermediários: maio e setembro. A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo. Em relação aos quirópteros, a próxima campanha de campo será realizada na época seca. A consolidação das informações será encaminhada provavelmente no 8º RSAP (início de 2015). A atualização das atividades deste estudo será fornecida ao Consultor Independente durante as vistorias trimestrais de campo. A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo, até o início da primeira etapa operativa do empreendimento.</p> <p>2) <u>Flora</u>: segundo a NE, as evidências de atendimento a esta demanda seriam apresentadas no ato da vistoria de campo. Após a 5ª missão, foi apresentado um documento complementar ao 5º RSAP, no qual a Norte Energia reporta que considera esta demanda em atendimento (atendimento contínuo) e serão apresentadas atualizações sempre que o status se altere.</p> <p>No <b>6º RSAP</b> informa-se que a resposta a esta ação é a mesma dada à Ação 38a, acima. O ANEXO 4.2-1.5 do 6º RSAP apresenta o relatório dos estudos complementares.</p> <p>No <b>7º RSAP</b> a NE informa que tais informações constam nos resumos trimestrais do ANEXO 3-2 do RSAP.</p> <p>Respostas do <b>8º RSAP</b>:</p> <p>1) No próximo RSAP (9º) será apresentada conclusão das análises morfológicas e moleculares indicando a existência e distribuição das novas espécies.</p> <p>3) Idem à resposta da ação anterior, a 38a.</p> <p>Respostas do <b>9º RSAP</b>:</p> <p>1) Quirópteros e Roedores: são apresentados no ANEXO 2.3-2 – FAUNA do 9º RSAP os relatórios finais RT_06_EstudoComp_Nyctnomo ps_10_03_15_BIOTA_RS_LP_RS e</p>	<p><u>Atendido.</u></p> <p><u>Análise 5ª missão:</u></p> <p>1) Em relação à <u>fauna</u>, conforme avaliado na documentação enviada pela NE referente ao andamento dos trabalhos de identificação de espécies de pequenos mamíferos possivelmente novas para a ciência, estão sendo empregados esforços no sentido de capturar indivíduos fora da área de influência do empreendimento, e também envidados esforços no sentido de concluir sua identificação taxonômica. Os resultados vêm sendo consolidados em relatórios técnicos, referentes, respectivamente, aos quirópteros e roedores. Considera-se que este item da ação está <u>Em atendimento.</u></p> <p>2) Em relação à <u>flora</u>, conforme informado do item 38a, foi esclarecido em reunião que todos os materiais coletados na fase do EIA da UHE Belo Monte que foram encontrados na coleção do MPEG correspondem aos 16 materiais já reportados no 4º RSAP. Isso porque existe atualmente um grande número de materiais em espera para serem incorporados na coleção. Quanto à identificação desse material até nível específico, foi informado que a equipe do museu havia comunicado que os mesmos estavam comprometidos, dificultando sua determinação taxonômica. Assim, apesar de não terem sido obtidos os resultados esperados, considera-se que foram envidados esforços para a identificação do material registrado na fase do EIA. As dificuldades para realização da atividade recomendada são conhecidas. Por outro lado, o número de espécies registradas no âmbito do PBA é expressivo e se considera mais relevante focar na identificação completa destes materiais. Essa atividade será tratada nas recomendações 67-6 e 68-2. Assim, considera-se que este item da ação está <u>Atendido.</u></p> <p><u>Análise 6ª missão:</u></p> <p>1) Em relação à fauna, conforme avaliado na documentação enviada pela NE referente ao andamento dos trabalhos de identificação de espécies de pequenos mamíferos possivelmente novas para a ciência, estão sendo empregados esforços no sentido de capturar indivíduos fora da área de influência do empreendimento, e também envidados esforços no sentido de concluir sua identificação taxonômica. Os resultados vêm sendo consolidados em relatórios técnicos, referentes, respectivamente, aos quirópteros e roedores. Considera-se que este item da ação está ainda <u>Em Atendimento.</u></p> <p><u>Análise 7ª missão:</u></p> <p>1) Em relação à fauna, conforme avaliado na documentação enviada pela NE referente ao andamento dos trabalhos de identificação de espécies de pequenos mamíferos possivelmente novas para a ciência, (Relatórios Técnicos</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida 
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida 
 ✓ Não Atendida 
 ✓ Atendimento Contínuo 
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>RT_06_EstudoComp_Roedores_30_03_2015_BIOTA_RS_Rev_03_RS, com as conclusões das atividades de identificação e verificação da distribuição das espécies citadas como novas para a ciência no EIA-RIMA da UHE Belo Monte. A NE considera que os resultados foram conclusivos e elucidativos.</p> <p>3) Embora não tenha ocorrido alteração no número de espécies novas do 6º para 7º Relatório Consolidado, houve avanços com relação a identificação de espécies (ANEXO 2.3-2 – FAUNA do 9º RSAP). No intervalo do 6º para 7º RC, foi descrita a espécie <i>Spatularicaria</i> sp. que foi publicada como <i>Spatularicaria taira</i> no periódico científico COPEIA. <i>Spectracanthicus</i> sp. cinza foi reidentificada como <i>Spectracanthicus</i> cf. <i>immaculatus</i>. <i>Potamotrygon</i> sp. foi retirada da lista de espécies novas por haver muitas incertezas com relação a sua identificação. Dessa maneira, estas três espécies foram retiradas do quadro de “novas espécies” apresentado no 7º RC. Entretanto, também no intervalo do 6º para 7º RC, três novas espécies foram identificadas e inseridas no quadro de espécies novas, <i>Baryancistrus</i> aff. <i>niveatus</i>, <i>Otocinclus</i> sp. e <i>Peckoltia</i> aff. <i>cavatica</i>. Dessa maneira, o número de espécies novas manteve-se em 27 no 7º RC. Após a elaboração do 7º RC, mais uma espécie foi descrita, <i>Pseudancistrus asurini</i>.</p>	<p>RT_No04_EstudoComp_Roedores_14_10_14_BIOTA e o RT_04_EstudoComp_Nyctinomops_10_10_14_BIOTA) estão sendo empregados esforços no sentido de capturar indivíduos fora da área de influência do empreendimento, e também envidados esforços no sentido de concluir sua identificação taxonômica, através de técnicas citogenéticas, moleculares, comparações morfológicas e morfométricas. Os resultados vêm sendo consolidados em relatórios técnicos, referentes, respectivamente, aos quirópteros e roedores. Considera-se que este item da ação está <u>Em atendimento</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, no 7º RSAP a NE informou que estão sendo preparados manuscritos referentes à descrição de novas espécies de peixes. Durante a semana de inspeção não foi possível observar os avanços na identificação das espécies novas. Nesta fase, considera-se esta parte da ação <u>Em Atendimento</u>, estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> 1) Em relação à fauna, conforme avaliado na documentação enviada pela NE referente ao andamento dos trabalhos de identificação de espécies de pequenos mamíferos possivelmente novas para a ciência, as atividades reportadas referem-se à finalização das análises morfológicas e moleculares que permitem a identificação das três novas espécies de roedores, e as análises morfológicas e comparação com exemplares depositados em coleções científicas que indicam tratar-se de uma nova espécie de quirópteros do gênero <i>Nyctinomops</i>. Os táxons foram identificados, ou como espécies novas com ampla ou como espécies já conhecidas para a ciência, representando expansões consideráveis de sua área de distribuição. Os resultados das análises apresentadas, precisam ainda ser consolidados em relatórios finais, tanto para quirópteros quanto para roedores. No entanto, os esforços empregados e resultados obtidos asseguram que não haverá extinção de espécies de pequenos mamíferos endêmicas ou novas para a ciência relacionadas à implantação do na área do empreendimento. Considera-se que este item da ação está <u>Em atendimento</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, o Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA, de fevereiro de 2015, apresenta uma Tabela com as 27 espécies novas para a ciência, o nome do pesquisador responsável e a situação da identificação. Além disso, são apresentadas 24 fichas das espécies novas, com informações sobre a distribuição e o habitat. Os esforços empregados para a identificação são reconhecidos, mas não houve avanços em relação ao 6º relatório.</p> <p>Considera-se esta parte da ação <u>Em Atendimento</u>, pois as ações estão sendo evidenciadas, mas devem prosseguir.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p><b>Análise 9ª missão:</b></p> <p>1) Em relação à <u>fauna</u>, conforme avaliado na documentação enviada pela NE referente ao andamento dos trabalhos de identificação de espécies de pequenos mamíferos possivelmente novas para a ciência, foram apresentados os relatórios finais de identificação e determinação da distribuição das novas espécies de quiróptero e roedores coletados durante o EIA. Os táxons foram identificados, ou como espécies novas com ampla ou como espécies já conhecidas para a ciência, representando expansões consideráveis de sua área de distribuição. Os resultados das análises apresentadas foram consolidados em relatórios finais, tanto para quirópteros quanto para roedores. Os resultados apresentados demonstram que não haverá extinção de espécies de pequenos mamíferos endêmicas ou novas para a ciência relacionadas à implantação do na área do empreendimento. Considera-se que este item da ação está <u>Atendido</u>.</p> <p>3) Em relação à <u>ictiofauna</u>, a NE informou que até o momento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 26 espécies são novas para ciência. Destas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 8 espécies estão sem especialista associado ao processo de descrição</li> <li>- 7 espécies estão no estágio final de redação para publicação</li> <li>- 5 espécies estão no estágio de levantamento de informações</li> <li>- 2 espécies têm os dados morfológicos sendo colhidos</li> <li>- 1 espécie tem o manuscrito já submetido para publicação</li> <li>- 1 espécie, que já foi identificada, tem o manuscrito já na fase de correção</li> <li>- 1 espécie já foi estudada na dissertação de mestrado</li> </ul> </li> </ul> <p>Considera-se que este item da ação está ainda <u>Em Atendimento</u>.</p>			
Aspectos da Linha Base Biológica / Confirmação de área de vida de espécies novas	<b>Ação 39a</b> - Realizar amostragens e estudos complementares fora da ADA visando a determinar a presença e área de distribuição das espécies possivelmente novas para a ciência dos roedores pertencentes aos gêneros <i>Oecomys</i> e <i>Neacomys</i> , e do quiróptero <i>Nyctinomops</i> sp.	6 meses após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar metodologia a ser utilizada nas amostragens e estudos complementares.	<p>No prazo definido foi encaminhado o <b>RT_006-2013-PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b>, onde se informa que o encaminhamento ao consultor socioambiental, em 05/06/2013, como demanda de documentos complementares solicitados após a vistoria de maio de 2013, das seguintes Notas Técnicas sobre Roedores e Quirópteros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e</li> <li>• NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador.</li> </ul> <p>O 2º RSAP não traz informações sobre o atendimento a esta ação.</p>	<p><u>Em atendimento.</u></p> <p>O consultor socioambiental avaliou as Notas Técnicas sobre a identificação de possíveis espécies novas de pequenos mamíferos encaminhadas (NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador), e sugeriu algumas adequações metodológicas. A necessidade de tais adequações foi novamente colocada durante a 2ª Missão. Nas reuniões realizadas nesta mesma oportunidade, a NE apresentou evidências de que está implementando os projetos propostos nas Notas Técnicas elaboradas, que deverão resultar na identificação e determinação das áreas de distribuição das espécies de roedores dos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, e da</p>	✓		

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>Segundo informado pela NE no 3º RSAP, as evidências de andamento serão apresentadas em novembro na 3ª missão. E os resultados serão consolidados semestralmente e encaminhados ao IBAMA e posteriormente à JGP.</p> <p><b>4º RSAP:</b> idem resposta à Ação 38a, acima.</p> <p>No 5º RSAP a NE informa que estão em andamento as atividades de laboratório para identificação taxonômica. Novas informações sobre o assunto serão apresentadas na próxima vistoria trimestral.</p> <p>A NE compromete-se a repassar os resultados semestralmente, promovendo uma atualização das atividades durante as vistorias do Consultor Independente nos meses intermediários: maio e setembro.</p> <p>A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo.</p> <p>O 6º RSAP informa que a resposta a esta ação é a mesma dada à Ação 38a, acima. O ANEXO 4.2-1.5 do 6º RSAP apresenta o relatório dos estudos complementares.</p> <p>No 7º RSAP a NE informa que tais informações constam nos resumos trimestrais do ANEXO 3-2 do RSAP.</p> <p>No 8º RSAP informa-se que esta resposta é a mesma dada para a Ação 38.</p> <p>Segundo a NE, as atividades foram concluídas com elucidação das dúvidas taxonômicas quanto à identificação destas espécies (vide Relatórios Técnicos dos respectivos Estudos Complementares no ANEXO 2.3-2 – FAUNA do 9º RSAP).</p>	<p>espécie de <i>Nyctinomops</i>.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u> Foram apresentadas as NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador contendo algumas das modificações sugeridas pelo consultor socioambiental. Os documentos foram avaliados e sugeriu-se ainda algumas modificações, que deverão ser incorporadas ao documento e apresentadas no próximo RSAP. Nas reuniões realizadas nesta mesma oportunidade, a NE apresentou evidências de que está implementando os projetos propostos nas Notas Técnicas elaboradas, que deverão resultar na identificação e determinação das áreas de distribuição das espécies de roedores dos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, e da espécie de <i>Nyctinomops</i>.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento.</u></p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento.</u></p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento.</u></p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento.</u></p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento.</u></p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> Idem às respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se este item da Ação <u>Atendido.</u></p>			
	<b>Ação 39b</b> - Apresentar relatório com os resultados das amostragens e estudos complementares.	1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Relatório com os resultados das amostragens e estudos complementares.	No pacote de entrega referente a 1 ano após a assinatura do contrato ( <i>Relatório de Atendimento ao Plano de Ação dos Princípios do Equador – demanda para 1 ano após a assinatura do contrato</i> ) a NE informou que esta demanda está sendo atendida, mas não será informada no 5º RC do IBAMA, pois é um estudo complementar que veio mediante solicitação da consultoria independente. Vale esclarecer que o IBAMA tem conhecimento sobre	<b>Análise 4ª missão:</b> <u>Em Atendimento.</u> Foram apresentadas as Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTa e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA com as modificações sugeridas por esta auditoria, e os relatórios referentes às atividades realizadas até o momento.	✓		

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>este estudo e tem acompanhado as ações mediante suas vistorias. No entanto, para o 5º RC os resultados ainda serão muito preliminares e a NE não vê oportuno apresentá-los, preferindo encaminhar os resultados mais consolidados dos estudos num futuro próximo, visando à integração dos mesmos com os demais programas do PBA.</p> <p>As NTs com as adequações solicitadas durante a 4ª missão serão encaminhadas no 4º RSAP conforme orientado pela Consultoria independente.</p> <p>Para pequenos mamíferos das Ordens Rodentia e Chiroptera, no 4º RSAP foram apresentados relatórios de andamento das atividades, que visam à identificação taxonômica e determinação da distribuição geográfica das espécies com possibilidade de serem novas para a ciência. Os relatórios evidenciam que foram realizadas atividades voltadas para a localização de espécimes fora da área de influência do empreendimento, e ainda que os exemplares capturados estão sendo utilizados em análises que visam à determinação de sua identidade taxonômica. Os relatórios para ambos os grupos mostram que ainda não foi possível identificar corretamente as espécies, mas as atividades se encontram em andamento.</p> <p>Segundo o 5º RSAP, a NE compromete-se a repassar os resultados semestralmente, promovendo uma atualização das atividades durante as vistorias do Consultor Independente nos meses intermediários: maio e setembro.</p> <p>A NE sugere que o status de atendimento desta demanda possa ser contínuo.</p> <p>O 6º RSAP informa que a resposta a esta ação é a mesma dada à Ação 38a, acima. O ANEXO 4.2-1.5 do 6º RSAP apresenta o relatório dos estudos complementares.</p> <p>No 7º RSAP a NE informa que tais informações constam nos resumos trimestrais do ANEXO 3-2 do RSAP.</p> <p>No 8º RSAP informa-se que esta resposta é a mesma dada para as Ações 38a e 38b e 39a.</p> <p>No 9º RSAP informa-se que esta resposta é a mesma dada para a Ação 39a.</p>	<p><b>Análise 5ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> Idem respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> Idem às respostas das partes de fauna das Ações 38a e 38b acima. Considera-se este item da Ação <u>Atendido</u>.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✗ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Programas de Mitigação e Gestão / Gestão da Pegada em Áreas de Afetação de Habitats Naturais	<b>Ação 40:</b> Apresentar um plano de gestão para os fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASVs das áreas de apoio e obras principais, e que, no entanto, não serão suprimidos. Este plano deverá conter procedimentos para minimizar os impactos sobre estes remanescentes durante as atividades de obra e medidas para a sua proteção após o término da construção.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar plano de gestão.	<p>No <b>RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b> a NE informou que este plano de gestão estava em estruturação e seria apresentado no 1º RSAP (abril/2013).</p> <p>É apresentado no ANEXO 2.3-1 do <b>1º RSAP</b> (RT_004-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00) o PS NES GABM SGA 007/2013 - PLANO DE GESTÃO DE FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO, com o plano de gestão para os fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASVs das áreas de apoio e obras principais, e que, no entanto, não serão suprimidos. Estabelece ainda os procedimentos para minimizar os impactos sobre estes remanescentes durante as atividades de obra e medidas para a sua proteção após o término da construção.</p> <p>Este procedimento é apresentado em versão inicial, a qual será detalhada conforme o avanço das atividades com a gerência responsável. Assim como outros, este PS proporciona a integração entre diversas atividades de diferentes.</p> <p>A NE informa, no <b>2º RSAP</b>, que as recomendações estão registradas e que está em processo de revisão do referido PS. O documento será apresentado em versão final antes da emissão do próximo RSAP.</p> <p>Segundo informado no <b>3º RSAP</b>, após uma reflexão da equipe da NE a respeito do que foi solicitado com relação ao 'Plano de Gestão de Fragmentos', verificou-se que o Plano apresentado não atende ao solicitado pela JGP, uma vez que os projetos do PBA e sua estruturação e inter-relação já contemplaria ações de afetas aos fragmentos florestais da região diretamente afetada pelo empreendimento.</p> <p>Desta forma, a NE sugeriu a realização de uma reunião específica junto ao consultor independente que solicitou tal plano durante a 3ª missão em novembro/13 para esclarecer o que está sendo feito em relação à gestão da pegada em áreas de habitats naturais e qual o entendimento da empresa para atender ao solicitado.</p> <p>O <b>4º RSAP</b> informa que este item será abordado junto à Consultoria Independente na ocasião da vistoria de campo (fevereiro de 2014).</p> <p>Segundo o <b>5º RSAP</b>, a BIOCEV está aguardando o recebimento do mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo, da Norte Energia, para realização do mapeamento com todos os pontos dos fragmentos florestais para inserção no seu SIG-BIO. De toda forma, já está trabalhando na identificação de pontos de controle para acompanhamento conforme apresentado no item 5.2 do 5º RSAP.</p> <p>Demais evidências de atendimento a esta demanda serão</p>	<p><b>Análise 1ª missão:</b> Foi apresentada pelo cliente uma versão preliminar do plano de gestão dos fragmentos, o qual lista as atividades a serem desenvolvidas e, no entanto, não contém um plano de execução e um cronograma físico. Desta forma, considera-se que a ação está ainda <u>em atendimento</u>. Este plano de gestão dos fragmentos deverá conter ações para dois momentos: durante a execução das atividades de obra e após o término da construção. As atividades propostas no plano preliminar contemplam principalmente a segunda parte. Como é informado no documento preliminar apresentado pelo cliente, algumas atividades que atendem ao seu objetivo já estão em andamento, como no âmbito do <i>Projeto de Desmatamento</i> e do PRAD. Devem ser previstas medidas para garantir a prevenção e a correção de processos erosivos nos remanescentes florestais, bem como que não sejam realizadas intervenções indevidas nestes fragmentos, como deposição de materiais provenientes das frentes de supressão. É também urgente que sejam definidas ações para garantir a proteção dos fragmentos remanescentes nas áreas onde a supressão está prestes a ser iniciada. A versão preliminar do plano de gestão dos fragmentos informa que se pretende fazer dele um instrumento de integração das ações empreendidas pela NESA nos diferentes projetos do PBA que possuem interface com o tema. Esse aproveitamento das atividades já em curso e sua integração é altamente desejável, visando maximizar os resultados dos esforços previstos para a minimização dos impactos, bem como a sua compensação. Neste sentido, recomenda-se priorizar a otimização ou complementação de ações já previstas por outros programas.</p> <p><b>Análise 2ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u> Na vistoria realizada em setembro de 2013, ainda foram observadas não conformidades nas áreas das obras civis que deveriam ser evitadas com a implantação do plano de gestão dos fragmentos. Verificou-se que áreas com vegetação nativa foram afetadas desnecessariamente pelas obras, principalmente na Vila dos Trabalhadores (ver <b>Registro Fotográfico do PCAI, no Anexo 3</b>. Com as obras civis já em fase avançada, o atraso na implantação do plano comprometeu a minimização do impacto sobre os fragmentos remanescentes pretendida até o momento. No entanto, este plano é ainda necessário para as futuras fases das obras civis e para após o seu término.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u> Não foi realizada uma reunião específica durante a 3ª missão como proposto pela Norte Energia no 3º RSAP. Diferentemente, o assunto foi discutido em reuniões independentes com diferentes membros da equipe da NE e do CCBM.</p>	✓	10º RSAP  Ao final das obras	Apresentar resultado do monitoramento realizado nos pontos fixos de controle e nos pontos aleatórios.  Quantitativo da área de vegetação cuja supressão foi evitada por meio desse procedimento.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>apresentadas no ato da vistoria de campo.</p> <p>Segundo o <b>6º RSAP</b>, a BIOCEV informa que está, juntamente com a NE, finalizando os dados de cobertura vegetal e uso do solo para inclusão dessas áreas no seu banco de dados de pontos de controle. No entanto informa que vem trabalhando neste mapeamento dos fragmentos florestais com o imageamento de RADAR repassado pela NE. Comunica ainda que possui arquivo <i>shapefile</i> com os pontos de controle para supervisão ambiental.</p> <p>A NE esclarece no <b>7º RSAP</b> que as informações sobre as ações de atendimento a esta demanda serão apresentadas na próxima missão.</p> <p>No <b>8º RSAP</b> informa-se que o atendimento a esta Ação será discutido durante a próxima missão e informações necessárias serão apresentadas.</p> <p>No <b>9º RSAP</b> informa-se que os fragmentos de vegetação fazem parte da rotina de inspeção pela BIOCEV desde 2014. Poderá ser observado na vistoria de campo o mapa dos pontos de controle de inspeção. Sugere-se levantar a questão com a equipe de MA da OP, em reunião, durante a própria vistoria.</p>	<p>A consultoria independente entende que, devido à situação avançada das obras, a elaboração do plano de gestão sugerido e a sua efetiva aplicação, não seriam mais a melhor alternativa para contornar os problemas que motivaram essa recomendação.</p> <p>Como informado anteriormente, foi observado, nas vistorias anteriores, que fragmentos de vegetação nas áreas das obras foram impactados desnecessariamente pelas atividades de construção (ex. usados como depósito de entulho) ou que sua manutenção não estava sendo observada (ex. a ocorrência de processos erosivos).</p> <p>Durante a 3ª missão de monitoramento, a consultoria independente conversou com o CCBM sobre esses acontecimentos e sugeriu que o consórcio relatasse em um documento as medidas que foram e são aplicadas para evitar a intervenção e para promover a conservação de fragmentos de vegetação na área do empreendimento, visando a atender a essa recomendação, em substituição ao plano de gestão originalmente requerido.</p> <p>Ainda, para atender a essa recomendação, solicita-se a inclusão, no âmbito da <b>ação 24b</b> deste Plano de Ação, dos fragmentos de vegetação que não serão afetados pelas atividades de construção do empreendimento como pontos de controle a serem verificados em campo pela BIOCEV nas suas atividades de supervisão da OP.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> <u>Parcialmente Atendida.</u> Conforme disposto na análise da Ação 24b, a NE e a Biocev estão desenvolvendo um SIG, no qual estão sendo cadastrados os pontos da OP que são/devem ser objeto de supervisão ambiental. Conforme recomendado na missão anterior, a NE deve evidenciar que, entre os pontos de controle inseridos no SIG, estejam contemplados os fragmentos remanescentes nos sítios construtivos. Dessa forma, a Biocev poderá acompanhar o estado de conservação dos fragmentos através de suas vistorias semanais nos sítios construtivos.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u> Na vistoria de campo realizada, não foram apresentadas as demais evidências de atendimento mencionadas. Será aguardado o recebimento do mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo da Norte Energia para a determinação dos pontos de controle.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u> Na vistoria de campo realizada, não foram apresentadas as demais evidências de atendimento mencionadas. O mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo da Norte Energia e os pontos de controle deverão ser apresentados no próximo RSAP.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p><b>Análise 7ª missão:</b>  <u>Não atendida</u>                      Na vistoria de campo realizada, não foram apresentadas as demais evidências de atendimento mencionadas. O mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo da Norte Energia e os pontos de controle deverão ser apresentados no próximo RSAP.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b>  <u>Em Atendimento</u>                      Na vistoria de campo, foi informado que o monitoramento ambiental está sendo realizado nos fragmentos delimitados na área dos canteiros. Foi enviado, após a vistoria, um mapa com a localização dos fragmentos florestais dentro da poligonal da LI. No entanto, é ainda necessário esclarecer onde estão os pontos de controle dos remanescentes e quais parâmetros estão sendo monitorados.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b>                      Em reunião, a Norte Energia e Biocev apresentaram o mapeamento dos remanescentes florestais dentro da poligonal da LI, o qual foi elaborado em abril de 2014. Foi informado que a Biocev tem realizado um monitoramento em pontos fixos de controle no âmbito do PCAI, e que tem realizado também um monitoramento em pontos aleatórios, que consiste em um controle visual de sinais de erosão, deposição de entulho, invasão aos limites das ASVs. Foi relatado que esse mapeamento tem sido considerado pela Norte Energia para o desbloqueio dos projetos no âmbito das obras civis (p.ex. bota-fora), visando à sugestão de alterações para evitar a intervenção em remanescentes de vegetação. Por fim, informou-se que se pretende calcular, ao final das obras, a área de vegetação cuja supressão foi evitada por meio desse procedimento.                      Esta ação será considerada a partir desta missão como de <u>Atendimento Contínuo</u>, devendo constar no Quadro 7.0.a a partir do próximo relatório.</p>			
	<b>Ação 45:</b> Cumprir todas as recomendações estabelecidas na <b>Seção 13.2</b> do Relatório de Avaliação Socioambiental – <i>Due Diligence</i> no prazo.			<p>No <b>1º RSAP</b> não foi apresentado o atendimento às ações da <b>Seção 13.2</b>.</p> <p>Apenas em relação às recomendações específicas às obras foram apresentadas evidências de atendimento no REL-CCBM-QMSSRS 082/2012, encaminhado no Anexo V, item A, do <b>RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b> (ver resposta à Ação 26b).</p> <p>O <b>2º RSAP</b> passou a incluir a Seção 6.2 (e seus anexos), onde se evidencia o atendimento às recomendações do Consultor Independente encaminhadas em missões anteriores (<i>Due Diligence</i> e 1º Relatório de Monitoramento da UHE Belo Monte).</p> <p>A NE informa que o capítulo 6 do <b>3º RSAP</b>, e respectivos anexos, apresentam as respostas às recomendações relacionadas ao CCBM.</p>	<p><b>Análise 1ª missão:</b>                      Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>.                      A situação do atendimento às recomendações do consultor socioambiental independente que estão fora do Plano de Ação deve ser reportada em item específico do RSAP. No 1º RSAP enviado isso não foi observado.</p> <p>Para controle do atendimento às recomendações fora do Plano de Ação (inicialmente aquelas estabelecidas na <b>Seção 13.2</b> da <i>Due Diligence</i> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012) foi elaborado o Quadro 8.0.a, apresentado no <b>Anexo 10</b> deste Relatório de Monitoramento. A avaliação do atendimento foi feita, nesta primeira ocasião, por meio da verificação de documentos, e de informações obtidas nas reuniões e vistorias de campo.</p> <p>O Quadro 8.0.a será constantemente alimentado com as recomendações estabelecidas em cada missão de monitoramento, sendo excluídas aquelas já atendidas.</p>	✓	10º RSAP	Para encerramento desta Ação, evidenciar o atendimento às recomendações 26; 58; 64; 79; 81; 82; e 104 do Quadro 8.0.a.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✗ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>O capítulo 3.1 do 4º RSAP e o ANEXO 4.2-2 - Recomendações apresentam as evidências de atendimento do CCBM às recomendações.</p> <p>A NE requer a verificação das respostas às recomendações indicadas no Quadro 8.0.a do 5º RSAP.</p> <p>As respostas às recomendações constam no 6º RSAP e foram analisadas no âmbito do Quadro 8.0.a.</p> <p>As respostas às recomendações constam no 7º RSAP e foram analisadas no âmbito do Quadro 8.0.a.</p> <p>No 8º RSAP informa-se que o atendimento a esta demanda consta no seu ANEXO 4.2-2 - respostas da NE às recomendações estabelecidas pelo Consultor Independente.</p> <p>No 9º RSAP informa-se que as evidências estão em outros itens apresentados neste RSAP.</p>	<p><b>Análise 2ª missão:</b> Ação <u>em atendimento</u> (contínua).</p> <p>Conforme já discutido na Ação 26b, com a inclusão da Seção 6.2 no 2º RSAP é possível verificar a gestão da NE sobre o atendimento às recomendações estabelecidas pelo consultor independente em missões anteriores.</p> <p>No entanto, conforme se verifica no Anexo 6.2-1 (texto e planilha) do RSAP e se evidenciou em campo na missão de setembro/13, a NE ainda encontra uma grande dificuldade em obter do CCBM as evidências de atendimento às recomendações que são de sua responsabilidade, para serem incorporadas no RSAP.</p> <p>Recomenda-se que a NE procure estabelecer uma sistemática com o CCBM, para entrega das demandas do consórcio o mais breve possível, de forma que o mesmo se organize na produção de evidências em tempo para inclusão nos RSAP.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b> Nesta 3ª missão se verificou uma maior troca de informações entre a NE e o CCBM no que diz respeito às recomendações relacionadas às OP feitas pela consultoria independente. O atendimento do CCBM a várias recomendações de missões anteriores foi reportado pela NE no 3º RSAP. Apenas para as recomendações da 2ª missão, referentes ao período entre julho e setembro de 2013, não foram evidenciadas as respostas no 3º RSAP, informando este, no entanto, que as evidências seriam apresentadas pelo CCBM durante a semana de auditoria, o que não ocorreu. Foram consideradas atendidas apenas algumas poucas recomendações da 2ª missão, cujas evidências foram obtidas em campo, durante as inspeções do consultor independente.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> As evidências de atendimento às recomendações de responsabilidade do CCBM estão sendo encaminhadas no RSAP, e evidências verificadas em campo também estão permitindo fechar outras recomendações em aberto. Como a análise desta ação foi se esta Ação pedia que fossem atendidas as recomendações da <b>Seção 13.2</b> da <i>Due Diligence</i>, e há várias recomendações da <i>Due Diligence</i> estão ainda em aberto, esta ação permanecerá com status de <u>Em Atendimento</u>, e não contínuo, porque o texto original da Ação previa que o atendimento ocorresse no prazo.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> <u>Em Atendimento</u>. Nessa missão foram atendidas as recomendações 30, 99 e 151, que foram estabelecidas ainda na fase de <i>Due Diligence</i>. Dessa fase ainda faltam algumas recomendações</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.a**

**Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 9º Monitoramento Socioambiental Independente (junho de 2015)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>para serem atendidas.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> <u>Em Atendimento.</u> As recomendações 26; 57; 58; 59; 64; 75; 76; 77; 78; 79; 81; 82; 104; e 136 do Quadro 8.0.a, de cujo atendimento depende o encerramento desta Ação, foram consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas no período.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> <u>Em Atendimento.</u> As recomendações 26; 57; 58; 59; 64; 75; 76; 77; 78; 79; 81; 82; 104; e 136 do Quadro 8.0.a, de cujo atendimento depende o encerramento desta Ação, foram novamente consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas no período.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> <u>Em Atendimento.</u> Das recomendações do Quadro 8.0.a vinculadas a esta Ação, listadas no trimestre passado, foram consideradas atendidas duas nesta missão, a 57 e a 136.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> <u>Em Atendimento.</u> Das recomendações do Quadro 8.0.a vinculadas a esta Ação, listadas no trimestre passado, uma foi considerada atendida nesta missão, a 59. Além desta, as recomendações 75 a 78 foram eliminadas, pois seu conteúdo está sendo acompanhado na Ação 38b do Plano de Ação (Quadro 7.0.a). As demais continuam em atendimento ou não atendidas.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
<b>Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 01</b>								
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Sistema de Gestão Integrada de Programas Ambientais	<b>Ação 6:</b> Apresentar o Plano de Ação de Emergência solicitado pelo IBAMA no Parecer Técnico 143/2011, referente ao atraso na implementação das ações antecipatórias (condicionante 2.11 da LP).	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar o Plano de Ação de Emergência	<p>No <b>RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b> a NE informa que considera que os atrasos na implementação das ações antecipatórias tiveram, no decorrer do processo, ajustes de cronograma tratados com o IBAMA. A partir da emissão do PT 143/2011 foram elaborados diferentes documentos e revisões dos programas socioeconômicos, incluindo as ações antecipatórias nas áreas de educação, saúde e saneamento. Os resultados e status são reportados nos relatórios de atendimento às condicionantes do IBAMA. Informou que no <b>1º RSAP</b> seriam destacadas estas atividades, cujos resultados vêm sendo acompanhados de perto pelo IBAMA. No 1º RSAP, a situação reportada em relação às obras do entorno foi consolidada na Seção 4.1.2 do Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p> <p>Assim como no relatório periódico anterior, o <b>2º RSAP</b> também apresenta o status de andamento das obras do entorno (ver <b>Seção 4.1.2</b> deste Relatório). A NE ressalta ainda que as obras de saneamento, entre outras, estão entre os pacotes de trabalho definidos na gestão com acurácia, devido às datas estabelecidas para a operação da UHE Belo Monte.</p> <p>Em relação ao primeiro item a NE informa, no <b>3º RSAP</b>, que a análise do IBAMA em relação aos prazos tem sido emitida por meio dos pareceres dos Relatórios Consolidados. Nenhum documento foi recebido no período.</p> <p>Informa também que o status de andamento das obras é apresentado no item 4 do 3º RSAP, e que, em relação à demanda relacionada à análise de suficiência dos equipamentos de saúde e educação, esta seria abordada pela SSE em reunião durante a semana de vistoria de 04 a 08 de novembro/11.</p> <p>O Capítulo 2 do <b>4º RSAP</b> e o 5º RC do IBAMA apresentam as informações sobre as obras de saneamento, educação e saúde. O ANEXO 4.2-1 deste RSAP (ação 6) apresenta os relatórios mensais de andamento das obras de saneamento encaminhado ao Ibama no período.</p> <p>Em relação à avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de educação, o ANEXO 4.2-1 – ação 6, mostra um resumo da análise de suficiência e respectivas justificativas realizadas para as ações da NE inerentes ao tema.</p> <p>Segundo a NE, as evidências de atendimento a esta Ação estão apresentadas no item 4 do <b>5º RSAP</b>.</p> <p>A tabela do <b>6º RSAP</b> com respostas às ações do Plano de Ação não indica a Seção do RSAP onde consta a resposta a esta Ação.</p>	<p><b>Análise 1ª missão:</b>  <u>Em relação às obras em Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u>                      Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>.                      Estação de Tratamento de Água – ETA e Tratamento de Esgoto ETE - <u>em atendimento</u>                      Aterro Sanitário – <u>em atendimento</u>, com 18 meses <u>de atraso</u> – solicitada prorrogação.                      Remediação do Lixão – <u>em atendimento</u>.                      Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>.                      Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada.                      Saúde - <u>em atendimento</u>.  <u>Em relação às obras em Anapu:</u>                      Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada.                      Saúde - <u>em atendimento</u>.  <u>Em relação às obras em Brasil Novo:</u>                      Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada.                      Saúde - <u>em atendimento</u>.  <u>Em relação às obras em Senador Porfírio:</u>                      Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada.                      Saúde - obras concluídas. <u>Atendida</u>.  <u>Em relação às obras em Pacajá</u>                      Saúde - obra concluída. <u>Atendida</u>.</p> <p><b>Análise 2ª missão:</b>  <u>Obras em Altamira e Vitória do Xingu:</u>                      Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>.                      Aterro Sanitário – <u>em atendimento com análise do projeto pela prefeitura</u>                      Remediação do Lixão – <u>em atendimento</u>.                      Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>.                      Educação – <u>em atendimento</u>.                      Saúde - <u>em atendimento</u>. Não foi evidenciada análise de suficiência solicitada pelo IBAMA.  <u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u>                      Abastecimento de Água - <u>em atendimento</u>                      Aterros Sanitários - <u>em atendimento, com atraso</u>                      Drenagem Urbana - <u>em atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b>  <u>Obras em Altamira e Vitória do Xingu:</u>                      Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>.                      Aterro Sanitário – <u>em atendimento com análise do projeto pela prefeitura</u>                      Remediação do Lixão – concluído.                      Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>.                      Educação – <u>em atendimento</u>.                      Saúde - <u>em atendimento</u>.                      Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</p>	✓	Próximos RSAP	Continuar a incluir o status das obras nos RSAP.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ! ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

## Quadro 7.0.c

## Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>O 7º RSAP não dá resposta a esta ação.</p> <p>A NE informa que o status das obras / condicionantes em pauta é apresentado no Capítulo 2 do 8º RSAP e respectivos anexos (Anexo 2.2-1 – relatórios PRU encaminhados ao Ibama em outubro, novembro e dezembro/2014), além das informações constantes dos pacotes de trabalho pertinentes veiculados pelo RC encaminhado ao Ibama em fev/2015 (acompanha o 8º RSAP).</p> <p>Maiores detalhes e status das obras constam do “Texto das Obras do Entorno” – ITEM 4.2 do 9º RSAP, e dos Relatórios mensais do Plano de Requalificação Urbana (PRU), anexos do referido texto (CE 014/2015; CE 041/2015-DS e CE 070/2015-DS).</p>	<p>Abastecimento de Água - <u>em atendimento</u> Aterros Sanitários - <u>em atendimento</u>, Drenagem Urbana - <u>em atendimento</u>.</p> <p>Em relação à parte da recomendação referente à apresentação de justificativa ou aceite do IBAMA para a não apresentação da avaliação de suficiência dos equipamentos de saúde, ver resposta à ação 29b, adiante.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> <u>Obras em Altamira</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>. Aterro Sanitário – <u>Em Atendimento</u>. Remediação do Lixão – concluído (iniciadas junto à municipalidade as atividades de treinamento para a entrega e operação das obras dos sistemas implantados). Drenagem Urbana – <u>Em Atendimento</u>. Educação – <u>Em Atendimento</u>. Saúde - <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><u>Obras em Vitória do Xingu:</u> Abastecimento de Água – <u>Em Atendimento</u>. Esgotamento Sanitário - <u>Em Atendimento</u>. Aterro Sanitário – <u>Em Atendimento</u>. Drenagem Urbana – <u>Concluído</u>.</p> <p><u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u> Abastecimento de Água – <u>Em Atendimento</u>. Esgotamento Sanitário - <u>Concluído</u>. Aterros Sanitários – <u>Em Atendimento</u>. Drenagem Urbana - <u>Concluídas</u>. Aterro Sanitário Belo Monte – prefeitura de Vitória do Xingu solicitou permuta por maquinário, aceite pelo IBAMA. Aterro Sanitário Belo Monte do Pontal – Prefeito aguarda confirmação de pleito junto ao Governo Federal de um incinerador.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> <u>Obras em Altamira</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>. Aterro Sanitário – <u>Atendido, em funcionamento</u>. Remediação do Lixão – está concluído, porém em função das fortes chuvas, constatou-se uma erosão localizada que, a pedido da municipalidade, será estabilizada antes da entrega formal à prefeitura em breve. Drenagem Urbana – <u>Em Atendimento</u>. Educação – <u>Em Atendimento</u>. Saúde - <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><u>Obras em Vitória do Xingu:</u> Abastecimento de Água – A NE recebeu somente</p>			

## Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
 Não Atendida
 Atendimento Contínuo
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>em março de 2014 um pedido da Prefeitura para complementação de rede de abastecimento implementada pela FUNASA. Está em análise para avaliação do <u>atendimento</u>.</p> <p>Esgotamento Sanitário - <u>Em Atendimento</u>. Três das cinco ETEs já foram concluídas.</p> <p>Aterro Sanitário –</p> <p>Drenagem Urbana – <u>Concluído</u>.</p> <p><u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u></p> <p>Abastecimento de Água – <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>Esgotamento Sanitário - <u>Concluído</u>.</p> <p>Aterros Sanitários – <u>Em Atendimento</u>. Belo Monte utilizará o aterro de Vitória do Xingu, recebendo maquinário da NE já adquirido. Belo Monte do Pontal está utilizando aterro do canteiro até finalizar negociações entre Anapu e NE para solução definitiva.</p> <p>Drenagem Urbana - <u>Concluídas</u>.</p> <p><u>Análise 6ª missão:</u></p> <p><u>Obras em Altamira</u></p> <p>Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>Em atendimento</u>. ETE prevista conclusão do primeiro módulo em julho/2014 – <u>Em atendimento</u>.</p> <p>Aterro Sanitário – Atendido, em funcionamento.</p> <p>Orientações aos técnicos da prefeitura municipal em relação à correta operação da célula dois do aterro.</p> <p>Remediação do Lixão – Foram realizadas junto à municipalidade as capacitações para operacionalização da Estação de Tratamento de Lixiviados – ETL, assim como para o monitoramento dos poços instalados na área da remediação do lixão - <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>Drenagem Urbana – <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>Educação – Concluída uma nova escola e uma reforma e ampliação para ensino fundamental. Concluída uma para educação infantil – Total de 118 salas de aula desde o início da obra - <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>Saúde - <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><u>Obras em Vitória do Xingu:</u></p> <p>Abastecimento de Água – NE encaminhou à Prefeitura estudo: “Recuperação da Rede e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água”, com informações técnicas sobre a melhoria de ampliação e reparos a serem realizados na rede de distribuição de água – Obras iniciadas. <u>Em atendimento</u>.</p> <p>Esgotamento Sanitário - Três das cinco ETEs já foram concluídas e estão em funcionamento. <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>Aterro Sanitário – Obra concluída. Está em operação desde março/2013 e a NE apoia o município na sua operacionalização. <u>Em</u></p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>Atendimento.</p> <p>Drenagem Urbana – <u>Concluído</u>.</p> <p>Educação – Concluídas duas salas de aula para EMEF. Total de 32 salas de aula desde o início da obra - <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u></p> <p>Abastecimento de Água – Em implantação o projeto de captação superficial de água. Iniciada a construção das ETA. <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>Esgotamento Sanitário - <u>Concluído</u>.</p> <p>Aterros Sanitários – <u>Em Atendimento</u>. Belo Monte utilizará o aterro de Vitória do Xingu, recebendo maquinário da NE já adquirido. Belo Monte do Pontal está utilizando aterro do canteiro até finalizar negociações entre Anapu e NE para solução definitiva.</p> <p>Drenagem Urbana - <u>Concluídas. Atendida</u>.</p> <p>Pavimentação em Belo Monte – <u>Concluídas. Atendida</u>.</p> <p>Retomadas as obras de melhoria na pavimentação em Belo Monte do Pontal após a diminuição das chuvas (a partir de julho). <u>Em Atendimento</u>.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b></p> <p>O andamento das obras do entorno (Educação, Saúde, Saneamento) continua sendo reportado pela NE por meio do RSAP (<b>Itens 4.2.1 e 4.2.2</b> e Relatórios do Plano de Requalificação Urbana referente aos meses julho, agosto e setembro de 2014). A apresentação das informações correspondentes encontra-se na <b>Subseção 4.1.2</b> deste 7º Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b></p> <p>O andamento das obras do entorno (Educação, Saúde, Saneamento) continua sendo reportado pela NE por meio do RSAP (<b>Itens 4.2.1 e 4.2.2</b> e Relatórios do Plano de Requalificação Urbana referentes aos meses julho, agosto e setembro de 2014). A apresentação das informações correspondentes encontra-se na <b>Seção 4.1.2</b> deste 8º Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b></p> <p>O andamento das obras do entorno (Educação, Saúde, Saneamento) continua sendo reportado pela NE por meio do RSAP (<b>Itens 4.2.1 e 4.2.2</b> e Relatórios do Plano de Requalificação Urbana referentes aos meses janeiro, fevereiro e março de 2015). A apresentação das informações correspondentes encontra-se na <b>Seção 4.1.2</b> deste 9º Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.c**

**Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Sistema de Gestão / Implementação / Procedimentos de Interação entre Programas Ambientais e de Saúde e Segurança – Construção	<b>Ação 12:</b> Apresentar no Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental (no <b>Capítulo 2.0</b> , conforme itemização proposta no Anexo 1), evidências das trocas de informação e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>O 1º RSAP foi encaminhado ao consultor socioambiental em 06/05/2013.</p> <p>O 1º RSAP informa que os Planos, Programas e Projetos do PBA que apresentam interação entre si estão efetivamente realizando troca de informações e dados sob a responsabilidade do PGA.</p> <p>No 2º RSAP a NE apresenta as atividades relacionadas ao SIG-A para o período analisado.</p> <p>Segundo informado, de janeiro a junho foram recebidos dados de 38 Pacotes de Trabalho, dos quais foram geradas 29 planilhas modelos para que as empresas executoras pudessem encaminhar seus dados de monitoramento ambiental para inserção no SIG-A. Os dados (de amostras e de monitoramento ambiental) inseridos no SIG-A nesse período correspondem aos seguintes Pacotes de Trabalho (PT): 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas); 11.4.1 (Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial); e 11.4.2 (Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas).</p> <p>Em relação à SST, está em andamento a inserção do tema no SGP, bem como o estabelecimento de rotinas entre as partes envolvidas tanto para a manutenção de escopo a ser tratado bem como os fluxos de responsabilidades.</p> <p>Segundo informado pela NE no 3º RSAP, de julho a outubro foram recebidas das empresas coordenadoras, 125 planilhas, provenientes de 44 pacotes de trabalho, totalizando 591.209 registros levantados em campo. Estes dados atualizados estão sendo incorporados ao Banco de Dados (Geoexplor), e estão disponíveis à consulta por meio do referido sistema.</p> <p>Atualmente o SGP está formatado para receber dados de monitoramento ambiental a serem disponibilizados para o próximo Relatório Consolidado. Neste contexto, contatos com as empresas executoras e coordenadoras estão em andamento com instruções para inserção de dados de monitoramento diretamente no SGP, bem como disponibilização e instrução de acessos à ferramenta Geoexplor (que corresponde ao Banco de Dados da UHE Belo Monte).</p> <p>Até o momento, a troca de informação e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA está sendo realizada predominantemente através da sua disponibilização, pela equipe SIG-A, a diferentes usuários, através de mapas ou planilhas. Ou seja, o repasse de informações de monitoramento ambiental na UHE Belo Monte está sendo realizada via equipe SIG-A. A consulta direta do Banco de Dados pelos diferentes usuários, por sua vez, é prevista ainda para o presente semestre, tendo em vista a adequação do SGP e a necessidade de realização de mini-cursos instrutivos para utilização da ferramenta Geoexplor.</p> <p>Com a utilização da ferramenta SGP, ainda nesse semestre, será possível acompanhar a troca de informações, desde o encaminhamento de dados brutos</p>	<p><b>Análise 1ª missão:</b> <u>Em atendimento.</u></p> <p>Avaliando o 3º Relatório de Andamento do PGA, observa-se que a troca de informações entre os diversos programas será feita no âmbito do SIG-A, sistema este, conforme verificado na documentação fornecida para análise, ainda em implementação.</p> <p><b>Análise 2ª missão:</b> Considera-se que a ação continua com status de <u>Em atendimento.</u></p> <p>A resposta da NE a esta ação, incluída no 2º RSAP, permite evidenciar o andamento da implementação do SIG-A, que parece ainda incipiente.</p> <p>No entanto, não é possível evidenciar que para os pacotes de trabalho hoje inseridos no SIG-A, esteja de fato ocorrendo troca de informações e dados. Isso será melhor avaliado em campo, na 3ª missão.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b> Considera-se que a ação continua com status de <u>Em atendimento.</u></p> <p>Evidências da troca de informações entre Programas e Projetos do PBA estarão disponíveis, segundo a NE, somente a partir de dezembro, devendo ser checadas na próxima missão.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> O SIG-A foi assunto tratado em reunião com a NE durante a inspeção de campo de fevereiro de 2014. Conforme verificado na reunião, o SIG-A está sendo implementado para atender ao Parecer Técnico N° 52/2011 do IBAMA, seguindo à risca todas as orientações e exigências do órgão ambiental feitas neste Parecer para o sistema georreferenciado.</p> <p>Para que o SIG-A de fato atue como ferramenta de interação entre programas e projetos do PBA, as executoras necessitam acessar os dados de programas e projetos de outras executoras. Isso ainda não é possível, mas, segundo informado pela NE, é o próximo passo na implementação do sistema. Esse acesso será permitido à coordenadora e a cada executora, mas apenas para visualização e exportação dos dados, sem edição.</p> <p>A interação já ocorre hoje, mas não como parte do sistema. Conforme informado na referida reunião, e também na resposta a esta ação no 4º RSAP, atualmente as planilhas de dados das executoras são fornecidas por <i>e-mail</i> a executoras de outros programas, mediante solicitação e após validação dos dados.</p> <p>Para que o acesso aos dados ocorra de fato, as</p>	✓	10º RSAP	Evidenciar a utilização do SGP para gestão do fluxo de documentos e a gestão dos registros de desvio tanto na área de meio ambiente como de saúde e segurança.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ! ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>pelas empresas executoras até a sua disponibilização no Geoexplor.</p> <p>A averiguação da efetiva troca de informações e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA será possível apenas a partir de dezembro, quando as empresas executoras e coordenadoras estarão disponibilizando dados e informações de monitoramento ambiental realizados no presente semestre, via SGP. Até o referido mês as empresas executoras e coordenadoras estão sendo instruídas para a efetiva utilização das ferramentas integradas do SIG-A.</p> <p>Segundo informado pela NE no 4º RSAP, foi apontado no item 2.2.5.1. - Integração de dados ambientais e adequações na “Estrutura do Banco de Dados” do 5º RCS do Ibama, que a integração dos dados é feita através de disponibilização (por demanda) dos dados armazenados no banco via e-mail ou workspace do empreendedor e ainda, através de seminários de integração e reuniões temáticas. Um dos motivos dessa estratégia de integração é a lentidão do sistema em Altamira e a necessária adequação no formato do encaminhamento dos dados primários pelas executoras para a devida inserção no banco de dados.</p> <p>É prevista para este primeiro semestre de 2014 a integração efetiva dos dados, com início em maio, utilizando as ferramentas propostas para o referido fim. Segundo a NE, o avanço na integração dos dados fica nítido no 5º RC, protocolado em 31/01/14, já que em vários relatórios temáticos explicita-se o intercâmbio havido entre dados provenientes de outros Programas e Projetos, o que resulta, inclusive, em informações consistentes e coerentes entre diferentes pacotes de trabalho.</p> <p>Além disso, o 5º RC registra a realização, no segundo semestre de 2013, de Seminário de Integração voltado para os programas e projetos relacionados à Volta Grande do Xingu.</p> <p>Como evidências da implementação do SIG-A, a NE cita os bancos de dados enviados semestralmente ao IBAMA, no bojo do Capítulo 4 dos RC’s (anexo ao 5º RC protocolado em 31/01/14).</p> <p>Segundo a NE, as evidências de atendimento a esta Ação estão apresentadas no item 2 do 5º RSAP.</p> <p>Segundo o 6º RSAP, as informações detalhadas de avanço na implementação do SIG-A constam do 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes (RC). Com a entrega do referido relatório em 30/07, dar-se-á início efetivo à operação do SIG-A, agora adotando o SGP e o Geoexplor de forma integrada. Assim, está prevista para início de agosto reunião de alinhamento e esclarecimento entre as equipes do SIG-A, empresa Gestora e das Empresas Coordenadoras, responsáveis pela interação entre as empresas Executoras e o SIG-A.</p>	<p>planilhas originais das executoras devem ser inseridas no SGP, o que deverá ocorrer em breve, segundo a NE.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> Conforme se verificou no 5º RSAP, a NE tem reportado os avanços na implementação do SIG-A no período, conforme recomendado. Segundo informado no Capítulo 2.0 do 5º RSAP, e confirmado em <i>conference call</i> realizada com a NE e FR no dia 16/05, no período foi elaborado o Padrão de Sistema (PS) “PS Envio do BDB via SGP e Consulta ao GeoExplor R00”, com a metodologia de encaminhamento e validação, via SGP, dos BDB (banco de dados brutos), até sua efetiva inserção no GeoExplor pela Equipe SIG-A. A NE deve evidenciar que a equipe recebeu treinamento para aplicação deste PS, de forma a garantir que os dados sejam inseridos de maneira correta no sistema, possibilitando a troca de informações entre programas e projetos do PBA. No 5º RSAP informa-se também que foram inseridos no banco de dados, no período, os dados do 5º RC.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> Foi evidenciado o reporte das atividades relacionadas à implementação do SIG-A no 6º RC do IBAMA.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> Foi evidenciado o reporte das atividades relacionadas à implementação do SIG-A no 7º RASP.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> Em relação ao SIG-A e SGP, foram informados os seguintes avanços no Relatório Final do PGA para o IBAMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi aprovado o PS - Envio do BDB via SGP e Consulta ao <i>GeoExplor</i>, com a metodologia de encaminhamento e validação dos Bancos de Dados Brutos (BDB’s), via SGP, até sua efetiva inserção no <i>GeoExplor</i>, pela equipe SIG-A, e orientações para consulta de dados armazenados no <i>GeoExplor</i>;</li> <li>Início da operacionalização do SGP, em conjunto com o <i>GeoExplor</i>;</li> <li>Operacionalização do <i>GeoExplor</i>, onde estão sendo atualizados sistematicamente os registros das campanhas de monitoramento;</li> <li>Aprimoramento do Servidor de Informações Geográficas, <i>GeoServer</i>, por meio do qual os dados do <i>Geoexplor</i> estão sendo incorporados em ambiente digital georreferenciado, em camadas espaciais que podem ser importadas,</li> </ul>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>Segundo o 7º RSAP, o Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) foi devidamente configurado para o recebimento dos dados de monitoramento ambiental afetos ao 6ºRC, com destino ao Banco de Dados. Os procedimentos para utilização do SGP foram atendidos, com auxílio do Padrão de Sistema (PS) elaborado e discutido pela equipe administradora do SIG-A junto aos usuários do SIG-A (treinamento previsto no 6º RSAP).</p> <p>A incorporação de dados no sistema gerenciador do banco de dados (Geoexpl) foi executada, concomitantemente aos aprimoramentos do software e adequações nos procedimentos de formatação dos dados encaminhados ao SIG-A. Estas questões foram discutidas, acordadas e deverão ser reparadas no âmbito do 7ºRC.</p> <p>O Geoserver está sendo executado, porém de forma incipiente, tendo em vista a planejada priorização do funcionamento do SGP e Geoexpl.</p> <p>A BIOCEV informa que está enviando mensalmente o Banco de Dados Bruto (BDB) do PAC via SGP e enviou arquivos da base de dados da UHE Belo Monte para inserção no GeoExpl. Informa também que produziu arquivo KMZ (Google Earth) com a base de dados da fiscalização mensal do PAC e informações das estruturas e obras construtivas dos canteiros, que poderá ser verificado na próxima missão da JGP.</p> <p>O treinamento na aplicação do PS envio do BDB já foi realizado junto à LEME pela Ferreira Rocha e o fluxo está sendo atendido conforme PS.</p> <p>No 8º RSAP a NE informa que o SIG-A, composto por três sistemas computacionais: SGP, GeoExpl e GeoServer, permite a troca de informações afetas ao monitoramento ambiental da UHE Belo Monte, em sua Etapa de Implantação, entre técnicos da empresa empreendedora e empresas executoras dos diferentes pacotes de trabalho do PBA. Na medida em que são gerados novos dados de campo durante as campanhas de monitoramento ambiental, esses são incorporados sistematicamente no Banco de Dados da Norte Energia e disponibilizados para os demais usuários do sistema. Informações detalhadas e respectivos registros do banco de dados podem ser consultados no RC encaminhado ao Ibama em fev/2015.</p> <p>A BIOCEV informa que permanece enviando mensalmente o Banco de Dados Bruto (BDB) do PAC para inserção no SGP. O fluxo de envio do BDB junto à Ferreira Rocha está sendo atendido conforme PS.</p> <p>Em relação à SST-OP e SSTMA-OE, o SGP, entrará em funcionamento em fevereiro de 2015. Durante a visita do auditor poderá ser demonstrado o funcionamento do sistema. Salienta-se que independentemente da ferramenta do SGP, os controles realizados pela NE, são funcionais e atendem ao proposto, vindo o SGP, somente complementar o trabalho já realizado. Por este motivo, a</p>	<p>visando a subsidiar os usuários do sistema.</p> <p>Neste trimestre a NE finalmente informou o início da operacionalização do SGP em conjunto com o <i>GeoExpl</i>.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> No período foi informada a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Operacionalização plena do fluxo de não conformidades e implantação do sistema de alerta específico para não conformidades, ambos no SGP.</li> <li>Recebimento dos registros das não conformidades do PAC via SGP, para incorporação no SIG-A.</li> </ul> <p>Evidenciar o fluxo de não conformidades via SGP no próximo RSAP ou durante a próxima missão.</p>			


Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				NE solicita a retirada desta pendência.  Segundo o 9º RSAP, o SGP continua a cumprir seu papel de Plataforma online de sistematização das informações e controle de fluxo de dados, subsidiando a comunicação gerencial entre os players. Dentre os avanços, destaca-se a operacionalização plena do fluxo de não conformidades no âmbito do SGP e a implantação de um sistema de alerta específico para não conformidades, também no SGP. Ainda, via SGP, são recebidos os registros das Não conformidades afetas ao PAC, para incorporação no SIG-A.  Além disso, a configuração para o recebimento dos dados de monitoramento ambiental com destino ao BDB do SIG-A, via SGP, informada anteriormente, tem possibilitado o controle de informações com interface entre as EXECUTORAS, COORDENADORAS, GESTORA e EMPREENDEDOR e contribui ainda mais na gestão dos dados armazenados no sistema gerenciador do BDB, o Geoexpl. Com a padronização desse envio, foi possível obter a otimização do processo e o aumento qualitativo dos dados, pois de acordo com esse fluxo consegue-se identificar, antes do seu efetivo armazenamento, os erros que cada BDB eventualmente possuía.				
Sistema de Gestão / Implementação / Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	<b>Ação 13a:</b> A alta direção da NE e do CCBM deverá dar <u>atendimento às não conformidades maiores dentro dos prazos</u> estipulados tanto pela Equipe de Supervisão da NE quanto do CCBM. As recomendações e suas tratativas deverão ser discutidas periodicamente e nas reuniões de Análise Crítica do SGI de ambos os Sistemas.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências do atendimento às não conformidades maiores nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	Não foram reportados pela NE no seu 1º RSAP os indicadores de Não Conformidade / Ações Corretivas gerados pelo CCBM no período deste relatório. Foi encaminhado, como anexo ao 1º RSAP, um resumo das Não Conformidades Maiores resultantes das inspeções de campo realizadas pela equipe da Ferreira Rocha no período de setembro de 2011 a agosto de 2012, cinco relatórios de NCM abertas entre outubro e dezembro de 2012, e 14 NCM registradas em fevereiro de 2013.  Em relação ao fluxo de não conformidades, evidenciou-se, por meio da Comunicação Interna CI-0031/2013-GCT/DS, que as NCM listadas acima, incluindo aquelas geradas no final de 2012, ainda tramitavam internamente à NE em abril de 2013. Apenas no dia 1/4/2013 essas NCMs foram encaminhadas da DS para a DC, para depois serem apresentadas ao CCBM.  As atas das reuniões do CGA e de discussão dos Princípios do Equador, encaminhadas no <b>RT_001-2012_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b> (ver Ação 13b, a seguir), evidenciam a discussão das não conformidades entre os temas tratados.  Conforme informado no 2º RSAP, não foram produzidos no período registros de não conformidades em relação ao meio ambiente da obra principal. Não houve também no período, por parte do CCBM, auditoria às ações de meio ambiente.  A NE informa no RSAP que as equipes de SST e de meio ambiente estão em processo final de organização para iniciar as atividades de auditoria para o próximo	<b>Análise 1ª missão:</b> Não atendida.  A maior parte dos registros de não conformidades encaminhadas foi gerada fora do período do monitoramento socioambiental. Não foram evidenciados registros para os meses de janeiro e março de 2013.  Verificou-se que existe uma morosidade no processo de tratamento das não conformidades. A sistemática atualmente utilizada pela NE mostra-se burocrática, o que dificulta a resolução dos desvios identificados.  De acordo com a NE, o padrão que estabelece a sistemática para tratamento das não conformidades foi revisado, o que promoverá maior celeridade ao processo de identificação e tratamento dos desvios identificados. Essas mudanças deverão ser avaliadas pela equipe do consultor socioambiental independente na próxima missão.  <b>Análise 2ª missão:</b> Em relação a <u>Meio Ambiente</u> , conforme se observa na resposta da NE no 2º RSAP e na vistoria de campo de setembro, ainda não foi contratada a empresa coordenadora do PAC, que realizará a supervisão às OP, e, portanto, atualmente não está ocorrendo o registro de não conformidades por parte da NE.		10º RSAP	<b>Meio Ambiente OP:</b> Continuar apresentando evidências consistentes da supervisão, principalmente para as atividades das montadoras.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida 
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida 
  Não Atendida 
  Atendimento Contínuo 
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>trimestre, onde serão sistematizadas as demandas de forma a obter os resultados em tempo adequado à manutenção da qualidade das situações identificadas.</p> <p>Segundo informado pela NE no 3º RSAP, o procedimento de não conformidades foi revisado e apresentado no RSAP anterior, e a nova empresa coordenadora do PAC, BIOCEV, iniciou suas atividades em 14/10/2013.</p> <p>Parte da equipe da coordenadora já recebeu o treinamento da metodologia de gestão da conformidade em 18/10 e o restante passará pelo repasse até novembro. Em seguida, a nova equipe do PAC irá a campo para aplicar a ferramenta e avaliar a necessidade de novos ajustes ao procedimento.</p> <p>Além disso, em agosto foi criado o PS de supervisão ambiental da obra principal (OP), também de responsabilidade da BIOCEV.</p> <p>Assim, torna-se necessário permitir a atuação da BIOCEV para evidenciar o atendimento às ações de supervisão da obra, da continuidade de identificação de registros de desvios e eficácia da gestão da conformidade para propor qualquer nova revisão aos referidos documentos.</p> <p>Em relação a Meio Ambiente na OP, segue pequeno histórico sobre as NC informado pela NE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 26/08/2013 foi encaminhada ao CCBM a correspondência CE-358/2013-DC-SO contendo 10 RNC's registradas entre março e abril/2013.</li> <li>- Em 29/08/2013, o CCBM encaminhou a correspondência CCBM 698/2013, apresentando as respostas para 24 NC's.</li> <li>- Em setembro, após vistoria de campo, foi encaminhada Planilha de Status das NC's para que o CCBM às ajustasse.</li> <li>- Em 9/10/13 foi encaminhada correspondência da presidência da NE (CE-108/2013-PR) aplicando a retenção de três milhões de reais devido às NC's ambientais não tratadas.</li> <li>- Com o início das atividades da BIOCEV, serão estruturadas em um plano de trabalho as atividades e responsabilidades das partes, incluindo os trâmites e tempo de resposta relativo às não conformidades.</li> </ul> <p>O 3º RSAP traz no ANEXO 5 os trâmites e respostas do CCBM em relação às NC identificadas.</p> <p>Em relação a SST na OP, a NE informa que os resultados das auditorias realizadas pela NE sobre as atividades de SST do CCBM são apresentadas no ANEXO 5 do 3º RSAP, incluindo as respostas do CCBM em relação às não conformidades identificadas.</p> <p>Segundo informado pela NE no 4º RSAP, o PS de Tratamento de NCs R06 foi aprovado sendo que as principais mudanças foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega: os desvios são entregues em campo, reduzindo o tempo de tramitação (burocracia);</li> </ul>	<p>Além do fato da NE não estar realizando a supervisão das obras principais, o que é considerado grave, com a falta dos registros não há como avaliar se a revisão do sistema de tratamento de não conformidades trouxe algum progresso, já que o fluxo de não conformidades foi considerado moroso pelo consultor independente.</p> <p>Assim, no que diz respeito a Meio Ambiente, essa ação continua <u>Não Atendida</u>.</p> <p>Em relação a SST também não ficou clara a existência de uma sistemática de análise de conformidade periódica das ações corretivas por parte da Alta Direção da NE. O que ocorre, entretanto, é a apresentação dos resultados da supervisão pela EPBM à NE, o que tem gerado alguns resultados positivos. Resta, agora, a evidência de decisões (ações corretivas) sobre os resultados das constatações e conclusões pela NE.</p> <p>Essa ação continua <u>Não Atendida</u> também no que diz respeito a SST.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b></p> <p>Em relação a <u>meio ambiente</u>, a situação era considerada crítica até a última missão, já que a NE não realizava a supervisão das atividades do CCBM nas OP, e as não conformidades ainda tramitando no sistema eram aquelas geradas até abril/2013. Há inclusive não conformidades geradas desde outubro de 2012, e que ainda encontram-se pendentes.</p> <p>Agora, com a contratação da BIOCEV, será possível reiniciar as atividades de supervisão da NE sobre as OP, o que deverá gerar algumas não conformidades. A partir disso será possível verificar se o sistema de tratamento de não conformidades revisadas ganhou maior agilidade.</p> <p>Atenta-se também para o fato positivo da NE ter penalizado o CCBM por não conformidades não tratadas.</p> <p>Em relação a <u>SST</u> ainda não foi evidenciado que exista uma reunião de análise crítica no âmbito da NE que inclua a Alta Administração, apesar de ter sido possível evidenciar a participação da NE (Técnico de Segurança do Trabalho) e EPBM (Engenheira de Segurança) em reuniões quinzenais onde são discutidas as RNCs registradas.</p> <p>Para o próximo período existe a expectativa proveniente do ingresso da Coordenadora do PAC, a BioCev, que também deve contribuir para essa análise crítica.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✗ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>– Plano de Ação: o responsável pelo desvio anexa no SGP o Plano de Ação proposto para acompanhamento pela empresa coordenadora e demais envolvidos (online) na evolução de seu tratamento; e</p> <p>– Nomenclatura: o formulário de “Registro de Desvio de Notificação” passa a se chamar “Registro de Desvio de Ocorrência” (RO’s).</p> <p>No 5º RC foram incluídos no PGA gráficos e análise do desempenho da ferramenta para 2013, demonstrando, em linhas gerais, que houve aumento na agilidade de solução das NC’s identificadas no ano, e que os ajustes na metodologia de gestão da conformidade e de treinamento das equipes vêm surtindo os efeitos desejados.</p> <p>Segundo a NE, o fato de NC’s relacionadas prioritariamente a processos construtivos ou suas consequências estarem apresentando uma resolutividade crescente ao longo do período de análise, reforça o fato de que a divulgação de informações gerenciais (como boletins periódicos de não conformidades) junto aos níveis decisórios da empresa tem facilitado a tomada de decisão para a aplicação de recursos e agilização de providências para sanar as NC’s.</p> <p>Em relação aos aspectos de <u>meio ambiente da OP</u>, a partir da contratação da BIOCEV, em outubro/2013, foram aplicados de forma sistemática os Registros de Desvios encontrados em campo. Os Registros de Desvios, de Não Conformidades maiores (NC), assim como os Registros de Ocorrência (RO) foram inseridos no SGP, a partir do qual se espera as evidências das ações tomadas pelo CCBM, por meio das RAF’s e dos Planos de Ação por ele elaboradas. A BIOCEV realiza gestão imediata junto ao CCBM, para a resolução dos RD’s, cujo acompanhamento semanal é registrado nas Matrizes de Acompanhamento de RD’s (ANEXO 3.2 do 4º RSAP). Segundo informado, a BIOCEV realizará uma avaliação dos RNC’s em aberto, fazendo um balanço a partir das evidências apresentadas pelo CCBM e da verificação em campo, até a próxima missão de monitoramento (10/02/14).</p> <p>Em relação às OE e atividades do PBA, será aplicado o mesmo procedimento.</p> <p>Para os aspectos de <u>SST da OP</u>, usa-se o procedimento implantado da EPBM (ANEXO 3.2 do 4º RSAP), também adotado pela BIOCEV nos pacotes do PAC relacionados a SST.</p> <p>Está em análise pela DG o fluxo de gerenciamento das RNCs ser realizado por meio do SGP.</p> <p>Os resultados do período em relação a RNC são apresentados no capítulo 3 do 4º RSAP.</p> <p>Segundo a NE, as evidências de atendimento a esta Ação estão apresentadas no item 5.1 do 5º RSAP. A NE faz notar que a BIOCEV complementa correspondências enviadas pela Norte Energia ao CCBM, com a apresentação dos relatórios técnicos elaborados após as vistorias de campo e dos Registros de Desvios</p>	<p><b>Análise 4ª missão:</b> <u>Parcialmente Atendida.</u></p> <p><u>Meio Ambiente OP:</u> conforme informado no 4º RSAP e evidenciado nas reuniões durante a 4ª missão, houve avanço no período em relação à agilização do fluxo de não conformidades. Com a assinatura do desvio pelo CCBM em campo, o consórcio já pode dar início imediato à elaboração do Plano de Ação para solução da NC ou da RAF, no caso do RO.</p> <p>No entanto, o preenchimento do RNC ainda pode ser considerado burocrático, tendo contribuições da NE, do CCBM e da FR. Além disso, o CCBM não tem acesso ao SGP, onde tramita o RNC. Assim, o Plano de Ação é enviado por <i>e-mail</i> à NE, que o revisa, valida e insere no SGP. Toda tramitação NE/CCBM que resulta na versão aprovada do Plano de Ação é feita hoje por <i>e-mail</i>.</p> <p>Maior agilidade seria alcançada com a permissão de acesso ao SGP para o CCBM.</p> <p>Apesar da melhoria descrita acima, após a análise das informações das planilhas de acompanhamento de ocorrências e notificações de não conformidade da Supervisão Ambiental, elaborada pela NE/BIOCEV/FR, fica evidente a necessidade de incrementar os esforços para o completo atendimento das ocorrências negativas dentro dos prazos especificados nos respectivos documentos, ou seja, de priorizar e agilizar as medidas corretivas e/ou a implantação dos planos de ação propostos pelo CCBM. A solução das ocorrências negativas tem o efeito imediato de neutralizar os impactos negativos decorrentes dos desvios ou situações não previstas, mas também demonstra o nível de comprometimento das empresas com o sistema de gestão desenvolvido e implantado para as obras.</p> <p>Além disso, observou-se que, com o início das atividades da BIOCEV, o 4º RSAP passou a informar apenas os resultados das suas inspeções, não atualizando o status de resolução de não conformidades antigas registradas pela Ferreira Rocha quando atuava como coordenadora do PAC, e que ainda permanecem em aberto.</p> <p><u>SST OP:</u> a NE, em conjunto com a BIOCEV e a EPBM, estabeleceu (mas não formalizou) e segue sistemática de registro de RNC. As RNCs são apresentadas e analisadas no âmbito do Relatório Mensal da EPBM. O resultado de fechamento do CCBM foi 79% em outubro e 0% nos dois meses seguintes. Além dessas NCs, existem outras registradas a partir da realização de Auditoria Externa pela NE, as quais são levadas em consideração na Análise Crítica Semestral do CCBM.</p> <p>Consta ainda a informação de que as questões de</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>constatados. A exemplo, o ANEXO 7 do plano de ação do 5º RSAP apresenta o Relatório de Vistoria - Aterro Sanitário Pimental.</p> <p>No 6º RSAP informa-se que os resultados dos registros e trâmites da supervisão da NE sobre as atividades da OP em relação aos temas SST e MA são apresentados no capítulo 3 do 6º RSAP, onde é possível observar maior velocidade na solução e encaminhamento de alguns casos. Para SST é apresentada também a avaliação de desempenho em relação aos eventos mensais. As ações de MA estão dentro do fluxo do SGP, operando em rotina.</p> <p>Devido à reestruturação da DG para as ações de SST-OP e SSTMA-OE, estão em andamento as ações junto ao SGP, atualmente em fase de teste. Espera-se que durante a vistoria possa ser apresentada a consolidação destas atividades já inseridas no sistema.</p> <p>No 7º RSAP a NE informa que implantou, por meio da Ferreira Rocha, o sistema de alerta de acompanhamento de status de Não Conformidades. O sistema é disparado semanalmente para todos os gestores diretos, responsáveis pela solução dos desvios, assim como o diretor de QMSS do CCBM e os superintendentes de obra da NE e superintendente do meio físico-biótico da NE. Conforme Ação 09a foram observadas melhorias relacionadas ao equacionamento das pendências vencidas, por meio da Análise Crítica da Gestão dos Registros de Desvios, contemplada nos Relatórios Gerenciais Mensais da Coordenadora e por meio das planilhas de gestão da BIOCEV. Uma análise atualizada das RDs, pode ser verificada no ANEXO 2.3-2 do 7º RSAP (Balanço de RD's_BIOCEV_08.10.14).</p> <p>A participação integrada (NE/BIOCEV/CCBM/FR) para a resolução dos desvios pendentes pode ser evidenciada por meio das atas do PAC. Desde o mês de julho/2014 foram inseridos itens nas atas, constando o quantitativo de RDs com status “vencido”, “aguardando evidências” e “pendências a vencer”, por meio dos quais são discutidas as ações a serem realizadas, objetivando um melhor atendimento por parte do CCBM.</p> <p><b>CCBM</b> O CCBM possui um sistema de gestão de suas não conformidades, o qual é avaliado mensalmente. Os registros destas avaliações são feitos através da elaboração do relatório mensal de QMSS. As NC críticas também são discutidas nas reuniões semanais de planejamento que ocorre com a participação de todos os gestores das unidades sítios.</p> <p>No ANEXO 2.3-2 deste RSAP seguem as atas das reuniões de planejamento do canteiro Pimental e do canteiro Belo Monte.</p> <p>O relatório de análise crítica do sistema de gestão integrada da obra também trazem as avaliações dos registros das NC.</p> <p>Em relação ao SGP, no caso de SST-OP, o módulo de</p>	<p>SST deverão ser incluídas no SGP. Inclusive, o treinamento/adequação do sistema está previsto para março/2014, o que deverá ser verificado na próxima missão.</p> <p>Até o presente momento não ficou evidente que a Alta Direção da NE participa da análise crítica de desempenho da OP. O que se observa é o início recente de análise dos dados pela BIOCEV através do seu RGM-C.</p> <p><b>SSTMA OEs:</b> as contratadas da NE não possuem sistemática de tratamento de não conformidades. Nesse sentido, o acompanhamento dá-se através dos "Registros de Desvios" abertos pela Equipe de SSTMA-OE, os quais se configuram num documento emitido em duas vias (uma para a contratada e outra para arquivo da NE).</p> <p>Na amostragem verificada durante a 4ª missão de monitoramento pôde-se constatar registros abertos desde outubro/2013 e que a grande maioria dos RDs não possuíam avaliação de eficácia, conforme previsto.</p> <p>Os dados dessa supervisão passaram a ser lançados a partir de setembro/2013 para SST e a partir de dezembro/2013 também para MA. No 3º RSAP a NE determinou conteúdo mínimo para o que se chamou de Relatório Gerencial Mensal das Obras do Entorno (RGM-OE), o qual deveria trazer a exposição de dados e a análise crítica das informações, além de determinar ações corretivas sempre que se fizerem necessárias para correção do rumo. O RGM-OE não foi elaborado em tempo de ser analisado pela consultoria independente.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> As evidências apresentadas mostram que a gestão da NE se consolida a cada missão, em parceria com a BIOCEV e EPBM, apresentando análise de dados e informações consistentes em relação às não conformidades, registros de ocorrências e termos de notificação.</p> <p>No caso específico das OE, a morosidade no encerramento das pendências ainda é bastante evidente.</p> <p>No entanto, ainda não é possível evidenciar o envolvimento da alta direção da NE nas deliberações das não conformidades mais significativas e de maior abrangência.</p> <p>Espera-se que com a implantação do SGP, a gestão se tornará mais eficiente e atingirá todos os níveis pretendidos e necessários da NE.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> <b>Meio Ambiente OP:</b> apesar da melhora identificada com a atuação da BIOCEV, verifica-se que há ainda um número muito elevado de desvios vencidos, principalmente do PRAD.</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>fiscalização do SGP está desenvolvido e funcionando, hoje ainda não em carga total, para evitar que se tivermos problemas com o sistema as informações não sejam perdidas. Estamos utilizando os dois sistemas em paralelo (Físico e Digital).</p> <p>Segundo informado pela NE, em relação à SST-OP e SSTMA-OE, para todas as RD's não atendidas pelas executoras nas OE, são emitidos relatórios para os gestores dos contratos ficarem cientes e cobrarem as executoras.</p> <p>Na OP, são emitidos relatórios sintetizados informando o desempenho de todas as contratadas, para os gestores.</p> <p>Em todos os casos possibilita a tomada de decisão por parte da Alta Direção.</p> <p>Os ajustes necessários foram implementados, em relação ao fluxo de documentos no SGP, por meio do qual está sendo realizado o acompanhamento dos RDs e relatórios gerenciais.</p> <p>Em relação à supervisão ambiental da obra principal, a BIOCEV informa que o relatório de análise crítica do sistema de gestão de Registros de Desvio da BIOCEV, referente aos programas PCAI e PRAD, traz um balanço atualizado dos RDs, anexo a esta ação.</p> <p>(ANEXO_4.2_1.1_SSTMA-OBRA\MA_OP\Acao 13a do 8º RSAP).</p> <p>O quantitativo atual de Registros de Desvio vencidos, 4% para o PCAI (09 RDs) e 4% para o PRAD (07 RDs), evidencia o esforço integrado entre a NE, BIOCEV e Executoras para o equacionamento das pendências.</p> <p>No 9º RSAP informa-se que, em relação a MAOP, a BIOCEV apresenta no ANEXO 2.3-2 – MA-OP deste RSAP o Balanço dos Registros de Desvio de cada Executora, atualizada em 06/04/2015.</p> <p>A NE informa que a Alta Direção (CCBM e NE) recebe semanalmente o status de andamento das Não-Conformidades no Sistema de Alerta da Ferreira Rocha.</p> <p>Em relação à SSTMA-OE e SST-OP, os dados continuarão sendo reportados nos RGT.</p> <p>Destaca-se, no período, a operacionalização plena do fluxo de não conformidades no âmbito do SGP e a implantação de um sistema de alerta específico para não conformidades, também no SGP. Ainda, via SGP, são recebidos os registros das Não conformidades afetas ao PAC, para incorporação no SIG-A.</p> <p>Maiores detalhes constam do item “Gestão da Conformidade”, Capítulo 2 deste RSAP.</p>	<p>Não há evidência da participação da Alta Direção na análise das Não Conformidades.</p> <p><u>SST OP:</u> as informações apresentadas no 6º RSAP e as evidências identificadas em campo são suficientes para comprovar que a NE tem gerenciado as pendências de suas contratadas. Além disso, com a implantação do SGP prevista ainda para agosto/2014 (mês de realização da missão de monitoramento), o controle será mais efetivo e ágil, adequado à atual realidade do empreendimento.</p> <p>Por fim, a Equipe de SST/MA da NE adiantou que já está trabalhando numa ferramenta que substituirá o SGP, que entrará em uso para as pendências de SST: trata-se do SAP/R3.</p> <p><u>Análise 7ª missão:</u> <u>Atendida.</u> As informações apresentadas pela NE durante a Missão de Monitoramento e aquelas provenientes do 7º RSAP são adequadas para evidenciar a gestão das pendências identificadas em suas contratadas. Soma-se a isso o fato de que a velocidade de fechamento de pendências tem diminuído a cada missão. Melhorias ainda podem (e estão sendo implantadas) na gestão das Montadoras para garantir desempenho similar àquela alcançado pelo CCBM.</p> <p>Em relação ao SGP, o mesmo encontrava-se em fase final de ajustes e sua utilização estava para ser iniciada em novembro/2014. Embora este sistema ainda não esteja implantado, as evidências apresentadas já indicam um bom nível de gestão, ainda mais se levado em consideração o grande aumento de Listas de Verificação e de pendências identificadas em Setembro/2014, proporcionada pela mudança na metodologia de aplicação. Mesmo neste cenário, o CCBM respondeu adequadamente no fechamento de pendências.</p> <p><u>Análise 8ª missão:</u> <u>Atendida.</u> As informações apresentadas pela NE durante a Missão de Monitoramento e aquelas provenientes do 8º RSAP são adequadas para evidenciar a gestão das pendências identificadas em suas contratadas. Soma-se a isso o fato de que a velocidade de fechamento de pendências tem diminuído a cada missão. A Montadora CCBM também apresentou grande melhora na gestão de suas pendências e apresenta maior velocidade no fechamento das mesmas. Já a Andritz ainda possui diversas oportunidades de melhora, porém mapeadas e sendo acompanhadas pela Equipe de SST/MA.</p>			




Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.c**

**Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p><b>Análise 9ª missão:</b>  <b>MA OP:</b> O 9º RSAP trouxe as evidências da supervisão realizada pela BIOCEV, mostrando que ela vem se estendendo às subcontratadas e às montadoras.</p> <p><b>SST/MA:</b> Em relação às contratadas da Obra Principal, a NE deverá criar articulação entre as Equipes de Gestão Ambiental e de SST/MA para que os Projetos de SST do PAC sejam acompanhados de forma apropriada, tal como determinam os diversos Padrões de Sistemas relacionados (NAC, Auditoria e outros). Assim, as não-conformidades necessárias poderão ser registradas (RNCs / SGP) e tratadas adequadamente, para que não voltem a ocorrer. Duas não-conformidades identificadas no período são: lacunas na aplicação do PGRS da NE sobre as Obras do Entorno e ausência do reporte de desempenho da Montadora Andritz no âmbito dos Projetos de SST do PAC. Uma recomendação neste sentido foi aberta e constará no Quadro 8.0.a.</p>			
	<p><b>Ação 13b:</b> Evidenciar, por meio das Atas das Reuniões de Análise Crítica da NE e CCBM, a participação efetiva de representantes da Alta Administração no conhecimento e tratativa das demandas ambientais, de SST e de responsabilidade social de maior gravidade.</p>	Quando da realização das Reuniões de Análise Crítica	Quando da realização das Reuniões de Análise Crítica	<p>No prazo estabelecido para a ação, no <b>RT_001-2012_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00</b>, foram apresentadas cópias de Atas de reuniões do Comitê de Gestão Ambiental - CGA ocorridas em 8, 15 e 22/10/2012; 12, 19 e 26/11/2012; e 03/12/2012. Temas tratados: sistema de alerta; vistoria do IBAMA; plano de ação para atendimento de eventuais pendências emergenciais detectadas; princípios do equador; relatórios do IBAMA (estratégias para elaboração do próximo e discussão sobre lacunas, inconsistências e fragilidades do anterior); comitê da licença de operação; reuniões e seminários do IBAMA; aplicação do tratamento e registro de não conformidades; entre outros.</p> <p>Foram apresentadas, também, memórias das reuniões realizadas com as Diretorias, Superintendências e Gerências (DS) da Norte Energia S.A. responsáveis pelos temas de atendimento ao Plano de Ação dos Princípios do Equador – novembro de 2012, e a apresentação Geral sobre as demandas urgentes do Plano de Ação mostra os temas que foram abordados com as diferentes Diretorias, Superintendências e Gerências (DS) da NE.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Do CGA, cujas reuniões ocorrem semanalmente desde 06/06/11, em Brasília, participam gerentes e superintendentes da NE; gestor ambiental e coordenador de projetos da Ferreira Rocha; e representantes das empresas coordenadoras dos programas e projetos do PBA.</li> <li>As reuniões de Diretoria também ocorrem semanalmente, com presença de todos os Diretores da NE (Diretores Presidente, Socioambiental, de Operações, de Construção e Montagem, Financeiro e de Gestão).</li> </ul>	<p><b>Análise 1ª missão:</b>                  Considera-se esta ação <u>parcialmente atendida</u>.</p> <p>As atas de reuniões semanais do CGA foram apresentadas somente relacionadas a reuniões ocorridas até dezembro de 2012, fora, portanto, do período de cobertura desta missão de monitoramento.</p> <p>Em relação às reuniões de diretoria, foram apresentadas as atas de reuniões ocorridas em 27 e 28 novembro e em 06 de dezembro de 2012, fora também do período de cobertura desta missão de monitoramento.</p> <p>Não foram apresentadas evidências da ocorrência de reuniões do Comitê de Meio Ambiente.</p> <p>Não há evidência de reunião ocorrida no período de avaliação deste Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p> <p><b>Análise 2ª missão:</b>                  Considera-se esta ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p>Em relação ao período da 1ª missão, ressalta-se que foram realizadas reuniões do CGA entre janeiro e março, diferentemente do que foi afirmado na análise acima (reuniões em 07, 14, 21 e 28/01; em 04, 20 e 25/02; e em 04, 12 e 18/03).</p>	<p>1) <sup>19</sup>  </p> <p>2)  </p> <p>3)  </p>	10º RSAP	2 e 3) Manter a apresentação das informações.

<sup>19</sup> Ação 13b, item 1) – ver **Quadro 7.0.a**.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida 
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida 
  Não Atendida 
  Atendimento Contínuo 
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<ul style="list-style-type: none"> <li>As reuniões do Comitê de Meio Ambiente da NE têm participação de representantes de todos os acionistas da empresa (Eletrobrás, CHESF, Eletronorte, PETROS, FUNCEF/CEVIX, Belo Monte, Amazônia Energia e Vale), e ocorrem sem periodicidade previamente definida, sempre que há assuntos relevantes.</li> </ul> <p>Não foram evidenciadas as Atas de Reunião de Análise Crítica do SGI do CCBM.</p> <p>No 2º RSAP são apresentadas as atas das reuniões do CGA realizadas entre abril e junho (reuniões nos dias 10, 17 e 24/04; 03, 09 e 23/05; e 06 e 27/06). Além dessas, o RSAP informa que, no período da 2ª missão, foram realizadas reuniões de grupos de trabalho específicos, coordenados em sua grande maioria pela empresa gestora e com periodicidade semanal. Esses GTs são formados na medida em que se identificam grupos de Programas e Projetos do PBA com nítida interface. Hoje há os seguintes GTs: GT RUC (Reassentamento Urbano Coletivo), 14 reuniões no período; GT OPP (Orla, Praias e PACUERA), 12 reuniões; GT RH (Recursos Hídricos), 4 reuniões; e GT Desmatamento, para o qual não foi informado se houve reuniões no período.</p> <p>O 2º RSAP informa também que são realizadas reuniões ordinárias com periodicidade mensal entre a empresa gestora (FR) e o CMA.</p> <p>Quanto à participação da NE nas reuniões de análise crítica do CCBM, o 2º RSAP informa que as diretorias de Gestão, de Construção e Socioambiental interagem diretamente com o CCBM e EPBM para os temas relacionados ao controle da poluição e SST, o que é feito por meio de reuniões periódicas.</p> <p>Na NE apresentou, no ANEXO 2.3-2.4 do 3º RSAP, as atas das reuniões realizadas com o CGA/NE no período de julho a setembro.</p> <p>Segundo a NE, será avaliada a eficácia de criação de um PS que descreva as atividades relacionadas à análise crítica, e a depender da decisão da NE até o final de novembro será encaminhado para validação.</p> <p>Em relação ao CCBM, a NE incluiu, como solicitado, os RGM-E do PAC no ANEXO 3.2 do 3º RSAP. No entanto, informa que não foram fornecidas pelo CCBM as atas relativas à análise crítica do SGI.</p> <p>Segundo informado no 4º RSAP, a sistemática do processo de análise crítica da NE consta do Manual de Gestão, o qual está em processo de finalização.</p> <p>Em relação à OP, o ANEXO 4.2-1 – ação 13b do 4º RSAP contém uma apresentação da NE que ilustra as responsabilidades contratuais sobre a fiscalização e os passos para o fluxo das Não Conformidades que não são atendidas pelo CCBM.</p> <p>O CCBM apresentou à NE o Relatório de Análise Crítica</p>	<p><b>Análise 3ª missão:</b> Em relação às reuniões de análise crítica, considera-se que é necessário que a NE insira nos procedimentos do SGA a sistemática para condução dessas reuniões, a qual deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• periodicidade;</li> <li>• participantes (<b>com participação obrigatória da alta administração</b>);</li> <li>• principais resultados do período, incluindo: recomendações do consultor independente, não conformidades, acompanhamento dos objetivos e metas do SGA, consultas e reclamações recebidas no período, implementação do SGA, etc (entradas);</li> <li>• ações derivadas da análise crítica (saídas).</li> </ul> <p>Ressalta-se que as reuniões do NCA não substituem a reunião de análise crítica, já que não incluem participação da alta administração da NE.</p> <p>Em relação às reuniões de análise crítica do CCBM, avalia-se, diferentemente do que foi inicialmente requerido, que a NE não precisa obrigatoriamente participar das mesmas. É importante, no entanto, que o CCBM reporte os resultados dessas reuniões à NE. No 2º RSAP foi informado que esse reporte ocorre nos RGM-E do PAC, documento de circulação interna à NE. Mais uma vez reitera-se a necessidade de que esses RGM-E do PAC sejam encaminhados para análise do consultor independente.</p> <p><b>Análise 3ª missão:</b> <b>Em atendimento.</b></p> <p>Reitera-se a necessidade de apresentar documento do SGA que descreva a sistemática do processo (ou reunião) de análise crítica da NE, conforme discutido em reunião com a Ferreira Rocha.</p> <p>Caso a decisão da NE seja mesmo a de separar a gestão ambiental da gestão de SST, esta deve determinar como deverá ocorrer a análise crítica sobre assuntos de SST e quem deverá participar dessa análise.</p> <p>Em relação ao CCBM, ressalta-se que devem ser apresentados registros referentes às análises críticas realizadas para avaliação do grau de implementação do SGI e respectivas ações para sua melhoria contínua.</p> <p><b>Análise 4ª missão:</b> O item 1) destas Ações foi analisado no Quadro 7.0.a, acima.</p> <p>Em relação ao item 2), a NE argumentou que as</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>do SGI do 1º Semestre de 2013 (ANEXO 4.2-1 – ação 13b_CCBM – análise – crítica - SGI do 4º RSAP). O relatório do segundo semestre está em fase de elaboração, com previsão de conclusão no final do mês de janeiro. Em relação a SST da OP, é realizada a análise de <i>performance</i> das coordenadoras da OP através do RGM-SST, cujos resultados para o período podem ser observados no Capítulo 3.2 do 4º RSAP.</p> <p>Segundo informado pela NE no 5º RSAP, a análise crítica das auditorias e do Sistema de Gestão Integrado do CCBM é realizada semestralmente, conforme prevê as normas NBR 9001, NBR 14001.</p> <p>Foram realizadas duas auditorias Internas no Sistema de Gestão Integrada (SGI), sendo uma no primeiro semestre de 2013, no mês de janeiro/fevereiro e outra no segundo semestre, no mês de novembro de 2013.</p> <p>O relatório da Análise Crítica do segundo semestre já foi aprovado e no momento encontra-se em processo de assinatura dos responsáveis pela sua elaboração. O PA_ANEXO-5_SGI_CCBM deste plano de ação apresenta a ata de análise crítica do SGI do CCBM.</p> <p>No 6º RSAP informa-se que evidências das análises críticas podem ser encontradas no 6º RC, no capítulo relativo ao Plano de Gestão Ambiental (PGA). Destaca-se ainda que a análise crítica à qual faz referência a ação é realizada mensalmente no âmbito da reunião do Comitê de Meio Ambiente, isto porque: (i) este Comitê, formado pelos representantes de todos os acionistas da Norte Energia, conta, em suas reuniões, com a presença do Diretor Socioambiental e de todos os Superintendentes de sua Diretoria; (ii) mensalmente é apresentado a este Comitê, previamente à reunião e para discussão nesse Fórum, boletins de avanço dos pacotes de trabalho considerados em nível de Gestão de Acurácia, por meio de indicadores de performance; (iii) com base nesses boletins, discute-se, nas reuniões, Planos de Ação para fazer frente à prevenção, correção, compensação ou monitoramento de impactos e de desvios em termos de qualidade, prazos e custos afetos a esses pacotes de trabalho; e (iv) investimentos adicionais entram comumente no rol dessas discussões, sendo que a Norte Energia tem como diretriz que qualquer investimento de cunho ambiental, para ser aprovado junto ao Conselho de Administração, deve, previamente, contar com um Parecer do CMA.</p> <p>Esclarece-se que as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias desse comitê são de veiculação interna à diretoria da Norte Energia e a seus acionistas.</p> <p>No 7º RSAP a NE informa que as auditorias realizadas continuamente pelo NAC e lideradas pelo Gestor Geral do PBA, por parte da empresa gestora, constituem-se em processos contínuos de auditoria interna mensal que permitem, no âmbito das reuniões das diferentes instâncias (CGA, CMA, GT's e reuniões periódicas</p>	<p>evidências (Atas) das reuniões de análise crítica são documentos de circulação interna e não podem ser encaminhados ao consultor independente. Essas evidências serão verificadas durante os trabalhos de campo nas próximas missões.</p> <p>Quanto ao item 3), o Relatório de Análise Crítica do SGI do segundo semestre está em fase de elaboração.</p> <p><b>Análise 5ª missão:</b> Não foi evidenciada a realização de reunião de análise crítica sistematizada para avaliação do SGA da NE. Neste contexto, reitera-se a necessidade de estruturar uma reunião de análise crítica específica para o SGA, incluindo na pauta de discussão minimamente os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados das auditorias internas e das avaliações do atendimento aos requisitos legais e condicionantes do processo de licenciamento,</li> <li>• Comunicações provenientes de partes interessadas externas, incluindo reclamações,</li> <li>• Desempenho socioambiental da organização,</li> <li>• Extensão na qual foram atendidos os objetivos e metas,</li> <li>• Situação das ações corretivas e preventivas,</li> <li>• Alocação de Recursos e necessidade de investimentos adicionais;</li> <li>• Ações de acompanhamento das análises anteriores,</li> <li>• Mudança de circunstâncias, incluindo desenvolvimentos em requisitos legais e outros relacionados aos aspectos ambientais, e recomendações para melhoria.</li> </ul> <p>Destaca-se que as saídas da análise devem compreender quaisquer decisões e ações relacionadas a possíveis mudanças na documentação do SGA, incluindo as políticas, os objetivos, as metas e em outros elementos do sistema da gestão.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b> Não foram apresentadas evidências da realização de análises críticas do SGA com base nas entradas mencionadas acima, na análise da 5ª missão.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> A NE informou que no período de monitoramento desse relatório, algumas ações foram tomadas pela alta administração após a reunião realizada no final de junho/14, entre elas cita-se a convocação de</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

## Quadro 7.0.c

## Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>diversas) promover a <b>análise crítica</b> sistêmica e integrada e a melhoria contínua do sistema de gestão SGA da UHE Belo Monte pela sua retroalimentação, considerada a dinâmica de um projeto da magnitude de Belo Monte.</p> <p>No 8º RSAP informa-se que este assunto será abordado no ato da próxima vistoria de campo.</p> <p>Segundo o 9º RSAP, o Programa de auditoria ambiental interna, realizado continuamente pelo NAC e liderado pelo Gestor Geral do PBA, por parte da empresa GESTORA, permite, no âmbito das reuniões das diferentes instâncias (CGA, CMA, Grupos de Trabalho – GT's e de caráter periódico) o acompanhamento efetivo dos resultados, do desempenho e promover a análise crítica sistêmica e integrada, contribuindo assim para a agilidade no processo decisório e a melhoria contínua do SGA, pela sua retroalimentação.</p> <p>Destas reuniões e GT's participam também Consórcios Construtor e Montador, e equipes de SST.</p> <p>São estruturados Boletins de Auditoria, discutidos e validados pela alta direção em reuniões periódicas das quais resultam decisões e a validação das diretrizes e dos planos de ação.</p> <p>O resumo desses boletins será apresentado assim que validado pela NE.</p> <p>Maiores detalhes constam do item 2.3 do 9º RSAP.</p>	<p>workshop interno a DS para discussão detalhada sobre os resultados da aplicação dos pacotes de trabalho, ocasião na qual foi tomada a decisão de implementação imediata da estratégia de constituição de dois grupos de trabalho específicos, para promover a alavancagem dos resultados do processo de negociação de imóveis e benfeitorias na área urbana de Altamira – o denominado Grupo de Saneamento de Processo (GSP) – e para acelerar o processo interno de contratação de obras do entorno e indígenas – o chamado Grupo de Contratação Expedida (GCE) ou Grupo Super Fast Track.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> Quanto ao reporte das informações relacionadas à análise crítica do SGA, o 8º RSAP foi elaborado de forma simplificada, pois no período os esforços se concentraram na elaboração do Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA. No entanto, a NE informou que continuam sendo realizadas as reuniões das diferentes instâncias (CGA, CMA, GT's e reuniões periódicas diversas) para promover a análise crítica sistêmica e integrada e a melhoria contínua do SGA.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> A análise documental da sistemática de auditorias implementada no empreendimento não permite afirmar que as avaliações mensais conduzidas pelo NAC eliminam a necessidade de realizar auditorias específicas (interna) para avaliação do SGA, pois o consultor independente não tem subsídios suficientes para atestar que essas auditorias englobam todos os temas / processos incorporados na documentação do sistema. Acredita-se que após a disponibilização dos resumos dos boletins será possível avaliar a abrangência das auditorias realizadas e concluir sobre sua suficiência.</p>			
<b>Princípio do Equador 03 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 03</b>								
Fase de Construção / Organização de Frentes de Obra e Práticas de Prevenção de Poluição (Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Gerenciamento de Efluentes Líquidos; Controle de Produtos Perigosos)	<b>Ação 26a</b> <sup>20</sup> : Monitorar todas as fontes emissoras. Implementar todos os procedimentos e diretrizes de controle ambiental previstos nas diretrizes do PAC, especificamente no Programa de Controle Ambiental Intrínseco.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências da implementação nos Relatórios Periódicos Trimestrais de Conformidade Socioambiental e nos Relatórios Semestrais Consolidados de Andamento do PBA.	Em relação ao monitoramento de fontes emissoras, ver resposta à Ação 25, acima. Além do monitoramento de efluentes domésticos e industriais e qualidade da água de abastecimento, o 1º RSAP informa também a realização de medidas de gestão de resíduos sólidos e apresenta os inventários de resíduos sólidos gerados nos canteiros e alojamentos. Em relação ao controle de erosão, há medidas previstas ao longo das diversas seções em que se divide o PCAI: Vias de acesso; Canteiros de obra e acampamentos; Subestações e Linhas de Transmissão; e Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-Foras e Estoques. O 1º RSAP informa que as vistorias de rotina geradas no PAC são acompanhadas semanalmente em conjunto com o CCBM, sendo apontadas as providências corretivas e acompanhamento dessas ações pela equipe do PAC. A	<b>Análise 1ª missão:</b> Parcialmente atendida.  Todas as fontes emissoras com monitoramento previsto no PAC estão sendo monitoradas.  As águas tratadas estão sendo monitoradas de acordo com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. O monitoramento da potabilidade da água dos bebedouros distribuídos em todas as Unidades também está sendo feito de acordo com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.  Os efluentes domésticos e industriais são analisados mensalmente através dos parâmetros estabelecidos	✓	Próximos RSAPs          Nos RSAP	Continuar reportando no RSAP ou RC os resultados de todos os monitoramentos realizados (efluentes domésticos e industriais, qualidade da água das ETAs e bebedouros, ruído e fumaça preta), e não apenas apresentar os laudos como anexo, já que estes são muitos.  Continuar evidenciando a comparação dos

<sup>20</sup> Ação 26b – ver Quadro 7.0.a.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida    ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida    ✓ Não Atendida    ✓ Atendimento Contínuo    ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso






## Quadro 7.0.c

## Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>depender dimensão da ocorrência e/ou tempo de atendimento para a ação corretiva, são geradas as não conformidades, que são encaminhadas à supervisão de meio ambiente da NE (Diretoria Socioambiental), que por sua vez avalia as informações e encaminha ao CCBM por meio da Diretoria de Construção da NE. São avaliadas as seguintes categorias: Processo construtivo; Resíduos perigosos; Efluentes sanitários e industriais; Obras / processos erosivos; e Água para consumo humano.</p> <p>No 2º RSAP, a NE informa que a resposta a esta ação é a mesma da ação anterior.</p> <p>A NE apresentou, nos ANEXOS dos capítulos 3 (RGM-e do PAC) e capítulo 5 do 3º RSAP, os resultados dos monitoramentos realizados pelo CCBM. Os relatórios gerenciais da empresa coordenadora do PAC (BIOCEV) serão fornecidos a partir do próximo mês, considerando o início das atividades no dia 14/10/13.</p> <p>Em relação à comparação dos resultados do monitoramento com os padrões do IFC, a NE apresenta a mesma argumentação do item anterior.</p> <p>Para as questões de monitoramento de emissões atmosféricas e qualidade do ar, a NE informa que o CCBM está monitorando as emissões de fumaça preta (no PCAD). Para as demais emissões, o CCBM está sistematizando as informações a serem reportadas a partir do 4º RSAP.</p> <p>Com relação ao controle de erosão e seu monitoramento, a NE solicitou à BIOCEV a apresentação de indicadores no RGM-C de outubro, a ser apresentado em meados de novembro, objetivando refletir a efetividade das ações realizadas pelo CCBM.</p> <p>Segundo o 4º RSAP, conforme entendimentos anteriores da consultoria independente com as diretorias da NE, os RGM não serão fornecidos à consultoria por se tratarem de instrumentos gerenciais da empresa. Porém, todas as informações necessárias ao atendimento dos Princípios do Equador foram extraídas desses relatórios e seus respectivos anexos, o que pode ser observado no capítulo 3 deste RSAP e nos pacotes do PAC apresentados no 5º RC do IBAMA.</p> <p>Em relação ao atendimento aos padrões da IFC, ver Ação 5, acima.</p> <p>Em relação aos indicadores para verificação da efetividade das ações de controle de erosão por parte do CCBM, a BIOCEV informa que a Matriz de Monitoramento e Avaliação está em fase de elaboração, com previsão de sua conclusão para o final de fevereiro de 2014.</p> <p>Segundo informado pela NE, as evidências de atendimento a esta Ação são apresentadas nos itens 5.1 e 5.2 do 5º RSAP.</p>	<p>pela Resolução CONAMA 430/2011.</p> <p>No caso das ETEs, os resultados estão sendo reportados no RSAP apenas como sendo “satisfatório” e “insatisfatório”, não se fazendo menção aos parâmetros.</p> <p>Os parâmetros estão sendo comparados apenas com os limites da legislação brasileira, não se atendendo à Ação 25, acima, no que diz respeito à necessidade de comparação com os padrões do <i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i> do IFC.</p> <p>Não foi avaliada a correlação entre o planejado (monitoramentos previstos frente às estações em operação) e o realizado (resultados das coletas realizadas).</p> <p>Não há registros de monitoramento de emissões atmosféricas e qualidade do ar.</p> <p>A gestão de resíduos da construção civil está sendo praticada conforme a Resolução CONAMA 307/2002.</p> <p>Em relação ao controle de erosão, as ações e medidas previstas no PAC não têm sido suficientemente executadas, o que é evidenciado extensivamente pela ausência de forração vegetal em taludes nos canteiros de obras, na vila residencial, falta de sistema de drenagem nos travessões 27 e 55, além do processo de aproveitamento de bota-foras.</p> <p>As ações que integram o PAC, sob responsabilidade do CCBM, não são objeto de controle e acompanhamento sistemático por parte da Norte Energia.</p> <p><b>Análise 2ª missão:</b> Todas as fontes emissoras com monitoramento previsto no PAC continuam a ser monitoradas, incluindo agora a fumaça preta, após recomendação do consultor independente.</p> <p>Conforme disposto na análise das Ações 5 e 25, os parâmetros estão sendo comparados apenas com os limites da legislação brasileira, não havendo comparação com os padrões do <i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i> do IFC, conforme requerido para atendimento aos Princípios do Equador. Quanto a isso, o consultor independente já encaminhou ao CCBM esses parâmetros, e o consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir os mesmos na verificação da eficiência dos monitoramentos que realiza.</p>		10º RSAP	<p>monitoramentos com a legislação brasileira e também com os padrões do IFC, incrementando a análise crítica dos resultados nos RSAP.</p> <p>Evidência da realização da medição de ruído ambiental prevista para março de 2015.</p>

## Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
  Não Atendida
  Atendimento Contínuo
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.c**

**Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>De acordo com o 6º RSAP, o CCBM contratou o Engenheiro Químico, Thiago Felix Santana, o qual realizou vistorias nos diferentes sítios e apresentou relatórios com recomendações de melhorias para a eficiência dos sistemas de tratamento de água e efluentes da obra.</p> <p>O ANEXO 4.2-1.6 do 6º RSAP apresenta a Minuta do relatório de atualização do status das estações de tratamento de água potável e efluentes, elaborado pelo engenheiro especialista na área, contratado pelo CCBM com o objetivo de verificar, solucionar e monitorar os possíveis desvios encontrados nos pontos de tratamento de água e efluentes de todos os canteiros da UHE – Belo Monte, trazendo a garantia da eficácia nos sistemas e atendimento aos requisitos legais. Nota-se que algumas das ações apontadas no citado relatório já foram concluídas, e demais estão apontadas com prazo de execução.</p> <p>Os resultados analíticos dos efluentes e abastecimento de água do período podem ser observados no capítulo 2 do 6º RSAP e no 6º RC do Ibama.</p> <p>Resposta do 7º RSAP:</p> <p><u>Evidências CCBM:</u> As análises críticas dos resultados das amostras de água potável e efluentes são apresentados nos Quadros comparativos de análise de água potável e nos Quadros comparativos de análise de efluentes tratados, e estão no Capítulo 5.1.1 do 7º RSAP e seus respectivos anexos. De qualquer forma o ANEXO 2.3-2 do 7º RSAP também mostra os dados acima solicitados.</p> <p>O relatório completo segue no Capítulo 5.1.1 do 7º RSAP e seus respectivos anexos.</p> <p>Resposta do 8º RSAP:</p> <p><u>Evidências CCBM sobre efluentes industriais:</u> a comparação com os padrões do IFC não são realizadas, pois os efluentes industriais não são descartados em curso d'água. Os padrões do IFC existentes são apenas para efluentes descartados em água. Serão reforçadas ainda mais as ações, no sentido de atingir uma melhor eficiência pelos sistemas de tratamento de efluentes no projeto da UHE Belo Monte como um todo.</p> <p>Demais informações sobre este assunto podem ser observadas nos pacotes de trabalho específicos ao PAC. no RC encaminhado ao Ibama em fev/2015, o qual acompanha este RSAP.</p> <p>Segundo a NE, o Capítulo 5 do 9º RSAP e seus anexos, bem como os anexos das recomendações e plano de ação deste RSAP reportam em rotina os resultados referenciados acima.</p>	<p>Em relação ao controle de erosão, as ações e medidas previstas no PAC continuam a não ser suficientemente executadas, o que é evidenciado extensivamente pela ausência de forração vegetal em taludes nos canteiros de obras, na vila residencial, falta de sistema de drenagem nos travessões 27 e 55, além do processo de aproveitamento de bota-foras.</p> <p>Por fim, as ações que integram o PAC, sob responsabilidade do CCBM, continuam a não ser controladas e acompanhadas sistematicamente pela NE.</p> <p>Considera-se esta ação ainda <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p><u>Análise 3ª missão:</u> A ação continua <u>Parcialmente Atendida</u>. A NE deve continuar a apresentar os dados de monitoramentos executados pelo CCBM nos RSAP, anexando os RGM-E ou o Relatório Trimestral consolidado, como foi feito neste 3º RSAP. Em relação às emissões atmosféricas, deve-se prosseguir informando os resultados do monitoramento de fumaça preta. Aguarda-se a inclusão, no 4º RSAP, das informações sobre as demais emissões. Aguarda-se também, no 4º RSAP, a apresentação dos indicadores a serem desenvolvidos pela BIOCEV para verificação da efetividade das ações de controle de erosão implementadas pelo CCBM. Aguarda-se também a incorporação, como anexo aos RSAP, dos RGM-C da BIOCEV. Em relação à comparação dos resultados do monitoramento com os padrões do IFC, a análise é a mesma já feita acima nas ações 5 e 25.</p> <p><u>Análise 4ª missão:</u> Idem análise da Ação 25 – ver Quadro 7.0.a.</p> <p><u>Análise 5ª missão:</u> Conforme já avaliado no <b>Quadro 7.0.a</b>, acima, para as Ações 5 e 25, os resultados e/ou os laudos dos monitoramentos realizados (efluentes domésticos e industriais, qualidade da água das ETAs e bebedouros, ruído e fumaça preta) estão sendo reportados no RSAP, com a comparação à legislação brasileira e aos padrões do IFC. Os resultados estão atendendo minimamente à legislação brasileira, mas o desempenho claramente necessita ser melhorado. Em relação aos padrões do IFC, que são mais restritivos, não há atendimento de nenhum parâmetro. Conforme já mencionado na Ação 5, atendendo a uma recomendação da consultoria independente</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.c**

**Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>(ver recomendação 11 do <b>Quadro 8.0.a</b>), o CCBM informou que está providenciando a contratação de um profissional especializado com experiência na área de saneamento, que fará a caracterização de todos os efluentes gerados, avaliação das condições de funcionamento e dimensionamento dos sistemas e definição de ações para correção dos desvios, com objetivo de tornar os resultados estáveis, melhorar o atendimento aos padrões de desempenho do IFC e garantir o atendimento à legislação Nacional.</p> <p>O RSAP está incluindo uma análise dos parâmetros que apresentaram resultados insatisfatórios, mas considera-se que esta análise ainda necessita ser melhorada e mais aprofundada. No caso do não atendimento aos padrões do IFC, considera-se que não basta apresentar e assumir o não atendimento, mas apresentar algum tipo de estratégia de melhora nas performances dos tratamentos, de maneira a reduzir as discrepâncias.</p> <p>As melhoras em relação à análise crítica dos resultados e em relação à redução da discrepância dos mesmos quando comparados com os padrões do IFC continuarão a ser avaliadas e discutidas no âmbito desta ação.</p> <p><b>Análise 6ª missão:</b>                      No período foram evidenciados no 6º RC os resultados dos monitoramentos realizados nas OP pelo CCBM.                      O 6º RSAP, por sua vez, evidenciou a contratação do especialista em saneamento, que verificou os problemas na <i>performance</i> das ETAs e ETEs. No relatório apresentado como anexo ao RSAP, verificou-se que, para cada item das instalações para o qual o consultor identificou problema, foram propostas uma ação corretiva e um prazo para atendimento da mesma. Observa-se que há várias ações já realizadas, como, por exemplo, “Providenciar limpeza diária nas Lagoas da ETE Belo Monte” ou a “Manutenção corretiva dos leitos de secagem da ETE da Vila Residencial”, entre várias outras.                      Há ações com atendimento previsto em 30/06/2014 e que não constam como realizadas; e há outras ações previstas para o final de agosto e para o final de setembro, ou seja, após a missão da consultoria independente.                      Recomenda-se que seja apresentada a versão completa do laudo do consultor, contendo o diagnóstico de cada sistema de tratamento, para que façam sentido as ações e os prazos propostos.                      Em relação à comparação dos resultados dos monitoramentos com os padrões do IFC, neste trimestre houve retrocesso em relação à 5ª missão, apresentando-se apenas a comparação para os efluentes sanitários (ETEs dos sítios). Para os efluentes industriais a comparação não foi feita</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✔ Atendida  
 ✔ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✔ Não Atendida  
 ✔ Atendimento Contínuo  
 ✔ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso



Quadro 7.0.c

Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>neste trimestre.</p> <p><b>Análise 7ª missão:</b> No período foram evidenciados no 7º RC os resultados dos monitoramentos realizados nas OP pelo CCBM. Os resultados foram reportados no corpo do RSAP, incluindo análise crítica, e forma também apresentados os laudos como anexo. Em relação à comparação dos resultados dos monitoramentos com os padrões do IFC, os valores continuam sendo apresentados apenas para os efluentes domésticos, com os limites não sendo atendidos por nenhum parâmetro. Para os efluentes industriais mais uma vez não foi realizada a comparação.</p> <p><b>Análise 8ª missão:</b> Neste trimestre foi apresentado o Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA, e, por este motivo, o 8º RSAP foi bastante mais simplificado, não incluindo nenhum resultado dos monitoramentos realizados. Foram apresentados os laudos das análises previstas nos monitoramentos de efluentes domésticos e industriais, e de qualidade da água nas ETAs e bebedouros. Os laudos são muitos e não há como verificar um a um. Não foi incluída uma análise crítica dos resultados. A eficiência é avaliada com base em laudos satisfatórios e não satisfatórios. Para os laudos não satisfatórios não se avalia o parâmetro que causou esta não conformidade com a legislação. Neste trimestre, pela falta de resultados no RSAP, valendo apenas o status consolidado reportado ao IBAMA, não foi apresentada a comparação feita pela BIOCEV dos resultados do monitoramento de efluentes em relação aos padrões do IFC. No período foi realizado o monitoramento periódico de fumaça preta utilizando a Escala Ringelmann. Em relação ao ruído ambiental, a próxima medição, que é anual, deverá ocorrer em março de 2015, sendo reportada no 9º RSAP.</p> <p><b>Análise 9ª missão:</b> No 9º RSAP foram incluídos os resultados dos monitoramentos de água para abastecimento (ETAs e bebedouros), efluentes (domésticos e industriais) e fumaça preta. Não foi evidenciada a medição de ruído ambiental, que tem periodicidade anual e estava prevista para março. Em relação à comparação dos resultados tanto com os limites da CONAMA quanto com os padrões do IFC, para os efluentes foi evidenciada no Anexo 3.1 - 19 do 9º RSAP- <i>Quadro Comparativo do resultado das análises de efluentes sanitários tratados</i>, a inclusão dos limites do IFC. Nesse quadro não são marcados em vermelho os valores</p>			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

**Quadro 7.0.c**

**Ações do Plano de Ação da UHE Belo Monte com atendimento contínuo – Avaliação do 6º Monitoramento Socioambiental Independente (agosto de 2014)**

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					que extrapolam os limites do IFC, conforme previsto na legenda do quadro. Este quadro inclui também uma análise do desempenho do tratamento, mas apenas em relação a DBO e com base na CONAMA. O Relatório Gerencial Mensal da Executora – RGM-E do PCAI, que inclui esse quadro como anexo, inclui a análise de eficiência do tratamento, mas apenas em relação à porcentagem de laudos satisfatórios e insatisfatórios em relação ao total de laudos. No caso dos laudos insatisfatórios, não se tem ideia do parâmetro que extrapolou os limites, a não ser que se verifique laudo a laudo.			
Relatórios de Conformidade Socioambiental	<b>Ação 44:</b> Para o atendimento do Princípio do Equador 7, deverão ser Apresentados Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental à Caixa Econômica Federal (CEF), seguindo minimamente a estrutura apresentada no Anexo 1 deste Plano de Ação.	Trimestralmente após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>O 1º RSAP foi apresentado em 06/05/2013, referente ao trimestre de monitoramento de janeiro a março de 2013. O próximo RSAP será referente ao trimestre de abril a junho de 2013.</p> <p>O 2º RSAP, referente ao trimestre de abril a junho de 2013, foi encaminhado em 16/08/2013.</p> <p>O 3º RSAP, referente ao trimestre de julho a setembro de 2013, foi encaminhado em 25/10/2013.</p> <p>O 4º RSAP, referente ao trimestre de outubro a dezembro, foi encaminhado em 03/02/2014.</p> <p>O 5º RSAP, referente ao trimestre de janeiro a março de 2014, foi encaminhado em 29/04/2014.</p> <p>O 6º RSAP, referente ao trimestre de abril a junho de 2014, foi encaminhado em 01/08/2014.</p> <p>O 7º RSAP, referente ao trimestre de julho a setembro de 2014, foi encaminhado em 28/10/2014.</p> <p>O 8º RSAP, referente ao trimestre de outubro a dezembro de 2014, foi encaminhado em 13/02/2015.</p> <p>O 9º RSAP, referente ao trimestre de janeiro a março de 2015, foi encaminhado em 30/04/2015.</p>	Ação em atendimento (contínua).	✓		

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida  
 ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  
 ✓ Não Atendida  
 ✓ Atendimento Contínuo  
 ✓ ! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

## **8.0**

### **Situação de Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente (da *Due Diligence* ou da Missão de Monitoramento Anterior)**

O **Quadro 8.0.a** do **Anexo 10** apresenta o status de atendimento às recomendações em aberto da *Due Diligence* e da 1ª à 8ª missão de monitoramento. No próximo relatório, este Quadro incluirá também o atendimento às novas recomendações estabelecidas na 9ª missão.

O **Quadro 8.0.a** é atualizado a cada Relatório de Monitoramento Socioambiental, constando do mesmo a situação de recomendações pendentes, bem como as recomendações emitidas no período anterior. Recomendações atendidas são subtraídas do Quadro.

O atendimento às recomendações foi verificado pelo consultor socioambiental por meio da análise do 9º RSAP, de documentos e relatórios apresentados pela NE e pelo CCBM, e por meio das inspeções de campo, entrevistas e reuniões realizadas entre os dias 11 a 15 de maio de 2015.

## **9.0**

### **Conformidade do Empreendimento com os Princípios do Equador**

Neste Capítulo apresenta-se uma avaliação geral sobre a conformidade atual do empreendimento UHE Belo Monte com os Princípios do Equador, com base nas informações recebidas da NE e contidas no 9º RSAP, naquelas verificadas nos Relatórios para o IBAMA e outros órgãos intervenientes, e nos aspectos verificados pelo Consultor Ambiental Independente durante a inspeção de campo e as reuniões mantidas com a NE e/ou empresas por ela contratadas.

Conforme já mencionado em todos os relatórios anteriores, discute-se a seguir a conformidade atual do empreendimento com relação aos Princípios 2, 3, 4, 5, 6 e 8.

O **Quadro 9.0.a**, a seguir, resume a situação de conformidade do empreendimento com cada Princípio do Equador e cada Padrão de Desempenho do IFC, a qual é detalhada na sequência.

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
<b>Princípio 2.0 – Avaliação Socioambiental</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Procedimento de Gestão de Mudanças</li> </ul>	O procedimento foi elaborado e já se encontra aprovado. Não há evidência da sua aplicação até o momento. Recomendou-se que os RSAP incluam uma Seção específica para apontar as mudanças ocorridas no período e a necessidade de aplicação do PS de Gestão de Mudanças e de revisão da Planilha de Controle de Impactos. Não foi atendido até o momento.	Parcialmente conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação e Avaliação de Impactos e Riscos</li> </ul>	A gestão da Norte Energia foi estruturada de modo que a responsabilidade pela identificação de perigos e avaliação de riscos relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) seja das empresas contratadas. Essa prática mostra-se válida para o CCBM, que conta com larga experiência e procedimentos próprios; porém, nessa configuração ficam desamparadas as atividades da própria Norte Energia e de diversas contratadas (executoras das obras do entorno, dos programas do PBA, serviços de vigilância, atividades do Centro de Estudos Ambientais etc.). As Montadoras, entretanto, começaram a demonstrar a identificação preliminar de riscos, estando um pouco mais desenvolvida no caso do CMBM. Não se encontra satisfatória, no entanto, a Andritz que não desenvolveu sua gestão de forma adequada.	Parcialmente conforme
<b>Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão da conformidade legal do empreendimento</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Identificação dos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis ao projeto</li> </ul>	O empreendimento possui PS de Identificação dos Requisitos Legais e Outros Requisitos Aplicáveis e o Manual de Requisitos Jurídicos adequado para aqueles que incidem sobre as questões ambientais, ficando fora desse processo a necessidade de identificação dos requisitos legais aplicáveis à Segurança e Saúde Ocupacional.	Parcialmente conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliação de conformidade legal do Projeto</li> </ul>	No que se refere à definição de sistemática formal para avaliação da conformidade legal do empreendimento pela NE, a análise documental da sistemática de auditorias implementada no empreendimento não permite afirmar que as avaliações mensais conduzidas pelo NAC eliminam a necessidade de realizar auditorias específicas (internas) para avaliação do SGA e auditorias específicas de conformidade legal, pois o consultor independente não tem subsídios suficientes para atestar que essas auditorias englobam todos os temas / processos incorporados na documentação do sistema.	Parcialmente conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Obtenção, renovação e atendimento às condicionantes de licenças, autorizações e portarias</li> </ul>	A NE possui as seguintes ferramentas de gestão do processo de licenciamento: <ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento do licenciamento por meio de reuniões semanais do grupo de trabalho específico;</li> <li>Atualização da matriz de licenças;</li> <li>Sistema de Alerta do SGP (licenças e autorizações do IBAMA, SEMA). Condicionantes que têm prazo para atendimento ou outra demanda entram no Sistema de Alerta. Condicionantes que não têm prazo ou demanda, mas que estabelecem um pré-requisito, entram no controle de ofícios da FR;</li> </ul>	Conforme

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização da planilha de licenças das obras do entorno;</li> <li>• Controle de Ofícios pela Ferreira Rocha.</li> </ul>	
• Situação das multas e autos de infração	O 9º RSAP apresentou, na Seção correspondente, as multas e autos de infração da NE e também aqueles recebidos pelo CCBM no período.	Conforme
<b>PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental</b>		
• Sistema de Gestão da NE		
– SGA	O SGA da NE encontra-se estruturado, porém até o momento não foi possível verificar sua completa implementação. A análise documental da sistemática de auditorias implementada no empreendimento não permite afirmar que as avaliações mensais conduzidas pelo NAC eliminam a necessidade de realizar auditorias específicas (internas) para avaliação do SGA e auditorias específicas de conformidade legal, pois o consultor independente não tem subsídios suficientes para atestar que essas auditorias englobam todos os temas / processos incorporados na documentação do sistema.	Parcialmente conforme
– Sistema de Gestão de SST	A Norte Energia (NE) definiu e implantou regras de gestão, além de evidenciar melhoria contínua na supervisão e acompanhamento das empresas que atuam sob sua responsabilidade.	Conforme
• Sistema de Gestão do CCBM	Apesar de existirem recomendações em relação ao SGI, o CCBM apresenta um sistema robusto de gestão que contempla todos os requisitos previstos pelas principais normas de gestão (ISO 14.001 e OHSAS 18.001), além de apresentar melhoria e evolução a cada missão de monitoramento.	Conforme
• Cumprimento dos Programas de SST exigidos por Lei		
– OP	A NE mantém sua metodologia de Supervisão de SST, conforme apresentado na <b>Seção 4.3.1</b> . O resultado do monitoramento interno para mensuração do desempenho do CCBM encontra-se apresentado e discutido na <b>Seção 4.3.2</b> ; e, das Montadoras na <b>Seção 4.3.3</b> . O alerta ainda recai sobre a Montadora Andritz, que apresenta maior índice de desvios e não-conformidades abertas. Esta empresa ainda requer maior atenção da NE para que as diretrizes de gestão sejam seguidas, além de melhoria na rápida solução dos desvios identificados no processo de supervisão da NE.	Parcialmente conforme
– OE	O resultado de desempenho das Obras do Entorno e empresas executoras dos programas do PBA encontra-se apresentado e discutido na <b>Seção 4.3.4</b> ; e, das atividades de Supressão Vegetal na <b>Seção 4.3.5</b> . A metodologia de supervisão das OEs busca identificar os desvios de campo, porém as empresas contratadas não respondem rapidamente aos apontamentos da NE, além de apresentarem índices de conformidades bastante baixos em muitos dos contratos. As correções dos desvios não contribuem para a melhoria de gestão dessas empresas, pois são pontuais e têm como objetivo apenas eliminar o desvio. Assim, a NE deve avaliar criticamente se o processo de supervisão	Parcialmente conforme

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	necessita de ajustes para atingir melhores níveis de desempenho e garantir o atendimento dos requisitos legais por parte das suas contratadas.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervisão ambiental e sistemática de tratamento de não conformidades</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– OP</li> </ul>	Em relação à supervisão ambiental, verificou-se que as atividades da BIOCEV prosseguiram no período, apoiando-se no Sistema de Informações Geográficas – SIG-BIO, desenvolvido para gerar mapas com as informações sobre os desvios registrados nas obras. Esses mapas permitem verificar a situação de cada Sítio Construtivo em relação à quantidade de desvios, a espacialização dos desvios dentro das áreas de cada Sítio, o status de resolução dos desvios (concluído, vencido, com pendência a vencer ou aguardando evidência), e a quantidade de desvios por processo ou atividade de obra. As evidências encaminhadas no período mostram que a supervisão se estende às empresas subcontradas e montadoras.	Conforme, porém com pontos de melhoria
<ul style="list-style-type: none"> <li>– OE</li> </ul>	A supervisão ambiental das OEs é realizada por Técnicos de Segurança do Trabalho da NE, orientados pela Analista Ambiental. Essa prática tem mostrado resultado no sentido de identificar o nível de conformidade dessas empresas em relação a Meio Ambiente. O resultado do período está demonstrado nas <b>Seções 4.2.1.2 e 4.2.1.3</b> . Ainda não há bases para garantir que o modelo de supervisão da NE, mesmo considerando o esforço da equipe e a constante evolução registrada até o momento, garanta a conformidade ambiental (o resultado de grande parte dos contratos ainda se encontra menor que 70%). A supervisão ambiental das empresas executoras da Supressão Vegetal também é executada pelos Técnicos de Segurança do Trabalho de cada um dos 5 lotes, inclusive neste período a metodologia de Supervisão foi substituída por aquela já implantada pela NE, ou seja, a STCP foi treinada e passou a adotar a metodologia da NE para supervisionar as contratadas de Supressão Vegetal.	Parcialmente conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervisão de SST e sistemática de tratamento de não conformidades</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– OP</li> </ul>	O resultado da Supervisão de SST sobre a OP encontra-se apresentado e discutido na <b>Seção 4.3.1</b> . A NE determinou e implantou metodologia de supervisão que busca identificar desvios de campo e exige que as empresas contratadas os corrijam. De fato, esta metodologia se encontra plenamente implantada e controlada, entretanto, no âmbito das montadoras ainda não existem evidências adequadas para garantir que ações corretivas estejam sendo adotadas de modo que desvios críticos ou frequentes sejam eliminados ou reduzidos.	Conforme, porém com oportunidades de melhoria
<ul style="list-style-type: none"> <li>– OE</li> </ul>	O resultado da Supervisão de SST sobre a OP encontra-se apresentado e discutido na <b>Seção 4.3.1</b> . Como as diretrizes de supervisão são as mesmas adotadas na OP, também não existem evidências de que possam ser identificadas melhorias no processo de gestão das empresas. A supervisão identifica desvios e as contratadas os corrigem, o que não garante que não voltem a ocorrer no mesmo contrato ou em qualquer	Parcialmente conforme

## Quadro 9.0.a

## Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	outro novo contrato.	
• Treinamentos		
– NE	O processo de treinamento da NE não está estruturado, pois toda a gestão formalizada converge para as questões socioambientais do empreendimento, mais especificamente obra e operação.	Não conforme
– OP	O Procedimento do CCBM “Treinamento, Conscientização e Competência” – PS CCBM 220 48 tem por premissa identificar as necessidades de treinamentos, conscientização e competência, conforme os requisitos das Normas Internacionais ISO 14.001, OHSAS 18.001 e SA 8.000. As Montadoras ainda se dedicam aos treinamentos de integração e aqueles impeditivos para exercer atividades de riscos (NR-12, NR-33 e NR-35).	Conforme, porém com oportunidades de melhoria
– OE	Os treinamentos das empresas executoras das obras do entorno se resumem àqueles exigidos pela legislação.	
• Implantação dos Planos, Programas e Projetos Socioambientais do PBA		
– PGA		Conforme
– PAC		Conforme
– Meio Físico		Conforme
– Flora	De forma geral, os projetos da flora estão sendo executados de acordo com os Princípios do Equador, bem como com o PBA e as exigências do órgão ambiental. Não foram emitidos novos pareceres do IBAMA sobre os mesmos. Alguns atrasos ocorrem principalmente na supressão da vegetação e na destinação da madeira gerada na supressão da vegetação. Até março de 2015, estimava-se que a supressão havia sido executada em 45,7% da área prevista para os reservatórios. A Norte Energia tem se mobilizado para dar celeridade às atividades, sendo que o rendimento no 1º trimestre desse ano foi quase três vezes superior ao mesmo período do ano passado. Apesar disso, a área que ainda deve ser suprimida é maior que o total executado em todo o ano de 2014. No 1º trimestre de 2015, houve pequenos avanços da destinação do material lenhoso gerado. Foram executadas destinações externas com fins sociais, ainda que por meio de acordos com o IBAMA, e as tratativas para destinação do resíduo grosso foram retomadas. As proposições feitas pela Norte Energia ao IBAMA visando dar celeridade à destinação da madeira foram indeferidas em 06 de maio de 2015, ou seja, fora do período de abrangência deste relatório.	Parcialmente conforme
– Fauna Terrestre	Os Programas referentes à fauna terrestre e semi-aquática, no que diz respeito ao monitoramento, acompanhamento e mitigação dos diversos impactos, caminham de acordo com o PBA e dentro do cronograma previsto. Recomenda-se incluir na pauta a próxima reunião do PAN (abril/2015) a verificação da possibilidade de inclusão de eventuais novas espécies endêmicas e/ou ameaçadas nas áreas que serão protegidas pela NE. NO entanto, os relatórios dos estudos complementares indicam que as espécies novas para a ciência (roedores e quirópteros) são de ampla distribuição.	Conforme

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	Esta Consultoria Socioambiental Independente entende que a inclusão das espécies no PAN independe da Norte Energia, e que a proteção das áreas previstas até o momento, bem como a detecção das possíveis novas espécies de roedores fora da área de influência do empreendimento, segundo evidenciado nos relatórios de atendimento aos Princípios do Equador apresentados nos RSAP, aumentam significativamente a possibilidade de manutenção de populações viáveis dos táxons em questão na região da Volta Grande do Xingu.	
– Limnologia e Ictiofauna	Os programas e projetos da limnologia e ictiofauna estão, de forma geral, sendo executados de acordo com as exigências do órgão ambiental e os padrões do IFC.	Conforme
– Socioeconomia		Conforme
• Implantação do PBA-CI	A partir de 2013 e, especialmente ao longo de 2014, a Norte Energia ampliou, qualificou e consolidou sua capacidade de gestão e interação com as populações indígenas e instituições relacionadas. Através da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) a Norte Energia mantém empresas contratadas e um conjunto de colaboradores indígenas que atuam diretamente na implantação dos programas e projetos do PBA-CI. Como indicadores de tal consolidação podemos apontar alguns resultados concretos, tais como: as colheitas das roças de subsistência (PAP); o fortalecimento das associações indígenas e as parcerias com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAP e PFI); a negociação com 701 famílias e o reassentamento de 500 famílias indígenas cidadinas acompanhadas PRR; a construção nas aldeias de 22 casas de farinhas, 386 residências e 19 sistemas de abastecimento de água (PI); a retomada das reuniões do Comitê Gestor; a realização de reuniões dos Subcomitês nas aldeias; as reuniões do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida (PG); a participação efetiva dos indígenas nas campanhas de monitoramento da qualidade da água e ictiofauna (PSA). Importante considerar que o avanço na implantação do PBA-CI repercute positivamente junto às populações indígenas.	Conforme
• Interação entre os programas ambientais e de saúde e segurança	A inserção dos dados no SGP permitirá que o SIG-A atue de fato como ferramenta de interação entre programas e projetos do PBA, permitindo que as executoras e coordenadoras acessem os dados de programas e projetos de outras executoras. No período foi reportada a operacionalização do SGP. Os avanços reportados foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>Operacionalização plena do fluxo de não conformidades e implantação do sistema de alerta específico para não conformidades, ambos no SGP.</li> <li>Recebimento dos registros das não conformidades do PAC via SGP, para incorporação no SIG-A.</li> <li>Conferência, pela equipe administradora do SIG-A, do Banco de Dados Bruto (BDB) dos Programas dos Meios Físico e Biótico do 7º RC, seguindo os procedimentos do documento PS NES GABM SGA 003/2014;</li> <li>Inserção deste BDB no SIG-A;</li> <li>Interface entre o SIG-A e o SIG-BIO da Biocev (coordenadora do PAC), por meio do envio, pelo</li> </ul>	Conforme



**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	segundo, de dados referentes às não conformidades (NCs) do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI), programas contidos no PAC, para inserção e armazenamento no Geoexplor (SIG-A).	
<b>PD 02: Trabalho e Condições de Trabalho</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação da mão de obra</li> <li>• Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional</li> </ul>		Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>- NE</li> </ul>	A Equipe de SST/MA mantém a gestão dos controles sobre os funcionários da NE, mas questões administrativas, tais como: solicitar EPIs para visitantes e funcionários; participar das reuniões do Conselho de SST da Norte Energia; participar e conduzir as reuniões da CIPA; aplicar e gerir treinamentos, etc. Os trabalhos dos funcionários da NE são basicamente administrativos, porém incluem visitas a campo. A NE como amplamente discutido neste e nos relatórios de monitoramento anteriores não possui um sistema de gestão formalizado que abranja seus funcionários e as suas contratadas, embora possua diversas ações em curso alinhadas com a gestão dos principais riscos.	Conforme Parcialmente conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>- OP</li> </ul>	O CCBM, por apresentar um Sistema de Gestão Integrado, com uma estrutura robusta e adequada ao tamanho do empreendimento, cumpre e transcende as exigências previstas no PD 02 relacionadas à Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. A NE apresentou as informações de monitoramento interno do CCBM, porém a Andritz não apresentou seus resultados para avaliação da NE e consequente inclusão no 9º RSAP. No período, de acordo com as empresas executoras, foi realizada análise crítica dos resultados da Supervisão da NE com os resultados de seus processos de monitoramento interno, o que foi encaminhado para a NE avaliar a qualidade das conclusões. Até o fechamento deste relatório nenhum resultado desta avaliação pela NE foi apresentado. Essa avaliação tem como objetivo confrontar os dois processos de acompanhamento da implantação dos controles para concluir sobre seu nível de eficácia, oportunidades de melhorias e, eventualmente, ações corretivas necessárias para a retomada das diretrizes estabelecidas.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- OEs</li> </ul>	Conforme exposto na <b>Seção 4.3.4 e 4.3.5</b> , um número considerável de contratadas executoras das obras do entorno e outras responsáveis pela Supressão vegetal ainda apresenta resultados insatisfatórios e preocupantes em relação à Segurança e Saúde Ocupacional. A metodologia de encaminhamento de correspondências internas e externas passou a não apresentar mais efeitos de melhoria de desempenho por parte das contratadas, mas sim do atendimento das pendências identificadas. Assim, não é possível evidenciar que sejam analisadas as causas dos principais motivos de ocorrência de desvios e acidentes, definidas ações de melhoria ou, então, corretivas para que se obtenha melhores resultados em relação a trimestres anteriores.	Parcialmente conforme

## Quadro 9.0.a

## Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas e procedimentos de RH</li> </ul>	Os procedimentos da NE e CCBM estão conformes em relação a este quesito.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Condições do Trabalho nas Obras Principais e do Entorno</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>OP</li> </ul>	As condições de trabalho e das instalações de apoio aos trabalhadores (alojamentos, áreas de vivência, refeitórios, sanitários, áreas administrativas e áreas de apoio nas frentes de serviço de campo avançadas) que foram evidenciadas na OP, conforme constatado na <i>Due Diligence</i> e na missão anterior, são consideradas muito adequadas e, portanto, compatíveis com as melhores práticas requeridas pelo PD 02. As áreas de apoio e instalações das <b>Montadoras</b> ainda se encontram em construção e foram projetadas de modo a atender as especificações da legislação incidente. A única exceção pode ser feita para o refeitório da Andritz que já se encontra em operação, embora seu entorno precise de acabamento. As instalações provisórias atendem os padrões mínimos de conforto.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>OEs</li> </ul>	No caso das OEs, as condições de trabalho são muito variáveis em função do nível de aderência das empresas com os requisitos da legislação brasileira de SST. Entretanto, a equipe de supervisão de SST da NE demonstra identificar eventuais pendências e registrar desvios para que as contratadas os corrijam e as condições de trabalho sejam melhoradas. Embora as pendências sejam identificadas, nota-se que a correção dessas pendências apresenta grande morosidade em boa parte dos contratos. Em termos de infraestrutura, durante a inspeção em alguns dos contratos os sanitários, áreas de vivência, áreas administrativas e frentes de trabalho das OEs, foram evidenciadas condições razoáveis, dentro dos limites das exigências legais, e com necessidade de melhoria para conformidade total com os requisitos de Condições de Trabalho estabelecidas pelo PD 02. Para regularização das pendências do CEA (Centro de Estudos Ambientais) identificadas na 2ª missão de monitoramento, a NE evidenciou todas as melhorias implantadas nos banheiros, lavanderia e dormitórios. A reforma na cozinha e refeitório foi postergada para o segundo semestre de 2015, porém sem data para início.	Parcialmente conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mecanismos de Reclamações disponíveis aos trabalhadores</li> </ul>		Conforme
<b>PD 03: Prevenção e Redução da Poluição</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerenciamento de efluentes líquidos</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>OP</li> </ul>	No período, os resultados do monitoramento de efluentes foram verificados por meio dos laudos de março, em tabela síntese dos resultados do período, em tabela comparativa, que apresenta esses resultados em relação aos padrões da legislação, e em discussão feita no Relatório Mensal do PCAI, de março de 2015. Na tabela comparativa é feita uma avaliação da eficiência para cada mês do período em termos de remoção de DBO, avaliando em relação aos limites da CONAMA 430/11. A avaliação crítica dos resultados é feita apenas para DBO. A eficiência é discutida apenas em relação à	Conforme, porém com oportunidades importantes de melhoria

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	<p>porcentagem de laudos satisfatórios e insatisfatórios em relação ao total de laudos. No caso dos laudos insatisfatórios, não se tem ideia do parâmetro que extrapolou os limites, a não ser que se verifique laudo a laudo.</p> <p>Em relação à comparação dos resultados tanto com os limites da CONAMA quanto com os padrões do IFC, para os efluentes foi evidenciada no Anexo 3.1 - 19 do 9º RSAP- <i>Quadro Comparativo do resultado das análises de efluentes sanitários tratados</i>, a inclusão dos limites do IFC. Nesse quadro não são marcados em vermelho os valores que extrapolam os limites do IFC, conforme previsto na legenda do quadro.</p>	
– OE	<p>No período, verificou-se que a equipe da NE voltada à supervisão das OEs regrediu no processo de Supervisão nos primeiros meses de 2015, a ponto de registrar desvios por disciplina (Meio Ambiente) e não mais por macro temas. Assim, não se sabe, para o período, a criticidade do tema efluentes na gestão das OEs. Na reunião realizada com a Equipe de SST/MA, ficou clara a necessidade de retomar a forma de registro anterior, mesmo que isso gere mais Registros de Desvios. Recomendou-se que a forma anterior de registro seja retomada imediatamente.</p>	Parcialmente conforme
• Gerenciamento de emissões atmosféricas		
– OP		Conforme
– OE	<p>Nas OEs não é possível evidenciar se está sendo realizado o gerenciamento de emissões atmosféricas ou, se realizado, está sendo feito da forma adequada. Ela consta do <i>checklist</i> a ser verificado em campo pelos técnicos da SST/MA, mas o reporte não contém essas informações.</p>	Não conforme
• Gestão de Resíduos Sólidos		
– OP		Conforme
– OE	<p>A equipe de SST/MA da NE gera resultados de desempenho e registrado os desvios através de Registros de Ocorrência, os quais são lançados em planilha para posterior acompanhamento. As saídas deste processo de monitoramento, entretanto, não dão bases concretas para se concluir sobre a suficiência de gestão e controles operacionais da gestão de resíduos sólidos.</p> <p>A NE evidenciou ter melhorado o controle da destinação de resíduos pelas empresas contratadas, manutenção de cópia de licenças, autorizações e outros documentos correlacionados. Embora este controle esteja em crescente evolução, ainda não existem evidências das quantidades e classes/tipos de resíduos destinados para os diversos receptores.</p>	Parcialmente Conforme
• Gestão de materiais perigosos		
– OP		Conforme
– OE	<p>A supervisão das OEs inclui a verificação da gestão de materiais perigos, embora não seja possível extrair o resultado de desempenho nesse processo a partir dos relatórios gerenciais trimestrais.</p>	Conforme, porém com oportunidades

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
• Gestão de ruídos		de melhoria Conforme
PD 04: Segurança e Saúde da Comunidade		
• Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório		Conforme
• Segurança da Comunidade	Os Planos de Gestão Viária do CCBM, das montadoras e da fornecedora foram apresentados e encontra-se implantados. A maior parte dos riscos recai sobre as atividades do CCBM e da empresa fornecedora, mais especificamente no que diz respeito ao recebimento de materiais por meios terrestres e fluviais. As informações sobre o desempenho mais consistentes ainda são do CCBM, ficando as demais empresas com pouco ou nenhum reporte de dados. Os dados decorrentes do processo de monitoramento interno das empresas e o de supervisão da NE devem possibilitar a conclusão sobre a efetividade do conjunto de ações determinados por meio dos planos de gestão viárias apresentados. Para as OEs, foi possível constatar durante as visitas de campo diversas evidências de sinalização, isolamento e proteções relacionadas ao trânsito. A Equipe de SST/MA elaborou minuta de diretrizes para alinhamento entre as ações e instâncias de aprovação, quando necessário, dos projetos de sinalização. A apresentação desse documento ocorreu na missão do 4º RSAP, porém até o fechamento deste relatório nenhuma evolução foi reportada. Neste conjunto de empresas contratadas, o processo de supervisão da NE também não é suficiente para garantir a efetividade das ações implantadas e, eventualmente, as oportunidades de melhoria necessárias para se atingir as diretrizes pretendidas pelo empreendedor.	Conforme e com oportunidades de melhoria
• Saúde da Comunidade		Conforme
• Utilização de Serviços de Vigilância / Seguranças	Na missão de monitoramento foi evidenciado que a maior parte dos vigilantes foi contratada pelo CCBM como Fiscais de Portaria, desarmados. Existem portarias principais (entrada dos sítios) e secundárias (internas, entre áreas). O único grupo de vigias armados contratado pelo CCBM encontra-se no Paio de munição localizado no Sítio de Canais. Também existe vigilância pelos Fiscais de Portaria na Vila Residencial, Alojamentos dos Sítios, Núcleo RH, EAS – Posto de Assistência à Saúde e Estação de Transbordo de Carga - ETC. O turno desses profissionais é 12 x 36 horas. Os limites de responsabilidade e atribuição são bem definidos entre essas equipes e a Força Nacional. Algumas das empresas executoras das obras do entorno inspecionadas possui vigilância, porém não são armadas.	Conforme
• Preparação e Resposta de Emergências	O CCBM conta com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) adequadamente implantado, porém como foco no público interno e suas atividades, conforme apresentado na <b>Seção 4.3.2</b> . O ingresso das Montadoras trouxe a necessidade de alinhamento de ações de emergência, realização de exercícios simulados e mitigação de riscos entre empresas que atuam nos sítios, até então geridos única e	Conforme, porém com oportunidade de melhorias

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	exclusivamente pelo CCBM. O 9º RSAP apresentou informações bastante sucintas sobre os simulados, não apresentando os resultados qualitativos ou então sobre o resultado de eficácia dos mesmos. Além disso, não houve qualquer reporte de simulado ocorrido de forma integrado entre CCBM e a montadora, no caso dos sítios Belo Monte e Pimental. Em relação à OEs, a NE evidenciou ter aprovado o Plano de Atendimento a Emergências – PAE que engloba todos os contratos de forma bastante simplificada para que possam ser atendidas as diretrizes mínimas de atendimento às possíveis emergências.	
<b>PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (PAR)</li> </ul>	Elaborados dois documentos Planos de Ação, um para a área rural, com nome de Plano de Ação do Remanejamento (Par) – Área Rural - Remanejamento das Famílias Interferidas em Áreas Rurais e outro com o nome de Plano de Remanejamento das Famílias Moradoras na Cidade de Altamira Interferidas Pela UHE Belo Monte.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação de Aspectos Legais do Reassentamento</li> </ul>	Avançam as providências para denominação das novas ruas dos loteamentos dos RUC – com a participação dos moradores na escolha dos novos nomes – para ser oportunamente votadas na Câmara Municipal, permitindo a entrega domiciliar do serviço de Correios. Prossegue o processo de fracionamento das glebas para individualização dos lotes, permitindo a emissão dos títulos individuais aos moradores que já têm contratos individuais de Compra e Venda.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Arranjo Institucional para o Reassentamento Involuntário</li> </ul>	A execução do reassentamento pela NE constitui arranjo adequado, segundo a política da NE em buscar a negociação amigável nos processos de desapropriação e reassentamento.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cadastro Físico de Propriedades e Benfeitorias</li> </ul>		Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cadastro Socioeconômico</li> </ul>		Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico</li> </ul>	Estão contemplados no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas, integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. A valoração dos imóveis e benfeitorias segue normatização consagrada e as benfeitorias são indenizadas por valores de reposição.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de Assistência à Relocação e Implementação das mesmas</li> </ul>	As medidas de assistência à relocação e sua implementação a famílias residentes na área urbana de Altamira, parte do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana e Rural, estão sendo implementadas de maneira adequada nas mudanças para os RUC e no planejamento para o RRC. As medidas sendo aplicadas são consideradas adequadas, e deverão ser monitoradas até o final das relocações urbanas e rurais. Os compromissos assumidos estão detalhados no PAR, discriminados segundo tipologia, e as medidas de Assistência à Relocação constam nos Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida.	Conforme até o estágio atual, e com previsão de continuidade.

## Quadro 9.0.a

## Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de Restituição de Meios de Vida</li> </ul>	As Medidas de Restituição de Meios de Vida também constam em Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. Os programas propostos estão conformes com os requisitos de restituição dos meios de vida dos afetados por relocação compulsória, tanto nas áreas rurais como urbanas.	Conforme até o estágio atual, e com previsão de continuidade.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Opções de Reassentamento e Implementação das mesmas</li> </ul>	O empreendimento está em conformidade com relação a este aspecto do PD 05 e os Programas de Negociação e Aquisição de Terras e Beneficiorias tanto para a área rural quanto urbana, integrantes do PBA, contemplam Matrizes com Critérios de Elegibilidade. Para atender a cada grupo de indivíduos com diferentes vínculos com as propriedades, foram estabelecidas as seguintes opções, conforme definido no PBA: reassentamento em área remanescente e reassentamento em área a ser adquirida para o reassentamento rural.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas para Comunidades Hospedeiras (do Reassentamento)</li> </ul>	Os equipamentos sociais a serem construídos nas glebas de reassentamento incluem escolas de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Além disso, a própria infraestrutura regional de saúde e educação teve investimentos significativos, que atendem ao aumento de demanda durante as obras como parte dos compromissos do licenciamento, mas que permanecerão para atendimento aos municípios em geral, notadamente em Altamira, após a desmobilização do final da construção.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do PAR</li> </ul>	Houve ampliação da equipe executora por parte da NE o que possibilitou significativo avanço no processo de negociação das áreas urbanas. Em março de 2015 estavam sendo realizadas em média 20 negociações/dia. Está previsto que todas as negociações sejam concluídas no final de maio de 2015.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Laudos de Avaliação</li> </ul>	O Caderno de Preços Rurais considerou o preço da terra nua com base em valores de mercado negociados na região. As beneficiorias estão sendo avaliadas por valor de reposição. Isto ocorre também para a valoração das beneficiorias da área urbana.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Efetivação do Pagamento das Indenizações</li> </ul>	Os procedimentos estão em conformidade com esse requisito e a indenização sempre antecede ao reassentamento ou aos efeitos do deslocamento econômico. Outros benefícios estão incluídos nos casos de relocação assistida.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação e Consulta Pública</li> </ul>	Esses procedimentos integram o Programa de Interação Social e Comunicação, e estão em desenvolvimento em conformidade com o Padrão de Desempenho 05, com base na Matriz de Partes Interessadas.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atendimento a Reclamações</li> </ul>	As demandas e reclamações da comunidade são registradas pelo telefone 0800 e nos Plantões Sociais implantados nos RUC. Os Plantões Sociais instalados em cada bairro funcionam apoiando a fase de mudança e pós-mudança, e o mecanismo de recebimento de reclamações no local encontra-se operacional.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Documentação e Auditoria</li> </ul>	O acompanhamento do Plano de Atendimento à População Atingida é feito pelo IBAMA, com relatórios consolidados a cada seis meses. A equipe do IBAMA faz constantes vistorias e reuniões no empreendimento com as equipes gestoras e executoras dos programas do PBA, assim como são expedidos documentos ao	Conforme

**Quadro 9.0.a**  
**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	órgão pela NE sempre que necessário.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitoramento Pós-Relocação</li> </ul>	<p>Tem continuidade o monitoramento das famílias que mudaram para os RUC Jatobá e com extensão para as famílias do RUC São Joaquim, Lago Azul, Casa Nova e Laranjeiras. Para o meio rural, continuam sendo levantados os indicadores para os grupos de agricultores que estão sendo assistidos pela ATES desde dez/12, com dois levantamentos já realizados e que demonstram ganhos positivos em relação a esses indicadores.</p> <p>A realização de campanhas periódicas de coleta de dados em campo pelo Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs tem possibilitado o monitoramento da evolução das condições de vida e das principais alterações sociais, acompanhando o retorno dos atendimentos prestados pelos projetos e programas que prestam assistência social para mitigação dos impactos.</p>	Em atendimento e conforme até o estágio atual.
<b>PD 06: Preservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Flora</li> </ul>	<p>A Norte Energia forneceu informações que estavam sendo solicitadas sobre as espécies novas ou prováveis novas no âmbito do <i>Projeto de Salvamento da Flora</i>. Sobre as seis espécies que ainda necessitavam de confirmação, informou-se que: duas foram determinadas, uma não poderá ser identificada devido à precariedade do material coletado, outra ainda está em estudo, e duas possuem exemplares vivos no CEA e sua floração ainda é aguardada. Assim, até o momento, permanece o registro de três espécies da flora inéditas para a ciência. Uma delas (<i>Mourera</i> sp.) foi encontrada na ADA e AID e há registros dela em outros rios do Estado do Pará. A descrição da segunda (<i>Passiflora echnasteris</i>) foi publicada em maio de 2015, a qual foi registrada próximo ao CEA, onde é mantida cultivada. A terceira espécie nova está sendo descrita no momento (<i>Aechmea</i> sp.).</p> <p>Três espécies registradas na área de influência da UHE Belo Monte são consideradas endêmicas do Estado do Pará, porém com registros em outras localidades. Duas espécies registradas na área de influência do empreendimento são consideradas em perigo (EN) ou criticamente em perigo (CR) segundo a IUCN, as quais estão sendo contempladas pelos projetos de salvamento da flora e de banco de germoplasma.</p>	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fauna Terrestre</li> </ul>	<p>Recomendou-se a participação de especialistas na taxonomia dos quirópteros coletados nos pedrais do Rio Xingu, com foco principalmente na possível nova espécie de <i>Nyctinomops</i> coletada durante os levantamentos feitos para o EIA. Foi feita a contratação de especialista e elaboração de projeto, com os ajustes sugeridos por esta consultoria. A execução do projeto emprega metodologias que permitiram a confirmação de tratar-se de uma nova espécie de <i>Nyctinomops</i>, com base em análises morfológicas e morfométricas e em comparações com exemplares depositados em coleções de instituições científicas reconhecidas. A busca pela possível nova espécie, feita através de cinco campanhas de campo, resultou em sua localização em pedrais dentro fora da área de influência do empreendimento, verificando tratar-se de espécie abundante nos locais onde ocorre. As campanhas tiveram a coleta de exemplares para análises</p>	Conforme

**Quadro 9.0.a**  
**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	<p>citogenéticas e morfológicas, e o número considerável de indivíduos obtidos permitiu ainda a marcação de alguns, para estudos ecológicos. O registro do táxon fora da área de influência é de extrema importância, pois assegura que as atividades e modificações no ambiente resultantes do empreendimento não deverão causar a extinção desta possível espécie nova para a ciência. Foram finalizadas as análises morfológicas e morfométricas, tendo sido apresentados os resultados finais conclusivos que mostram que a implantação do empreendimento não acarretará extinção da espécie.</p> <p>O PAN contempla estudos morfológicos e moleculares da possível nova espécie de <i>Nyctinomops</i>. Recomendou-se que as espécies de roedores confirmadas como novas para a ciência sejam também incluídas nas ações e objetivos do PAN. Considera-se que o atendimento a esta recomendação depende dos especialistas envolvidos no PAN. A NE informou que a inclusão das três possíveis novas espécies apenas poderá ocorrer em 2015. Assegura, no entanto, que haverá medidas de proteção a estas possíveis novas espécies como decorrência da proteção de novas áreas. A consultoria independente entende que a inclusão das espécies no PAN independe da Norte Energia, e que a proteção das áreas previstas até o momento, bem como a detecção das possíveis novas espécies de roedores fora da área de influência do empreendimento, segundo evidenciado nos relatórios de atendimento aos Princípios do Equador apresentados no 8o RSAP, aumentam significativamente a possibilidade de manutenção de populações viáveis dos táxons em questão na região da Volta Grande do Xingu. Além disso, o relatório de andamento das atividades complementares indica tratar-se de espécies de roedores de ampla distribuição.</p> <p>Recomendou-se a contratação de especialistas para identificar as possíveis novas espécies de quiróptero (<i>Nyctinomops</i>) e roedores (<i>Oecomys</i> e <i>Neacomys</i>) e a determinação de sua área de distribuição fora da área de influência do projeto. Os especialistas foram contratados, todas as campanhas de campo já foram conduzidas para quirópteros e roedores. Quanto ao quiróptero, o Anexo ao 9o RSAP mostra que a nova espécie foi detectada fora da área de influência do empreendimento, alguns indivíduos foram capturados para os estudos morfológicos e citogenéticos, e os demais foram marcados e soltos para permitir o estudo do uso dos pedrais pela espécie. As comparações morfológicas e morfométricas com outras espécies de <i>Nyctinomops</i> foram finalizadas e apresentadas de forma consolidada em relatório final, juntamente com a distribuição da espécie. Com relação aos roedores, também registrados em áreas que não serão alternadas pelo empreendimento, os estudos de distribuição apontam ainda que as espécies também estão presentes em áreas próximas que deverão ser conservadas pela Norte Energia, além de apresentarem distribuição mais abrangente possivelmente delimitada pelos interflúvios. Os estudos morfológicos e moleculares apresentados no Anexo do 9o RSAP apontam afinidades dos quatro morfotipos em estudo com táxons já conhecidos e distribuição mais extensa do que o inicialmente apontado. Considera-se que as ações</p>	<p>Conforme</p> <p>Conforme</p>



**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	encontram-se finalizadas.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ictiofauna</li> </ul>	A identificação das 27 espécies novas para a ciência está em andamento. Até o momento, 11 espécies (novas para a ciência, endêmicas, ameaçadas e de interesse ornamental) foram registradas somente na ADA e na AID. Recomendou-se que essas espécies sejam registradas fora da AID do empreendimento antes do enchimento (fase de operação). No mês de abril foram realizadas 2 campanhas até o Lago Arapujá para a coleta das espécies <i>Pituna xinguensis</i> e <i>Plesiobelia altamira</i> . Os espécimes estão sendo mantidos nos aquários do Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais no campus da UFPA. A NE realizou no mês de maio uma campanha para a busca ativa das 11 espécies fora da área do empreendimento.	Parcialmente conforme
<b>PD 07: Povos Indígenas</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Suficiência da Linha Base</li> </ul>	Frete às demandas dos indígenas e ao posicionamento da FUNAI a Norte Energia através da SAI adaptou a linha base para incluir as novas aldeias nas atividades desenvolvidas tanto no escopo do PBA-CI quanto no atendimento às demandas relacionadas ao Plano Emergencial. Com relação às negociações com as famílias indígenas e ribeirinhas, houve avanço significativo. Em maio de 2015 já haviam sido concretizadas 701 (ou 89,5%) negociações com os cidadãos e (100%) das negociações com os ribeirinhos.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Consulta e Participação</li> </ul>	Os processos de consulta e participação foram aplicados aos estudos e estão consolidados tanto na estrutura administrativa da Norte Energia, quanto na atuação das contratadas para a execução do PBA-CI. Neste processo, são especialmente relevantes a realização das reuniões periódicas dos Comitês indígenas, a realização de reuniões dos Subcomitês nas aldeias, bem como a presença regular das equipes em campo.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mecanismo de Reclamações</li> </ul>	Os registros do PCI e do PCNI operam como o principal mecanismo de acompanhamento das reclamações encaminhadas às diferentes instâncias. Através destes programas, que mantêm comunicação diária com as aldeias via rádio, são articuladas as demandas indígenas e as respostas ou encaminhamentos institucionais. Ademais, contribuem para fortalecer os mecanismos de reclamação as atas das reuniões do Comitê de Monitoramento do Trecho da Vazão Reduzida, bem como os registros das reuniões do Comitê Gestor, e dos Subcomitês com as reuniões realizadas nas aldeias.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>CPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado (<i>Free, Prior Informed Consent – FPIC</i>)</li> </ul>	Os indígenas manifestaram, ao longo da elaboração do ECI e PBA-CI, que, embora este não seja um projeto indígena, eles estão interessados nas ações de longo prazo. Os Xikrin, através da ABEX, associam os compromissos do licenciamento com seus próprios projetos de etnodesenvolvimento. Com as reuniões dos comitês indígenas e, especialmente, com a realização das reuniões em Subcomitês nas aldeias, estão consolidadas as condições para a circulação de informações estratégicas para que os indígenas avaliem continuamente seus posicionamentos.	Conforme
<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)</li> </ul>	As atividades desenvolvidas no escopo dos programas e projetos do PBA-CI, bem como as ações conduzidas no atendimento às demandas surgidas no Plano Emergencial contribuem para a consolidação do PDPI. Neste sentido vale destacar, como analisado em detalhe presente relatório, que estão sendo desenvolvidas	Conforme

**Quadro 9.0.a**

**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	atividades produtivas em todas as aldeias e que já foram construídas e entregues aos indígenas mais de 22 casas de farinha, 386 moradias, 441 km de estradas, 13 km de pista de pouso, dentre outras ações estruturantes.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais</li> </ul>	As medidas de indenização e compensação estão em andamento desde o Plano Emergencial e constituem parte das ações desenvolvidas no escopo dos programas do PBA-CI. Além das ações estruturantes do programa de infraestrutura e de atividades produtivas os indígenas recebem mensalmente cotas de combustível e transporte fluvial entre as aldeias e a cidade de Altamira. Ademais, no escopo do Plano Emergencial, foram entregues aos indígenas mais de 400 voadeiras e 600 motores e 25 camionetes .	Conforme
<b>PD 08: Patrimônio Cultural</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão do Patrimônio Cultural</li> </ul>	Foi elaborado no período o PS NES GABM SGA 011/2013 - Procedimentos para Achados Arqueológicos Fortuitos. Há atraso nas atividades de alguns Projetos, como os Projetos de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e de Valorização do Patrimônio Multicultural.	Conforme Parcialmente conforme
<b>Princípio 4.0 – Plano de Ação e Sistema de Gestão</b>	Em relação ao <u>Plano de Ação</u> , há ações ainda em aberto (em atendimento ou não atendidas). Há outras que foram transformadas em ações de atendimento contínuo. A cada trimestre verifica-se progresso no número de ações atendidas. Em relação ao <u>Sistema de Gestão</u> – ver situação acima, no PD 01.	Parcialmente conforme
<b>Princípio 5.0 - Consulta e Divulgação</b>		Conforme
<b>Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>CCBM</li> <li>NE</li> </ul>		Conforme Conforme
<b>Princípio 8.0 – Compromissos Contratuais</b>		Conforme

### **Princípio 2.0 – Avaliação Socioambiental**

Em relação a procedimentos para identificação e avaliação contínuas dos impactos socioambientais do empreendimento, a NE possui, no âmbito do SGA, o Padrão de Sistema para Gestão de Mudança nos Projetos e o Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013).

Em relação ao Procedimento de Gestão de Mudanças, este foi revisado de forma a incluir referência ao Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais. Após essa revisão, as mudanças ocorridas refletem em alterações na Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais, que é atualizada minimamente a cada semestre, e sempre que houver mudança que gere impacto novo ou mude a intensidade de impacto existente.

A versão mais atual da Planilha de Impactos (atualização semestral) foi apresentada como anexo ao Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA. O 9º RSAP informa que a sua revisão está em andamento. Nova versão deverá ser apresentada como anexo ao 10º RSAP.

### **Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis**

Os padrões sociais e ambientais aplicáveis ao Projeto são as normas legais incidentes e os 8 Padrões de Desempenho do IFC, incluindo supletivamente os Padrões de Desempenho para insumos, efluentes, emissões, etc., estabelecidos no *General EHS Guidelines* do IFC. A conformidade inicial com esses padrões foi estabelecida durante a fase de *Due diligence*.

No **Capítulo 5.0** deste Relatório é apresentado o acompanhamento do atendimento às condicionantes estabelecidas pelos órgãos intervenientes no processo de licenciamento do empreendimento (ver **Anexo 6**). No período, foram avaliadas as condicionantes do IBAMA estabelecidas na LI 795/2011 e também aquelas derivadas dos Pareceres e/ou Ofícios da FUNAI. Neste período, o status das condicionantes, do ponto de vista da NE, mantém o que foi relatado no período anterior, que havia sido atualizado com base no recém-emitido Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA da Fase de Implantação. Já a avaliação do atendimento feita pelo IBAMA foi atualizada, com base no Parecer 005036/2014 COHID/IBAMA, encaminhado pelo OF 02001.005036-2014-17-DILIC-IBAMA, de 19/12/2014, onde consta a análise do órgão sobre o 6º Relatório Consolidado do PBA e Atendimento a Condicionantes.

Como se pode observar nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, na avaliação da NE, grande parte das condicionantes antes consideradas em atendimento foram alçadas para o status de atendidas, conforme já mencionado no período anterior. Do balanço feito com base no Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA, verificou-se que a NE considera 19 condicionantes como atendidas, 3 com em atendimento e uma parcialmente atendida (2.4, que tem itens atendidos e um deles ainda em atendimento).

Já na análise do IBAMA, evidenciada no novo PT emitido, o 005036/2014 COHID/IBAMA, das condicionantes para as quais cabe atendimento nesta fase (condicionantes 2.20 e 2.23 são consideradas de “*status não pertinente*” pelo órgão, e 2.12 é considerada não mais aplicável a esta fase do empreendimento), 7 são consideradas atendidas (1 a mais que no período anterior, a 2.14, que trata do Cadastro Socioeconômico), 9 estão em atendimento (inclusive a condicionante 2.22, que antes era considerada *não exigível* pelo IBAMA), e 4 são consideradas parcialmente atendidas, inclusive a condicionante 2.7, que tem três itens a serem atendidos, sendo considerada atendida nos itens a) e b). O item c), considerado antes não atendido, voltou à condição de em atendimento no período.

No que diz respeito às condicionantes da FUNAI, da avaliação apresentada nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, resultante das informações coletadas no 4º Relatório de Andamento do PBA-CI e de avaliação do especialista da equipe de consultoria socioambiental independente, do total de 13 ações estabelecidas no Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI (condicionantes da fase de LP), 9 ações são consideradas atendidas e 4 em atendimento. Já em relação às 8 ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI (condicionantes da fase de LP), 7 ações estão atendidas e 1 em atendimento, sendo esta correlata a uma das ações do Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI ainda consideradas em atendimento, que diz respeito à exigência de *Elaboração e execução do Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial*.

No que se refere à definição de sistemática formal para avaliação da conformidade legal do empreendimento pela NE, a análise documental da sistemática de auditorias implementada no empreendimento não permite afirmar que as avaliações mensais conduzidas pelo NAC eliminam a necessidade de realizar auditorias específicas (internas) para avaliação do SGA e auditorias específicas de conformidade legal, pois o consultor independente não tem subsídios suficientes para atestar que essas auditorias englobam todos os temas / processos incorporados na documentação do sistema.

No que diz respeito à gestão de obtenção e renovação de licenças, autorizações e portarias e do atendimento às suas condicionantes, a sistemática adotada é o Sistema de Alerta do SGP. Esse sistema, segundo o Relatório do PGA, veiculado internamente e implantado no âmbito do SGP, vem permitindo a continuidade do acompanhamento e do atendimento às demandas e obrigações da NE junto aos diferentes órgãos intervenientes e agentes financiadores. O sistema dá alertas automáticos para atendimento de demandas e compromissos estabelecidos em ofícios/correspondências, licenças, condicionantes, autorizações, desvios e não conformidades identificadas, e para providências definidas em Atas de Reunião externas e internas.

Além disso, o Grupo de Trabalho (GT) Matriz de Licenças, formado por representantes da NE (Superintendências e Gerências), empresas gestora e coordenadoras, reúne-se semanalmente (Reunião de Atualização da Matriz de Licenças Ambientais) para discutir e atualizar a Matriz de Licenças Ambientais.

O controle de licenças do CCBM, conforme já verificado, é orientado pelo PS CCBM 220 06 – Licenciamento Ambiental e Identificação dos Riscos de Responsabilidade

**JGP**

Ambiental Solidária. Segundo já informado, o CCBM realiza o controle da necessidade de licenciamento para estruturas e atividades sob sua responsabilidade e não acobertadas pela LI, bem como os prazos de validade das licenças, através das planilhas de controle e planilha de levantamento de necessidade de licenças acessórias, disponibilizadas pelo PS CCBM 220 06.

Os requisitos legais sobre Meio Ambiente e SST relacionados ao empreendimento são controlados pelo CCBM por meio do sistema CAL®.

O atendimento aos requisitos legais é verificado através do indicador ICLa, que assegura que toda a legislação aplicável ao meio ambiente está sendo avaliada e que todos os requisitos legais estão sendo atendidos e que ações de correção estejam sendo adotadas para casos de desvio de atendimento. Assim como no período anterior, neste trimestre o 9º RSAP não incorporou os valores do indicador ICLa e, portanto, novamente não foi possível verificar o desempenho do consórcio construtor em relação ao atendimento aos requisitos legais.

Ainda em relação à conformidade legal do empreendimento, no **Capítulo 5.0** avalia-se também a situação das multas e autos de infração recebidos pela NE e pelo CCBM no período.

Em relação à quantidade de processos, a situação no período é semelhante à apresentada no trimestre anterior, não sendo incluído nenhum novo processo. Apenas foram excluídos da tabela dois processos que são controlados por um escritório de advocacia contratado.

O 9º RSAP informa que o CCBM não recebeu autos de infração e/ou notificação de órgãos ambientais no período. Em relação ao Ministério do Trabalho (MTE), houve vistoria do Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura (GMAI) no período, nas áreas de supressão, resultando em 64 autos de infração para os 6 lotes.

#### **PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental**

##### **Sistema de Gestão da NE**

Conforme já descrito nos relatórios anteriores, no âmbito do Projeto Básico Ambiental (PBA) existem dois Planos de Gestão principais para os aspectos ambientais e de saúde e segurança, que são o 2. Plano de Gestão Ambiental (PGA) e o 3. Plano Ambiental de Construção (PAC).

Além do PGA e do PAC, a NE estruturou um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para melhoria contínua de sua gestão sobre as questões sociais e ambientais. As questões de saúde e segurança do trabalho são tratadas por meio de procedimentos isolados, não pertencentes a uma estrutura formal de gestão.

**JGP**

Apesar da NE ter optado por não integrar os sistemas, atualmente alguns documentos são comuns aos dois temas (MA e SST), nesse período de monitoramento foi possível identificar um documento específico de saúde e segurança do trabalho pertencente à estrutura do SGA, trata-se do PL NES GABM SGA 003/2014 (Plano de Atendimento às Emergências de Segurança e Saúde Ocupacional nas Obras do Entorno da UHE Belo Monte). Reitera-se, portanto, a necessidade da Norte Energia definir claramente a abrangência do seu sistema de gestão ambiental, de forma que todas as interações com os documentos de saúde e segurança do trabalho sejam amplamente discutidas pela equipe gestora das questões socioambientais do empreendimento. De qualquer forma, continua válida a necessidade de estruturação de um sistema documentado para gestão das questões de saúde e segurança do trabalho aplicáveis ao empreendimento.

No que diz respeito ao SGA, as principais atividades realizadas no período foram descritas na **Seção 5.1.1** deste Relatório, utilizando as informações do 9º RSAP.

No que se refere especificamente a documentação do SGA, no período coberto por este relatório destaca-se a aprovação do Padrão de Sistema de Operacionalização do NAC e a revisão Manual de Auditoria Ambiental da UHE Belo Monte, pois ambos foram objetos de recomendação pelo consultor independente. Mediante os documentos apresentados o consultor independente ainda não tem subsídios para avaliar se essas auditorias englobam todos os temas / processos incorporados na documentação do SGA, pois não foram disponibilizados os boletins com o resumo dos resultados das auditorias realizadas, conforme acordado com a equipe gestora do SGA.

No que se refere ao reporte das atividades de implementação do SGA, o 9º RSAP incluiu seção específica relacionada ao andamento do sistema de gestão, trata-se da Seção 2.3.1 do relatório. No entanto, não foram mencionadas as atividades relacionadas aos ajustes do SGA para a fase de operação da UHE.

Em relação ao SIG-A e SGP, o 9º RSAP informou os seguintes avanços no período:

SGP:

- Operacionalização plena do fluxo de não conformidades e implantação do sistema de alerta específico para não conformidades, ambos no SGP.
- Recebimento dos registros das não conformidades do PAC via SGP, para incorporação no SIG-A.

SIG-A:

- Conferência, pela equipe administradora do SIG-A, do Banco de Dados Bruto (BDB) dos Programas dos Meios Físico e Biótico do 7º RC, seguindo os procedimentos do documento PS NES GABM SGA 003/2014;
- Inserção deste BDB no SIG-A;
- Interface entre o SIG-A e o SIG-BIO da Biocev (coordenadora do PAC), por meio do envio, pelo segundo, de dados referentes às não conformidades (NCs) do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e do Programa de

Controle Ambiental Intrínseco (PCAI), programas contidos no PAC, para inserção e armazenamento no Geoexplor (SIG-A).

No que diz respeito ao PAC, que é o Plano do PBA executado pelo CCBM, cabe ressaltar os Programas de Controle Ambiental Intrínseco – PCAI, de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, e o de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho e seus dois Projetos (i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, e ii) Projeto de Segurança e Alerta), cujos resultados estão apresentados no **Capítulo 4.0** deste Relatório. O PAC inclui ainda os Programas de Capacitação de Mão de Obra, de Educação Ambiental e de Desmobilização de Mão de Obra, cujos resultados no período são apresentados no **Capítulo 6.0**, os quais apresentam andamento compatível como cronograma do PBA e atendem aos seus objetivos.

O programa previsto no PAC que trata de **Saúde e Segurança do Trabalho** contempla, em sua maior parte, o atendimento aos requisitos legais brasileiros estabelecidos de saúde e segurança no trabalho pela Portaria 3214 de 1978 e o conjunto de Normas Regulamentadoras (NR). Esse programa está dividido em: i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; e, ii) Projeto de Segurança e Alerta, conforme já exposto e detalhado anteriormente no **Capítulo 4.0**.

As contratações conduzidas pela **Norte Energia** estão estruturadas de modo que a execução dos *Programas de Saúde e Segurança* e das ações do *Projeto de Segurança e Alerta* seja de responsabilidade direta de suas empresas contratadas, ficando sob sua responsabilidade apenas a supervisão e coordenação do nível de aderência a esses projetos. A supervisão é realizada pela própria NE que conta com o apoio técnico de um profissional de coordenação da BIOCEV e outro Engenheiro de Segurança da EPBM.

Do ponto de vista da gestão da saúde e segurança do trabalho, o Projeto Hidrelétrico Belo Monte continua apresentando conformidade parcial com a legislação brasileira, embora todas as pendências estejam mapeadas e sendo geridas por meio de desvios pontuais e outros críticos, mais relacionados à capacidade de gestão de algumas das empresas contratadas. Essa informação leva em consideração as imensas dificuldades em disciplinar todos os funcionários com base nas diretrizes de controle preestabelecidas por meio de planos, programas, procedimentos, análises de riscos e outros mecanismos. Certamente existirão desvios de atendimento legal em questões pontuais, porém esta Consultoria Socioambiental Independente tem como principal foco avaliar a capacidade de gestão que o Empreendedor possui sobre suas contratadas (por meio de Supervisão) e também o planejamento e auto monitoramento que cada empresa implanta para controle de suas atividades (gestão interna das empresas contratadas). Assim, as análises realizadas sobre as questões de Saúde e Segurança do Trabalho, ao longo de todo este relatório, abordam as questões pontuais que foram discutidas em campo, porém as utiliza para embasar a tese que culminará na necessidade de melhorias de gestão para se evitar que determinado tema saia ou fique fora do controle do empreendedor.

A gestão mais avançada e robusta pertence ao CCBM, mobilizado há mais tempo e com processos evoluídos o suficiente para apresentar os resultados avaliados. As Montadoras e as executoras das Obras do Entorno, por outro lado, ainda necessitam de grande esforço da Equipe de SST/MA da NE durante a Supervisão, e reuniões adicionais para garantir que melhorem seu desempenho com velocidade compatível com a necessidade<sup>21</sup> e atingir um patamar mais confortável para obras desse porte. O processo de gestão do CCBM, porém, continua em evolução, com melhorias de desempenho identificadas a cada missão.

A NE definiu e segue rotinas de supervisão das contratadas baseadas na verificação do atendimento da legislação por meio de Listas de Verificação (LV). A metodologia de Supervisão e de Auditoria foi formalizada no último trimestre de 2014, apesar de não serem apresentados resultados de auditorias formais realizadas pela NE em suas contratadas desde então. A metodologia de supervisão das empresas executoras da Supressão Vegetal foi modificada de modo que fosse utilizado o mesmo processo aprovado pela NE, porém os resultados ainda não foram apresentados. Assim, espera-se que possa ser possível comparar o desempenho global do empreendimento sobre bases equivalentes no próximo período.

Em relação à estrutura organizacional da NE, foi possível evidenciar que a proposta se mantém válida e eficaz, embora seja necessário constante reavaliação em decorrência das diversas fases de obra e novos contratos que ingressam.

Em relação ao desempenho de SST, alguns dos indicadores reativos de algumas empresas (taxas de frequência de acidentes com e sem afastamento e também de gravidade) fecharam o ano acima dos limites estabelecidos pela NE. Esse resultado deverá ser avaliado criticamente pela NE para que ações corretivas sejam adotadas para que se obtenha melhoria de desempenho. Os resultados de desempenho encontram-se discutidos em detalhe no **Capítulo 4.0**.

Nesta 9ª Missão de Monitoramento, por exemplo, ficou evidente que a metodologia de supervisão não se mostra tão eficiente quanto já foi. De fato, ela contribui para a identificação de diversos desvios, que são registrados e tratados, porém os mesmos devem ser analisados sob a ótica de gestão pelas empresas contratadas e pela própria NE, de modo que as causas básicas dos desvios frequentes e críticos sejam identificadas e corrigidas, bem como a eficácia das ações corretivas sejam avaliadas para se concluir sobre o sucesso do tratamento.

#### Sistema de Gestão do CCBM

O Sistema de Gestão do CCBM encontra-se apresentado e discutido na **Seção 3.2** e, em resumo, apresenta-se num bom estágio de evolução considerando a atual fase em que a obra se encontra. Certamente, oportunidades de melhorias surgem (e continuarão sendo registradas), porém conclui-se pela abrangência adequada do mesmo.

<sup>21</sup> Muitas empresas executoras das Obras do Entorno estão em seu terceiro contrato com a NE, mesmo apresentando resultados considerados RUINS pela NE. As Montadoras Andritz e CMBM já se encontram mobilizadas há pouco mais de um ano.



**JGP**

A Equipe de SST realizou avaliação crítica dos Registros de Desvios emitidos pela NE no âmbito de sua Supervisão, inclusive comparando com o resultado de seu monitoramento, e a apresentou para avaliação da NE. Até o fechamento deste Relatório de Monitoramento Socioambiental a avaliação da NE não havia sido apresentada, cujo resultado deverá ser avaliado na próxima missão.

#### Sistema de Gestão das Montadoras

O Sistema de Gestão do CMBM foi elaborado e continua sendo implantado de forma concomitante com a execução da montagem eletromecânica, fato que deve ser somado a mudanças de profissionais da Equipe de SST e suporte da NE. O CMBM continua a apresentar resultados mais adequados ao porte do empreendimento, embora sempre devam existir oportunidades de melhoria que surgirão com as fases seguintes de execução da montagem. A metodologia de gestão, desta forma, deverá ser constantemente confrontada com os resultados do monitoramento proativo e reativo (indicadores, taxas de frequência de acidentes, Registros de Desvios oriundos da Supervisão da NE, Autos de Infração do Ministério do Trabalho e outras entradas que julgarem necessárias).

A Andritz, entretanto, ainda não apresenta resultados compatíveis com o tempo decorrido de contrato (pouco mais de 13 meses) ou com o porte do projeto e contrato. A NE indicou que disponibilizou um Engenheiro de Segurança para apoiar na formulação de uma proposta de trabalho para solucionar as pendências de gestão e implantação da mesma, porém essa ação não se mostrou eficaz dado o nível de implantação da gestão encontrada por ocasião da 9ª Missão de Monitoramento. A Diretoria da Andritz, segundo informações da Equipe de SST, determinou que precisaria do prazo até junho/2015 para solucionar as pendências formalizadas por meio dos RDs e RNCs emitidos pela NE. Além disso, apresentaria um plano de trabalho consistente para efetivamente estabelecer planos e procedimentos de gestão para implantação, quando então poderia apresentar os primeiros resultados positivos, o que não deve ocorrer antes da próxima missão de monitoramento em agosto/2015. Para tanto, a montadora mantém um profissional proveniente do Corporativo da empresa que trouxe o conhecimento e acesso aos procedimentos gerais e que deverão ser adaptados para o contexto e realidade da obra.

A ISOLUX e a São Simão encontram-se em fase inicial de seus contratos, apresentando resultados satisfatórios, de acordo com a Supervisão da NE.

#### Supervisão Ambiental da NE - OP

Conforme mencionado no **Capítulo 4.0**, a BIOCEV prossegue a supervisão ambiental das OP, verificando em campo o cumprimento do PCAI e do PRAD executados pelo CCBM. Conforme já relatado, a supervisão da BIOCEV estende-se às atividades da Andritz, do CMBM e da Isolux.

A BIOCEV utiliza o SIG-BIO, sistema de informações geográficas por meio do qual são registrados, em mapas, os desvios (ROs e NCs) abertos em campo, com informações sobre status (concluído, vencido, aguardando evidência ou pendência a vencer), localização, e atividade/processo em que o mesmo foi verificado.

O 9º RSAP incluiu como anexo o Relatório Gerencial Mensal da Coordenadora, e este, como anexo, trouxe o controle das inspeções de campo realizadas pelos seus quatro técnicos alocados para essas atividades, as planilhas com os registros de desvios resultantes das inspeções de campo realizadas pela BIOCEV no trimestre, para o CCBM e Isolux (desvios do PCAI e PRAD), e CMBM e Andritz (desvios do PCAI). Foram enviados também os mapas gerados através da inclusão desses registros no SIG-BIO.

Com base neste Relatório, tem-se o status da gestão de desvios do PCAI e do PRAD para o período, e também com resultados cumulativos, com data de corte em março de 2015. Segundo os gráficos apresentados neste relatório, têm-se os seguintes números:

#### Para o CCBM

- Tipos de RDs em aberto:
  - 75% (12) dos desvios em aberto do PCAI são não conformidades (NC);
  - Para o PRAD, as NC totalizam 71% (12) dos desvios em aberto.
- Local de ocorrência dos RDs:
  - O Sítio Belo Monte é onde ocorreram 43% dos RDs do PCAI, porcentagem esta que reduziu em relação ao reportado no período anterior (94%);
  - Em relação ao PRAD, 43% dos RDs ocorreram também no Sítio Belo Monte, 23% nas vias de acesso e 21% no Sítio Canais.
- Status RDs em aberto até o momento:
  - Em relação ao PCAI, 25% dos desvios em aberto têm pendência a vencer, 19% estão vencidos e a maior parte (56%) aguarda verificação em campo;
  - Em relação ao PRAD, 35% têm pendência a vencer, 18% estão vencidos, 29% aguardam verificação em campo e 18% aguardam evidências.
- Categorias RDs em aberto:
  - Para o PCAI, 50% dos ROs em aberto estão relacionados a efluentes, e 35% a resíduos, enquanto 68% das NCs estão relacionados a efluentes, 12% a resíduos e 12% a processo construtivo.
  - Para o PRAD, 74% dos ROs estão relacionados a obras/processo erosivo, e 24% a processo construtivo, quanto para as NCs, os números são 69% a obras/processo erosivo e 31% a processo construtivo.

Dos registros de desvios da Andritz, todos os ROs estão encerrados e 03 NCs encontram-se vencidas, todas referentes a efluentes. Todos foram registrados no pátio de montagem no Sítio Pimental.

Dos registros de desvios do CMBM, 83% dos ROs foram encerrados, estando apenas 1 RO vencido, referente à categoria de resíduos. Das NCs, 02 encontram-se em andamento, 1, relacionada a problemas com resíduos, está vencida, e 1, relacionada a

**JGP**

problemas com efluentes, tem pendência a vencer. Todos foram registrados no pátio de montagem no Sítio Belo Monte.

Dos registros de desvios da Isolux referentes ao PCAI, 75% dos ROs estão encerrados, restando apenas 1 desvio com status aguardando verificação em campo, referente à categoria obras/processos erosivos. Das NCs, apenas 1 encontra-se em aberto, com status aguardando evidências, relacionada a problemas com processos construtivos. Todos foram registrados nos traçados das linhas de transmissão.

Em relação a RDs do PRAD para a Isolux, houve apenas 1 NC, relacionada a problemas com obras/processos erosivos, com ações já tomadas para encerramento.

Os números avaliados em relação ao local de ocorrência mostram novamente o Sítio Belo Monte como sendo o local de maior concentração de desvios em aberto. Os desvios relacionados a efluentes continuam a predominar na supervisão do PCAI. No PRAD predominam os desvios estão relacionados a obras/processo erosivo.

Em relação à supervisão das Obras do Entorno pela NE, a equipe de SST/MA gera resultados de desempenho e registrados de anomalias por meio de Registros de Desvios (RD), os quais são lançados em planilha para posterior acompanhamento. A amostragem seletiva realizada nas obras permitiu concluir sobre a regularidade dos principais aspectos que poderiam gerar riscos para o empreendimento, ou seja, a supervisão existe e é considerada adequada em grande parte de sua forma de atuação.

#### Programas do PBA

No que diz respeito aos Programas do PBA, informações detalhadas sobre o andamento constam no **Capítulo 6.0 (Quadro 6.0.a**, que retrata a repactuação com o IBAMA em caso de alterações nos Programas, e **Quadro 6.0.b**, que demonstra o andamento dos Programas e Projetos, ambos incluídos no **Anexo 7**).

Em relação aos Programas do Meio Físico não se verificam desvios significativos no desenvolvimento dos programas e projetos, o que não elimina a necessidade de ajustes e encaminhamentos junto ao IBAMA ou DNPM para atualização de requisitos, conforme for indicado pela análise dos resultados obtidos. Isso se aplica, por exemplo, aos seguintes programas:

- Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios deverá apresentar ao IBAMA a atualização dos cuidados adotados em decorrência estrutura geológica do Gráben do Macacão e de outras que podem ser encontradas nas fundações de outros diques de fechamento do Reservatório Intermediário. Isso poderá ser realizado com a atualização do relatório de análise de aspectos geológico-geotécnicos elaborado pelas equipes da NE, projetistas, CCBM e outros.
- Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias que necessita de constantes acompanhamentos junto ao escritório do DNPM, em Belém, e na sede

em Brasília, para atualização das áreas a serem utilizadas pela própria obra e outras que serão disponibilizadas para exploração comercial por terceiros.

- Projeto de Monitoramento de Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR, que é constantemente enriquecido com novas informações a cada uma das campanhas. Estas informações são muito importantes para o incremento da avaliação dos 5 pontos críticos para navegação pelos ribeirinhos, a saber, Percata, Landi, Curupira, Kaituka e Três Pancadas, sendo o primeiro localizado no Rio Bacajá e os demais no Rio Xingu. O relatório de consolidação apresenta os resultados dos levantamentos topobatimétricos complementares para modelagem matemática fluvial, os quais esclareceram de maneira positiva muitas das dúvidas existentes sobre as condições de navegabilidade dos pontos críticos durante os períodos de estiagem. Estes estudos complementares, no entanto, não foram conclusivos para a região da cachoeira da Percata, no rio Bacajá. A cachoeira da Percata será objeto de novos levantamentos complementares, pois a situação ainda não foi considerada suficientemente esclarecida.
- Os demais programas do meio físico, especialmente, Programa de Monitoramento da Sismicidade, Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos, Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico, Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas e Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água passaram por uma fase importante de preparação para o acompanhamento do enchimento do reservatório do Rio Xingu. Esta preparação encontra-se bastante adiantada, conforme ficou claro pelo esforço de consolidação de informações e elaboração de prognósticos apresentados no Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, fevereiro de 2015, e no 9º Relatório Socioambiental Periódico (RSAP), abril de 2015.
- Além destes programas do meio físico, merece ser comentado o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, que tem apresentado resultados conscientes no resgate do patrimônio paleontológico, na apresentação das informações técnicas, legais e institucionais, e na divulgação de informação e formação de pessoal por meio dos cursos e palestras realizadas. Por tratar-se de um estudo pioneiro na mitigação de impactos ambientais, ao final do programa deverá ser avaliado detalhadamente o significado científico dos resultados obtidos e os procedimentos metodológicos adotados. A transferência do acervo para o Museu Paraense foi uma providência muito pertinente, tendo em vista que a instituição é referência em geologia e paleontologia da região norte do Brasil. Os resultados do programa foram apresentados conclusivamente ao DNPM e aguardam avaliação pela área pertinente deste órgão.

Em relação aos programas relacionados à Vegetação, não foram verificados desvios significativos no desenvolvimento dos projetos dos programas do PBA. No 7º Relatório Consolidado de Andamento do PBA (fevereiro de 2015), a Norte Energia apresentou uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas de cada projeto e considerou que todos estão ou em atendimento ou concluídos, com exceção de apenas uma meta do

*Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro*, que não havia sido iniciada. De forma geral, esta consultoria independente concorda com a avaliação do empreendedor. Alguns objetivos e metas não estão sendo rigorosamente atendidos devido a alterações que foram sendo realizadas ao longo do desenvolvimento do PBA, inclusive por solicitação do IBAMA. Ressalta-se, no entanto, que essa avaliação dos objetivos e metas não reflete o atraso de algumas atividades, como é o caso da supressão da vegetação e da destinação da madeira.

No último parecer do IBAMA que avaliou o andamento do PBA (Parecer Técnico N° 5.036/2015 – COHID/IBAMA de 24 de fevereiro de 2015), referente ainda ao 6° Relatório Consolidado (julho de 2014), o órgão ambiental não fez comentários ou recomendações para a maioria dos programas relacionados à vegetação. Apenas para o *Projeto de Desmatamento* e o *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro*, foi informado que serão elaborados pareceres específicos.

De maneira geral, as campanhas de campo dos projetos de monitoramento têm sido realizadas em conformidade com a metodologia do PBA e com as recomendações posteriores do IBAMA. O órgão licenciador tem aprovado alterações que estão sendo efetuadas no âmbito desses projetos. No 1° trimestre de 2015, foi dada continuidade aos monitoramentos fenológicos dos igarapés interceptados pelos diques, das florestas de terra firme e das Podostemaceae, conforme preconizado pelo PBA. Também ocorreram as campanhas dos monitoramentos fenológicos que estão sendo desenvolvidos na floresta aluvial e nas formações pioneiras (componente arbustivo-arbóreo) por iniciativa própria da Norte Energia. No 9° RSAP, não foram fornecidos resultados dos projetos de monitoramento da flora.

As atividades rotineiras do *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora* e do *Projeto de Formação de Banco de Germoplasma* também têm sido realizadas. A parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro para tombamento e identificação taxonômica do material coletado está consolidada. No 9° RSAP, não foram fornecidos resultados desses projetos.

Ressalta-se ainda que a Norte Energia havia solicitado ao IBAMA, por meio da Nota Técnica SBF N° 30/2014 – PFBG de dezembro de 2014, a exclusão de *Aspidosperma album* da lista de espécies-alvo do projeto, pois considera que não há registros confiáveis dessa espécie na AID e AII da UHE Belo Monte. Solicitou também a suspensão da busca por mais matrizes de *Hymenolobium excelsum*, pois considera que essa espécie possui baixa frequência na área do empreendimento. A Norte Energia informou que o IBAMA deferiu sua proposição no 1° trimestre de 2015, porém o ofício do órgão ambiental não foi evidenciado.

Em relação ao *Projeto de Desmatamento*, as atividades seguem em andamento, porém ainda em situação preocupante. A estação chuvosa mais amena no 1° trimestre favoreceu o andamento dos trabalhos e, entre fevereiro e março, três novas empresas supressoras passaram a atuar, além das quatro outras que já vinham operando. Até março de 2015 haviam sido suprimidos aproximadamente 6.233,83 ha (45,7%) do total previsto (13.632,32 ha) para ambos os reservatórios. No Reservatório Xingu, haviam

sido executados 2.868,49 ha (**59,3%**) dos 4.840,29 ha previstos e, no Reservatório Intermediário, suprimiram-se 3.365,34 ha (**38,3%**) dos 8.792,23 ha previstos. Até o 7º Relatório Consolidado (fevereiro de 2015), esses dois últimos valores percentuais eram, respectivamente, de 51,3% (RX) e 31,6% (RI). Considerando a área suprimida no 1º trimestre de 2014, verifica-se que neste ano o rendimento foi quase três vezes maior. Ainda assim, restam 7.398 ha para serem suprimidos até setembro (Reservatório do Xingu) ou outubro de 2015 (Reservatório Intermediário), sendo que o total executado nos reservatórios em todo o ano de 2014 foi de 5.307 ha.

A partir de janeiro de 2015, a Norte Energia passou a utilizar um VANT (veículo aéreo não tripulado) para realizar uma medição mais precisa das áreas de cada etapa da supressão vegetal. Essa ferramenta vem permitindo o aprimoramento quali-quantitativo no acompanhamento das atividades de supressão, permitindo a análise visual de alta resolução, com periodicidade mensal.

No 1º trimestre de 2015, a destinação do material lenhoso gerado pelo empreendimento, no âmbito do *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro*, teve pequenos avanços. Nesse período, foram executadas destinações externas com fins sociais à prefeitura de Brasil Novo, para o IDEFLOR e para a SEMA de Senador José Porfírio, as quais só foram possíveis por meio de acordos com o órgão ambiental. Ainda que o volume doado seja pequeno, abriu-se assim um novo precedente.

Por outro lado, a doação à AIMAT permanece interrompida desde agosto de 2014. A empresa vencedora do leilão de fitomassa lenhosa (SIDEPAR) encerrou suas atividades e a Norte Energia iniciou tratativas com outra empresa vencedora desse mesmo leilão (CKTR), também visando à produção de carvão.

Em 15 de dezembro de 2014, a Norte Energia havia apresentado ao IBAMA proposições para ajustes no sistema de controle da madeira, visando dar maior agilidade na destinação do material e possibilitar seu melhor aproveitamento. As principais proposições, constantes na Nota Técnica N° 23/2014 – SFB de 14 de novembro de 2014, diziam respeito a: i) comercialização da madeira serrada de castanheira com controles rígidos; ii) substituição da reposição florestal pelas compensações ambientais já impostas ao empreendedor; iii) substituição do DOF por Termo de Doação no transporte de madeira doada com fins sociais; v) emissão de AUTEX fundamentada nos volumes por espécie levantados nos inventários florestais que subsidiaram a emissão das ASVs.

Após quase quatro meses sem um posicionamento do órgão ambiental, a Norte Energia encaminhou, em 26 de março de 2015, as CE N° 74, 75 e 76/2015 - DS às diferentes diretorias do IBAMA (DILIC, DBFLO e DIPRO) solicitando sua consideração à Nota Técnica N° 23/2014 - SBF. Em reunião no dia 06 de maio de 2015, ou seja, fora do período de abrangência deste relatório, o IBAMA indeferiu as proposições da Norte Energia.

As duas serrarias do Travessão 27 estavam em funcionamento durante a 9ª missão de monitoramento. Quanto à Serraria Mogno, persiste o impedimento no Sistema DOF do

**JGP**

IBAMA para recebimento de madeira em tora e conversão para o serrado, ou seja, não é possível emitir DOF para a madeira serrada que a Norte Energia produz.

Não foram atualizadas as informações sobre o volume de material gerado pelo empreendimento, bem como o utilizado internamente nas obras. No 7º Relatório Consolidado, estimava-se que o volume total armazenado de madeira em toras e mourões era de mais de 150 mil m<sup>3</sup>, além de 500 mil m<sup>3</sup> de resíduo grosso, e que o uso interno era de 11,6 mil m<sup>3</sup>.

Os programas de monitoramento realizados nos módulos RAPELD para a Fauna Terrestre encontram-se dentro do cronograma, tendo sido realizadas todas as campanhas previstas no PBA até o primeiro trimestre de 2015, quando a 8ª campanha de monitoramento foi conduzida para todos os grupos de fauna (herpetofauna, mastofauna, quirópteros, entomofauna). Destaca-se a obtenção de registros novos de herpetofauna e avifauna para a área de Belo Monte, embora não se tratem de espécies novas para a ciência. Foram registrados ainda ninhos de espécies de interesse para a conservação, destacando-se o de gavião-real, que será monitorado por especialistas. Para quirópteros, foram realizados os monitoramentos nos módulos, cavernas e pedrais.

Com relação aos Projetos de Afugentamento da Fauna Terrestre e Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, as atividades de supressão foram realizadas nas áreas de obras civis e nos reservatórios, acompanhadas das equipes de resgate, em número maior devido à demanda.

O Projeto de Mitigação dos Impactos da Perda de Indivíduos da Fauna por atropelamento deverá ter suas atividades retomadas a partir de julho, por recomendação do IBAMA.

As ações do Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre foram conduzidas de forma contínua, no período, conforme acordado com o IBAMA. Foram desenvolvidas atividades de educação ambiental junto aos trabalhadores e às comunidades, paralelamente às coletas de sangue. O IBAMA recomendou que a NE apoiasse as campanhas de vacinação de animais domésticos, mas a NE entende que essas ações fogem do escopo do projeto, e elaborou Nota Técnica (NT) justificando. A NT foi considerada pertinente pelo IBAMA.

Dentro do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea, foram realizadas as atividades de monitoramento previstas no quarto trimestre de 2014, nas nove cavernas. A maior parte dos táxons já foi identificada, durante as atividades de laboratório conduzidas na UFPA em Belém.

Os três projetos que compõem o Programa de Conservação da Fauna Aquática (Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática e Projeto de Monitoramento de Crocodilianos) têm sua execução conduzida dentro do cronograma.

Para o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, cujas atividades previstas encontram-se também dentro do cronograma, ainda não há um parecer do IBAMA sobre a proposta de união dos dois Projetos em um só, feita pela Norte Energia, tendo sido reapresentada a NT solicitando a modificação. As atividades dos três projetos estão sendo desenvolvidas conforme determinado no PBA, e em novembro de 2014 houve uma visita do IBAMA para vistoria das atividades previstas, que foram consideradas satisfatórias, segundo comunicado pela Norte Energia. O IBAMA emitiu ainda o parecer sobre a Nota Técnica propondo a reestruturação dos Projetos, estando de acordo com o proposto pela NE. Desta forma, o Programa passa a ser composto por dois projetos, de Estudos Ecológicos e de Monitoramento de Quelônios.

Os projetos que compõem o Programa de Conservação da Ictiofauna apresentam as suas atividades dentro do cronograma, segundo foi possível verificar nas reuniões realizadas na semana de inspeção (11 a 15 de maio de 2015) e no 9º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP.

O *Programa de Investigação Taxonômica*, até o presente momento, registrou 458 espécies, considerando o material das campanhas de monitoramento da ictiofauna e dos eventos de resgates. Das 458 espécies registradas, 52 (11% da riqueza total) foram identificadas como endêmicas para a bacia do rio Xingu e 26 espécies (5,67% da riqueza total) ainda não foram descritas pela ciência. Em abril de 2015, o gênero *Pseudancistrus* sp. foi identificado como *Pseudancistrus asurini* (Silva, Roxo & Oliveira, 2015).

Até o momento, 11 espécies foram registradas somente na ADA/AID do empreendimento. No dia 15/05 uma equipe da ictiofauna iniciou uma campanha de busca ativa fora da ADA/AID para procurar as espécies com distribuição restrita na área do empreendimento. Indivíduos das espécies *Pituna xinguenes* e *Plesioblebias altamira*, coletadas até o momento somente no lago da ilha Arapujá, estão sendo mantidas em aquários no Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais.

O *Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna* não realizou ações de salvamento no período. No mês de janeiro de 2015 foi elaborado o Plano estratégico das ações de resgate da ictiofauna na enseada da margem direita do canal central, trecho de vazão reduzida, e enchimento dos reservatórios intermediário e Xingu.

No *Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais*, no período de outubro de 2013 a janeiro de 2015 foram realizadas as seguintes atividades no Laboratório de Aquicultura no CEA: obtenção de reprodutores, quarentena dos espécimes recém-chegados, testes experimentais para a manutenção dos reprodutores em aquários (diferentes alimentos e abrigo) e realização dos testes de reprodução induzida através de parâmetros ambientais. Os testes experimentais estão sendo realizados com a espécie *Hypancistrus zebra* para conhecer a preferência alimentar, a preferência pelo formato do abrigo e a tolerância ao anestésico eugenol (óleo de cravo). Para a espécie *Baryancistrus xantheus*, os testes são em relação à tolerância ao cloreto de sódio (sal) para profilaxia e à preferência alimentar. No dia 11 de julho de 2014 foi registrada a primeira desova, contendo 14 ovos da espécie *H. zebra*. Entre julho e novembro (2014) foram registradas mais 3



desovas, totalizando 4 desovas de *H. zebra* no aquário. Foi finalizado o protocolo de criação em cativeiro do *H. zebra*. As obras do Laboratório de Aquicultura no campus da UFPA foram finalizadas. O laboratório está todo equipado com várias baterias de aquários e caixas d'água.

No *Programa de Monitoramento da Ictiofauna*, no período de março de 2012 a outubro de 2015, foram realizadas 15 campanhas de monitoramento. O processamento e o tombamento das amostras biológicas (catalogadas e tombadas nos acervos de ictiologia da UFPA dos campi de Altamira e Belém e no acervo de ictiologia do Museu Paraense Emilio Goeldi) estão em andamento. Durante o período (janeiro a março), a equipe da Neotropical realizou monitoramento móvel embarcado, *downloading* de bases fixas, manutenção das bases de rádio e de telemetria acústica, análise parcial, manutenção e instalação de sistemas de ancoragem, manutenção dos equipamentos eletrônicos e periféricos, incorporação e análise parcial das informações nos bancos de dados e elaboração do relatório mensal de atividades.

No *Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável* são realizados os monitoramentos da atividade pesqueira por meio dos desembarques, o cadastro dos pescadores e das embarcações de pesca. No período de abril de 2012 a janeiro de 2015 foram realizados seis cursos de capacitação. Os cursos foram escolhidos a partir da lista de demandas apresentadas pela comunidade. Os cursos já oferecidos foram: Mergulho Autônomo, Gestão Compartilha dos Recursos Pesqueiros, Legislação Pesqueira e Educação Ambiental, Tecnologia do pescado: conservação e beneficiamento, Piloto de embarcação: Pescador Profissional – POP e Aquicultura em tanques-rede. Em abril de 2015 foi oferecido o curso “piscicultura em viveiros escavados”, para interessados residentes nos municípios de Vitória do Xingu e Anapu e na Vila de Belo Monte. Esses cursos foram cancelados por ausência de participantes.

O *Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos* está compilando, sistematizando e organizando em um banco de dados específico as informações obtidas nos *Projetos de Investigação Taxonômica, Resgate e Salvamento da Ictiofauna e Monitoramento da Ictiofauna, Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques, Monitoramento de Macrófitas e da Qualidade da água*.

O *Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes* está em construção. Estão em andamento as atividades de aterro e concretagem dos difusores e do Canal de Saída. Em relação aos equipamentos, a montagem do trecho 1 da tubulação do sistema de água de atração encontra-se concluída e está em andamento a fabricação de sistemas hidromecânicos, equipamentos e demais trechos da tubulação.

O *Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água* e o *Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques* apresentam as suas atividades dentro do cronograma do PBA. A integração dos resultados do monitoramento e as não conformidades observadas na qualidade da água dos Programas são discutidas nas reuniões do Comitê de Qualidade de Águas (CQA). Algumas oscilações na qualidade de água foram registradas nos igarapés interceptados pelos diques, no interior dos canteiros

de obras, no entorno dos canteiros de obras e próximo às vias de acessos. Essas alterações são causadas pelas chuvas e pelo carreamento do solo.

No *Programa de Monitoramento de Macrófitas*, no mês de janeiro de 2015 (14ª campanha), foram identificadas 75 espécies, sendo que, destas, 39 não haviam sido observadas nas campanhas anteriores, em grande parte plantas com hábito emergente ou anfíbio. A família que apresentou maior ocorrência foi Cyperaceae (41 no total), seguida da família Poaceae, com 23 ocorrências. Na campanha de janeiro de 2015 verificou-se que dois pontos apresentaram níveis graves de infestação: um correspondente à lagoa localizada próxima ao igarapé Paquiçamba, com ocorrência maciça da espécie flutuante fixa *Eichhornia azurea*, e outro localizado em uma ilha na foz do igarapé Tucuruí (TVR 09), com ocorrência maciça da espécie *Echinochloa polystachya*.

Quanto ao Meio Socioeconômico, a análise das atividades desenvolvidas no período foi feita com base nas informações apresentadas no 9º RSAP e informações obtidas na vistoria de campo de 12 a 15 de maio de 2015. Com base nestas fontes de informação é possível afirmar que os programas vêm sendo implementados de maneira integrada para atender aos objetivos propostos, mesmo que, em alguns casos, com revisões de cronogramas autorizadas pelo IBAMA.

Continuaram as atividades do *Plano de Atendimento à População Atingida. O Plano de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural/Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias* possui seu maior desafio na fase atual que é atender ao cronograma de enchimento do reservatório. Do total de 1.872 propriedades interferidas, até o final de dezembro de 2014 haviam 1.240 processos concluídos/executados, com área já liberadas. Para totalizar a quantidade necessária à liberação de enchimento do reservatório, faltavam 541 propriedades. No período de janeiro a março de 2015, foram realizadas 187 negociações com interferidos e foram efetuados pagamentos de 322 indenizações.

Em relação ao *Projeto de Regularização Fundiária Rural*, até o final do mês de março de 2015 tinham sido concluídas 96 das aquisições de áreas, dentre as quais 45% com registro aparente de propriedade, 44% sem registro aparente de propriedade e 7% com registro aparente de propriedade, porém objeto de espólio.

Até março de 2015, o número de famílias optantes por *Projeto de Reassentamento Rural - RRC* era de 28 famílias. No trimestre em avaliação, ocorreu reunião na área do RRC onde o Projeto foi apresentado às famílias e, por fim, definiu-se que a escolha dos lotes pelas famílias seria pelo método de sorteio. Nesse período também foram elaborados e encaminhados os TRs e projetos básicos para contratação de empresa responsável pela execução das obras de infraestruturas essenciais previstas. Durante a semana de vistoria foi assinado o contrato com a empresa responsável pela execução da infraestrutura na gleba já definida, propiciando o início dos trabalhos.

Segundo informações da NE, continuaram os atendimentos pela equipe da ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental em Apoio à Pequena Produção e à Agricultura



Familiar relacionados ao *Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais*. O trabalho desenvolvido pela ATES junto aos produtores vem contribuindo na produção de olerícolas da região, que atende os municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Medicilândia (*Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros*).

O *Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar* tem avançado com a continuidade ao acompanhamento às Unidades de Produção e assistência técnica. No trimestre em avaliação, foram realizadas 234 visitas técnicas pela equipe da ATES. O serviço de assistência social realizou diversos encaminhamentos, atendimentos aos beneficiários no escritório da Worley Parsons em Altamira e 34 visitas técnicas sociais às propriedades.

As ações previstas no *Projeto de Reparação* foram iniciadas em dezembro de 2014 com a realização de visitas técnicas, ações de planejamento participativo das atividades e reuniões de planejamento participativo. No período de janeiro a março de 2015 foi concluído o Diagnóstico Participativo de beneficiários que não haviam participado de todo o processo. Essa atividade contemplou 46 pessoas. Também foram realizadas visitas para a realização do Diagnóstico a 10 novos beneficiários, totalizando 334 beneficiários em atendimento por este Projeto. Até março de 2015 tinham sido definidos dois projetos resultantes do processo participativo: (i) Criação de galinha caipira em sistema semiconfinado; (ii) Implementação de roças consorciadas, com culturas de curto, médio e longo prazo.

Os programas voltados para a área urbana atingida pelo projeto estão tendo continuidade e realizados em conformidade com os objetivos do PBA (*Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana e o Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas*).

Tem sido dada continuidade as ações do *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas*. Até janeiro de 2015, um ano após início do processo, foram realizadas 5.044 negociações, perfazendo 65% dos cadastros socioeconômicos realizados, faltando 35% para a conclusão.

No período em avaliação continuou o processo de remanejamento das famílias para os reassentamentos urbanos (*Projeto de Reassentamento Urbano*). Até março de 2015, tinha sido transferido um total de 2.599 famílias da ADA para os novos bairros. No trimestre em avaliação foram realizadas 1.138 mudanças para os RUCs, 363 mudanças de indenização e 61 mudanças para aluguel social. Até 20 de março de 2015, tinham sido reassentadas 980 famílias para o bairro Jatobá, 767 famílias para o bairro São Joaquim, 385 famílias para o bairro Casa Nova e 467 famílias para o bairro Água Azul. Em relação às famílias de índios citadinos foram efetivadas as mudanças de 31 famílias indígenas durante o trimestre, totalizando 247 famílias reassentadas até março de 2015.

Em relação aos RUCs, o processo de mudanças de novas famílias prossegue em ritmo acelerado, seguindo a mesma rotina estabelecida desde o início. Os Plantões Sociais instalados em cada bairro funcionam apoiando a fase de mudança e pós-mudança, e o mecanismo de recebimento de reclamações no local encontra-se operacional. Segundo

entrevistas realizadas em dois Plantões Sociais, os novos moradores buscam o local para obter informações de transporte e serviços e para registrar demandas de reparos nas novas casas. Com o aumento do número de mudanças, constatou-se um aumento também no número de novas demandas por manutenção ou reparos nas casas. Analisando o banco de dados que registra o retorno dado às reclamações, a NE constatou que, além de serviços de ajustes devidamente solucionados pelas construtoras, também estavam aumentando as demandas por uso inadequado das novas residências, como, por exemplo, entupimentos hidráulicos pelo descarte de material inadequado em pias e vasos sanitários, ou a colocação de lixo em áreas comuns (já existe serviço de coleta municipal de lixo duas ou três vezes por semana, dependendo do RUC). Em função disto, a NE lançou um Plano Integrado de ações de divulgação e atividades com o tema Cuide Bem de Seu Bairro, focando temas como saneamento, gestão de resíduos sólidos, ordenamento de uso de ruas públicas e esporte, lazer e cultura. Incentivou também a formação de Comissões de Moradores em cada RUC, que vêm reunindo-se semanalmente, organizadas por temas para centralizar as gestões de demandas surgidas de moradores.

Em relação às ações para inserção dos novos bairros na cidade de Altamira, avançam as providências para denominação das novas ruas – com a participação dos moradores na escolha dos novos nomes – para ser oportunamente votadas na Câmara Municipal, permitindo a entrega domiciliar do serviço de Correios (hoje funcionando transitória e através de Posta Restante na Agência de Correios mais próxima a cada bairro).

Paralelamente, prossegue o processo de fracionamento das glebas para individualização dos lotes, permitindo a emissão dos títulos individuais aos moradores que já têm contratos individuais de Compra e Venda.

O *Projeto de Reparação (área urbana)* apresentou avanços com a realização de reunião de planejamento participativo (DRP) com as famílias dos Reassentamentos RUC Jatobá, RUC São Joaquim, RUC Casa Nova e RUC Água Azul, realização de oficinas temáticas, formação de grupos de trabalho (GT), e realização de reuniões devolutivas de apresentação dos resultados do DRP, com a participação de um total de 1340 moradores. Os projetos se encontram em fase de planejamento das ações para implantação das ações identificadas nas oficinas. No RUC Jatobá, onde o processo está mais avançado, foram elencados dois projetos: (i) Construção de 1 (um) barracão de usos múltiplos para o desenvolvimento de atividades relacionadas à identidade sociocultural; (ii) Viabilização de uma feira "diferenciada" com o objetivo de permitir a comercialização local de cultivos de hortaliças, temperos ou outros produtos que possam ser obtidos no uso dos próprios terrenos das casas. Cabe mencionar que a demanda por um local de uso múltiplo comunitário vem surgindo nas oficinas em outros RUCs, e segundo informações obtidas em campo, a NE deverá adotar a construção deste equipamento junto às quadras esportivas já implantadas nos RUCs, permitindo o seu uso tanto como apoio à prática de esportes como para a realização de eventos comunitários. Os espaços deverão ser dotados de um salão coberto, vestiários, cozinha e um almoxarifado.

**JGP**

Para o *Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho*, o processo de negociação com oleiros proprietários foi concluído, sendo que 100% deles optaram pela indenização, em detrimento da recomposição da atividade. Apesar dos esforços em manter a atividade, que incluiu a realização de 12 cursos de cooperativismo, dados em 6 módulos e a realização de 4 reuniões de conscientização para formação de cooperativa, os oleiros proprietários mantiveram a opção pela indenização.

Quanto aos oleiros trabalhadores, os mesmos foram atendidos com capacitações, conforme indicado no PBA. No mês de janeiro, houve solicitação por parte dos trabalhadores oleiros para que fosse estendido a eles o benefício da indenização, tal como ocorreu com os oleiros titulares, sob alegação de que a atividade dos oleiros trabalhadores não seria viável sem os titulares. Foi emitida a NT13, abordando o assunto, para ser apresentada ao IBAMA, justificando uma compensação aos oleiros trabalhadores, para auxiliar na recomposição da atividade oleira ou a outra atividade já desenvolvida por eles, no período das cheias, uma vez que para este público no PBA consta apenas a capacitação. Em fevereiro e março, foi dado prosseguimento às tratativas com os oleiros produtores, no sentido de definir qual benefício será estabelecido para a categoria (recomposição ou indenização). Durante a semana de vistoria, após uma nova rodada de negociações foi fechado um acordo final com todos os oleiros trabalhadores, que inclui o pagamento de uma indenização parcelada e a realização concomitante de capacitação em outra atividade produtiva.

No que se refere aos areeiros, foi dada continuidade ao trabalho de avaliação dos impactos do futuro reservatório sobre a atividade areeira, que, com base nos dados disponíveis, poderia continuar a ser desenvolvida mesmo com o Reservatório formado. A Norte Energia realizará um cadastro dessa categoria de trabalhadores, em atendimento à ação judicial, dimensionando o atendimento de cursos de capacitação em mergulho e Saúde e Segurança.

O *Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação* está sendo implementado conforme proposto e sendo adequado, na medida da necessidade, às demandas que surgem dos administradores municipais. Até janeiro de 2015 tinham sido disponibilizadas aos municípios 222 salas de aula, entre ampliações e novas construções de salas do Plano de Ação. Este número de salas tem a capacidade para atender até 11.088 alunos. Embora não seja necessário em termos de suficiência das salas de aula, a NE acatou uma solicitação da Prefeitura de Altamira de implantar uma unidade de ensino em cada RUC e apoiar a prefeitura na instalação de salas pedagógicas nas escolas existentes, de maneira a atender as diretrizes do Conselho Estadual de Educação.

Em relação aos cursos de capacitação para o corpo docente dos municípios da AID, um total de 1.067 profissionais da educação participou dos cursos realizados em 2013 e 2014. No trimestre (janeiro a março de 2015) foi realizada capacitação para docentes no município de Senador José Porfírio, que contou com a participação de 49 pessoas.

As atividades dos projetos integrantes do *Plano de Requalificação Urbana* continuam em desenvolvimento, principalmente porque, no estágio atual, com as diversas obras de saneamento básico já implantadas em suas áreas-alvo, os esforços concentram-se no processo de comissionamento dos equipamentos e sistemas e, em especial, no repasse das mesmas às administrações municipais. Dessa forma, ainda permanecem necessárias as articulações com as municipalidades, assim como aquelas com concessionárias de serviços públicos e organismos estaduais ou federais, embora o estágio de andamento de cada um dos projetos deste Plano seja diferente.

Quanto às obras de intervenção em Altamira, seus Projetos e Programas foram concluídos, incluindo: (i) obras do sistema de abastecimento de água na área urbana de Altamira; (ii) o sistema de coleta e tratamento de esgoto; (iii) instalação de aterro sanitário; e, (iv) conclusão das obras de remediação do lixão.

Em relação ao *Programa de Intervenção em Vitória do Xingu*, foram concluídas (i) a implantação da Vila Residencial Belo Monte; (ii) as melhorias realizadas no Travessão 40, que interliga a sede municipal ao eixo de desenvolvimento da Rodovia Transamazônica (BR-230); (iii) as obras de pavimentação e drenagem na sede urbana de Vitória do Xingu; (iv) as obras de complementação do sistema de abastecimento de água e as estruturas estavam sendo repassadas em definitivo à Prefeitura; (v) as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário concluídas e repassadas à Administração Municipal em duas etapas, a saber: a primeira com a entrega dos sistemas das sub-bacias A, B e D, que ocorreu por meio do Termo de Doação DS-T-012/2014, assinado em 10 de julho de 2014, e a segunda com a entrega dos sistemas das sub-bacias C e E, por meio do Termo de Acordo DS-T-029/2015, assinado em 12 de janeiro de 2015; e, (vi) a obra do aterro sanitário concluída e entregue formalmente à administração municipal por meio do Termo de Doação de nº DS-T-001/2014.

Em relação ao *Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal*, foram concluídos: (i) as obras de melhoria nos caminhos de serviços de Belo Monte e Belo Monte do Pontal; (ii) as obras de pavimentação asfáltica e a drenagem pluvial, em ambas localidades, restando apenas a sinalização; (iii) as obras de pavimentação e drenagem nas Vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal; (iv) os sistemas de abastecimento de água implantados nas duas comunidades; e, (v) os sistemas de esgotamento implantados e repassados às administrações municipais.

Em relação ao *Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas*, ao longo do Programa, foram capacitadas 1.274 pessoas nos cinco municípios da AID da UHE Belo Monte, com a realização de 59 (cinquenta e nove) ações de qualificação profissional e empresarial. No total foram realizadas quatro rodadas de negócios, que contou com a participação de 515 empreendedores.

Continuaram os atendimentos nos balcões fixos e móvel do *Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante* visando o encaminhamento e monitoramento da população migrante. Paralelamente, continuaram as ações do *Programa de Interação Social e Comunicação*, por meio dos agentes de comunicação, atendimento pelo canal “Belo Monte Aqui”, distribuição de materiais informativos e veiculação de produções

na mídia sobre o empreendimento. Também têm sido realizadas ações no âmbito do *Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs* e do *Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida*, o primeiro com monitoramento da população atingida e o segundo com o encaminhamento das necessidades da população mais vulnerável.

A realização do monitoramento e o controle dos cadastrados (*Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante*) tem possibilitado manter atualizado o perfil dos migrantes contratados diretamente pelo CCBM, cujas informações subsidiam a calibração da projeção populacional realizada pelo Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, aprimorando constantemente seus cálculos.

Quanto ao *Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs*, a realização de campanhas de coleta de dados em campo periódicas tem possibilitado o monitoramento da evolução das condições de vida e das principais alterações sociais, para orientação das intervenções socioassistenciais necessárias, acompanhando o retorno dos atendimentos prestados pelos projetos e programas que prestam assistência social para mitigação dos impactos. As pesquisas de opinião e os dados levantados neste projeto, que permitem apreender a percepção da população, têm sido analisados conjuntamente com os indicadores e dados registrados no *Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos* e *Programa de Interação Social e Comunicação*, de maneira a permitir uma análise crítica da eventual necessidade de definir ações complementares de atuação para mitigação de impactos ou, alternativamente, ações complementares de comunicação para difundir medidas já sendo realizadas.

Em relação ao *Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida*, foram realizadas no trimestre 467 visitas de atendimentos, sendo, destas, 106 visitas nas quais as famílias foram localizadas, entrevistadas e, conforme a necessidade, receberam (ou não) encaminhamentos psicológicos e socioassistenciais para a rede pública de serviços, programas e projetos nos municípios da AID. Quanto às demais, 47 foram visitas de busca para localizar famílias não encontradas na primeira visita e 313 foram visitas de retorno para acompanhamento dos encaminhamentos à rede de serviços nas áreas da assistência, saúde e educação, realizadas pelas equipes dos Núcleos de Atendimento Social às Comunidades Interferidas de Altamira e Vitória do Xingu e 01 família não foi localizada.

Os materiais produzidos pelo *Programa de Interação Social e Comunicação* reúnem peças para mídia eletrônica (plataformas digitais), assim como peças impressas – estas últimas distribuídas durante as atividades desenvolvidas pelos Agentes de Comunicação (mobilização e reuniões), eventos e o Atendimento “Belo Monte Aqui”. As reuniões comunitárias e mobilizações, assim como os diversos eventos realizados, demonstram o caráter participativo das ações de interação com o público-alvo do *Programa de Interação Social e Comunicação*. Este aspecto é reforçado pela atividade do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM), que tem contribuído de forma significativa para ampliar a discussão de temas ao longo de diversas etapas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

A coleta e análise dos dados e as atividades rotineiras do *Programa de Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos* tem ocorrido de acordo com o previsto no cronograma. Os indicadores socioeconômicos analisados mostraram, de maneira geral, que a interferência do empreendimento é verificada com maior intensidade em Altamira, e em seguida em Vitória do Xingu, visto que se tratam dos municípios onde as principais obras se concentram. De acordo com o relatório, não necessariamente os efeitos são negativos, visto que, com a dinamização da economia, houve inúmeros ganhos tanto para a administração pública, com o aumento de arrecadação e repasses, quanto para a população, com maior número de empregos e aumento de renda. Isto pode ser percebido em indicadores como os dados de evolução de frota de veículos ou na Pesquisa de Condições de Vida, dentre outros. Além disso, a própria infraestrutura regional de saúde e educação teve investimentos significativos, que atendem ao aumento de demanda durante as obras como parte dos compromissos do licenciamento, mas que permanecerão para atendimento aos municípios em geral, notadamente em Altamira, após a desmobilização do final da construção. Além disso, destacam-se os investimentos em obras de infraestrutura de saneamento, já concluídos, e de infraestrutura viária urbana, em execução em Altamira, e que contribuem para a melhoria de condições de vida e qualidade urbana das sedes municipais.

Quanto ao desenvolvimento dos *Programas de Saúde Pública*, conforme mencionado no relatório anterior, foram concluídas as obras de todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Secretaria de Saúde, Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e Núcleo de Vigilância em Saúde (NUVS). Também foi concluído e aprovado pela Vigilância Sanitária o Projeto Executivo do Hospital São Rafael Materno Infantil em Altamira. Em relação ao Hospital Geral de Altamira, as obras civis foram concluídas e, em março de 2015, estavam sendo finalizadas as instalações de equipamentos, montagem de móveis e treinamentos para uso de equipamentos. O Hospital será operado pelo Município de Altamira, já formalizado em Termo de Doação da Norte Energia S.A. assinado em 3 de março de 2015.

Foi dada continuidade às ações do *Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças*. O Parecer Técnico (PT) nº 111/2014/DSAST/SVS/MS de novembro de 2014, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da SVS do MS concluiu que os resultados do Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças são positivos, demonstrando o cumprimento das condicionantes ambientais do licenciamento. Como encaminhamentos, o documento propõe intensificar as ações de vigilância em saúde, por intermédio da parceria entre a Norte Energia, o 10º CRS da SESP/MS e a manutenção da análise das informações epidemiológicas das principais doenças e agravos à saúde incidentes nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá. Merece ser destacado que os registros de casos de malária vêm decrescendo de maneira muito acentuada desde 2011 nos municípios da AID (com percentagens comparativas mensais 2011/2015 oscilando entre menos 75% a 100% de número de casos). Em 2015 alguns municípios já não registram novos casos.



O Ministério da Saúde reforçou o financiamento para as ações de controle da dengue, com repasse anual de incentivo extra de recurso no Bloco do Piso Variável de Vigilância em Saúde dos Municípios. Foi elaborada pelo Ministério da Saúde uma nova estratégia para o enfrentamento da dengue, visando à capacitação de profissionais na assistência aos casos suspeitos, iniciada em dezembro de 2014, com treinamento de médicos e enfermeiros para o manejo clínico adequado e instalação do protocolo de atendimento nos serviços de saúde.

Em relação ao *Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu*, foram realizados, até o presente, 11 monitoramentos trimestrais referentes ao *Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Produção*, as principais constatações foram:

- A navegação praticada no rio Xingu e na Volta Grande se mantém de maneira semelhante àquela observada quando do início do monitoramento, sem interferências significativas da execução da UHE Belo Monte que impliquem prejuízos às formas de transporte fluvial praticadas;
- Constata-se que o principal fator que afetou a navegação entre Altamira e a Volta Grande, ao longo dos cerca de três anos de monitoramento, com a diminuição de viagens de linha e do transporte de cargas para a região do povoado da Ressaca, foi o fechamento dos garimpos, uma das principais atividades na geração de renda e trabalho para os moradores da Volta Grande, cabendo lembrar que tal fechamento não está relacionado à implantação da UHE Belo Monte, mas sim ao advento da futura implementação na região de empreendimento de mineração;
- A demanda por serviços de navegação provocada pela implantação da UHE Belo Monte influenciou positivamente na ampliação da frota de embarcações em Altamira, em especial das voadeiras e balsas, e na prestação de serviço por meio de empresas formalizadas, com a tendência, no início de 2014, em se estabilizar no que se refere à ampliação da frota e da demanda pelos serviços de navegação;
- A implantação do STE atendeu ao objetivo de garantir a navegação na região do barramento, tendo seu funcionamento completado 23 (vinte e três) meses de forma ininterrupta, sendo demandado principalmente nos períodos de cheia pelas rabetas.

O *Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande* foi referenciado em cinco pesquisas amostrais aplicadas nas populações residentes nas vilas e nos imóveis rurais ao longo da Volta Grande. Os dados levantados nessas campanhas permitiram verificar a evolução dos indicadores de diversos aspectos da dinâmica econômica e social no trecho aonde vai se formar o TVR, sendo possível indicar três realidades distintas: os povoados de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, na confluência do rio Xingu e da rodovia BR-230; os povoados da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, mais próximos da Barragem Principal (cerca de 15 km); e a população distribuída pelos imóveis rurais ribeirinhos desse trecho do rio Xingu e de alguns tributários, que vive da agropecuária e da pesca. Dados desse monitoramento apontam que as principais alterações observadas podem ser vinculadas ao empreendimento da UHE Belo Monte, com a construção ou melhoria dos equipamentos de educação e saúde e a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas vilas. Outra mudança verificada foi um maior acesso à energia elétrica, com a implantação na região do Programa Luz para Todos. No entanto,

JGP

nota-se uma maior dificuldade da rede ser disponível para a parte da população ribeirinha, principalmente pela precariedade dos acessos terrestre de alguns locais.

Em relação à conformidade entre as atividades desenvolvidas pela Norte Energia para as Populações Indígenas e o proposto nas condicionantes da FUNAI e no PBA-CI, as ações definidas nas condicionantes (LP e LI, respectivamente, Parecer FUNAI 21/2009 e Ofício FUNAI 126/2011) vêm sendo atendidas desde o início do Plano Emergencial, em setembro de 2010. Importante destacar que o Plano Emergencial foi concebido como uma série de compromissos com vistas à execução de ações indigenistas de apoio, de proteção e de assistência às comunidades indígenas *até que fosse celebrado o instrumento para a execução dos programas e ações que serão detalhados no Plano Básico Ambiental – PBA*. Estruturado a partir dos eixos “Proteção Territorial” e “Promoção do Fortalecimento Institucional” e do “Etnodesenvolvimento”, o Plano Emergencial se interpôs às condicionantes e aos demais instrumentos do licenciamento ambiental. Desse modo, há exigências que surgem como uma das 13 condicionantes da LP, que integram o Plano Emergencial, seguem citadas em alguma das 08 condicionantes da LI e constituem objetivos dos programas e projetos do PBA do Componente Indígena. Para fins dessa análise de conformidade, as 13 condicionantes da LP serão tomadas como ponto inicial das exigências que se sobrepõem ao longo das demais etapas do licenciamento.

A Condicionante 01 da LP (Parecer 21) (que se tornou Condicionante 06 da LI) determinava a *elaboração do PBA do Componente Indígena*. A sexta condicionante da LI exigia a *apresentação de Plano Operativo* do PBA-CI. Estas condicionantes são consideradas plenamente atendidas na medida em que o PBA-CI foi elaborado em 2011 e foi aprovado pela FUNAI em julho de 2012. Destaque-se que o PBA-CI foi discutido e apresentado aos indígenas em reuniões no Centro de Formação em Política Indigenista/FUNAI (Sobradinho, DF), em fevereiro de 2011, e em reuniões de validação em cada terra indígena em maio daquele ano. De forma análoga, o Plano Operativo do PBA-CI, exigido pela LI (Ofício 126/FUNAI), foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2012 e foi aprovado pela FUNAI em 01 de abril de 2013. Em 31 de julho de 2013 a Norte Energia encaminhou para a FUNAI o 1º Relatório Consolidado do PBA-CI. Em janeiro de 2014 foi encaminhado o 2º, em julho o 3º e em fevereiro de 2015 o 4º Relatório Consolidado do PBA-CI. Além da aprovação e do acolhimento institucional dos relatórios de andamento do PBA-CI, houve importantes ajustes operacionais ao longo da execução dos programas. Neste sentido, importa citar que nos dias 10 e 11 de abril de 2014 foi realizada reunião de planejamento integrado para ajustar o Plano Operativo ao contexto atual. Desta reunião participaram a coordenação do Plano de Gestão do PBA-CI, os responsáveis pelo Programa de Atividades Produtivas e representantes da FUNAI local e FUNAI Brasília com a presença de técnicos de todas as coordenações relacionadas (CGETNO, CGLIC, CGIRC, CGMT, CGPS e Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu).

A segunda condicionante da LP, que exigiu a *Elaboração e execução do Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial*, que tem correlato na condicionante 04 da LI (*Implementação do Plano de Proteção das TIs*), constituiu um dos eixos do Plano Emergencial e constitui um Programa do PBA-CI intitulado Programa de Gestão

Territorial Indígena (PGTI), que inclui os projetos de Monitoramento Territorial. Desde 2010, no escopo do Plano Emergencial, esta condicionante segue em atendimento e já resultou na construção e na entrega para a FUNAI de seis bases operacionais e dois postos de vigilância. No final de 2014 estas construções foram entregues à FUNAI que exigiu uma série de adequações construtivas. As adequações foram realizadas e aguardam manifestação de aceite definitivo da FUNAI. Embora a FUNAI tenha solicitado a construção de 7 bases operacionais e 14 postos de vigilância, atualmente está em análise a substituição destas instalações pela implantação do Centro de Monitoramento Remoto (CMR) – um sistema já empregado pelo IBAMA e ICMBio que, baseado em imagens de satélite, é capaz de identificar pontos de calor, desmatamentos, invasões e outras afetações nas terras indígenas. A favor da implantação do CMR a SAI argumenta que este sistema garantirá a agilidade na identificação e no diagnóstico das situações críticas, conferindo, deste modo, mais eficiência à operação das instalações já construídas. Informalmente a FUNAI já manifestou interesse em rever as exigências destas condicionantes substituindo a construção destas BOs e PVs por recursos humanos para operar as instalações já construídas. Esta discussão vem sendo tratada no âmbito das reuniões interinstitucionais mediadas pelo MPOG. Diante das discussões sobre alternativas metodológicas e das indefinições institucionais considera-se esta condicionante como em atendimento.

A terceira condicionante da LP (*Garantia de recursos para execução de todos os Planos e Programas durante todo o período de operação do empreendimento*) tem correlação com a condicionante 07 da LI (*Celebração de Termo de Compromisso garantindo a execução do PBA-CI*). Estas condicionantes são consideradas como plenamente atendida, pois em 27 de maio de 2014 foi assinado o Termo de Compromisso entre Norte Energia e FUNAI, o qual, em sua Cláusula Sétima assegura a vigência “*durante todo o período da concessão firmado entre a União e o Empreendedor*”.

A quarta condicionante da LP (*Criação de Plano de Comunicação para as comunidades indígenas*) está plenamente atendida uma vez que desde 2010, com a implantação do Programa de Comunicação Indígena (PCI), teve início a estruturação do mais completo e abrangente sistema de radiocomunicação da região. Atualmente são trinta e seis equipamentos de rádio instalados em todas as aldeias. A efetividade da equipe, das instalações e das rotinas de trabalho do PCI foram incorporadas ao PBA-CI para a execução do Programa de Comunicação para os Não Indígenas (PCNI). Este programa tem atuado com especial ênfase junto aos trabalhadores envolvidos nas obras nas aldeias, constituindo-se em um importante mecanismo de acompanhamento das rotinas e das relações entre trabalhadores e indígenas. Ademais, os próprios indígenas já se apropriaram do sistema, frequentando diariamente as instalações do PCI, que eles chamam de “Central”. Além da comunicação via rádio, a “Central” é utilizada como espaço de reuniões institucionais e de capacitações.

A quinta condicionante da LP, correlata à primeira condicionante da LI, ambas relacionadas à criação do *Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida*, estão plenamente atendidas. O Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida (CVR) foi criado em 21 de novembro de 2012, em reunião realizada na aldeia Muratu, TI

Paquiçamba, quando foram apresentados os participantes e votado o regimento interno. A primeira reunião deste comitê foi realizada em 14 de dezembro de 2012, na aldeia Paquiçamba, na TI Paquiçamba. A segunda foi realizada em 22 de abril de 2013, na Terra Indígena Arara da Volta Grande, aldeia TerraWangã. Após um período inoperante, em 06 de dezembro as reuniões foram retomadas, sendo realizadas também em fevereiro de 2014. A reunião do Comitê marcada para ocorrer em julho de 2014, na cidade de Altamira, foi cancelada por conta de desentendimentos relacionados ao pagamento de diárias. Em 08 de dezembro foi realizada a última reunião do CVR. A próxima reunião do CVR está marcada para junho de 2015. Nesta reunião foram apresentados e discutidos os resultados dos monitoramentos. Sobre a participação dos indígenas nos monitoramentos importa destacar que a partir de março de 2014, através das ações do Programa de Supervisão Ambiental, os indígenas das aldeias da Volta Grande (Paquiçamba, Muratu, Furo Seco e TerraWangã) passaram a participar das campanhas de monitoramento da qualidade da água e da ictiofauna. Estas campanhas ocorreram em abril, junho, setembro e outubro de 2014. Em março de 2015 os indígenas da TI Paquiçamba e Arara da VGX acompanharam as equipes de monitoramento de fauna e flora (módulos RAPELD). Deste modo, considera-se que esta condicionante está plenamente atendida, pois o CVR foi constituído, já houve reuniões periódicas nas terras indígenas e na cidade de Altamira e os indígenas tem acompanhado e interagido com as equipes técnicas do monitoramento.

A sexta condicionante da LP e a segunda condicionante da LI, relacionadas à criação do *Comitê Gestor do PBA-CI*, estão ambas plenamente atendidas.

O Comitê Gestor do PBA-CI foi criado em outubro de 2012. Em resposta às pressões dos indígenas e frente à demora na implantação dos programas do PBA-CI, a primeira reunião deste Comitê ocorreu em novembro de 2012. Em 2013 não houve reuniões deste comitê. O ano de 2013 foi marcado pela formalização da implantação do PBA-CI. Em 01/04/2013 a FUNAI aprovou o Plano Operativo do PBA-CI. Em 28 de junho a Norte Energia contratou a empresa VERTHIC para a execução do Plano de Gestão, que tem dentre suas atribuições a organização e condução do Comitê Gestor Indígena. Em agosto de 2013 foram realizadas as reuniões de capacitação das equipes para o desenvolvimento do Plano de Gestão e dos demais programas do PBA-CI. Apenas em novembro de 2013 as equipes da VERTHIC receberam autorização da FUNAI para ingresso nas Terras Indígenas. Embora não tenham sido realizadas as reuniões foram desenvolvidas ações fundamentais para a organização e condução do Comitê Gestor Indígena. A retomada das reuniões do Comitê ocorreu no início de 2014 após mobilização das lideranças indígenas e Ministério Público Federal. Em 2014 não apenas houve a retomada das reuniões, mas também foi redefinida a metodologia dos encontros e garantida a periodicidade exigida. Com relação à metodologia foi definido, em comum acordo com os indígenas, a FUNAI e a Norte Energia, que além das grandes reuniões na cidade de Altamira seriam realizadas reuniões em Subcomitês em cada Terra Indígena. O Objetivo desta fragmentação foi a qualificação da participação dos indígenas com a discussão de temas específicos no ambiente culturalmente específico de cada etnia. Deste modo foram realizadas três grandes reuniões na cidade de Altamira, nos dias 17 e 18 de março, 15 e 16 de julho e 02 a 05 de dezembro e duas séries de reuniões dos subcomitês nas aldeias. A primeira série de reuniões dos Subcomitês

ocorreu em outubro e novembro de 2014. Foram dez reuniões descentralizadas que garantiram e qualificaram a participação dos indígenas, nas discussões sobre os compromissos, os projetos e os resultados já alcançados. As reuniões dos Subcomitês ocorreram em outubro e novembro conforme o quadro abaixo:

Data	Subcomitê	Local
07-08 out	Citadinos	Altamira
09-10 out	Trincheira Bacajá	Aldeia Pot-krô
15-16 out	Koatinemo	Aldeia Koatinemo
17-18 out	Cachoeira Seca	Aldeia Iriri
21-22 out	Volta Grande do Xingu	Terrawângã
24-25 out	Arara	Laranjal
27-28 out	Kararaô	Kararaô
29-30 out	Xipaya e Kuruaya	Djuanti
24-25/Nov	Araweté	Aldeia Juruãti
29-30/Nov	Apyterewa	Aldeia Apyterewa

A segunda série de reuniões dos Subcomitês está em andamento desde março de 2015. Nos 18 e 19 de março de 2015 foram realizadas as reuniões na Terra Indígena Trincheira Bacajá, e nos dias 04 a 07 de maio na TI Cachoeira Seca do Iriri. Cada uma destas reuniões teve a participação ampla das comunidades. Os números oscilaram de acordo com os momentos. Houve momentos com 55 participantes e momentos com apenas 10.

Considera-se, portanto, que estas condicionantes estão plenamente atendidas, pois as reuniões do Comitê Gestor Indígena estão, desde 2014, ocorrendo nas aldeias e na cidade de Altamira, com a periodicidade requerida e ampla participação dos indígenas.

A sétima condicionante da LP, relacionada à *Eleição de área para a comunidade indígena Juruna do Km 17*, não foi transposta para a LI, e segue em atendimento. Inicialmente o atendimento a esta condicionante envolveu a realização de estudos exigidos para a eleição da área. A partir da área eleita, Norte Energia e FUNAI discutiram sobre a obrigatoriedade da aquisição ou não da área. Com a mediação do MPOG ficou decidido que haverá a obrigatoriedade de aquisição, entretanto, a área eleita pelo estudo foi descartada pela comunidade indígena. Deste modo foram desenvolvidas negociações entre a SAI, as lideranças indígenas e a FUNAI no sentido de indicar áreas para aquisição e constituição da Reserva Indígena. Em agosto de 2014 os indígenas indicaram uma área para aquisição. A aquisição desta área, que totaliza 2300 hectares, foi aprovada pela FUNAI que, através de parecer técnico, concluiu que a área indicada é apropriada aos Juruna do Km 17. A concretização definitiva desta aquisição depende do processo de regularização fundiária em curso junto ao INCRA/MDA. Deste modo, está esta condicionante segue em atendimento, porém, as condições atuais sugerem que em futuro próximo esta será plenamente atendida.

A oitava condicionante da LP exigiu a realização de *estudos complementares sobre os rios Bacajá e Bacajai, sobre as terras indígenas Xipaya e Kuruaya e sobre o setor madeireiro*. A exigência dos estudos sobre o rio Bacajá foi transferida para a ação número 08 da LI. Estas condicionantes são consideradas como plenamente atendidas,

pois desde 2010 a Norte Energia vem desenvolvendo e apresentando os estudos requeridos. Neste sentido, os estudos complementares das Tis Xipaya e Kuruaya foram elaborados e protocolados na FUNAI em dezembro de 2010. O Estudo do Setor madeireiro, intitulado “Estudo de Modelagem do Desmatamento”, foi elaborado e protocolado na FUNAI em 23 de março de 2011. Complementação a este estudo foi encaminhada à FUNAI em 03 de maio de 2011. O Estudo complementar sobre o rio Bacajá foi protocolado na FUNAI em abril de 2012 e seus resultados apresentados ao órgão indigenista em reunião no dia 10 de abril de 2012. A apresentação dos estudos complementares nas aldeias foi realizada no período compreendido entre os dias 24 de abril e 01 de maio de 2012, em 5 aldeias na TI Trincheira Bacajá, onde haviam sido realizadas as quatro campanhas dos Estudos. Cópia desses Estudos foram entregues a cada liderança das oito (08) aldeias existentes na TI Trincheira Bacajá. Considera-se, portanto, que estas condicionantes estão plenamente atendidas, pois os estudos foram realizados, apresentados nas aldeias e protocolados na FUNAI, já em 2012. Para além dos estudos específicos já entregues, os Relatórios Consolidados do PBA-CI apresentam considerações sobre as pressões sobre os territórios indígenas analisadas no escopo do Programa de Gestão Territorial Indígena.

A nona condicionante da LP (*designação de equipe específica para o acompanhamento do licenciamento junto à FUNAI e comunidades indígenas*) foi plenamente atendida tanto no âmbito da implantação do Plano Emergencial, através da constituição do escritório de assuntos indígenas, quanto na esfera da implantação do PBA-CI, com a estruturação da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI). Atualmente a equipe que atua diretamente no escritório da SAI é composta por gerentes e técnicos administrativos e por técnicos indigenistas. No total são vinte e três profissionais dos quais cinco têm formação no indigenismo – além do superintendente, o técnico que atua junto aos grupos de Recente Contato, assim como o gerente de estudos e dois técnicos são formados na FUNAI e em ONGs indigenistas com larga experiência no tratamento com os indígenas. O gerente de programas já teve experiência com indígenas em contexto de licenciamento ambiental, mas não tem formação específica em indigenismo. Considerando todas as contratadas, são aproximadamente 100 profissionais dedicados às atividades de implantação do PBA-CI. Destaque-se que a empresa VERTHIC, contratada para executar o Plano de Gestão e cinco programas, conta com a participação dos especialistas que elaboraram o PBA-CI, bem como de técnicos indigenistas que já trabalharam com a FUNAI e com os povos indígenas da região.

A décima condicionante da LP, que trata da *elaboração de programa de documentação*, também não foi incorporada à LI. Embora o programa de documentação e registro tenha sido protocolado na FUNAI em abril de 2012, ainda não há uma definição institucional quanto à metodologia a ser empregada para o atendimento a esta exigência. Deste modo, considera-se esta condicionante como em atendimento. Recentemente a Superintendência de Assuntos Indígenas constituiu um setor de documentação que está em fase de estruturação com vistas a organizar o acervo de registros de todos os procedimentos envolvendo participação indígena ou institucional. Esses registros são constituídos por atas e memórias de reuniões, filmagens, fotografias e arquivo físico e digital da documentação pertinente. Embora ainda não definido, estima-se que o Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial Indígena, poderá contribuir para o

**JGP**

atendimento desta condicionante. Especialmente relevantes são as ações que envolvem a catalogação e organização de acervos e documentos, desenvolvidas no escopo do projeto de reestruturação do Museu do Índio de Altamira.

A décima primeira condicionante da LP obriga a Norte Energia a *apoiar a criação do comitê da Bacia Hidrográfica do rio Xingu*. Em fevereiro de 2011 a Agência Nacional de Águas, por meio do Ofício nº 076/2011/GAB-ANA, se manifestou sobre o processo de Criação do Comitê, informando que não há priorização de Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, visto que os critérios hidrológicos, ambientais, político-institucionais e socioeconômicos, utilizados na definição das UGRHs (Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos) não indicaram essa necessidade. Deste modo, considera-se que esta condicionante está plenamente atendida, na medida em que a orientação institucional competente descartou esta ação como pertinente ao processo de licenciamento.

A décima segunda condicionante da LP, que exigiu a *melhoria da estrutura da FUNAI*, foi plenamente atendida no escopo do Plano Emergencial, através do projeto de Fortalecimento Institucional. Importa também considerar que a Norte Energia construiu, e já efetuou doação para a FUNAI, a Casa do Índio na cidade de Altamira (com capacidade para acomodar aproximadamente 200 indígenas). O compromisso com a construção da nova sede para a FUNAI aguarda a indicação do local para a construção da nova sede da FUNAI.

A décima terceira condicionante da LP, que obrigava a *criação de uma instância específica para o acompanhamento da questão indígena*, está plenamente atendida desde 2011 com estruturação do escritório de assuntos indígenas para o acompanhamento da implantação do Plano Emergencial. Em 2013, com a reestruturação administrativa e criação da Superintendência de Assuntos Indígenas, a Norte Energia consolidou as condições institucionais para o acompanhamento das atividades relacionadas à implantação do PBA-CI.

Apenas uma condicionante da LI não constava das 13 condicionantes da LP. Trata-se da condicionante 03 que obriga a *Definição clara dos mecanismos de Sistema de Transposição de Embarcações*. Esta condicionante foi atendida especificamente em setembro de 2012, quando a FUNAI manifestou-se favoravelmente ao STE. Atualmente, as instalações do STE já estão concluídas, sendo garantida a navegabilidade de todos os tipos de embarcação.

#### **PD 02: Trabalho e Condições de Trabalho**

##### *Efetivo de trabalhadores da Norte Energia*

Em março de 2015 a Norte Energia possuía um efetivo de 320 funcionários, dentre os quais 266 (83,1%) alocados em Altamira e 54 (16,9%) em Brasília.



Do total de funcionários, 31% são da Área Socioambiental, 23% de Construção, 22% e Gestão, 8% do Financeiro, 8% da Área de Fornecimento e Montagem, 5% da Presidência e 3% da Área de Relações Institucionais.

No período de janeiro a março de 2015 houve a contratação de 19 novos funcionários. Destas contratações, (i) 10 contratações foram para a Diretoria Socioambiental (03 - Superintendência de Meio Físico e Biótico; 01 - na área de Assuntos Fundiários; 04 - Assuntos Indígenas; 02 - Socioeconomia); (ii) 01 substituição de funcionário na Diretoria de Gestão; (iii) 01 Técnico para a área de TI (Tecnologia da Informação); 02 contratações para a Diretoria de Construção; (iv) 01 Engenheiro e 01 Técnico para atuação na Diretoria de Montagem; (v) 01 substituição de funcionário na Diretoria Institucional.

No que tange ao processo de inserção de estudantes no ambiente de trabalho, através do Programa de Estágio, houve a contratação de 07 novos estagiários, sendo 06 para atuação na área Socioambiental e 01 na área de Recursos Humanos da Empresa.

#### *Capacitação da mão de obra*

Continuaram as atividades do Programa de Capacitação de Mão de Obra (3.3) do PAC, com o oferecimento de treinamentos de integração, treinamentos de reciclagem, treinamentos de capacitação do programa de mudança de função e outros. Entre janeiro e março de 2015 foram realizados treinamentos campanhas e palestras voltadas aos funcionários e subcontratados que abordaram as temáticas de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, e outras.

No âmbito do Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, têm sido desenvolvidas ações de sensibilização dos funcionários e subcontratados por meio de Palestras educativas (abordando os alojados e trabalhadores); Oficinas; Visitas ecológicas; Folhetos (informativos e Dica da Semana); Distribuição de folhetos; Apresentação dos vídeos da política ambiental e dos programas ambientais do CCBM, instalação de sinalizações ambientais e outros.

#### *Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional*

##### Norte Energia

A Equipe de SST/MA mantém a gestão interna dos controles sobre os funcionários da NE, mas apenas das ações administrativas, tais como: solicitar EPIs para visitantes e funcionários; participar das reuniões do Conselho de SST da Norte Energia; participar e conduzir as reuniões da CIPA; aplicar e gerir treinamentos, etc. Os trabalhos dos funcionários da NE são basicamente administrativos, porém incluem visitas a campo, o que exige conhecimento mínimo de regras de segurança, além da própria condução de veículo.

Apesar de pouco risco, não foi apresentado, até o presente momento, procedimento para identificação de riscos potenciais para os trabalhadores próprios da NE, especialmente



**JGP**

aqueles que possam ameaçar sua vida (IFC, PD 02, item 2. Proteção da Mão de Obra, subitem Saúde e Segurança Ocupacionais). Para tanto, a NE conta com o seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA que identifica os riscos incidentes sobre seus funcionários.

Em relação à garantia de condições mínimas para seus trabalhadores terceirizados, a NE determina requisitos de Segurança e Saúde Ocupacional por meio dos contratos de prestação de serviços e supervisiona os principais contratos, conforme apresentado na **Seção 4.3.4**.

#### CCBM

O CCBM, por apresentar um Sistema de Gestão Integrado, com uma estrutura robusta e adequada ao tamanho do empreendimento, cumpre e transcende as exigências previstas no PD 02 relacionadas à Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

#### Montadoras e Fornecedora

Como reportado na **Seção 3.3**, o Sistema de Gestão da Montadora Andritz ainda não alcançou as exigências mínimas do Empreendedor e das necessidades impostas pelo ritmo da obra. O CCBM, embora apresente necessidade de melhorias, evidencia ter definido e implantado seu sistema. No caso da Isolux e São Simão, os resultados não apresentaram sinais de risco que não tenham sido identificados na supervisão da NE.

O 9º RSAP, diferente do anterior, não trouxe o reporte do desempenho e monitoramento interno da Andritz, apresentando apenas os dados apenas do CCBM, São Simão e Isolux. Os dados apresentados devem ser suficientes para embasar a conclusão sobre o atendimento dos objetivos dos projetos de SST previstos no PAC do PBA.

Durante a missão de monitoramento ficou evidente o trabalho de alinhamento e cobrança que a NE e BIOCEV estão conduzindo junto às montadoras, embora no caso da Andritz exista uma morosidade bastante grande na melhoria das taxas de frequência e de gravidade, além do atendimento dos Registros de Desvios emitidos pela NE. No período ficou evidente que o Gerente de SSTMA da Andritz foi desligado e um representante do Corporativo da empresa encontra-se no local para prestar auxílio nessa nova fase de reestruturação. Além disso, foram implantadas, no trimestre, inspeções gerenciais em campo, que contam com a participação e patrocínio do Gerente do Projeto da montadora.

A assessoria do Engenheiro de Segurança do Trabalho da EPBM destacado para acompanhar, por um mês os profissionais da Andritz, no processo de melhora de seu desempenho não surtiu o efeito esperado. Nenhuma estratégia adicional foi apresentada pela NE para garantir a retomada de desempenho além da carta de notificação encaminhada para a Montadora.

#### Obras do Entorno

Conforme exposto na **Seção 4.3.4**, as contratadas executoras das obras do entorno ainda apresentam resultados insatisfatórios em grande parte dos contratos e, em alguns casos, preocupantes em relação à Segurança e Saúde Ocupacional. A média de resultados RUIINS e REGULARES se mantém, seja pela curta duração dos contratos, seja pela baixa cultura das empresas contratadas. Mesmo diante de fatos e empresas conhecidas, as ações da Equipe de SSTMA da NE se restringiram à emissão de Correspondências Internas (CI) para os responsáveis pelos contratos e Correspondências Externas (CE) às empresas que apresentam pendências sem resposta. Assim, poucas ações efetivas foram adotadas para tratar de forma preventiva as principais causas para as ocorrências, podendo incluir a própria metodologia de seleção e contratação dessas empresas. Ainda que obrigada a contratar empresas locais, existe a oportunidade de estabelecimento de mecanismos de desenvolvimento de fornecedores que apresentam normalmente resultados bastante satisfatórios.

A estrutura de gestão de muitas das empresas contratadas não comporta o atendimento integral dos itens deste Padrão de Desempenho, haja vista não ser possível identificar na maioria dos contratos procedimentos para identificação de riscos potenciais para os trabalhadores; documentação e notificação de acidentes, doenças e incidentes ocupacionais; procedimento para treinamento dos trabalhadores; e procedimento para acordos sobre prevenção, preparo e resposta a emergência. Nesse cenário, cabe à Norte Energia, enquanto empreendedora, adotar mecanismos que garantam o alinhamento com as diretrizes deste PD.

#### Supressão Vegetal

A metodologia de supervisão das empresas executoras de supressão vegetal foi modificada e era esperado que, a partir de 2015, estivesse nos mesmos moldes daquela já realizada para as OEs. Entretanto, os primeiros resultados deverão aparecer somente no próximo trimestre.

Os resultados da supervisão em geral são bastante adequados, embora os desvios identificados sejam os mesmos identificados nos períodos anteriores. Soma-se a isso o fato de todos os processos de Supervisão (OP, OEs e empresas de Supressão Vegetal) ainda ser incipiente a análise crítica evidenciada pela NE, muitas das vezes se resumindo à emissão de cartas e auxílio no encerramento de pendências identificadas. Não se registra, porém, nenhuma ação corretiva abrangente que trate as reais causas dos principais desvios registrados.

#### *Políticas e procedimentos de RH*

O CCBM mantém uma administração de Recursos Humanos unificada para todos os funcionários da obra, independente do sítio em que estejam locados, e que é responsável pela coordenação e definição de salários e benefícios, emissão da Folha de Pagamentos, e coordenação de relacionamento com Sindicatos e outras entidades. Cada canteiro dispõe de escritórios de RH para atendimento direto aos funcionários do Sítio.

Segundo mencionado em relatório anterior, a obra mantinha 33.115 trabalhadores em junho de 2014. Em fevereiro de 2015 foi informado que esse número era de 29.317, tendo sofrido uma queda de 3.798 trabalhadores desde junho de 2014. Segundo informações da equipe de recursos humanos, ao longo do ano de 2015 está prevista a desativação dos canteiros Diques e Canais e Pimental. Alguns trabalhadores estão sendo remanejados para o canteiro Belo Monte.

#### *Programa de Desmobilização de Mão de Obra*

No período de janeiro a março de 2015 foram realizadas adequações no escopo do Programa de Desmobilização de Mão de Obra junto ao IBAMA através da NE-DS-SSE-117-0 – Justificativas.

Neste período, foi pactuada, através de reuniões, a inserção das empresas montadoras no escopo do programa 3.6. As empresas executoras passaram a disponibilizar as atualizações dos histogramas de mão de obra, sendo elas; CCBM – Consórcio Construtor Belo Monte (Obras Civas); ISOLUX – Montagem das Linhas de Transmissão, ANDRITZ – (Montagem Eletromecânica da Unidade de Pimental), além do CMBM – Consórcio Montador Belo Monte (Montagem Eletromecânica da Unidade Belo Monte). Essas empresas também passaram a incluir em sua rotina de desmobilização, uma pesquisa de intenção de retorno ao local de origem para cada funcionário desmobilizado.

No período foi iniciada a elaboração do PTD – Plano de Trabalho Detalhado. Foram realizados contatos com instituições buscando firmar parcerias, entre elas o SINE (Sistema Nacional de Emprego) de Altamira.

#### *Mecanismos de Reclamações disponíveis aos trabalhadores*

No período continuaram o funcionamento dos canais de comunicação para recebimento de reclamações, sugestões e críticas. Os mecanismos de comunicação disponíveis no canteiro de obras incluíam: Centro de Atendimento ao Trabalhador (CAT), Ouvidoria (email e canal telefônico gratuito - 0800), atendimento dos representantes do sindicato, Treinamentos Diários de Segurança, além de painéis e panfletos informativos, palestras e campanhas. Nas vistorias do Consultor Independente tem se observado que os canais de comunicação disponibilizados são divulgados a todos os trabalhadores próprios e terceiros que atuam nos canteiros de obras, por meio do Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM e durante os treinamentos de integração de novos funcionários.

No período continuou em operação a Ouvidoria do CCBM. As demandas da Ouvidoria são recebidas por meio de telefone 0800 ou o endereço eletrônico. O funcionário do CCBM pode optar por se identificar, e então a Ouvidoria entrará em contato caso necessite de maiores informações ou esclarecimentos. O contato é feito por um profissional da Ouvidoria, o que garante que o canal seja idôneo e imparcial. O mecanismo garante total sigilo do relato e da identidade do consulente.

Em relação às manifestações dos trabalhadores das empresas contratadas pela Norte Energia, entre janeiro a março de 2015 foram recolhidas 27 manifestações por meio das urnas de comunicação instaladas nas empresas terceirizadas. Desde o início da implantação (agosto de 2014) foram registradas 351 manifestações.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, os mecanismos de reclamações na obra principal encontram-se bem organizados e definidos e em conformidade com o PD 02.

#### ***PD 03: Prevenção e Redução da Poluição***

No que diz respeito ao controle de poluição nas obras no período, o Programa de Controle Ambiental Intrínseco - PCAI, que faz parte do PAC, incorpora medidas de controle de erosão, gestão de efluentes domésticos e industriais e de qualidade da água para abastecimento, e gestão de resíduos sólidos, inclusive perigosos.

A BIOCEV, como coordenadora do PAC, vem acompanhando a aderência ao PCAI não só nas atividades do CCBM, mas também nas das montadoras CMBM e Andritz, e também nas da Isolux. A abrangência do tratamento das principais emissões das obras, e dos monitoramentos realizados no âmbito do PCAI, foram abordados no **Capítulo 4.0**.

Como se observou nos documentos e nas inspeções de campo realizadas, todos os parâmetros monitorados pelo CCBM são comparados aos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Como se viu na **Seção 4.2.1.1**, o CCBM prossegue com o monitoramento de efluentes sanitários e industriais, da água bruta captada e tratada nas ETAs, e da potabilidade da água para consumo. Conforme já mencionado no **Capítulo 4.0**, o funcionamento da ETA e da ETE da ANDRITZ e da ETE do CMCM ainda não foi iniciado. Os RSAP deverão passar a reportar o monitoramento da eficiência das mesmas, assim que começarem a operar.

Como se observou no **Capítulo 4.0**, os efluentes sanitários tratados nas ETEs são analisados e comparados pelo CCBM aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 430/2011 e aos padrões do IFC. Os resultados do monitoramento no período de janeiro a março de 2015 foram verificados com base no 9º RSAP e seus anexos.

Os resultados são apresentados por meio dos laudos de março, em tabela síntese dos resultados do período, em tabela comparativa, que apresenta esses resultados em relação aos padrões da legislação, e em discussão feita no Relatório Mensal do PCAI, de março de 2015. Na tabela comparativa é feita uma avaliação da eficiência para cada mês do período em termos de remoção de DBO e apenas em relação aos limites da CONAMA 430/11. Os padrões do IFC são incluídos na tabela, mas não é discutido o desempenho em relação a eles e nem utilizada a legenda que consta na própria tabela, que prevê a marcação em vermelho para parâmetros “com desvio IFC”.

Em termos de remoção de DBO, os resultados entre janeiro e março, segundo a tabela comparativa, variaram de:

- ETE Pimental: 76,77% (fevereiro) a 8,2% (janeiro).
- ETE Canais: 75,6% (janeiro) a 79,5% (fevereiro), na saída da ETE;
- ETE Canais: 80,5% (março) a 88,9% (fevereiro), na saída da *wetland*;
- ETE Belo Monte: 61,3% (fevereiro) a 70,3% (março).

O texto do 9º RSAP, que se baseou em informações do Relatório Mensal do PCAI, avalia como tendo havido melhora na eficiência do tratamento de efluentes na OP no período. Os resultados da ETE Belo Monte são os piores, como se vê acima, sendo a eficiência muito próxima ao limite definido na CONAMA 430/11.

O Relatório Mensal do PCAI, de março de 2015, analisa a eficiência apenas em relação à porcentagem de laudos satisfatórios e insatisfatórios em relação ao total de laudos.

Cabe ressaltar que foi atendida a recomendação feita no relatório anterior de que se incluísse no RSAP a tabela de consolidação feita pela BIOCEV com os resultados dos monitoramentos, comparando os valores obtidos em relação aos limites da CONAMA 430/11 e aos padrões do IFC. Deve-se manter a inclusão desta tabela, mesmo no RSAP em sua versão reduzida (quando emitido juntamente com um Relatório Consolidado para o IBAMA), e procurar ampliar a análise dos resultados em relação aos padrões da CONAMA e do IFC.

A tabela de apresentação dos resultados inclui também a análise da qualidade da água no corpo receptor, a montante e jusante do ponto de lançamento. Não se apresenta, no entanto, uma análise dos resultados.

Concluindo o tópico efluentes, as ETES das montadoras CMBM e Andritz ainda não foram concluídas, sendo utilizado ainda o sistema de tratamento do CCBM em seus respectivos sítios (Belo Monte e Pimental).

No **Capítulo 6.0** também foram descritos os controles realizados em áreas com geração de efluentes industriais (oficinas mecânicas, *plants* de combustível, centrais de concreto) e com armazenamento de produtos perigosos, por meio de caixas separadoras de água e óleo (SAO) e bacias de sedimentação. Os efluentes industriais também são analisados em relação aos parâmetros da Resolução CONAMA 430/2011.

Da mesma forma que para os efluentes domésticos, os resultados do tratamento de efluentes industriais foram apresentados por meio dos laudos de março, tabela síntese dos resultados do período, tabela comparativa com os resultados em relação aos padrões da CONAMA 430/11, e em discussão feita no Relatório Mensal do PCAI, de março de 2015.

Do total de laudos realizados, houve apenas um insatisfatório, no Sítio Belo Monte, correspondente ao parâmetro óleos e graxas da CSAO da Oficina Mecânica / Rampa de Lavagem Definitiva, que resultou bastante acima do limite no mês de janeiro (114 mg/L

contra 20 mg/L do limite). Segundo informado, este desvio foi tratado através da RAC 0020/2014. Os demais resultados atenderam aos limites da CONAMA 430/11.

No caso dos efluentes industriais, a tabela síntese incluiu gráficos analisando a porcentagem de laudos insatisfatórios e satisfatórios de março em relação ao total. O Relatório Mensal do PCAI, de março de 2015, também discutiu os resultados em termos de quantidade de laudos insatisfatórios e satisfatórios em relação ao total. Como em março todos os laudos foram satisfatórios, já que o desvio ocorreu em janeiro, a eficiência foi de 100%, tendo superado a meta estabelecida de 90%.

A recomendação feita no relatório anterior de que se incluísse no RSAP a tabela de consolidação feita pela BIOCEV com os resultados dos monitoramentos, comparando os valores obtidos em relação aos limites da CONAMA 430/11, foi atendida. Deve-se manter a inclusão desta tabela, mesmo no RSAP em sua versão reduzida (quando emitido juntamente com um Relatório Consolidado para o IBAMA).

Ainda em relação aos efluentes industriais, o 9º RSAP, com base em informações do Relatório Mensal do PCAI, informou que no período foi adequado o processo de distribuição e acompanhamento de execução dos cronogramas de limpeza de CSAO e bacias de sedimentação.

Nenhuma informação foi disponibilizada no 9º RSAP sobre o avanço da aquisição e instalação das estruturas que geram efluentes industriais nas instalações das montadoras CMBM e ANDRITZ.

No que diz respeito à água para abastecimento, o CCBM vem realizando o monitoramento conforme proposto, comparando os resultados das coletas realizadas nas ETA e nos bebedouros ao que determina a Portaria 2914/2011.

Assim como para os efluentes, a eficiência do tratamento da água para abastecimento no período foi reportada por meio dos laudos de análise das ETAs e bebedouros, de Quadro Síntese da Potabilidade, incluindo os resultados das análises nas ETAs, bebedouros e pontos de captação, e da análise feita no Relatório Mensal do PCAI, de março de 2015.

A análise, feita em relação ao número de laudos insatisfatórios frente ao total de laudos, resultou que, para as ETAs, houve eficiência de 98% no período (a meta adotada é de 95%, no mínimo), havendo 4 laudos insatisfatórios em um total de 183. A tabela não inclui os valores da Portaria 2914/2011, e não discute que parâmetro extrapolou em relação aos seus limites. Um ponto positivo é que em março não houve nenhum laudo insatisfatório, o que mostra melhora no tratamento.

Para os bebedouros, os resultados no período atingiram também 98% de eficiência, sendo 14 laudos insatisfatórios em um total de 628 laudos. Da mesma forma que para as ETAs, a tabela não inclui os valores da Portaria 2914/2011, e não discute que parâmetro extrapolou em relação aos seus limites. Foi possível verificar apenas que em algumas amostras o parâmetro coliformes totais resultou presente, enquanto a portaria requer ausência do mesmo.



No texto do 9º RSAP, que se baseou em informações do Relatório Mensal do PCAI, considera-se que houve melhora na eficiência do tratamento de água no período.

O 9º RSAP informou também que a ETA da Andritz ainda não foi implantada, continuando as empresas de montagem a receber água do CCBM.

Em relação às emissões atmosféricas, o CCBM realiza o monitoramento de fumaça preta nos seus equipamentos, com base nas orientações do PS CCBM 220 15 – Emissões Atmosféricas, utilizando a escala de Ringelmann, e controla as poeiras por meio da umectação constante das vias, da aspersão de água nos britadores e da instalação de filtro manga nas centrais de concreto.

Segundo consta no 9º RSAP, que se baseou em informações do Relatório Mensal do PCAI, durante o período pode-se observar um aumento no monitoramento de fumaça preta.

No período foram feitos 2221 laudos de monitoramento de emissão de fumaça preta, não havendo nenhum com resultado insatisfatório em relação aos padrões da portaria MINTER 100/80, sendo a eficiência, portanto, de 100%.

O 9º RSAP não trouxe informações sobre medição de ruído ambiental, apesar de o monitoramento, que tem periodicidade anual, ter uma campanha que estava prevista para março de 2015. Espera-se o reporte do resultado desta campanha no 10º RSAP.

Em relação aos resíduos sólidos, observou-se, de maneira geral, que a gestão tem ocorrido de maneira adequada. Foi fornecido o Inventário Geral de resíduos para o período, controlando as quantidades geradas por mês de cada um dos resíduos distribuídos em 16 diferentes grupos, o total gerado e o tratamento previsto ou realizado.

Segundo o Relatório Mensal do PCAI, o CCBM realiza continuamente o reaproveitamento de resíduos gerados nos canteiros, como, por exemplo, tambores metálicos, papel para rascunho, madeira, IBCs e pneus, dentre outros materiais. No quadro de acompanhamento da destinação de resíduos apresentado como anexo ao 9º RSAP, com a situação no mês de março, observa-se que:

- Resíduos destinados a empresas terceirizadas:
  - resíduos com destinação prevista: papelão, plástico, metal, alumínio, óleo usado, pneu, lâmpadas, tambor plástico 200 L, e IBC (tipo de *container* que chega à obra com produtos químicos) 1000 L
  - resíduos efetivamente destinados no período: metal, óleo usado e pneu
- Resíduos destinados ao aterro sanitário:
  - orgânico, comum e gordura



- Resíduos destinados ao incinerador do Sítio Belo Monte:
  - aterro sanitário
  - resíduos contaminados e resíduo ambulatorial
- Resíduos reaproveitados:
  - resíduos com reaproveitamento previsto: tambores metálicos 200 L, papelão, madeiras, cabos elétricos, serragem, compostagem, IBC plástico 1000 L
  - resíduos efetivamente reaproveitados no período: papelão, serragem (utilizada na compostagem) e compostagem (sobras de alimento que viram composto)

As tabelas refletem o controle adequado sobre o assunto.

Novamente não se verificou, no 9º RSAP ou no Relatório Mensal do PCAI, informação sobre o início da operação da central de resíduos do CMBM, que estava prevista para operar a partir de janeiro de 2015. Passar a reportar nos RSAP a situação de gestão de resíduos para as montadoras.

Nem o 9º RSAP, nem o Relatório Mensal do PCAI, trouxeram informações sobre contingências ambientais ocorridas no período.

Toda a discussão acima se aplica às obras principais. Em relação às obras do entorno, foram disponibilizadas informações no 9º RSAP, conforme informado na **Seção 4.2.1.3**, além das constatações resultantes da vistoria de campo realizada em maio.

A amostragem seletiva realizada nas Obras do Entorno durante a missão permitiu concluir sobre a existência de lacuna na gestão de resíduos por parte das empresas terceirizadas. Estas não apresentam comprovantes de destinação final dos resíduos, apesar de possuírem autorização para tal. Além disso, os resíduos não são quantificados ou classificados, o que impossibilita à NE atender ao disposto em seu *PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PL NES GABM SGA 003/2013) – Emissão inicial em abril/2013*.

No que compete à gestão interna de resíduos, a maioria das empresas apresenta boa organização e dispõe seus resíduos em baias de armazenamento provisórias. A destinação é realizada por meio de veículos próprios ou caçambas contratadas de empresas especializadas. Uma das empresas inspecionadas, no entanto, estava dispondo os resíduos no terreno adjacente, sem qualquer cercamento ou identificação, o que possibilita que moradores do entorno também depositem seus próprios resíduos no mesmo local. Na mesma obra foi evidenciado carreamento de material para uma boca de lobo, resultando em sua obstrução.

Por fim, os resultados gerados pela supervisão atualmente executada não fornecem dados adequados o suficiente para concluir sobre a regularidade ambiental das obras do entorno.



**PD 04: Segurança e Saúde da Comunidade***Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório*

As propostas para os riscos associados ao fluxo migratório foram colocadas no PBA em seus diferentes Planos, Programas e Projetos. Estão sendo executadas várias obras de reforço de capacidade da infraestrutura, conforme descrito no **Capítulo 6.0** (Andamento dos Programas do PBA), com investimentos em saneamento, equipamentos de saúde e educação e em programas de assistência social.

Estão sendo encaminhados mensalmente ao IBAMA, os relatórios técnicos relativos ao Plano de Requalificação Urbana (PRU). Até março de 2015, tinham sido enviados 18 relatórios que abordaram tanto as obras que já foram concluídas, como as que se encontram em execução e aquelas não iniciadas no período, nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e nas localidades de Belo Monte (Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (Anapu).

No período de janeiro a março foi concluída uma obra em Altamira (reforma e ampliação da EMEF Geraldo Emídio entregue à municipalidade). Com isso, foi ampliado para 54 o total de obras de educação concluídas. Foi informado que há uma obra em andamento em Altamira, 9 obras em fase de contratação (7 em Altamira e 2 em Anapu) e 8 obras em fase de elaboração de projeto (7 em Altamira e 1 em Senador José Porfírio). No total foram entregues 222 salas de aula com uma capacidade de atendimento de 11.088 alunos.

Conforme vem sendo descrito nos relatórios anteriores, a Norte Energia finalizou a etapa de estruturação das unidades básicas de saúde nos municípios da AID, conforme Projeto Básico Ambiental – PBA - Programa 8.1. Do total de 40 obras previstas, entre reformas, ampliações e novas construções, foram concluídas e entregues à população da AID 37 obras, as quais foram construídas e equipadas com aprovação da Vigilância Sanitária do Estado.

No período em avaliação, duas obras foram concluídas em Altamira (Hospital Mutirão, unidades básicas de saúde dos Bairros São Joaquim e Laranjeira), uma em Anapu e a obra do Hospital Municipal na sede em Vitória do Xingu passou do status de “em contratação” para “em andamento”. Em Altamira continua em andamento a obra referente à construção da unidade básica de saúde no novo bairro Jatobá, que se encontra em fase de finalização.

As obras de saneamento básico foram concluídas (sistema de abastecimento de água e sistema de coleta e tratamento de esgoto de Altamira e Vitória do Xingu e aterro sanitário de Altamira). Estão em desenvolvimento às ações relativas ao processo de repasse das estruturas implantadas para os responsáveis pela operação. Ainda estão ocorrendo às tratativas com a municipalidade de Vitória do Xingu em relação à remediação do lixão e com a prefeitura de Anapu quanto à definição do aterro sanitário que atenda à localidade de Belo Monte do Pontal.

Com relação aos equipamentos sociais relacionados à saúde e à educação, tem sido apresentado ao IBAMA nos relatórios consolidados semestrais, as análises de suficiência das obras frente ao fluxo migratório. Tal análise é desenvolvida no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.

Alguns resultados destacados no Relatório Final Consolidado referente ao Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos foram:

- Os indicadores socioeconômicos analisados mostram, de maneira geral, que a interferência do empreendimento é verificada com maior intensidade em Altamira, e em seguida em Vitória do Xingu, visto que se tratam dos municípios onde as principais obras se concentram. Destaque-se que não necessariamente os efeitos são negativos, visto que, com a dinamização da economia, houve inúmeros ganhos tanto para a administração pública, com o aumento de arrecadação e repasses, quanto para a população, com maior número de empregos e aumento de renda. Isso pode ser percebido nos dados de evolução de frota de veículos ou na Pesquisa de Condições de Vida PCV, dentre outros. Além disso, a própria infraestrutura teve incremento, seja em equipamentos de saúde ou de educação que foram ampliados para atender o afluxo populacional momentâneo;
- Nos demais municípios, a interferência é percebida em menor intensidade, principalmente por não se verificar afluxo populacional, como inicialmente os estudos previam. De qualquer maneira, obras em infraestrutura foram igualmente realizadas e permanecerão mesmo após o final do empreendimento;
- Na área de segurança pública foi firmado um convênio com a Secretaria Estadual, com a doação de equipamentos que incrementaram a infraestrutura das polícias civil e militar, igualmente a doação de veículos para instituições voltadas à promoção social, assim como inúmeras atividades de qualificação dos profissionais de órgãos públicos;
- Foi verificada a suficiência de vagas nos três níveis de ensino, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em Altamira, e praticamente na totalidade dos demais municípios da AID. Foi informado que há pequenos déficits pontuais de vagas (uma a duas turmas), na Educação Infantil em Vitória do Xingu e em Senador José Porfírio. Todavia, não se trata de afluxo populacional, mas principalmente pela mudança na legislação, visto que a atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, do Ministério da Educação (MEC) tornou obrigatória a pré-escola, desde 2013. No caso de Vitória do Xingu, essa situação se origina no próprio déficit de atendimento à demanda pré-existente no município, visto que a Norte Energia construiu em 2012 quatro salas de aula para a EMEI Domingas Fortunato, o que representou a disponibilização de mais 136 vagas para esse nível de ensino. Vale destacar que a população na faixa etária que afluía à sede municipal desde 2012 não chegou à centena (mais especificamente 96 alunos). Assim, mesmo que a totalidade dessa população fosse matriculada, ainda assim haveria um saldo de 40 (quarenta) vagas. Somado a isso, a prefeitura construiu mais uma sala de aula, em 2013, o que acrescentou mais 34 (trinta e quatro) vagas à disposição nessa escola. Portanto, o déficit de 11 (onze) vagas se dá por conta da população local que se matriculou na escola e não se relaciona ao afluxo populacional por conta do empreendimento;

- Em Senador José Porfírio, tanto as projeções do IBGE quanto a realizada por este Programa, que se utiliza de informações complementares relacionadas ao empreendimento, apontam para uma queda de população. Portanto, o aumento de matrículas na Educação Infantil daquele município não se relaciona ao afluxo populacional ou mesmo ao crescimento vegetativo de população.

Outros programas que acompanham o afluxo populacional causado pelo empreendimento têm a sua execução prosseguindo como proposto, como o Programa de Acompanhamento Social, como parte do Plano de Atendimento à População Atingida, que inclui dois subprogramas: 4.6.1. Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs e 4.6.2. Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida.

Desse modo, pode-se considerar que os Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório vêm sendo monitorados e gerenciados a contento, assim como a compensação por meio de edificações das áreas de educação, saúde e assistência social, tornando essas ações, portanto, em conformidade com os Princípios do Equador.

#### *Saúde da Comunidade*

A saúde da comunidade, tanto de trabalhadores quanto da população residente, está sendo acompanhada pelo Plano de Saúde Pública (8), desmembrado no Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde (8.1), Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) e Programa de Ações para o Controle da Malária (8.3).

As ações do Programa 8.1 têm atendido às metas e aos cronogramas propostos no PBA reformulado. No total foram implantadas na AID acrescida do município de Pacajá, 30 (trinta) Unidades Básicas de Saúde (UBSs), seis Núcleos de Vigilância em Saúde (NUVs), um Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), um Centro de Diagnóstico, a sede de uma Secretaria Municipal de Saúde e três hospitais.

Foram concluídas as obras de todas as UBSs, Secretaria de Saúde, CAPS e NUVS previstas e/ou pactuadas com as administrações municipais, à exceção das três UBSs localizadas nos bairros de reassentamentos urbano coletivo (RUCs), que não estavam previstas no PBA e foram incluídas como resultado de acordo entre a Norte Energia e o município de Altamira. A população já reassentada vem sendo assistida por dois postos de saúde em instalações provisórias instaladas e em funcionamento nos RUCs Jatobá e São Joaquim.

Em relação ao Hospital Geral de Altamira, a obra civil foi concluída e entregue ao Município. Em março de 2015 foram realizadas instalações de equipamentos, montagem de móveis e treinamentos para uso de equipamentos. Em março de 2015 foram realizadas as seguintes atividades: (i) Instalação e treinamento de 13 equipamentos; (ii) Instalação de 02 equipamentos que não necessitam de treinamento; (iii) Instalação de 02 equipamentos, cujo treinamento está agendado para o próximo mês; e (iv) 02 mobiliários montados.

No âmbito do Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças são desenvolvidas ações contínuas de vigilância, prevenção e controle de doenças, por meio das Secretarias Municipais de Saúde, nas respectivas localidades, e pelo CCBM, nos canteiros de obras da UHE. As ações de vigilância são constantemente fortalecidas por meio dos Núcleos de Vigilância em Saúde (NUV) em operação nos cinco municípios da AID e Pacajá.

Foi apresentada a situação epidemiológica da dengue nas últimas 10 semanas epidemiológicas (fevereiro a março de 2015) de notificação na AID Belo Monte e Pacajá em 2015, onde foram notificados 149 casos e 332 no ano anterior. O ano de maior registro foi em 2011 com 883 notificações. A distribuição dos casos confirmados e notificados por município de residência se destacou em Altamira e Senador José Porfírio, tendo, o primeiro, registro de 237 casos suspeitos e o segundo, 185 casos. No ano de 2015 não houve registro de casos graves de dengue. Para intensificar as medidas de vigilância, a Gerência de Saúde da Norte Energia programou junto aos municípios, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), uma campanha de orientação de medidas preventivas, seguindo a temática do Ministério da Saúde “O perigo aumentou, e a responsabilidade de todos também”. Inserções comerciais estão sendo veiculadas na emissora de TV local, assim como a distribuição de 20 mil folders aos municípios, além de faixas com mensagens educativas.

Em relação ao PACM (Programa 8.3), o apoio técnico, os insumos de combate e prevenção da malária, material informativo e os constantes treinamentos realizados têm contribuído para a melhoria na estrutura dos serviços de saúde nos municípios da AID e para o fortalecimento da vigilância da malária.

Os principais resultados obtidos pelo Plano de Ação e Controle da Malária foram:

- Altamira - Teve um grande aumento em número de exames devido à obrigatoriedade da realização do exame para o diagnóstico da malária no processo de admissão dos trabalhadores da UHE Belo Monte;
- Anapu – A situação da malária em Anapu é estável, com uma tendência decrescente, passando pelo processo de pré-eliminação/eliminação e, dessa forma, reorganizando as estratégias de trabalho do programa, com foco na vigilância e prevenção da doença. No período de janeiro a março de 2015 não houve registro de transmissão;
- AID Belo Monte e Pacajá – Essa área registrou redução de 89,4% e 70,5% de casos de malária respectivamente, enquanto os dados relativos ao mesmo período levando em consideração apenas a AID Belo Monte registrou redução bem maior (98,8% e 95,8%). Em janeiro e fevereiro de 2015 a região apresentou 111 casos de malária, dos quais 103 foram em Pacajá. O percentual de variação de redução de casos nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, quando comparado com 2014, demonstra redução na variação expressiva na AID de Belo Monte e Pacajá. Em 2011 foram registrados 2.596 casos de malária, contra 111 no mesmo período. No ano de 2014 foram registrados 268 casos, o que representa uma variação de redução de 58,6% quando comparado com 2015;

- Senador José Porfírio – Não apresentou casos de malária em 2015 e, durante o ano de 2014, a partir do segundo semestre, nos meses de setembro, outubro e dezembro, não foram registrados casos de autóctones de malária. O município vem apresentando bons resultados no desenvolvimento do Plano de Ação e Controle da Malária, estando no processo de pré-eliminação/eliminação e, dessa forma, reorganizando as estratégias de trabalho do programa, com foco na vigilância e prevenção da doença;
- Vitória do Xingu – Teve metade dos meses de 2014 sem registro de casos de malária. No mês de janeiro de 2015, foi atribuída ao município a autoctonia de um caso por outro município de notificação, com procedência não esclarecida;
- Brasil Novo – Desde julho de 2013 não foram apresentados casos de malária com transmissão autóctone no município de Brasil Novo.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, mais especificamente com os requisitos do PD 04, o Plano de Saúde Pública e as ações voltadas para ela encontram-se em conformidade com o PD 04.

#### *Segurança da Comunidade*

A Gestão de Tráfego está focada na sinalização e em inspeções mensais. No período deste relatório não foram identificadas deficiências de sinalização das vias, apenas pontualmente, as quais foram prontamente resolvidas.

A Norte Energia também tem desenvolvido diversas campanhas, com o intuito preventivo e informativo, visando a melhorar e diminuir os problemas com o tráfego, incluindo sinalizações adicionais nas vias, distribuição de panfletos, moto som, rádio, TV, banners, entre outros. As campanhas estão sendo realizadas nas rotas de circulação dos caminhões e máquinas pesadas.

A NE monitora as ocorrências de acidentes de trajeto que ocorrem com funcionários do CCBM por meio da indicação da quantidade de acidentes e de acidentados no período. Embora existam diversas ações de controle, os riscos nas vias de entorno ainda são bastante altos em decorrência do grande fluxo de veículos, ônibus e caminhões, não só relacionados ao empreendimento, mas também de membros da comunidade.

A segurança das vias do entorno, mesmo que não seja de responsabilidade do empreendedor, tampouco do CCBM, deve ser plenamente acompanhada de modo a identificar oportunidades de melhoria para que o risco ocasionado pelo aumento da circulação de veículo seja minimizado.

#### *Preparação e Resposta de Emergências*

No contexto do *Projeto de Segurança e Alerta* pode-se concluir por uma evolução bastante considerável, tendo em vista a existência de Planos de Atendimento a Emergências das principais empresas contratadas, realização de simulados e os atendimentos aos acidentes que ocorreram no período.

**JGP**

O 9º RSAP apresentou informações bastante sucintas sobre os simulados, não apresentando os resultados qualitativos ou então sobre o resultado de eficácia dos mesmos. Além disso, não houve qualquer reporte de simulado ocorrido de forma integrado entre CCBM e a montadora, no caso dos sítios Belo Monte e Pimental.

Em relação à OEs, a NE evidenciou ter aprovado o Plano de Atendimento a Emergências – PAE que engloba todos os contratos de forma bastante simplificada para que possam ser atendidas as diretrizes mínimas de atendimento às possíveis emergências.

A NE apresentou PAE elaborado por empresa especializada exclusivamente para a Estação de Transbordo de Cargas – ETC. Cabe, entretanto, avaliar se este plano não confronta com o planejamento do CCBM, responsável pela gestão do local.

#### **PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário**

##### *Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (PAR)*

A Norte Energia elaborou o Plano de Ação do Remanejamento (PAR) – Área Rural e o Plano de Remanejamento das Famílias Moradoras na Cidade de Altamira Interferidas pela UHE Belo Monte. Esses documentos atendem ao conteúdo de um Plano de Ação de Reassentamento – PAR (Resettlement Action Plan - RAP), indicada na Ação 31 do Plano de Ação, estando conforme com os Princípios do Equador 02, 05 e 06 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 05.

##### *Atualização das Atividades em Curso no Período*

##### Atividades na área rural

Do total de 1.872 propriedades interferidas, até o final de dezembro de 2014 havia 1.240 processos concluídos/executados, com área já liberadas. Para totalizar a quantidade necessária à liberação de enchimento do reservatório, faltavam 541 propriedades. No período de janeiro a março de 2015, foram realizadas 187 negociações com interferidos e foram efetuados pagamentos de 322 indenizações.

Em relação ao *Projeto de Regularização Fundiária Rural*, até o final do mês de março de 2015 tinham sido concluídas 96 das aquisições de áreas, dentre as quais 45% com registro aparente de propriedade, 44% sem registro aparente de propriedade e 7% com registro aparente de propriedade, porém objeto de espólio.

Até março de 2015, o número de famílias optantes por *Projeto de Reassentamento Rural - RRC* era de 28 famílias. No trimestre em avaliação, ocorreu reunião na área do RRC onde o Projeto foi apresentado às famílias e, por fim, definiu-se que a escolha dos lotes pelas famílias seria pelo método de sorteio. Nesse período também foram elaborados e encaminhados os TRs e projetos básicos para contratação de empresa responsável pela execução das obras de infraestruturas essenciais previstas. Durante a

semana de vistoria foi assinado o contrato com a empresa responsável pela execução da infraestrutura na gleba já definida, propiciando o início dos trabalhos.

Ressalta-se que o IBAMA anuiu com a proposta da Norte Energia de proceder à realocação rural assistida, com benefícios, o que deverá colaborar para a agilização do processo de realocação, dado que, conforme antes reportado, inclusive junto ao próprio IBAMA, esta é a modalidade preferida por diversas famílias elegíveis para o reassentamento.

#### Atividades na área urbana

Os programas voltados para a área urbana atingida pelo projeto estão tendo continuidade e realizados em conformidade com os objetivos do PBA. Tem sido dada continuidade as ações do *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas*. Até janeiro de 2015, um ano após início do processo, foram realizadas 5.044 negociações, perfazendo 65% dos cadastros socioeconômicos realizados, faltando 35% para a conclusão. Em março de 2015, tinham sido negociados 61,6% dos imóveis urbanos previstos. A liberação das cotas mais baixas - 97,00 m e 98,00 m – atingia 92,62% e 84,26%, respectivamente.

No período em avaliação continuou o processo de remanejamento das famílias para os reassentamentos urbanos (*Projeto de Reassentamento Urbano*), até março de 2015, tinha sido transferido um total de 2.599 famílias da ADA para os novos bairros. No trimestre em avaliação foram realizadas 1.138 mudanças para os RUCs, 363 mudanças de indenização e 61 mudanças para aluguel social. Até 20 de março de 2015, tinham sido reassentadas 980 famílias para o bairro Jatobá, 767 famílias para o bairro São Joaquim, 385 famílias para o bairro Casa Nova e 467 famílias para o bairro Água Azul. Em relação às famílias de índios citadinos, foram efetivadas as mudanças de 31 famílias indígenas durante o trimestre, totalizando 247 famílias reassentadas até março de 2015. Em relação aos RUCs, o processo de mudanças de novas famílias prossegue em ritmo acelerado, seguindo a mesma rotina estabelecida desde o início.

#### *Avaliação de Aspectos Legais do Reassentamento*

Em relação às ações para inserção dos novos bairros na cidade de Altamira, avançam as providências para denominação das novas ruas – com a participação dos moradores na escolha dos novos nomes – para ser oportunamente votadas na Câmara Municipal, permitindo a entrega domiciliar do serviço de Correios (hoje funcionando transitariamente através de Posta Restante na Agência de Correios mais próxima a cada bairro).

Paralelamente, prossegue o processo de fracionamento das glebas para individualização dos lotes, permitindo a emissão dos títulos individuais aos moradores que já têm contratos individuais de Compra e Venda.

Nas vistorias de maio de 2015 foi possível observar que avançam os trabalhos de negociação e desocupação das antigas áreas ocupadas pelas construções precárias, que

estão sendo demolidas. Os trabalhos de recuperação dos terrenos também se iniciaram, já antecipando as obras de requalificação e implantação dos futuros parques urbanos.

Verificou-se em campo a existência novas construções precárias irregulares em terrenos que não estão sob a responsabilidade da Norte Energia. As construções feitas de madeira sendo reutilizadas de outras demolições. A NE esclareceu que assim que constatou a existência destas novas ocupações irregulares iniciou gestões diretas junto a autoridades municipais de fiscalização e proprietários das áreas (União, DNIT) de maneira a evitar a ocupação definitiva das áreas, e vem acompanhando as gestões para solucionar a questão.

#### *Arranjo Institucional para o Reassentamento Involuntário*

A execução do reassentamento pela NE constitui arranjo adequado, segundo a política da NE em buscar a negociação amigável nos processos de desapropriação e reassentamento.

#### *Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico*

Os Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terras e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico estão contemplados no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas, integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. A valoração dos imóveis e benfeitorias segue normatização consagrada e as benfeitorias são indenizadas por valores de reposição. A negociação com os atingidos tem um valor mínimo de referência e se baseia em um Caderno de Preços aprovado pelo IBAMA.

#### *Medidas de Assistência à Relocação e Implementação das mesmas*

Estão previstas medidas de assistência à relocação. Os compromissos assumidos estão detalhados no PAR, discriminados segundo tipologia, e as medidas de Assistência à Relocação constam nos Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida.

#### *Medidas de Restituição de Meios de Vida*

As Medidas de Restituição de Meios de Vida também constam em Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. Os programas propostos estão conformes com os requisitos de restituição dos meios de vida dos afetados por relocação compulsória, tanto nas áreas rurais como urbanas.

Assim, o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural (4.1) possui o Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes (4.1.4), que é atendido pelo Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1), voltado à população que optou pela relocação assistida.



O Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais (4.2) desenvolve atividades voltadas para os seguintes projetos: Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1); Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais (4.2.3); Projeto de Reestruturação de Extrativismo Vegetal (4.2.4); Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau (4.2.5); Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros (4.2.6).

Ligado diretamente ao Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3) está o Projeto de Reparação (4.4.4), que desenvolve atividades com a população já reassentada.

As ações previstas no *Projeto de Reparação* foram iniciadas em dezembro de 2014 com a realização de visitas técnicas, ações de planejamento participativo das atividades e reuniões de planejamento participativo. No período de janeiro a março de 2015 foi concluído o Diagnóstico Participativo de beneficiários que não haviam participado de todo o processo. Essa atividade contemplou 46 pessoas. Também foram realizadas visitas para a realização do Diagnóstico a 10 novos beneficiários, totalizando 334 beneficiários em atendimento por este Projeto. Até março de 2015 tinham sido definidos dois projetos resultantes do processo participativo: (i) Criação de galinha caipira em sistema semiconfinado; (ii) Implementação de roças consorciadas, com culturas de curto, médio e longo prazo.

O *Projeto de Reparação (área urbana)* apresentou avanços com a realização de reunião de planejamento participativo (DRP) com as famílias dos Reassentamentos RUC Jatobá, RUC São Joaquim, RUC Casa Nova e RUC Água Azul, realização de oficinas temáticas, formação de grupos de trabalho (GT), e realização de reuniões devolutivas de apresentação dos resultados do DRP, com a participação de um total de 1340 moradores. Os projetos se encontram em fase de planejamento das ações para implantação das ações identificadas nas oficinas. No RUC Jatobá, onde o processo está mais avançado, foram elencados dois projetos: (i) Construção de 1 (um) barracão de usos múltiplos para o desenvolvimento de atividades relacionadas à identidade sociocultural; (ii) Viabilização de uma feira "diferenciada" com o objetivo de permitir a comercialização local de cultivos de hortaliças, temperos ou outros produtos que possam ser obtidos no uso dos próprios terrenos das casas. Cabe mencionar que a demanda por um local de uso múltiplo comunitário vem surgindo nas oficinas em outros RUCs, e segundo informações obtidas em campo, a NE deverá adotar a construção deste equipamento junto às quadras esportivas já implantadas nos RUCs, permitindo o seu uso tanto como apoio à prática de esportes como para a realização de eventos comunitários. Os espaços deverão ser dotados de um salão coberto, vestiários, cozinha e um almoxarifado.

De maneira geral esses projetos estão se desenvolvendo em conformidade com o que foi proposto no PBA.

#### *Opções de Reassentamento e Implementação das mesmas*

O empreendimento está em conformidade com relação a este aspecto do PD 05 e os Programas de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias tanto para a área rural

**JGP**

quanto urbana, integrantes do PBA, contemplam Matrizes com Critérios de Elegibilidade.

Para atender a cada grupo de indivíduos com diferentes vínculos com as propriedades, foram estabelecidas as seguintes opções, conforme definido no PBA: reassentamento em área remanescente e reassentamento em área a ser adquirida para o reassentamento rural.

A implementação das alternativas de reassentamento é considerada em conformidade com o PD 05, e vem sendo executada de acordo com os Projetos de Reassentamento Rural e Urbano.

#### *Medidas para Comunidades Hospedeiras (do Reassentamento)*

O empreendimento está em conformidade em relação a este requisito. Os equipamentos sociais a serem construídos nessas glebas incluem escolas de educação infantil de ensino fundamental, de ensino médio, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Além disso, a própria infraestrutura regional de saúde e educação teve investimentos significativos, que atendem ao aumento de demanda durante as obras como parte dos compromissos do licenciamento, mas que permanecerão para atendimento aos municípios em geral, notadamente em Altamira, após a desmobilização do final da construção. Além disso, destacam-se os investimentos em obras de infraestrutura de saneamento, já concluídos, e de infraestrutura viária urbana, em execução em Altamira, e que contribuem para a melhoria de condições de vida e qualidade urbana das sedes municipais.

#### *Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do PAR*

A estruturação da equipe foi considerada conforme. Existe uma equipe interna da NE, que dispõe de contratos com empresas especializadas para a implantação de todos os Programas e Projetos.

Houve ampliação da equipe executora por parte da NE o que possibilitou significativo avanço no processo de negociação das áreas urbanas. Em março de 2015 estavam sendo realizadas em média 20 negociações/dia. É previsto que todas as negociações sejam concluídas no final de maio de 2015.

#### *Laudos de Avaliação*

Este aspecto foi considerado conforme. O Caderno de Preços Rurais considerou o preço da terra nua com base em valores de mercado negociados na região. As benfeitorias estão sendo avaliadas por valor de reposição.



#### *Efetivação do Pagamento das Indenizações*

Os procedimentos estão em conformidade com esse requisito e a indenização sempre antecede ao reassentamento ou aos efeitos do deslocamento econômico. Outros benefícios estão incluídos nos casos de relocação assistida.

#### *Divulgação e Consulta Pública*

Esses procedimentos integram o Programa de Interação Social e Comunicação, e estão em desenvolvimento em conformidade com o Padrão de Desempenho 05, com base na Matriz de Partes Interessadas.

Os materiais produzidos pelo Programa de Interação Social e Comunicação (7.2) reúnem peças para mídia eletrônica, assim como peças impressas distribuídas durante as atividades desenvolvidas pelos agentes de comunicação (mobilização e reuniões), eventos e o Atendimento “Belo Monte Aqui”. A mídia rádio e TV também é utilizada.

As reuniões comunitárias e mobilizações, assim como os diversos eventos realizados, demonstram o caráter participativo das ações de interação com o público-alvo do *Programa de Interação Social e Comunicação*. Este aspecto é reforçado pela atividade do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM), que tem contribuído de forma significativa para ampliar a discussão de temas ao longo de diversas etapas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Os procedimentos de divulgação e consulta estão em conformidade com os PE.

#### *Atendimento a Reclamações*

As demandas e reclamações da comunidade são registradas pelo telefone 0800 e nos Plantões Sociais implantados nos RUC. Os Plantões Sociais instalados em cada bairro funcionam apoiando a fase de mudança e pós-mudança, e o mecanismo de recebimento de reclamações no local encontra-se operacional. Segundo entrevistas realizadas em dois Plantões Sociais, os novos moradores buscam o local para obter informações de transporte e serviços e para registrar demandas de reparos nas novas casas. Com o aumento do número de mudanças, constatou-se um aumento também no número de novas demandas por manutenção ou reparos nas casas.

Analisando o banco de dados que registra o retorno dado às reclamações, a NE constatou que, além de serviços de ajustes devidamente solucionados pelas construtoras, também estavam aumentando as demandas por uso inadequado das novas residências, como, por exemplo, entupimentos hidráulicos pelo descarte de material inadequado em pias e vasos sanitários, ou a colocação de lixo em áreas comuns (já existe serviço de coleta municipal de lixo duas ou três vezes por semana, dependendo do RUC).

Em função disto, a NE lançou um Plano Integrado de ações de divulgação e atividades com o tema Cuide Bem de Seu Bairro, focando temas como saneamento, gestão de resíduos sólidos, ordenamento de uso de ruas públicas e esporte, lazer e cultura. Incentivou também a formação de Comissões de Moradores em cada RUC, que se reúne



semanalmente, organizadas por temas para centralizar as gestões de demandas surgidas de moradores.

Os procedimentos de atendimento a reclamações estão em conformidade com os PE.

#### *Documentação e Auditoria*

Este aspecto foi considerado conforme. O acompanhamento do Plano de Atendimento à População Atingida é feito pelo IBAMA, com relatórios consolidados a cada seis meses. A equipe do IBAMA faz constantes vistorias e reuniões no empreendimento com as equipes gestoras e executoras dos programas do PBA, assim como são expedidos documentos ao órgão pela NE sempre que necessário.

#### *Monitoramento Pós-Relocação*

Segundo o Plano de Ação do Remanejamento (PAR) – Área Rural, o monitoramento das famílias interferidas e remanejadas pela construção da UHE Belo Monte ocorre por meio de diferentes Planos, Programa e Projetos do PBA. As famílias proprietárias optantes pela alternativa da indenização recebem como procedimento de monitoramento a identificação do destino informado para realização da mudança.

Para alternativas de reassentamento urbano, os monitoramentos iniciaram-se junto às famílias que já mudaram.

Como conclusão, do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, as formas de atendimento ao PD 05 encontram-se em conformidade.

#### **PD 06: Preservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais**

O *Relatório de Avaliação Socioambiental - Due Diligence* (julho de 2012) apresentou recomendações visando ao atendimento do Padrão de Desempenho 6, inclusive como parte do Plano de Ação. Essas recomendações são referentes a aspectos da linha de base biológica, dos programas de mitigação e gestão, e dos programas de compensação. Nos relatórios de monitoramento subsequentes, foram feitas novas recomendações baseadas no andamento e nos resultados desses programas. Essas recomendações e seu *status* de atendimento são apresentados nos **Capítulos 7.0 e 8.0** do presente relatório.

Conforme solicitado, foram evidenciados novamente os esforços para identificação das espécies que permanecem com determinação incompleta no âmbito dos monitoramentos da flora. Foi demonstrado que a porcentagem de espécies determinadas permanece elevada desde o início do projeto (> 86%). Para o projeto de salvamento da flora, essas informações também foram atualizadas e continuam elevadas para epífitas, hemiepífitas (94,7%), bem como para sementes (74,6%). Em relação às exsicatas, a porcentagem permanece baixa (31,8%), devido principalmente ao processo de identificação, que tem sido feito por meio do envio de lotes de exsicatas ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro e cuja atualização no banco de dados do projeto ainda não havia sido feita.

No âmbito dos projetos do monitoramento, permanece o registro de uma única espécie nova (*Mourera* sp.). Após a 8ª missão, a Norte Energia encaminhou uma revisão do relatório, o qual havia sido apresentado em outubro de 2014, referente à busca realizada por novos locais de registro da espécie nova. Esse documento apresentou as informações discutidas em reunião. Foi justificado que o método possível para quantificar as populações da espécie é destrutivo, pois implica em medição de biomassa, o que inviabiliza sua execução no âmbito deste monitoramento. Reportou-se ainda que a espécie nova de *Mourera* também foi registrada em dois outros rios do Estado do Pará (Rio Tapajós e Rio Ratos), o que a descaracteriza como endêmica da região do empreendimento.

De acordo com as informações fornecidas nos RSAPs e nas missões de monitoramento anteriores, o *Projeto de Salvamento da Flora* possuía o registro de seis prováveis espécies novas que ainda necessitavam de confirmação: *Astrocaryum* sp., *Catasetum* sp., *Goepertia* sp., *Heliconia* sp., *Pleurothallis* sp. e *Polystachya* sp. Com a troca de empresas executoras desse projeto em meados de 2014, o andamento da identificação dessas espécies deixou de ser acompanhado. Assim, foi solicitado à Norte Energia que envidasse esforços para recuperar essas informações. Na 9ª missão, foi finalmente informado que:

- 1) *Astrocaryum*: o único material coletado está no Museu Paraense Emílio Goeldi; o pesquisador André Cardoso informou que o material é precário e, portanto, insuficiente para sua identificação;
- 2) *Catasetum*: a pesquisadora Anna Kelly do MPEG, especialista na família Orchidaceae, identificou o material coletado como *C. aff. rondoniensis*, alegando que há muita hibridização no gênero e que não é possível definir precisamente a espécie com o único material existente;
- 3) *Goepertia*: o único material coletado está com o pesquisador André Cardoso no MPEG, o qual ainda não foi determinado; a Arcadis/Naturae entrará em contato periodicamente com o pesquisador para verificar o *status* de sua identificação;
- 4) *Heliconia*: o único material coletado foi identificado pelo pesquisador André Cardoso como *H. chartacea*, o qual está depositado no MPEG;
- 5) *Pleurothallis* e *Polystachya*: seus exemplares vivos permanecem na Casa de Vegetação do CEA e ainda é aguardada a sua floração para proceder com a determinação taxonômica.

Conforme informado anteriormente, duas espécies já haviam sido descartadas como novas (*Inga* e *Stelis*) e duas foram confirmadas, sendo que uma já possui sua descrição publicada (*Passiflora echnasteris*) e a outra (*Aechmea*) está sendo descrita no momento por uma pesquisadora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A previsão para a submissão do artigo era fevereiro de 2015.

A descrição de *Passiflora echnasteris* foi publicada em maio de 2015 no periódico Phytotaxa (v.208, n.2, p.170–174). Segundo o artigo, a espécie foi registrada em vegetação secundária aberta em duas localidades, próximas ao CEA. *P. echnasteris* foi

cultivada no CEA, onde tem crescido e florescido continuamente. Foi solicitado à Norte Energia que coletasse suas sementes e destinasse a um banco de germoplasma.

É importante que a Norte Energia apresente periodicamente informações atualizadas sobre essas prováveis espécies novas e eventuais outras que forem registradas pelos projetos da flora, bem como as evidências dos esforços para sua determinação.

Em relação à Fauna Terrestre e Semi-Aquática, recomendou-se a participação de especialistas na taxonomia dos quirópteros coletados nos pedrais do Rio Xingu. Foi feita a contratação de especialista, tendo sido executado o projeto conforme proposto e aprovado por esta consultoria. Os relatórios de andamento apresentados, contemplando quatro campanhas de campo e mostrando os resultados das análises morfológicas e morfométricas dos indivíduos coletados, mostraram que a espécie é diferente de *Nyctinomops laticaudatus*. Os indivíduos da possível nova espécie foram registrados e capturados em pedrais dentro e fora da área de influência do empreendimento, à jusante e montante do barramento, sendo abundantes nos locais onde foram encontrados. Durante as campanhas, alguns exemplares foram coletados para a realização das comparações com outras espécies do mesmo gênero, e uma parte dos indivíduos foi marcada e solta, de forma a obterem-se resultados sobre o uso dos pedrais e outros ambientes pela espécie. As preparações citogenéticas resultantes do material coletado durante as campanhas não permitiram análises satisfatórias. Os resultados das análises morfométricas apresentadas apontam que a espécie presente na área do empreendimento correspondia a uma espécie ainda não descrita de *Nyctinomops*, com medidas do antebraço menores do que as de *N. laticaudatus*. O relatório final, conclusivo, mostra tratar-se de fato de uma nova espécie de *Nyctinomops*, que ocupa não apenas os pedrais dentro da área de influência, mas também aqueles situados à jusante e montante das áreas do empreendimento, e possivelmente a outras bacias hidrográficas. A nova espécie está sendo descrita por especialistas que trabalharam na identificação das espécies coletadas nos estudos do EIA de Belo Monte, sem prazo para finalização. No entanto, a extensão da distribuição detectada nos Estudos Complementares indica que não há risco de extinção da espécie. O especialista contratado para a elaboração do estudo aponta ainda que a exposição permanente de novos pedrais, como consequência do TVR, poderá criar novos habitats a serem utilizados pela espécie.

O PAN contempla estudos morfológicos e moleculares da possível nova espécie de *Nyctinomops*. Recomendou-se que as espécies de roedores confirmadas como novas para a ciência sejam também incluídas nas ações e objetivos do PAN. Considera-se que o atendimento a esta recomendação depende dos especialistas envolvidos no PAN. A NE havia informado em relatórios anteriores que a inclusão das três possíveis novas espécies apenas poderia ocorrer em 2015. A reunião do PAN prevista para realizar-se em 2015, no entanto, ainda não tem uma data determinada. Por outro lado, a Norte Energia ressalta o fato, corroborado pelas propostas de áreas protegidas no entorno dos futuros reservatórios, de que haverá medidas de proteção a estas possíveis novas espécies como decorrência da proteção de novas áreas. Esta consultoria socioambiental independente entende que a inclusão das espécies no PAN independe da Norte Energia, e que a proteção das áreas previstas até o momento, bem como a detecção das possíveis novas espécies de roedores fora da área de influência do empreendimento, segundo

**JGP**

evidenciado nos relatórios de atendimento aos Princípios do Equador apresentados nos RSAP, asseguram a possibilidade de manutenção de populações viáveis dos táxons em questão na região da Volta Grande do Xingu. Desta forma, recomenda-se que durante a próxima reunião do PAN, em ainda sem data definida, sejam levantadas estas questões, usando como base as conclusões do Estudo Complementar abordando as novas espécies de roedores.

Recomendou-se a contratação de especialistas para identificar as possíveis novas espécies de quiróptero (*Nyctinomops*) e roedores (*Oecomys* e *Neacomys*) e a determinação de sua área de distribuição fora da área de influência do projeto. Os especialistas foram contratados, e todas as campanhas de campo previstas foram conduzidas para a localização e coleta de quirópteros e roedores. Quanto ao quiróptero, a possível nova espécie foi detectada fora da área de influência do empreendimento, e os estudos apresentados indicam que sua distribuição estende-se bem além da região do Rio Xingu. Com relação aos roedores, também registrados em áreas fora da influência do empreendimento, bem como em áreas próximas cuja previsão é de serem conservadas pela Norte Energia, os estudos morfológicos e moleculares foram finalizados, mostrando que algumas das espécies são de fato ainda não descritas pela ciência, mas com ampla distribuição, enquanto outras foram associadas a táxons já existentes.

Para *Neacomys*, os resultados das análises moleculares e morfológicas indicam que as duas margens do Rio Xingu abrigam duas espécies distintas, ainda não descritas pela ciência, pertencentes ao gênero, e de ampla distribuição nos respectivos interflúvios. Além destas duas novas espécies, cuja distribuição não se restringe à área de influência de Belo Monte, um terceiro conjunto de exemplares não identificados durante os estudos do EIA foi identificado como pertencente à espécie *Neacomys spinosus*, representando uma extensão considerável da distribuição deste táxon, já conhecido e amplamente distribuído na Amazônia. Para o gênero *Oecomys*, os resultados apresentados apontam que a espécie presente na área do projeto faz parte do complexo de espécies conhecido como *Oecomys paricola*, de ampla distribuição ao sul do Rio Amazonas, indo até o Mato Grosso. As coletas realizadas para a elaboração dos estudos complementares resultaram na identificação deste táxon em diversas áreas situadas fora da influência do empreendimento. O relatório final apresentado consolida as análises e confirma as conclusões obtidas até o momento. Considera-se, desta forma, que os estudos realizados resultaram na identificação das espécies novas de roedores e na determinação de sua área de distribuição, assegurando que tais espécies não serão extintas ou mesmo terão suas populações impactadas de alguma forma pelo empreendimento.

Em relação à ictiofauna, baseado nos resultados acumulados nos monitoramentos (*Projeto de Investigação Taxonômica*, *Projeto de Monitoramento da Ictiofauna* e *Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna*) e no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foram registradas 21 espécies em situação de risco, sendo 12 espécies com ocorrência somente na ADA, 7 espécies com ocorrência na ADA e na AID, e 1 espécie com registro apenas no rio Bacajá (AID).



A condição descrita enquadra claramente o Rio Xingu, no trecho da Volta Grande, na condição de habitat crítico, e a afetação potencial das 21 espécies caracterizam uma grave situação de não conformidade do PD 06 e do Princípio do Equador, por risco de extinção de espécies. Diante deste cenário, a JGP Consultoria recomendou à NE elaborar um Plano de Ação para buscar, fora da área de influência do empreendimento, as espécies que até o momento foram encontradas apenas na ADA/AID.

Segundo a NE, considerando os dados acumulados desde o início do PBA e a revisão continuada da bibliografia disponível, das 21 espécies endêmicas da Volta Grande do Xingu (VGX), 10 espécies tiveram a sua distribuição ampliada e 11 continuam com a distribuição restrita à AID/AID.

Para essas 11 espécies (*Pituna xinguense*, *Plesiolebias altamira*, *Sternarchogiton zuanoni*, *Teleocichla centisquama*, *Teleocichla* sp. “preta”, *Megalodoras* sp. “alto Xingu”, *Hypancistrus* sp.2 L-174 “acari-marrom”, *Hypancistrus zebra*, *Baryancistrus* sp. “verde”, *Peckoltia aff. cavatica* e *Typhlobelus auriculatus*) com distribuição restrita à Volta Grande do Xingu, a NE realizará um esforço adicional de busca ativa fora da área de abrangência direta do empreendimento, para verificar a possível ocorrência das mesmas em área de distribuição geográfica ampliada além da ADA e AID.

Caso as espécies da categoria de “ocorrência restrita à ADA e AID” não sejam localizadas, as mesmas configurarão como alvo para o desenvolvimento de protocolo de criação em cativeiro e também do Plano de Ação de Biodiversidade Específico para a Ictiofauna da região da Volta Grande do rio Xingu.

No mês de abril a NE realizou a coleta de indivíduos de Rivulídeos (*Pituna xinguense* e *Plesiolebias altamira*) no lago Arapujá, com o objetivo de manutenção em cativeiro. Os indivíduos estão sendo mantidos nos aquários do Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais no campus da UFPA, para reprodução em cativeiro, caso a busca ativa fora da área restrita ao projeto não resulte no encontro das espécies.

Em maio foi realizada uma campanha completa de busca ativa fora da ADA e AID do empreendimento, para procurar as espécies de ocorrência restrita. Os resultados desta campanha serão apresentados no 10º RSAP.

#### **PD 07: Povos Indígenas**

##### *Suficiência da Linha Base*

Considerou-se que o empreendimento apresenta **conformidade** em relação à suficiência da linha base.

O Estudo do Componente Indígena (ECI), seguindo as orientações da FUNAI, apresentou informações detalhadas sobre a territorialidade, dinâmica demográfica, condições e modos de vida, identificando e localizando as formas nativas de manejo dos recursos naturais. As terras indígenas contempladas no ECI foram: Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Juruna do Km 17, Trincheira Bacajá, Arara, Cachoeira Seca, Kararaô,



Koatinemo, Arawete do Ipixuna e Apyterewa. Além destes grupos, a linha base indicada pela FUNAI incluiu os índios citadinos residentes na cidade de Altamira e região da Volta Grande do Xingu.

Apesar da abrangência dos estudos requeridos, houve transformações relacionadas à suficiência da linha base. Efetivamente, ao longo da implantação do Plano Emergencial e das ações indigenistas do PBA-CI surgiram novas aldeias, associações e famílias indígenas ribeirinhas que reivindicam inclusão nos programas e projetos em desenvolvimento. O surgimento de novas aldeias foi característico dos primeiros anos de implantação do Plano Emergencial. Efetivamente, entre 2010 e 2013 o número total de aldeias envolvidas no processo de licenciamento passou de dezoito (18) para trinta e quatro (34). Este número permaneceu estável até março de 2014 quando foi encaminhada à Norte Energia demandas relativas à criação de duas novas aldeias, na TI Arara da Volta Grande e TI Trincheira Bacajá. Em face às demandas dos indígenas e ao posicionamento da FUNAI os técnicos da Superintendência de Assuntos Indígenas da Norte Energia adaptaram a linha base para incluir as novas aldeias nas atividades desenvolvidas no atendimento aos indígenas.

Com relação aos índios citadinos e ribeirinhos, as mudanças na linha base estão relacionadas ao processo de autoidentificação como indígena. Com efeito, desde a realização do ECI, em 2009, vem crescendo o número de famílias que no contexto urbano e ribeirinho se autoidentificam como indígena. Em 2009 os estudos do ECI identificaram 340 famílias vivendo na área urbana e 40 famílias ribeirinhas. Em 2011 os levantamentos do Programa de Realocação e Reassentamento identificaram 592 famílias na área urbana e 85 ribeirinhas. Em 2012 este número subiu para 654 famílias indígenas na cidade e 98 ribeirinhas. Em março de 2013 foram identificadas 115 famílias indígenas vivendo apenas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) e 73 vivendo nas margens do reservatório. Em março de 2015 o número de famílias citadinas subiu para 783, ao passo que as ribeirinhas mantiveram-se em 115. Em maio de 2015 já haviam sido realizadas 89,5% das negociações com as famílias citadinas e 100% das negociações com as famílias indígenas ribeirinhas.

Não obstante o surgimento de novas aldeias e a alteração na população de índios citadinos e ribeirinhos, a linha base que orienta as ações da Norte Energia apresenta consistência com relação ao ECI e ao contexto indígena regional. Deste modo, a Superintendência de Assuntos Indígenas tem sido capaz de ajustar a implantação dos programas e projetos do PBA-CI às modificações.

#### *Consulta e Participação*

Com relação aos requisitos de Consulta e Participação, o empreendimento apresenta **conformidade**. Os processos de consulta e participação vêm sendo desenvolvidos em todas as etapas do projeto através de reuniões com todos os grupos indígenas envolvidos. Antes mesmo do início do Estudo do Componente Indígena (ECI), entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008, o projeto foi discutido com os indígenas das Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Juruna do km17 e Terra Indígena Trincheira Bacajá. Em 2008 o projeto foi apresentado e discutido nas terras indígenas

Arara, Cachoeira Seca, Kararaô, Koatinemo, Arawete do Ipixuna e Apyterewa. Com os índios citadinos e ribeirinhos foram realizadas reuniões em agosto de 2008, dezembro de 2008, março e maio de 2009.

Em 2008 e 2009 os estudos foram realizados com a participação dos indígenas, como preconizavam as orientações da FUNAI. Em setembro de 2009, ao emitir a avaliação sobre o ECI a FUNAI afirmou que “*considera que cumpriu seu papel institucional no processo de esclarecimento e consulta junto às comunidades indígenas, (...) realizando diversas oitivas nas aldeias.*” (FUNAI 2009, Parecer Técnico 21, pg.98).

Neste parecer, a FUNAI explicita seu posicionamento com relação à própria definição de consulta aos povos indígenas:

*“O processo de oitiva não pode, nem é considerado pela Funai como um momento único e cristalizado. Tem-se procurado, através de reuniões específicas, levar a informação para as comunidades indígenas de modo a orientar o processo e dar subsídios para que elas possam se posicionar sobre o empreendimento e seus impactos, garantindo que a participação das mesmas seja informada e qualificada”* (FUNAI 2009, Parecer Técnico 21, pg.14).

Em 2011, após a aprovação do ECI e em face ao posicionamento da FUNAI reconhecendo a realização da consulta e a participação dos indígenas, foram realizadas as discussões para elaboração do PBA-CI. Para tanto, foram realizadas oficinas com representantes das comunidades indígenas na sede da FUNAI em Sobradinho/DF (21-25 de fevereiro 2011) e reuniões de apresentação, discussão e validação do PBA-CI em todas as terras indígenas (abril e maio de 2011).

Além da participação nos estudos e das consultas realizadas nas reuniões e aldeias, ao longo da elaboração do ECI e PBA-CI, os indígenas participaram das audiências públicas em setembro de 2009. Segundo estimativa da FUNAI as audiências na cidade de Altamira reuniram mais de 5000 pessoas das quais, aproximadamente, 200 eram indígenas.

Em março de 2011, a partir da instalação do Escritório de Assuntos Indígenas, no escopo do Plano Emergencial e, especialmente, a partir de janeiro de 2013 com a estruturação da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), consulta e participação dos indígenas passou a ser realizada através das reuniões entre representantes indígenas, agentes institucionais e equipe de indigenistas da Norte Energia.

Fundamental para a consolidação da participação e dos processos de consulta aos povos indígenas foi a constituição e o funcionamento do Comitê Gestor Indígena (CGI) e do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida (CVR). A criação destes comitês além de constar como responsabilidade do Pano de Gestão do PBA-CI, integra o conjunto das condicionantes da LP e LI. Criados em novembro de 2012 estes comitês passaram a operar efetivamente a partir do final de 2013.

As reuniões do CVR ocorreram na cidade de Altamira e nas aldeias da Volta Grande em dezembro de 2013, janeiro, fevereiro e julho de 2014. Há uma reunião marcada para junho de 2015. Além destas reuniões, os membros do CVR têm participado das campanhas de monitoramento da qualidade da água e da ictiofauna, junto aos técnicos do Programa de Supervisão Ambiental. De outra parte, as reuniões do CGI ocorreram em março, junho e dezembro de 2014, na cidade de Altamira. Além destas foram realizadas reuniões dos subcomitês em todas as terras indígenas nos meses de outubro e novembro de 2014 e março e maio de 2015.

Considerando a metodologia de elaboração dos estudos; considerando as definições e os posicionamentos da FUNAI; considerando a estruturação da Superintendência de Assuntos Indígena, que inclui constantes atendimentos e reuniões com os indígenas; e, considerando as reuniões dos comitês e Subcomitês (CVR e CGI), é possível afirmar que o empreendimento apresenta conformidade em relação ao processo de consulta e participação.

#### *Mecanismo de Reclamações*

O empreendimento apresenta **conformidade** em relação a este requisito. As reclamações, solicitações, demandas e informações seguem sendo dirigidas indiscriminadamente para a Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), Programa de Comunicação Indígena (PCI), Programa de Comunicação Não Indígena (PCNI), empresas contratadas para executar os programas do PBA-CI e FUNAI. Tais questionamentos alimentam as atas e memórias das reuniões dos comitês, as anotações efetuadas nos trabalhos de campo, os registros diários do PCI, (que implantou a infraestrutura necessária para o contato com todas as aldeias) e os registros de atendimento implantado no escritório da SAI.

O acompanhamento das reclamações, encaminhadas às diferentes instâncias, segue um fluxo de resposta já consolidado no PCI e PCNI e constitui um ponto de pauta das reuniões de gestão que ocorrem semanalmente reunindo Norte Energia e contratadas e quinzenalmente no âmbito da Norte Energia e agentes institucionais. Além disso, as reuniões dos Comitês e Subcomitês mantêm como item de pauta o tema reclamações.

#### *CPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado (Free, Prior Informed Consent – FPIC)*

Considera-se que o projeto apresenta **conformidade** em relação ao CPLI. As preocupações com a implantação do PBA-CI, demonstrada desde os primeiros estudos e reuniões, revelam o interesse dos indígenas no desenvolvimento de ações de longo prazo. Contudo, tal posicionamento deve ser analisado tendo em vista as históricas e recorrentes expressões de oposição ao empreendimento. Os grupos das Terras Indígenas Arara da Volta Grande, Paquiçamba e Trincheira Bacajá, com seus recursos naturais diretamente afetados pelo Trecho da Vazão Reduzida manifestaram durante a elaboração do ECI e do PBA um posicionamento semelhante. Cada grupo a sua maneira registrou que embora a UHE Belo Monte não seja um projeto de interesse dos

indígenas, eles tem interesse em participar nos estudos e nos programas de longo prazo do PBA-CI.

As palavras do cacique da Terra Indígena Arara da Volta Grande, ao iniciar a reunião de apresentação do PBA, são ilustrativas, diz ele: *“a comunidade não tem pressa em fechar o que chamam de Plano de Vida, e não PBA, e se tiverem que ficar mais tempo, quererão permanecer em discussão [...] Salienta que não querem a UHE Belo Monte e por isso há alguém chegando em sua casa que todos devem fazer perguntas para conhecer o melhor possível. Enquanto não contemplar a comunidade ela não fechará este PBA.”* (FUNAI, Memória de Reunião UHE Belo-Monte/PBA, 29-30/05/2011).

Junto aos Juruna da TI Paquiçamba já no ECI ficou registrado: *“Apesar da posição expressa pela comunidade, chegaram ao entendimento de que os presentes estudos têm o objetivo de garantir direitos relacionados à população indígena afetada pelo empreendimento, caso o Ibama venha a indicar a viabilidade do mesmo e conceder a Licença Prévia para a realização do Leilão Público. Dentro desta perspectiva, a participação da comunidade foi intensa, tanto na parte de diagnóstico quanto na avaliação de impactos e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias.”* (EIA-CI Vol.35.Tomo 2, pg.07).

Os Xikrin da TI Trincheira Bacajá expressaram o mesmo posicionamento. Ao analisar o “Impacto do Empreendimento na Percepção dos Xikrin” os autores do ECI reproduziram as falas dos indígenas entrevistados: *“Tem que dar dinheiro também, para o bem de nossos filhos e netos. Não é a casa e a terra dos Kuben (não-indígena) que vão ficar no rio seco. Se for fazer a barragem, que deem um dinheiro, uma compensação mensal. E que seja para sempre. Barragem é coisa para sempre.”*(EIA-CI, Vol.35. Tomo5. pg. 182).

Estas manifestações registradas nos estudos de impacto e no PBA-CI foram transpostas para as pautas de reivindicações e negociações desenvolvidas ao longo do Plano Emergencial e ações indigenistas relacionadas à implantação do PBA-CI. De fato, os indígenas não afirmam que são favoráveis ao empreendimento, mas registram em todas as atas de suas reuniões o interesse na implantação de ações dos programas do PBA-CI.

No caso dos Xikrin, o engajamento dos indígenas ultrapassou a mera adesão ao PBA-CI e atingiu as condições plenas do Consentimento Livre Prévio e Informado. Desde outubro de 2012 os Xikrin exigem que todas as ações do PBA-CI sejam desenvolvidas por eles próprios, através da ABEX, Associação Bebô Xikrin do Bacajá. Para tanto, formalizaram Termo de Parceria com a Norte Energia, no qual, além de definirem suas responsabilidades, invocam o artigo 7º da Convenção OIT 169 que *“garante aos povos indígenas o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afeta suas vidas, crenças instituições, bem estar espiritual, bem como as terras que ocupam e utilizam de alguma forma, e de controlar na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural”*. A opção dos Xikrin define uma posição de protagonista para este grupo indígena, que através do Termo de Parceria escolhe *suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento*. Embora contestada por alguns a ABEX

tem legitimidade perante os indígenas e segue negociando diretamente com a Norte Energia sua participação nos projetos do PBA-CI.

A implantação e o funcionamento dos Comitês e Subcomitês no escopo do PBA-CI, bem como as rotinas de atendimento aos indígenas na Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) consolidaram as condições para a circulação de informações estratégicas para os indígenas avaliarem continuamente seus posicionamentos.

#### *Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)*

Considera-se o empreendimento **conforme** em relação ao PDPI. Os planos de desenvolvimento para os povos indígenas da região constituem o centro do PBA-CI, que está articulado a partir de quatro eixos temáticos, a saber: eixo territorial, relacional, ambiental e socioeconômico e cultural. Cada um desses eixos compreende programas específicos voltados à proteção territorial, educação, saúde, atividades produtivas, infraestrutura, proteção do patrimônio cultural e fortalecimento institucional. Todas as ações previstas estão articuladas ao plano de gestão do PBA-CI. Conforme definido em Termo de Compromisso firmado em maio de 2014 entre a Norte Energia e a FUNAI, os programas e projetos terão duração de trinta e cinco anos e suas metas seguirão as diretrizes do PBA-CI.

Para a efetivação dos planos, programas e projetos do PBA-CI a Norte Energia definiu junto à FUNAI e lideranças indígenas o Plano Operativo (aprovado em 01/04/2013) que apresenta detalhamento executivo das ações em desenvolvimento. Para a plena implementação do Plano Operativo a Norte Energia empreendeu uma reestruturação administrativa, constituindo a Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), contratando quatro empresas e “primarizando” a execução de obras no escopo do Programa de Infraestrutura.

Em janeiro de 2013 foi contratada a empresa AGRAR/ENGETEC para o desenvolvimento do Programa de Atividades Produtivas. Apesar de contratado precocemente, este programa não tem alcançado os resultados esperados. Deste modo, frente a grande expectativa dos indígenas, a SAI está avaliando a possibilidade de “primarizar” as ações do PAP, assumindo responsabilidade direta pelos projetos de geração de renda.

Em junho de 2013 foi contratada a empresa VERTHIC responsável pela implantação do Plano de Gestão e dos Programas de Fortalecimento Institucional, Gestão Territorial, Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial. Estes programas têm sido bem avaliados pelos indígenas, pois tem multiplicado as possibilidades de participação e interação com as ações indigenistas do PBA-CI.

Em 2014 a Norte Energia consolidou a execução das ações de infraestrutura relacionadas ao programa do PBA-CI e aos compromissos assumidos com os indígenas durante a execução do Plano Emergencial. Sob a coordenação da SAI um grupo de técnicos da SOE (Superintendência de Obras do Entorno) está integralmente dedicado à execução das obras relacionadas à população e terras indígenas. Dentre as obras já

realizadas destacamos como relevantes para o PDPI a construção de 22 casas de farinhas, 386 residências, 13 km de pista de pouso e 441 km de estradas.

Considerando as obras já executadas, o alinhamento institucional, bem como a capacitação das equipes e a amplitude das ações em andamento, é possível afirmar que os resultados dos projetos do PBA-CI começam a se fazer sentir no cotidiano dos indígenas. Neste cenário os indígenas passam a discutir sobre seus próprios projetos de desenvolvimento.

*Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais*

No que diz respeito a medidas de indenização e compensação, o empreendimento também apresenta **conformidade**.

Segundo o ECI e conforme a avaliação da FUNAI os impactos do empreendimento podem ser resumidos em dois vetores principais: (1) a redução da vazão na Volta Grande do Xingu; e, (2) a atração de contingente populacional. Com base nessa avaliação, o PBA-CI foi concebido para atender a todas as comunidades e terras indígenas da área de influência, pois tem por objetivo atuar sobre *as alterações no panorama regional relacionadas à construção e funcionamento da UHE BM (PBA-CI/PMX Vol.2. pg553)*.

Nesse sentido, os estudos não indicaram uma divisão qualitativa entre os programas dirigidos ao conjunto da população indígena e às comunidades das terras afetadas pelo trecho da vazão reduzida do Rio Xingu (TVR). Todas constituem o público-alvo dos programas de mitigação e compensação. Sendo assim, o atendimento a todas as aldeias e associações indígenas da região constitui o princípio que orientou a implantação do Plano Emergencial e que atualmente orienta as ações indigenistas do PBA-CI.

No escopo do Plano Emergencial a Norte Energia adquiriu grande quantidade de equipamentos solicitados pelos indígenas. Como ilustração cabe mencionar que foram adquiridos e distribuídos mais de 400 voadeiras, 600 motores e 25 camionetes, dentre outros itens. Ademais, como parte dos acordos mediados pelo MPF, a Norte Energia segue distribuindo cota mensal de combustível para todas as aldeias (totalizando 50 mil litros/gasolina/mês) e disponibilizando frete fluvial entre cada aldeia e a cidade de Altamira.

Para além das aquisições do Plano Emergencial, os programas do PBA-CI desenvolvem as ações estruturantes que podem ser caracterizadas como medidas de indenização e compensação. Dentre estas cabe destacar a construção de casas de farinha, de residências, a abertura e ampliação de estradas e pistas de pouso e a implantação de sistemas de abastecimento de água. O quadro abaixo apresenta dados atualizados sobre o andamento destas obras.

Descrição da Obra	Previsto	Contratado	Concluídas
Construção de casas de farinha	34	33	22
Construção de moradias	699	683	386
Construção/ampliação de estradas	12 aldeias	11/499km	10/441km
Abertura de Pista de Pouso	21km	16km	13km
Sistema de abastecimento de água (Perfuração/reforma/ampliação)	34	29	19

#### **PD 08: Patrimônio Cultural**

Até o período anterior havia-se reportado o andamento dos programas do PBA relacionados ao patrimônio cultural, com resultados satisfatórios que atendem ao previsto no PD 08, havendo apenas uns poucos atrasos em relação aos cronogramas do PBA.

A situação no período anterior mostrava que:

- as prospecções nas Unidades Amostrais do Reservatório Intermediário haviam sido finalizadas já no primeiro semestre de 2013.
- as prospecções na área do canteiro de obras e estruturas auxiliares encontravam-se encerradas.
- as prospecções nas Unidades Amostrais do Reservatório Principal foram finalizadas em dezembro de 2014.
- As prospecções nas estruturas lineares, como acessos, canais e praças de torres de linhas de transmissão também estavam concluídas.

Segundo havia-se informado, o resgate dos sítios prosseguia.

Nos relatórios anteriores verificou-se que todas as atividades de arqueologia têm sido desenvolvidas mediante autorizações e manifestações do IPHAN.

Sendo assim, optou-se por excluir os programas de arqueologia da lista de programas críticos para acompanhamento durante o período em que não se prevê elaboração de relatório para o IBAMA, ou seja, até a emissão da LO para o empreendimento.

Solicita-se apenas que os próximos RSAP, até a emissão da LO, reportem o andamento das seguintes atividades em atraso nos Programas e Projetos relacionados ao Patrimônio Cultural:

- Andamento dos projetos das Casas de Memória de Altamira e Vitória do Xingu.
- Viabilização do site para disponibilização do acervo permanente das duas casas de memória.

**Princípio 4.0 – Plano de Ação e Sistema de Gestão**

O status de atendimento ao Plano de Ação foi apresentado no **Capítulo 7.0** deste Relatório, feito com base na avaliação, para o período, do andamento das ações e partes de ações em aberto com prazos de atendimento variando desde “antes da Assinatura do Contrato de Financiamento” até “6 meses antes do enchimento do reservatório”.

As próximas datas-marco de ações a serem atendidas são:

- 6 meses antes do início da operação da primeira turbina - a entrega deverá ocorrer em outubro/2015, já que a operação da UG01 está prevista para março/2016. Nesta data deverão ser atendidas as **Ações 14, 15, 16 e 36b**.
- 6 meses antes do início da operação da última turbina - a entrega deverá ocorrer em fevereiro/2018, já que a operação da UG18 está prevista para ago/2018. Nesta data deverá ser atendida a **Ação 10**.

A análise incluída neste relatório baseou-se no 9º RSAP e em dados obtidos em reuniões e vistorias de campo realizadas na 9ª missão (11 a 15 de maio de 2015). O resultado dessa avaliação, conforme disposto no **Capítulo 7.0**, foi apresentado nos **Quadros 7.0.a, 7.0.b e 7.0.c**, que retratam:

- **Quadro 7.0.a:** ações em atendimento, parcialmente atendidas e não atendidas;
- **Quadro 7.0.b:** ações atendidas até a missão anterior (8ª missão); e
- **Quadro 7.0.c:** ações de atendimento contínuo.

Como se observou nos **Quadros 7.0.a, 7.0.b e 7.0.c**, de 77 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 9º RSAP, que incluem as 76 do trimestre anterior e a Ação 28, que deveria ter sido atendida neste período, a situação resultante da avaliação do consultor socioambiental independente é que 65 ações ou partes de ações são consideradas atendidas; 4 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento; 7 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento contínuo nos RSAP (inclusive a Ação 40), e 1 ação, a Ação 28, foi considerada não atendida.

Novamente houve evolução no atendimento aos compromissos previstos no Plano de Ação no período, com quatro novas partes de ações consideradas atendidas (partes relativas à fauna terrestre da Ação 38a e 38b, e Ação 39a e 39b), as quais passarão a figurar no **Quadro 7.0.b** na próxima missão. Além dessas, a Ação 40, considerada parcialmente atendida e merecendo maior atenção pelo atraso, foi atendida e agora passará a ser acompanhada de forma contínua no **Quadro 7.0.c**. Em relação à Ação 28, que corresponde à apresentação do inventário de emissões de carbono para os reservatórios, justificou-se que foi estruturado um grupo de trabalho multidisciplinar para atendimento a esta e outras ações previstas para os próximos períodos, mas não se constatou avanço concreto na elaboração do inventário. Então a mesma foi considerada não atendida.



Cabe chamar a atenção novamente para a Ação 37a, considerada em atendimento, e que demanda ações urgentes devido ao iminente enchimento do reservatório. Para atendimento a esta ação foi elaborada pela NE o Plano de Trabalho com Estratégias para o Atendimento do PD 06 dos Princípios do Equador, que prevê a realização de coletas complementares para buscar fora da ADA e AID do empreendimento, 11 espécies que até agora foram registradas apenas nessas áreas de influência do projeto. Para as espécies endêmicas porventura não localizadas nas buscas de campo complementares fora da AID e ADA, propõe-se o desenvolvimento de estudos/tentativas de criação em cativeiro. Ações deste Plano já estão sendo realizadas e são relatadas na discussão do PD 06 referente à ictiofauna, no **Capítulo 9.0**, e no **Quadro 7.0.a**.

O Sistema de Gestão do empreendimento já foi discutido anteriormente, na avaliação da conformidade com o PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental do Princípio do Equador 3.0.

#### **Princípio 5.0 - Consulta e Divulgação**

O Ciclo de Divulgação e Consulta Pública do Projeto atende às diretrizes do Princípio do Equador Nº 5.

As ações de comunicação social são desenvolvidas de maneira coordenada com vários programas do PBA e as informações e consultas recebidas ao longo dos vários eventos e contatos com partes interessadas são registradas e analisadas tematicamente, permitindo um constante ajuste de conteúdos e formatos mais adequados para aprimorar a comunicação com os diversos públicos alvo, locais e regionais.

Os mecanismos de comunicação adotados pela Norte Energia incluem atuação de agentes de comunicação por meio de mobilizações e reuniões, atendimento por Serviço 0800 e Plantões Sociais (Canal Belo Monte Aqui), veiculação de campanhas e spots informativos na rádio local (Programa “Conversando sobre Belo Monte”) e por meio de carro de som, moto-som ou rádio-poste, divulgação de informações sobre o empreendimento nos *websites* ([www.norteenergiasa.com.br](http://www.norteenergiasa.com.br); [www.blogbelomonte.com.br](http://www.blogbelomonte.com.br)) e distribuição de materiais informativos impressos.

No período em avaliação foi aprovado o documento do Sistema de Gestão Padrão de Sistema Plano de Comunicação e de Relacionamento com a Comunidade R00. Esse documento apresenta o plano de comunicação e de relacionamento com a população afetada pelas intervenções do empreendimento e que possam interferir no cotidiano dessas comunidades, objetivando a informação, a interação e a manutenção da segurança da população.

Um importante mecanismo de consulta e divulgação adotado pela Norte Energia consiste na atuação de agentes de comunicação, durante as ações de mobilização e reuniões com a população. No período de janeiro a março de 2015 foram realizadas 3.976 visitas de mobilização e 14 reuniões (total de 897 participantes).

O Atendimento “Belo Monte Aqui” é um canal de interação social e comunicação receptivo, que oferece informações e esclarecimentos à população, por meio de: Atendimento ao Serviço 0800 e Plantões Sociais. No período de janeiro a março de 2015, o Atendimento “Belo Monte Aqui” registrou 465 contatos, por meio do Serviço 0800, Plantão Social e atendimento presencial.

As reuniões das Comissões e Comitês do FASBM também se constituíram em instrumentos importantes em reforço ao contexto de diálogo e transparência em relação ao empreendimento – inclusive como espaço para acompanhamento, assim como para manifestação de críticas e cobranças referentes ao cumprimento do PBA. No período de janeiro a março de 2015, foram realizadas 15 (quinze) reuniões do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM) e 70 (setenta) reuniões das Comissões específicas e Comitês temáticos.

Em relação às ações de divulgação, foram produzidos 8 planos de comunicação; 45 peças para mídia impressa; 22 peças para mídia eletrônica; 17.762 materiais de comunicação distribuídos. Também foram realizadas campanhas que trataram os temas: “Água – Se não mudar pode faltar”, “Destinação adequada no lixo – Bairro Casa Nova”; e, “Saneamento é saúde”.

Segundo resultados da pesquisa de percepção, os materiais distribuídos pelo Programa Interação Social e Comunicação (7.2) foram considerados de fácil compreensão por 85% dos entrevistados (área urbana e rural). A pesquisa também demonstrou que a principal fonte de informação sobre o empreendimento consiste na atuação dos agentes de comunicação (43%). Em segundo lugar aparecem as reuniões com a comunidade (31%); e, em terceiro os materiais de comunicação (“Cartilha, Folder, Volante”) distribuídos pelos Agentes (22%).

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelo Princípio do Equador 5.0, os mecanismos de consulta e divulgação encontram-se estruturados, atuantes e em total conformidade.

#### **Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação**

A Norte Energia possui sistemática de recebimento de consulta e reclamações em conformidade com os Princípios do Equador. O gerenciamento dos mecanismos de comunicação ocorre pelo SIAGI - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação, pelo “Módulo Cliente”, possibilitando o acesso aos dados e respectivas análises das atividades e resultados do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2).

No período em avaliação continuaram os atendimentos de consultas e reclamações por meio dos mecanismos Canal Belo Monte Aqui e a atuação de agentes de comunicação. O atendimento “Belo Monte Aqui” apresenta duas frentes de atuação: Atendimento por meio de Serviço 0800/Plantões Sociais e Atendimento Eletrônico ao Colegiado do FASBM.

**JGP**

O Comitê Interno de Comunicação (CIC), criado em janeiro de 2014, tem atuado também como canal de consultas e reclamações de 2ª instância, em caráter recursal de atendimento a demandas recorrentes ou não adequadamente sanadas junto às partes interessadas por meio dos canais usuais.

No período de janeiro a março de 2015, os agentes de comunicação registraram 456 questionamentos por meio de mobilizações, de reuniões e eventos com a população da AID. Em relação aos atendimentos do Canal Belo Monte Aqui, nesse mesmo período foram registrados 463 contatos, por meio do Serviço 0800 e Plantão Social. A ênfase dos questionamentos refere-se aos seguintes temas: (i) impactos do empreendimento na região: alteração na infraestrutura e acessibilidade, alterações das condições de vida da população e aspectos socioeconômicos e culturais; (ii) Relacionamento com a comunidade: manifestações e demanda por informações.

Em relação às manifestações dos trabalhadores das empresas contratadas pela Norte Energia, entre janeiro a março de 2015 foram recolhidas 27 manifestações por meio das urnas de comunicação instaladas nas empresas terceirizadas. Desde o início da implantação (agosto de 2014) foram registradas 351 manifestações.

Em relação ao CCBM, são oferecidos três canais de ouvidoria para recebimento de reclamações, sugestões e críticas provenientes dos trabalhadores do Consórcio Construtor e de empresas terceirizadas que estão alocados nos postos de trabalho dos canteiros de obra. Esses canais incluem caixas de sugestões instaladas nas unidades, representante de funcionários junto ao sindicato e canal aberto com a ouvidoria (assistente social ou técnico social).

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelo Princípio do Equador 6.0, os mecanismos de reclamação encontram-se bem organizados, definidos e em conformidade.

#### **Princípio 8.0 – Compromissos Contratuais**

A NE vem cumprindo com a legislação Brasileira incidente sobre o Projeto, sem prejuízo de eventuais ultrapassagens de padrões ambientais legais e/ou normas relativas à segurança do trabalho ou condições de trabalho.

O Plano de Ação compromissado junto aos Agentes Repassadores vem sendo implementado, devendo-se considerar, no entanto, alguns atrasos no atendimento a ações ou partes de ações, conforme disposto na avaliação do Princípio 4.0. Como mostra o **Quadro 7.0.a** do **Capítulo 7.0** deste Relatório, nem todos os produtos previstos para as datas marco conforme determinado no Plano de Ação elaborado por ocasião do Relatório de *Due Diligence* foram entregues/atendidos, havendo ações ou partes de ações atrasadas e outras apenas parcialmente atendidas ou em atendimento.

Há ainda algumas ações importantes que continuam em aberto, como a Ação 37a, que consiste na busca de espécies da ictiofauna até agora localizadas apenas na AID e ADA,

**JGP**

fora da área do projeto, em tempo de obter resultados antes do enchimento do reservatório.

Recomendações pontuais e oportunidades de melhoria não incluídas no Plano de Ação, e que foram feitas no processo de *Due Diligence* e nas missões posteriores de monitoramento estão sendo gradativamente atendidas, conforme mostra o **Quadro 8.0.a** do **Capítulo 8.0** deste Relatório. Assim como para as ações do Plano de Ação, as reuniões realizadas durante as missões de campo estão resultando no fechamento de várias recomendações pendentes.

A obrigação de apresentar relatórios periódicos no formato acordado com o Agente Repassador continua a ser atendida com a emissão do 9º RSAP em 30/04/2015.

## **10.0**

### **Conclusões e Recomendações**

#### **10.1**

##### **Conclusões**

O monitoramento socioambiental da UHE Belo Monte no período de janeiro a março de 2015 registrou as seguintes constatações principais elencadas a seguir.

No período coberto pelo relatório as obras prosseguem em ritmo acelerado, simultaneamente às atividades de montagem, com o Consórcio Montador Belo Monte – CMBM atuando no Sítio de Belo Monte, e a Andritz, no Sítio Pimental. Prosseguem também as atividades da Isolux na construção e montagem das Linhas de Transmissão do Sistema Restrito, e teve início em fevereiro a mobilização da empresa São Simão, que será responsável pela montagem das Subestações do projeto.

Prosseguem também, em ritmo bastante acelerado, as atividades de supressão de vegetação nas áreas dos reservatórios, haja vista a previsão de enchimento do reservatório intermediário em setembro de 2015. Estas são realizadas por 8 empresas - Consórcio LEI, DWE, ISOLUX, LAEC, CKTR, FX, Penha e Naturasul), responsáveis por lotes independentes, e que são supervisionadas pelo Consórcio STCP, vinculado à equipe de SST da NE. O número de empresas foi aumentado devido ao atraso nas atividades.

Cabe informar que, após a 9ª missão de monitoramento socioambiental, ocorreram dois acidentes com vítimas fatais. Esses acidentes estão sendo mencionados neste relatório, mas, por terem ocorrido fora do período de monitoramento, e pelas investigações estarem ainda em curso, maiores detalhes dos mesmos serão discutidos no próximo relatório.

Um dos acidentes ocorreu durante manifestação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetagri e da Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVVP no km 27 da Rodovia Transamazônica, na altura da Vila Residencial Belo Monte. Um carro em alta

**JGP**

velocidade colidiu com a barreira de pneus feita pelos manifestantes, atingindo dois adultos e uma criança. A criança ficou apenas ferida, mas os dois adultos foram vítimas fatais. O acidente está sendo investigado pelas autoridades, com acompanhamento da NE.

O segundo acidente, amplamente noticiado na mídia, ocorreu no dia 30/05, aproximadamente às 2 h, durante a descarga de caminhões-silo de cimento na central de concreto do CCBM (área industrial) no Sítio Belo Monte, quando houve o desabamento de um silo de armazenamento de cimento. No acidente foram atingidas três pessoas com ferimentos leves, enquanto outras três foram vítimas fatais.

A consultoria independente contactou a NE para obter informações atualizadas sobre o evento. A NE prontamente apresentou as ações adotadas pelo CCBM e por ela própria, como empreendedora, inclusive de apoio às famílias das vítimas. Informou também que foi iniciado o processo de investigação das causas básicas do evento. Maiores detalhes constarão no próximo relatório de monitoramento socioambiental.

Em relação ao reporte de andamento dos programas do PBA, conforme já constava no relatório anterior, foi protocolado no IBAMA, em fevereiro, o Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, que subsidiou o pedido de Licença de Operação parcial para o empreendimento, já que está previsto o início da formação do Reservatório do Xingu em setembro de 2015. Dois meses depois está previsto o início do processo de enchimento do Canal de Derivação e do Reservatório Intermediário.

Segundo informado pela NE e Ferreira Rocha em reunião com a consultoria independente, entre a emissão do Relatório Final Consolidado e a emissão da LO pelo IBAMA não serão elaborados outros relatórios consolidados do PBA para o IBAMA, ou seja, aquele que estaria previsto para 31/07/15 não será emitido. Isso porque foi acordado com o IBAMA que a forma de acompanhamento do órgão até a emissão da LO será a realização de vistorias mensais para verificação de assuntos que este considera críticos. Com base nessas vistorias mensais, o órgão emitirá um parecer, o qual será respondido pela NE por meio de Nota Técnica. Cabe ressaltar que o 9º RSAP não trouxe evidências da realização de nenhuma dessas vistorias mensais do IBAMA no período.

Assuntos não críticos para o IBAMA não serão mais relatados até que seja emitida a LO, e o órgão defina que tipo de relatório passará a ser emitido, já que haverá programas de implantação e de operação em implementação simultânea, outros que serão eliminados, etc.

Então, foi acordado com a NE que os RSAP, até a emissão da LO, incluiriam a descrição do andamento, no período, de uma lista de programas considerados mais críticos pela consultoria independente. Os demais Programas voltarão a ser relatados após a definição na LO, pelo IBAMA, do tipo e periodicidade de relatório a ser elaborado nas fases de implantação simultânea à operação e de operação.

Conforme ressaltado constantemente nos relatórios, os impactos e riscos de obra estão sendo controlados pelo conjunto de medidas mitigadoras e preventivas implementadas pelo CCBM, como parte do PCAI ou no âmbito do seu SGI.

A BIOCEV prossegue suas atividades de supervisão ambiental das atividades nas OPs. Os resultados da supervisão são registrados por meio do SIG-BIO, desenvolvido pela empresa para controlar os registros de desvios (RDs) identificados nas vistorias. São geradas planilhas de controle de geoprocessamento e mapas referentes aos locais onde foram identificados registros de desvio.

O balanço das atividades de supervisão apresentado no 9º RSAP, com data de corte em março de 2015, mostra as seguintes constatações:

- A grande maioria dos desvios em aberto do PCAI (75%) e do PRAD (71%) são não conformidades (NC), e não apenas Registro de ocorrência (RO);
- Quase metade dos RDs do PCAI e do PRAD (43%) ocorreu no Sítio Belo Monte;
- Status RDs em aberto até o momento:
  - Em relação ao PCAI, 25% dos desvios em aberto têm pendência a vencer, 19% estão vencidos e a maior parte (56%) aguarda verificação em campo;
  - Em relação ao PRAD, 35% têm pendência a vencer, 18% estão vencidos, 29% aguardam verificação em campo e 18% aguardam evidências.
- Categorias RDs em aberto:
  - Para o PCAI, 50% dos ROs em aberto estão relacionados a efluentes, e 35% a resíduos, enquanto 68% das NCs estão relacionados a efluentes, 12% a resíduos e 12% a processo construtivo.
  - Para o PRAD, 74% dos ROs estão relacionados a obras/processo erosivo, e 24% a processo construtivo, quanto para as NCs, os números são 69% a obras/processo erosivo e 31% a processo construtivo.
- Em relação às montadoras:
  - A Andritz possui 3 NCs vencidas, todas referentes a efluentes.
  - O CMBM possui 1 NC vencida, relacionada a problemas com resíduos.
  - A Isolux tem 1 NC em aberto, com status aguardando evidências, relacionada a problemas com processos construtivos.

Neste trimestre ocorreu a operacionalização plena do fluxo de não conformidades e implantação do sistema de alerta específico para não conformidades, ambos no SGP. Com isso, ocorre a interface entre o SIG-A e o SIG-BIO da Biocev (coordenadora do PAC), por meio do envio, pelo segundo, de dados referentes às não conformidades (NCs) do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI), programas contidos no PAC, para inserção e armazenamento no Geoexplor (SIG-A).

Os resultados dos sistemas de controle de documentos e dos controles operacionais ambientais foram verificados, de maneira amostral, com base nas inspeções de campo em algumas das frentes de obra realizadas pelo consultor independente no período de 12 a 15 de maio de 2015. Nessas inspeções foram evidenciadas situações adequadas e

inadequadas de adoção das medidas de controle ambiental e de recuperação previstas, respectivamente, no PCAI e no PRAD.

Com relação ao PCAI, merece destaque, no período, os esforços para melhoria e correção das condições de exploração e recuperação ambiental das áreas de empréstimo localizadas fora do reservatório intermediário no Sítio Belo Monte e do reservatório do Rio Xingu no Sítio Pimental; o acompanhamento da utilização dos bota-foras remanescentes e a recuperação de passivos ambientais ao longo do Travessão 55, ambos no Sítio Canais e Diques; e a adoção de medidas de controle de erosão e assoreamento nas áreas de apoio previstas para a Margem Direita do Rio Xingu, no Sítio Pimental, incluindo pedreira, área de empréstimo e bota-foras.

As ações de controle ambiental sob a responsabilidade das montadoras, CMBM (Sítio Belo Monte) e Andritz (Sítio Pimental), apesar de não apresentarem qualquer vínculo empresarial, foram retomada, provavelmente em decorrência da ação mais efetiva da NE. Ambas as montadoras apresentavam situações muito aquém do esperado e previsto, pois as suas estruturas de apoio (alojamento, escritórios, refeitórios, lavanderias, estações de tratamento de água e efluentes sanitários e industriais e outros) encontram-se incompletas ou nem sequer tiveram a sua instalação iniciada. Além disso, foi verificado um descompasso evidente na divisão de esferas de atuação entre CCBM, CMBM e Andritz. Na presente missão de monitoramento foi verificada a retomada das atividades, recuperação de passivos ambientais e adoção de medidas de controle ambiental mais alinhadas com a situação verificada no restante da obra, sob a responsabilidade da CCBM.

A implantação do PRAD prossegue com destaque para a recuperação dos bota-foras ao longo do canal de derivação (Sítio Canais e Diques) e das áreas de empréstimo do Sítio Belo Monte. Apesar da quantidade de áreas recuperadas até o momento já ser significativa, cerca de 190 ha, e serem previstos mais 95 ha para o ano de 2015/2016, é importante que a NE esteja atenta para as crescentes necessidades de manutenção dos plantios. A manutenção tem a importância aumentada com o acréscimo de novas áreas que tenham recebido plantio, mas também pelas dificuldades enfrentadas com espécies herbáceas nativas e exóticas que apresentam crescimento muito agressivo. Considera-se importante que a NE atente para soluções que maximizem os esforços de manutenção e atenda às exigências do IBAMA, as quais foram formalizadas em Termo de Referência específico e confirmadas no parecer técnico referente ao 6º Relatório de Consolidação.

Em relação ao Sistema de Gestão Ambiental - SGA, a análise documental da sistemática de auditorias implementada no empreendimento não permite afirmar que as avaliações mensais conduzidas pelo NAC eliminam a necessidade de realizar auditorias específicas (internas) para avaliação do SGA e auditorias específicas de conformidade legal, pois o consultor independente não tem subsídios suficientes para atestar que essas auditorias englobam todos os temas / processos incorporados na documentação do sistema.

Em relação ao Sistema de Gestão Norte Energia sob a ótica de SST, foi verificada no período a emissão/revisão do Padrão de Sistema do NAC e do Manual de Auditoria Ambiental, que incluem os projetos de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho no

que concerne ao escopo dos Projetos correspondentes (3.4.1 e 3.4.2) inseridos no PAC. Embora sejam projetos integrantes do PAC e consecutivamente do PBA e Licenciamento Ambiental, a gestão não considera ou inclui a avaliação das questões relacionadas a SST, tampouco emite Registros de Não-Conformidades – RNC, alertas ou trata o assunto no âmbito do NAC. Uma possível causa poderia ser a falta de interação/sinergia entre as áreas que gerem a Gestão Ambiental e a Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho e Ambiental, no caso das Obras do Entorno e empresas executoras da Supressão Vegetal. Essa constatação traz novamente a discussão sobre a metodologia adotada pela NE na divisão de responsabilidades, o que ocasiona lacunas na interação entre equipes e sistemas de gestão.

Nesta 9ª Missão de Monitoramento foram identificadas situações, conforme apresentado na **Subseção 3.1.2**, que evidenciam o não atendimento das diretrizes definidas na gestão da NE. Também não foram identificados Registros de Não-Conformidades para tais itens. Essas pendências não constaram na Análise Crítica do NAC, nem foram indicadas no Sistema de Alerta. Nesse contexto, é imperativo que a NE, mais especificamente a Equipe de SSTMA, a Equipe de MA e a Gestora do PBA, interajam para potencializar as ações que resultam no monitoramento do nível de atendimento das diretrizes estabelecidas de forma adequada e em intervalos coerentes com a robustez do projeto, para que exista avaliação crítica sólida que permita conclusão sobre o real andamento dos programas e também que as não-conformidades sejam determinadas para tratamento e melhoria contínua de todo o processo de gestão.

O CCBM apresentou desempenho inferior em termos de conformidade com as Listas de Verificação e, principalmente, em relação ao fechamento dos Registros de Desvios, o qual apresentou resultados baixos no período se comparados com os meses de 2014. De acordo com as informações da NE, uma possível justificativa foi a reestruturação da Equipe de SST do CCBM, com redução de efetivo. Medidas corretivas foram adotadas, tais como reforço na aplicação de LVs e intensificação de cobranças, embora os resultados não tenham sido tão evidentes no conjunto de evidências apresentadas por ocasião do 9º RSAP e informações coletadas em campo.

Do mesmo modo, o CMBM apresentou pequeno decréscimo nos resultados de desempenho das LVs de SST, o que corrobora com a urgente necessidade de praticar a análise crítica do processo de supervisão das empresas contratadas da obra principal.

A grande preocupação continua relacionada à montadora Andritz que ainda apresenta diversas lacunas de gestão, o que reflete nos baixos resultados de desempenho e altos números de desvios e não-conformidades. O planejamento adequado das atividades, determinação e implantação de controles operacionais e monitoramento interno para verificação da efetividade das proteções são itens fundamentais para se garantir a segurança dos funcionários.

Em relação às empresas executoras das Obras do Entorno, a ausência de análise crítica consistente dos resultados globais da supervisão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde por parte da NE reflete na estagnação do processo, refletindo na continuidade do reporte de baixos índices de desempenho. Cabe também destacar que a Equipe de SSTMA



chega, como último recurso, a emitir Correspondências Externas e Internas como sinal de alertas das pendências abertas. Para o próximo período estão sendo desenvolvidas fichas, por empresa, que apresentarão os resultados de desempenho das empresas, não só as pendências como era realizado até o 9º RSAP.

Diante da aproximação do início da **Fase de Operação** do Sítio Pimental para os primeiros testes com as turbinas, continua sendo imperativo a apresentação de uma estrutura e/ou desenho conceitual do Sistema de Gestão a ser proposto para esta fase e que deverá ser estendido para todo o Empreendimento e gestão das empresas contratadas.

Em relação ao Sistema de Gestão Integrado do CCBM, o mesmo encontra-se implantado, porém algumas oportunidades de melhoria foram identificadas e são objeto de ações corretivas, conforme disposto no **Capítulo 4.0**.

Em relação ao Plano de Ação da UHE Belo Monte, a análise apresentada no **Quadro 7.0.a** do **Capítulo 7.0** reflete o atendimento das ações ainda em aberto no período, com os respectivos prazos. Os próximos entregáveis estão programados para as seguintes datas-marco: 6 meses antes do início da operação da primeira turbina (outubro de 2015); e 6 meses antes do início da operação da última turbina (2018). Nesta missão foi atendida a Ação 28, que era prevista para 6 meses antes do enchimento do reservatório.

Mesmo ainda não cabendo atendimento às Ações 14, 15 e 16, previstas para outubro de 2015 (6 meses antes do início da operação da primeira turbina), estas foram inseridas no Quadro 7.0.a, e já contemplam a descrição do consultor independente sobre as ações já em andamento.

A avaliação realizada pelo consultor socioambiental através de consulta à documentação e inspeções de campo de maio de 2015 resultou na verificação do atendimento de quatro novas partes de ações (partes relativas à fauna terrestre da Ação 38a e 38b, e Ação 39a e 39b), confirmando a tendência de evolução no atendimento aos compromissos previstos no Plano de Ação. Além dessas, a Ação 40, referente ao controle e proteção de fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASVs e que não serão suprimidos, considerada até o trimestre anterior como parcialmente atendida e merecendo maior atenção pelo atraso, foi atendida agora e passará a ser acompanhada de forma contínua no **Quadro 7.0.c**.

No total, há ainda 4 ações que continuam em aberto, com status de “Em Atendimento”. Há outras 7 ações ou partes de ações consideradas em atendimento contínuo nos RSAP (incluindo agora a Ação 40), e que constam no **Quadro 7.0.c**. No período foi avaliado também o atendimento à Ação 28, que estava prevista para 6 meses antes do enchimento do reservatório, e que consiste na apresentação do inventário de emissões de carbono para os reservatórios. A NE justificou que foi estruturado um grupo de trabalho multidisciplinar para atendimento a esta e outras ações previstas para os próximos períodos, mas não foi constatado avanço concreto na elaboração do inventário, tendo a mesma sido avaliada, portanto, como não atendida.

Uma das ações em aberto e que assumiu maior importância e urgência no atendimento em função do enchimento iminente do reservatório é Ação 37a, que, originalmente no Plano de Ação, consistia em realizar, fora da AID, coletas de dados adicionais específicas para as espécies de ictiofauna ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e de Loricarídeos (ornamentais), já citadas como restritas à Volta Grande do Rio Xingu. Esta ação, no entanto, foi tomando maior abrangência depois da incorporação das informações resultantes dos monitoramentos do PBA. Maiores detalhes do andamento das ações para atendimento a esta pendência são apresentados adiante, nas conclusões sobre os programas do PBA relacionados à ictiofauna.

Em relação ao processo de implantação dos Programas Ambientais integrantes do PBA, a análise apresentada no **Quadro 6.0.b** do **Anexo 7** indica que está sendo cumprida a maior parte dos objetivos e metas propostos para os programas no PBA. Além disso, os programas estão seguindo os procedimentos metodológicos previstos no PBA, e estão sendo monitoradas as espécies-chave que foram estabelecidas para os mesmos. Para os Programas e Projetos que apresentam atrasos em relação aos cronogramas estabelecidos, verificou-se se estão sendo realizadas as devidas tratativas com o IBAMA ou demais órgãos intervenientes.

Em relação aos Programas do Meio Físico não se verificam desvios significativos no desenvolvimento dos programas e projetos. O ano de 2015 será de grande importância para praticamente todos os programas do meio físico, pois ocorrerá o enchimento dos reservatórios e, conseqüentemente, a alteração das condições ambientais observadas até aqui. Será o momento da verificação dos prognósticos realizados e da verificação da suficiência e efetividade das medidas de mitigação previstas.

Em relação ao Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres, o Parecer Técnico 1.553/2014 – COHID/IBAMA, de 17 de abril de 2014, considerou a implantação dos módulos RAPELD concluída, conforme exposto no Parecer Técnico N° 7.244/2013.

Os projetos relacionados à vegetação estão, de forma geral, sendo executados em conformidade com o PBA, as exigências do IBAMA e os Princípios do Equador. No último parecer do IBAMA que avaliou o andamento do PBA (Parecer Técnico N° 5.036/2015 – COHID/IBAMA de 24 de fevereiro de 2015), referente ainda ao 6º Relatório Consolidado (julho de 2014), o órgão ambiental não fez comentários ou recomendações para a maioria dos programas relacionados à vegetação. Apenas para o *Projeto de Desmatamento* e o *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro*, foi informado que serão elaborados pareceres específicos.

De maneira geral, as campanhas de campo dos projetos de monitoramento têm sido realizadas em conformidade com a metodologia do PBA e com as recomendações posteriores do IBAMA. As atividades rotineiras dos projetos de salvamento da flora e de banco de germoplasma também têm sido executadas, cuja parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi consolidada. No 9º RSAP, não foram fornecidos resultados desses projetos.

Foram evidenciados novamente os esforços para identificação das espécies que

permanecem com determinação incompleta no âmbito dos monitoramentos da flora e do projeto de salvamento da flora. Foi demonstrado que as porcentagens de identificação completa das espécies permanecem elevada, com exceção das exsiccatas, que estão em processo de identificação.

Para os projetos do monitoramento, permanece o registro de uma única espécie nova (*Mourera* sp.). Após a 8ª missão, a Norte Energia reportou que essa espécie também foi registrada em dois outros rios do Estado do Pará (Rio Tapajós e Rio Ratos), o que a descaracteriza como endêmica da região do empreendimento.

De acordo com informações fornecidas anteriormente, o *Projeto de Salvamento da Flora* possuía o registro de seis prováveis espécies novas que ainda necessitavam de confirmação. Com a troca de empresas executoras do projeto em 2014, o andamento da identificação dessas espécies deixou de ser acompanhado. Assim, na 9ª missão, foi informado que havia apenas um material coletado de cada espécie e que: duas identificações foram feitas, o material de uma dessas espécies é precário e insuficiente para sua identificação, o material de outra está com um pesquisador do MPEG e ainda não foi determinado, e os exemplares vivos de duas outras permanecem na Casa de Vegetação do CEA e é aguardada a sua floração.

Duas espécies haviam sido confirmadas como novas, sendo que uma está sendo descrita no momento (*Aechmea*) e outra teve sua descrição publicada em maio de 2015 (*Passiflora echnasteris*), a qual foi registrada em vegetação secundária aberta em duas localidades próximas ao CEA, onde ela tem sido cultivada e crescido e florescido continuamente.

Em relação ao *Projeto de Desmatamento*, as atividades seguem em andamento, porém ainda em situação preocupante. A estação chuvosa mais amena no 1º trimestre favoreceu o andamento dos trabalhos e três novas empresas supressoras passaram a atuar, além das quatro outras que já operavam. Até março de 2015, haviam sido suprimidos cerca de 6.233,83 ha (**45,7%**) do total previsto (13.632,32 ha) para ambos reservatórios, sendo 2.868,49 ha (**59,3%**) no Reservatório Xingu (total 4.840,29 ha) e 3.365,34 ha (**38,3%**) no Reservatório Intermediário (total 8.792,23 ha). O rendimento no 1º trimestre de 2015 foi quase três vezes maior que o do mesmo período do ano anterior. Ainda assim, restam 7.398 ha para serem suprimidos até setembro ou outubro de 2015, sendo que o total executado nos reservatórios em todo o ano de 2014 foi de 5.307 ha.

No 1º trimestre de 2015, a destinação do material lenhoso gerado pelo empreendimento teve pequenos avanços. Foram executadas algumas destinações externas com fins sociais. Ainda que o volume doado seja pequeno, abriu-se assim um novo precedente. Por outro lado, a empresa vencedora do leilão de fitomassa lenhosa encerrou suas atividades e a Norte Energia iniciou tratativas com outra empresa vencedora desse mesmo leilão.

Em 15 de dezembro de 2014, a Norte Energia havia apresentado ao IBAMA proposições para ajustes no sistema de controle da madeira, visando dar maior agilidade

**JGP**

e aproveitamento na destinação do material. Após quase quatro meses sem um posicionamento do órgão ambiental, a Norte Energia encaminhou, em 26 de março de 2015, a correspondências externas às diferentes diretorias do IBAMA solicitando sua consideração às proposições feitas. Em reunião no dia 06 de maio de 2015, ou seja, fora do período de abrangência deste relatório, o IBAMA indeferiu as proposições da Norte Energia.

Até o primeiro trimestre de 2015, todos os programas do PBA relacionados à fauna terrestre e semi-aquática, incluindo o monitoramento nos Módulos RAPELD, cavernas, pedrais, e transectos nos rios e igarapés, tiveram seu andamento e atividades conforme o cronograma previsto.

A nona campanha de monitoramento foi realizada em todos os módulos para todos os grupos de fauna, durante o primeiro trimestre de 2015. Os programas que dizem respeito à fauna terrestre e semi-aquática (quelônios, crocodilianos, aves, mamíferos aquáticos e semi-aquáticos) tiveram seus resultados apresentados durante a *conference call* realizada com a equipe da NE, evidenciando que seguem o cronograma e metodologias propostos no PBA e aprovados pelo Órgão Ambiental. Os resultados apresentados mostram que os Programas cumprem, até o momento, os objetivos e metas propostos. A avaliação do 6o RSAP pelo IBAMA mostra que o Órgão concorda com a reestruturação dos projetos que compõem o Programa de Monitoramento de Quelônios de Belo Monte, com a fusão dos projetos que tratam da ecologia das tartarugas, tracajás e pitiús.

Os programas que implicam no afugentamento, resgate e salvamento da fauna estão sendo conduzidos de acordo com os protocolos discutidos com o IBAMA, que já haviam sido implementados, e foram aprovados no parecer apresentado por este órgão quando da avaliação do 5º RC. Foram apresentados os quantitativos de espécimes afugentados, resgatados, e que vieram a óbito durante as atividades de supressão.

O projeto de controle de endemias tem suas atividades realizadas de forma contínua, e a NE encaminhou ao Órgão Licenciador uma Nota Técnica ressaltando o fato de que o apoio à campanha de vacinação de animais domésticos, conforme solicitado pelo IBAMA, não faz parte do escopo do projeto. A avaliação do 6o RC pelo IBAMA apresenta a concordância do Órgão com relação aos argumentos apresentados.

O programa de mitigação da perda de indivíduos da fauna por atropelamento teve suas atividades concluídas em fevereiro de 2014. A sinalização indicativa da travessia de fauna, bem como as demais estruturas previstas no programa de redução dos impactos causados pela perda dos indivíduos da fauna por atropelamento, encontram-se instaladas e são regularmente vistoriadas. Os redutores de velocidade foram também instalados. As passagens de fauna, juntamente com as passagens de água, vêm sendo monitoradas, e estão sendo utilizadas pela fauna. O IBAMA solicitou que fossem retomadas as atividades de monitoramento dos atropelamentos nos Travessões e BR, e a NE comunica que já está sendo elaborado o Plano de Trabalho para as atividades, que terão início em julho.

Dentro do Plano de Ação para atendimento aos Princípios do Equador, recomendou-se a participação de especialistas na taxonomia dos quirópteros coletados nos pedrais do Rio Xingu. Em 2013 foi realizada a contratação de especialista, com a elaboração de projeto com metodologia que deverá resultar na identificação taxonômica e determinação da distribuição da possível nova espécie, e campanhas de campo para coletas de exemplares, com foco principalmente na possível nova espécie de *Nyctinomops*.

Recomendou-se ainda a contratação de especialistas para identificar as possíveis novas espécies de roedores (*Oecomys* e *Neacomys*) e a determinação da área de distribuição destas espécies e do quiróptero *Nyctinomops* sp. fora da área de influência do empreendimento.

Os especialistas contratados elaboram os relatórios finais onde apresentam as conclusões resultantes dos estudos realizados.

Os trabalhos para identificação e busca destes táxons fora da área de influência do empreendimento foram conduzidos de forma a obter conclusões finais, especialmente no que diz respeito à taxonomia, mas também à distribuição das espécies que são objeto dos estudos.

Segundo o Relatório Técnico Final para a nova espécie de quiróptero, os estudos realizados com o material proveniente das diversas campanhas realizadas dentro deste projeto nos pedrais do rio Xingu, indicam que a espécie tratada como *Nyctinomops* sp. deve ser considerada uma espécie nova, carecendo de uma descrição formal para a ciência. A espécie está sendo descrita com base nos exemplares coletados durante o EIA, porém não é possível determinar o estágio atual da descrição, conduzida por um pesquisador não ligado ao presente estudo.

Os resultados permitem uma descrição diagnóstica da nova espécie, e lançam uma luz sobre sua biologia e distribuição, bem como uso dos pedrais na área de estudo (que abrange não apenas a área de influência do empreendimento, mas também regiões à jusante que não deverão ser afetadas pelo enchimento do reservatório). A partir destes mesmos resultados, acredita-se que a espécie tenha uma distribuição mais extensa na Bacia Amazônica. Os estudos realizados apontam alguns aspectos de sua biologia, indicando que *Nyctinomops* sp. nova se alimenta de insetos. Os locais de abrigo que ocupam nos pedrais do rio Xingu são principalmente fendas verticais nas rochas, que podem compartilhar com *Noctilio albiventris*.

Ressalta-se que em todos os pedrais analisados *Nyctinomops* sp. nova foi localizada, incluindo áreas a jusante e a montante do futuro barramento da UHE Belo Monte. Desta forma, a espécie pode ser considerada amplamente distribuída na região de estudo, não estando restrita à área de influência direta da UHE. Há ainda um possível registro da espécie em pedrais do rio Teles Pires no Estado do Mato Grosso (21L 0568117 e 8952124; 21L 0522774 e 8972217), segundo observações do pesquisador especialista em quirópteros que conduziu os estudos, o que aumentaria significativamente sua distribuição.

Com base nos resultados, conclui-se ainda que apesar da perda de alguns pedrais, submersos pela formação do reservatório, deve-se destacar que outros emergirão no Trecho de Vazão Reduzida, e poderão eventualmente ser colonizados pela espécie em foco e outras espécies especialistas de pedrais. Ademais, pode-se observar que a região apresenta vastas áreas de pedrais fora da área de influência direta da UHE Belo Monte. Estes pedrais estão distribuídos em grande extensão pelo rio Xingu, de forma que não há o risco de extinção desta espécie.

O Relatório Técnico sobre as espécies não identificadas de roedores coletadas durante os estudos do EIA apresenta os resultados conclusivos do “Projeto de investigação das áreas de ocorrência e da delimitação taxonômica dos roedores pertencentes aos gêneros *Neacomys* e *Oecomys* – Condicionante dos Princípios do Equador”. Análises moleculares, morfológicas e biogeográficas do material biológico coletado no baixo rio Xingu durante os inventários do EIA-RIMA (2000/2001; LEME, 2009) e do Estudo Complementar subsidiaram os resultados apresentados.

Três morfotipos pertencentes aos gêneros *Oecomys* (um morfotipo) e *Neacomys* (dois morfotipos), apontados como potenciais espécies novas no EIA-RIMA da UHE Belo Monte (campanhas de campo realizadas em 2000/2001 e 2007/2008; LEME, 2009), constituíram-se gêneros-alvo desse Projeto. Para coleta de novos exemplares, foram realizadas duas campanhas: novembro-dezembro/2013 e março-abril/2014.

Em síntese, dos morfotipos alvos desse estudo, foram reconhecidas duas espécies novas e uma ampliação de distribuição de uma espécie já conhecida do gênero *Neacomys*. Ainda, foram obtidas evidências de que o morfotipo considerado como espécie nova do gênero *Oecomys* está incluído em um complexo de espécies crípticas pertencentes ao grupo *paricola*.

Os objetivos do projeto eram de investigar os táxons pertencentes a esses gêneros na região da UHE Belo Monte, com enfoque na delimitação taxonômica dos morfotipos *Neacomys* sp.1 e sp.2 e *Oecomys* sp.1, levantados no âmbito do EIA-RIMA, e investigar a distribuição geográfica desses roedores no baixo Rio Xingu, em regiões dentro e fora da área de influência da UHE Belo Monte.

Como resultados do estudo, foram reconhecidas duas espécies novas do gênero *Neacomys* (*Neacomys* sp.2 – margem direita; *Neacomys* sp.6 – margem esquerda) e uma ampliação de distribuição de espécie já conhecida deste gênero (*N. spinosus*). Ainda, concluiu-se que o morfotipo considerado como espécie nova do gênero *Oecomys* está, na verdade, incluído em um complexo de espécies crípticas pertencente ao grupo *paricola*.

Quanto à distribuição geográfica das espécies investigadas, destaca-se que *Neacomys* sp.2 ocorre a partir da margem leste do rio Xingu até a Ilha de Marajó e ao sul até o município de Marabá no Estado do Pará; *Neacomys* sp.6 é conhecida na margem esquerda do baixo rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Estado do Pará, mas sua real distribuição deve ser mais ampla que a reportada no estudo Complementar, com base nos padrões biogeográficos; *Neacomys spinosus* é conhecido desde a região central

da Colômbia até o leste do Equador e Peru, norte da Bolívia e nos Estados do Amazonas e Pará. O estudo contribuiu para uma ampliação de aproximadamente 600 km na distribuição ao Nordeste da área conhecida, na margem oeste do baixo rio Xingu; e por fim, *Oecomys gr. paricola* ocorre ao sul do Rio Amazonas e no Brasil Central (PA, MT e MS).

Desta forma, evidencia-se que nenhum destes táxons corre risco de extinção em decorrência do empreendimento, atendendo assim aos Princípios do Equador, no que diz respeito à biodiversidade.

Em relação à limnologia e ictiofauna, de forma geral, o Programa da Conservação da Ictiofauna, Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos, Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques e o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água estão sendo executados em conformidade com o PBA e os Princípios do Equador. Ainda assim, são necessários alguns ajustes em alguns projetos do Programa da Conservação da Ictiofauna (Projeto de Investigação Taxonômica e Projeto de Monitoramento da Ictiofauna).

Até o presente momento foram identificadas 458 espécies de peixes, sendo que, destas, 26 espécies são novas para a ciência (5,67% da riqueza total) e 21 são consideradas endêmicas da Volta Grande do Xingu (VGX). Estão sendo elaboradas fichas técnicas (98 fichas até o momento) com ênfase nas espécies novas, endêmicas e ameaçadas, para mostrar a ocorrência dessas espécies dentro e fora da Área de Influência Indireta (AID) do projeto.

A consultoria independente fez várias recomendações para que a NE realizasse campanhas fora da área de influência do empreendimento, com o objetivo de ampliar a distribuição das espécies que até o momento foram registradas somente na ADA/AID (11 espécies). No mês de abril foram realizadas 2 campanhas no lago Arapujá para a coleta das espécies *Pituna xinguenes* e *Plesiolebias altamira*. Os indivíduos capturados estão nos aquários do Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais, no campus da UFPA, com a finalidade de reprodução em cativeiro, para o caso da busca ativa fora das áreas do projeto não resultar no encontro dessas espécies. No mês de maio foi realizada uma campanha da busca ativa fora da ADA/AID para procurar as 11 espécies com ocorrência restrita. Os resultados obtidos nas campanhas complementares serão apresentados no 10º RSAP.

Quanto ao Meio Socioeconômico, a avaliação do andamento dos diversos programas e projetos tem sido realizada de forma completa e abrangente por meio de documentos, e de forma mais seletiva e detalhada nas vistorias periódicas e reuniões realizadas com equipes executoras em campo. De fato, dada a ordem de grandeza e abrangência de aplicação dos Planos, programas e projetos sociais, as inspeções de campo, vistorias e reuniões para o meio socioeconômico optam por verificar por amostragem os aspectos considerados mais sensíveis ou críticos, e que merecem, portanto, uma maior atenção. Mantém-se neste relatório a inclusão de informação obtida também dos relatórios específicos de cada programa, a fim de ressaltar alguns aspectos importantes de alguns programas e projetos.

A execução dos programas da área social referentes à etapa de construção alcançou um estágio de desenvolvimento bastante satisfatório, superando os desafios em termos de conciliação da execução das ações previstas nos diversos projetos como o cronograma de obras, possibilitando o atendimento ao objetivo principal das equipes da Norte Energia, que atender as condicionantes para solicitação de Licença de Operação ao IBAMA.

Os compromissos originalmente assumidos como mitigação ou compensação do projeto junto aos municípios da AID e AII durante o licenciamento ambiental vêm sendo executados, com praticamente todas as obras de equipamentos sociais e infraestrutura de saneamento já executadas. As obras de infraestrutura habitacional em Altamira encontram-se em estágio bastante avançado, e as obras viárias e de requalificação urbana já foram iniciadas e apresentam cronogramas de conclusão para os próximos meses.

Programas que envolvem parcerias com municipalidades ou com vários órgãos estaduais ou federais têm sofrido alguns ajustes de cronograma, devidamente justificados e acompanhados pelo IBAMA. Pode-se afirmar que a execução dos programas dos planos socioeconômicos do PBA vem ocorrendo a contento. O detalhamento do andamento de cada programa encontra-se no **Quadro 6.0.b**, no **Anexo 7**, e também no **Capítulo 9.0**.

Entre os temas acompanhados durante a vistoria, houve continuidade no Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo, com o pleno avanço das obras civis dos novos bairros, paralelamente à mudança das famílias para os setores já concluídos, que apontava que as casas ocupadas já somavam 2.600 em março de 2015. Os procedimentos de negociação e mudança deram maior dinâmica às mudanças, com o aumento no número de atendimentos devido à aceleração no processo de liberação de áreas ocupadas nos igarapés. No caso das áreas lindeiras às travessias viárias, as relocações já haviam sido concluídas, com as obras civis das novas pontes em processo adiantado de construção.

Nas vistorias de maio de 2015, foi possível observar que avançam os trabalhos de negociação e desocupação das áreas, com a imediata demolição das antigas construções. Os trabalhos de recuperação dos terrenos também se iniciaram, já antecipando as obras de requalificação e implantação dos futuros parques urbanos. Verificou-se, em campo, a existência de novas construções precárias irregulares em terrenos que não estão sob a responsabilidade da Norte Energia, mas que, no entanto, são áreas localizadas dentro da cota 100m da UHE Belo Monte. Essas construções são feitas de madeira reutilizadas de outras demolições.

A NE informou que, ao final de 2014, devido ao volume de construções irregulares concentrado em sua maioria às margens da Rodovia BR 230, a empresa determinou o levantamento das benfeitorias construídas fora da data de congelamento da área (25/01/2013). O estudo identificou 405 novas ocupações, construídas de forma irregular e em locais proibidos.



A NE esclareceu que, assim que constatou a existência destas novas ocupações irregulares, tomou a iniciativa de não mais doar as madeiras de demolição dos imóveis adquiridos e iniciou gestões diretas junto a autoridades municipais de fiscalização e proprietários das áreas (União, DNIT) de maneira a evitar a ocupação definitiva das áreas, e vem acompanhando as gestões para solucionar a questão.

Como essas áreas são propriedade da União, localizadas principalmente às margens de Rodovia Federal, a NE se vê impedida de ingressar com medidas judiciais para liberação de áreas, ficando totalmente dependente de ações do poder público para cumprir seu cronograma de obras.

As equipes das Superintendências Fundiária e de Socioeconomia mantêm sua forma de trabalho integrado, de maneira a atender de forma correta e abrangente os compromissos do reassentamento e monitoramento da recomposição das condições de vida das famílias.

Segundo informações atualizadas a proposta do novo reassentamento urbano coletivo - Pedral - junto ao rio Xingu, destinado prioritariamente para atender a famílias de índios citadinos e pescadores, além dos atuais moradores da orla e do igarapé Panelas, encontra-se em etapa de realização de estudos e projetos. Até o momento, 42 famílias demonstraram interesse em ocupá-lo futuramente.

Como já havia sido mencionada em relatórios anteriores, reforçado por recomendação do IBAMA, a alternativa pela opção de Reassentamento Rural Coletivo deveria ser concretizada e a Norte Energia encontra-se implementando o RRC no Travessão 27 para 28 famílias optantes. Atendendo a uma recomendação feita anteriormente pela consultoria independente (recomendação 36 do **Quadro 8.0.a**), a NE está elaborando cartilhas para serem distribuídas, esclarecendo e divulgando essa alternativa de reassentamento. No período que compreende esta missão, ocorreu reunião na área do RRC onde o Projeto foi apresentado às famílias e, por fim, ficou definido que a escolha dos lotes pelas famílias seria pelo método de sorteio. Com a constatação desta evidência, entende-se que a recomendação pode ser considerada em atendimento.

Deve-se destacar que a assistência técnica à população rural que optou pela relocação assistida está apresentando excelentes resultados, com aumento de produtividade e maior engajamento na produção e comercialização com as cidades vizinhas.

Menciona-se que foi concluída no trimestre a negociação com os oleiros tanto proprietários como trabalhadores em Altamira. Não obstante todos os esforços envidados pela NE para que a atividade dos oleiros tivesse continuidade, com apresentação de várias propostas alternativas, até dezembro de 2014, com o final das negociações, todos os proprietários das 96 (noventa e seis) unidades produtivas cadastradas optaram pela indenização da atividade, em detrimento do processo de recomposição da atividade. Quanto aos trabalhadores, foi concluído acordo para pagamento de um valor de indenização desde que vinculada à participação cursos de capacitação para prepara-los para o desempenho de atividades alternativas.

Mantém-se a tendência de diminuição significativa de doenças transmissíveis por vetores, com maior destaque para a malária. A organização e integração entre os diferentes segmentos da saúde pública, a Norte Energia e o CCBM trouxeram benefícios importantes para a saúde da população dos municípios interferidos. Acrescenta-se a isso a quantidade de unidades de saúde que foi construída e reformada, além da implantação de equipes de saúde, equipamentos e veículos.

As atividades dos projetos integrantes do Plano de Requalificação Urbana continuam em desenvolvimento, principalmente porque, no estágio atual, com as diversas obras de saneamento básico já implantadas em suas áreas-alvo, os esforços concentram-se no processo de comissionamento dos equipamentos e sistemas e, em especial, no repasse das mesmas às administrações municipais. Dessa forma, ainda permanecem necessárias as articulações com as municipalidades, assim como aquelas com concessionárias de serviços públicos e organismos estaduais ou federais, embora o estágio de andamento de cada um dos projetos deste Plano seja diferente.

No relatório anterior havia a recomendação de que a NE esclarecesse, por meio de comunicação à comunidade, quais suas competências e as da futura empresa responsável pelas ligações domiciliares individuais e operação do sistema de saneamento básico. As ações e materiais de comunicação sendo desenvolvidos pela NE incorporaram esta diretriz, divulgando a importância do saneamento para a saúde e mostrando a existência de outros órgãos envolvidos nessa questão, atendendo a recomendação feita anteriormente pela consultoria independente (Recomendação 39 do **Quadro 8.0.a**). Portanto, considera-se essa recomendação atendida.

Quanto ao *Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs*, a realização de campanhas periódicas de coleta de dados em campo tem possibilitado o monitoramento da evolução das condições de vida e das principais alterações sociais, para orientação das intervenções socioassistenciais necessárias, acompanhando o retorno dos atendimentos prestados pelos projetos e programas que prestam assistência social para mitigação dos impactos. Atendendo a uma recomendação feita anteriormente pela consultoria independente (Recomendação 97 do **Quadro 8.0.a**), as pesquisas de opinião e os dados levantados neste projeto, que permitem apreender a percepção da população, têm sido analisados conjuntamente com os indicadores e dados registrados no *Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos* e *Programa de Interação Social e Comunicação*, de maneira a permitir uma análise crítica da eventual necessidade de definir ações complementares de atuação para mitigação de impactos ou, alternativamente, ações complementares de comunicação para difundir medidas já sendo realizadas. Trata-se de ação contínua que recomenda a integração de resultados desses projetos e programas e respectivas equipes, com o objetivo de aprofundar a identificação e análise crítica dos resultados das ações de mitigação e apoio. Constatou-se em campo que a recomendação vem sendo adotada pelas equipes, sendo considerada atendida.

Em relação ao Componente Indígena, com a consolidação e qualificação da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), a

Norte Energia ampliou sua capacidade de gestão e interação com as populações indígenas e instituições relacionadas. A continuidade e qualificação das equipes merece destaque, afinal, desde 2013 um conjunto de colaboradores indigenistas permanece em cena, alimentando, deste modo, a confiança junto aos indígenas. Igualmente importante é a intensidade das ações indigenistas, que desde o ano passado já apresentam resultados concretos significativos, dentre os quais destacamos: as colheitas das roças de subsistência (PAP); o fortalecimento das associações indígenas e as parcerias com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAP e PFI); a negociação com 701 famílias e o reassentamento de 500 famílias indígenas cidadinas acompanhadas PRR; a construção nas aldeias de 22 casas de farinhas, 386 residências e 19 sistemas de abastecimento de água (PI); a retomada das reuniões do Comitê Gestor; a realização de reuniões dos Subcomitês nas aldeias; as reuniões do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida (PG); a participação efetiva dos indígenas nas campanhas de monitoramento da qualidade da água e ictiofauna (PSA).

Os avanços nas ações do PBA-CI ao lado do atendimento às condicionantes e aos acordos gerados durante o período de finalização do Plano Emergencial (setembro de 2012) repercutem positivamente junto às populações indígenas. Efetivamente, os registros do Programa de Comunicação e os atendimentos no escritório da SAI confirmam que os interesses dos indígenas estão voltados, sobretudo, à execução das obras de infraestrutura, à distribuição das cotas de combustível e aos serviços de manutenção. As crises geradas pelo Plano Emergencial e a desconfiança em torno da equipe da SAI e do PBA-CI foram superadas, em grande medida, em razão das reuniões dos Comitês e Subcomitês. Não obstante o grande número de ações desenvolvidas e em desenvolvimento, a intensificação da participação e a confiança na equipe, há pontos críticos que permanecem gerando tensões e manifestações de desaprovação por parte dos indígenas. Especialmente relevantes são as críticas aos projetos de geração de renda desenvolvidos no escopo do PAP e a exigência de algumas lideranças indígenas em intermediar a contratação de empreiteiras para a execução das obras de infraestrutura.

Com relação aos projetos de geração de renda, a tensão reside no fato de que os indígenas percebem estes projetos como uma ação de compensação imediata e não como um processo de auto sustentabilidade de longo prazo. Percebe-se, portanto, uma baixa apropriação por parte dos indígenas do principal objetivo do Programa de Atividades Produtivas. De modo análogo, a exigência de intermediação das obras revela uma estratégia para administrar recursos do PBA-CI. Estas duas situações sugerem que as condições de negociação direta, instituídas pelo Plano Emergencial, permanecem como parâmetros para o relacionamento dos indígenas com a Norte Energia. A superação deste parâmetro, nesta e em situações correlatas, é fundamental para o pleno desenvolvimento dos programas e projetos do PBA-CI. Sendo assim, para que seja assegurada a plena e contínua conformidade aos padrões de desempenho deverão ser mobilizados os melhores esforços não apenas da Superintendência de Assuntos Indígenas, mas também das instituições relacionadas ao processo de licenciamento.

Em relação ao atendimento às condicionantes da LI 795/2011, as informações foram atualizadas no período, sendo que o ponto de vista da NE é o mesmo já apresentado no Relatório anterior, que constava no Relatório Final de Andamento do PBA para o

**JGP**

IBAMA (7º RC), e o ponto de vista do IBAMA foi atualizado com base na emissão do Parecer Técnico 02001.005036/2014-17 COHID/IBAMA, de 19/12/2014, que analisa o 6º RC do PBA. O detalhamento do status das condicionantes é retratado no **Quadro 3.0.b**, no **Anexo 3**.

Como se pode observar nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, na avaliação da NE, grande parte das condicionantes antes consideradas em atendimento foram alçadas para o status de atendidas. Do balanço feito com base no Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA, verifica-se que a NE considera 19 condicionantes como atendidas, 3 com em atendimento e uma parcialmente atendida (2.4, que tem itens atendidos e um deles ainda em atendimento).

Já na análise do IBAMA, evidenciada no PT 005036/2014-17 COHID/IBAMA, das condicionantes para as quais cabe atendimento nesta fase (condicionantes 2.20 e 2.23 são consideradas de “*status não pertinente*” pelo órgão e 2.12 foi considerada não mais aplicável à fase em que se encontra o projeto), 7 são consideradas atendidas no Parecer (1 a mais que no período anterior), 9 estão em atendimento (inclusive a condicionante 2.22, que antes era considerada *não exigível* pelo IBAMA), e 3 quatro são consideradas parcialmente atendidas, incluindo a condicionante 2.7, cujo item c) foi considerado em atendimento pelo IBAMA, ao contrário do parecer anterior, que o considerava não atendido.

No que diz respeito às condicionantes da FUNAI, da avaliação apresentada nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, resultante das informações coletadas no 4º Relatório de Andamento do PBA-CI e de avaliação do especialista da equipe de consultoria socioambiental independente, do total de 13 ações estabelecidas no Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI (condicionantes da fase de LP), 9 ações são consideradas atendidas e 4 em atendimento. Já em relação às 8 ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI (condicionantes da fase de LP), 7 ações estão atendidas e 1 em atendimento, sendo esta correlata a uma das ações do Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI ainda consideradas em atendimento, que diz respeito à exigência de *Elaboração e execução do Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial*.

## **10.2**

### **Recomendações**

Esta Seção inclui recomendações pontuais e oportunidades de melhoria indicadas pelo consultor socioambiental independente após realização da inspeção de novembro de 2014 e análise de toda a documentação fornecida (Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes, 8º RSAP e seus anexos, e documentos adicionais solicitados após a vistoria de campo).

As recomendações apresentadas a seguir são divididas por tema avaliado, e foram geradas a partir das lacunas identificadas na análise de conformidade do **Capítulo 9.0** e na avaliação do andamento dos Programas do PBA do **Capítulo 6.0** deste Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente.

**JGP**

Para todas as recomendações foi estipulado um prazo para atendimento, sendo que a avaliação do seu cumprimento será feita no âmbito do **Quadro 8.0.a do Anexo 11** (ver **Capítulo 8.0**), no próximo Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente, somadas às recomendações em aberto que já o compõem.

#### ***Obras – PCAI/PRAD***

##### **Padrão de Desempenho da NE**

- A Obra Principal não possui um documento de gestão, no caso um Padrão de Sistema, que trate do procedimento para supervisão ambiental, tratamento de desvios, desativação de frentes de obra e apuração de indicadores ambientais de desempenho das empresas contratadas pelo NE. Considerando a importância deste documento na normatização da supervisão ambiental e da quantidade de subcontratada que estariam envolvidas na sua aplicação, recomenda-se a elaboração, discussão, consolidação e aprovação de um Padrão de Sistema com abrangência para as atividades do PCAI e PRAD. Prazo: **10º RSAP**.

##### **Sítio Pimental**

- Acesso ao BF-MD3. A atual situação do acesso ao bota-fora mostra grande quantidade de solo solto, feições de erosão e taludes de corte verticais e/ou irregulares. A atual situação do acesso não propicia o direcionamento controlado do escoamento superficial, promove a formação de feições de erosão e o carreamento de solo para as regiões deprimidas fora das áreas liberadas para utilização como bota-fora. É necessário melhorar as condições do acesso, por exemplo, com a correção da inclinação da plataforma, melhoria do revestimento primário do acesso, remoção de pilhas de solo solto, correção de feições de erosão, abatimento de taludes de corte verticais, leiras ou valetas para coleta e orientação do escoamento superficial e caixa de amortecimento hidráulico e retenção de sedimentos. Prazo: **10º RSAP**.

#### ***SST e Condições de Trabalho***

##### **NE**

- Recomenda-se que a NE, mais especificamente a Equipe de SSTMA, a Equipe de MA e a Gestora do PBA, interajam para potencializar as ações previstas no Sistema de Gestão que resultam no monitoramento do nível de atendimento das diretrizes estabelecidas (licenciamento e legislação aplicável) de forma adequada. Esta avaliação deve ser abrangente e suficiente e ocorrer em intervalos coerentes com a robustez do projeto para que, por meio de sólida análise crítica, permita concluir sobre o real andamento dos programas e também que as não-conformidades sejam determinadas para tratamento e melhoria contínua de todo o processo de gestão. Prazo: **Evidências no 10º RSAP**;
- Apresentar indicadores do nível de atendimento dos Registros de Desvios por contrato, com o objetivo de avaliar a efetividade da emissão de Correspondências

**JGP**

Internas e Externas por parte da NE, utilizadas para cobrar mais empenho de suas contratadas no fechamento dos RDs em aberto. Assim, deverão existir indicadores de atendimento às disciplinas de SSTMA, percentual de atendimento dos RDs e percentual de atendimento de CEs/CIs. Prazo: **10º RSAP**.

#### **NE – OP**

- Apresentar o resultado da análise crítica realizada pelo CCBM, CMBM e Andritz, comparando o resultado de seu monitoramento interno com aquele da Supervisão realizada pela NE. Apresentar também, a partir do **10º RSAP**, a análise realizada pela NE sobre esses documentos recebidos;
- Andritz: retomar a apresentação de informações que subsidiem a avaliação de atendimento das diretrizes previstas nos projetos de SST do PBA (3.4.1 e 3.4.2), tal como ocorreu no 8º RSAP. Prazo: **10º RSAP**.

#### **NE – OEs**

- Apresentar, a partir dos próximos RGT-SSTMA-OE, as evidências de atendimento do PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PL NES GABM SGA 003/2013). Recomenda-se que sejam desmembradas todas as obrigações das contratadas e da NE e, por meio de indicadores consolidados mensais (ou LV específica), a Equipe de SSTMA deve apresentar o resultado de desempenho de cada contratada em relação às diretrizes, bem como daquelas que a compete. Com isso, pode-se obter um efetivo acompanhamento mensal e, conseqüentemente, trimestral, dos diversos níveis de atendimento das diretrizes do PGRS por contrato e também das obrigações da NE. Prazo: **10º RSAP**;
- Apresentar metodologia de acompanhamento de desmobilização ou desativação de canteiros de obra, áreas de apoio e frentes de serviço das OEs, com o objetivo de garantir que não exista qualquer passivo ambiental proveniente das atividades das executoras. Incluir também a análise crítica de eficácia desse processo nos próximos RSAPs, com o intuito de identificar oportunidades de melhoria no decorrer do processo de supervisão de SSTMA. Prazo: **10º RSAP**.

#### **Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis**

##### ***PD 01***

- Voltar a reportar, **nos RSAP**, as contingências ambientais ocorridas no período. Prazo: **nos próximos RSAP**.

##### ***PD 03***

- Reportar nos RSAP a situação de gestão de resíduos para as montadoras. Prazo: **evidências nos próximos RSAP**.

### *Vegetação*

Não há.

### *Fauna Terrestre*

- Em relação ao 12.3. Programa de Conservação da Fauna Terrestre:
  - No que diz respeito ao 12.3.3. Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento, recomenda-se a retomada das atividades de monitoramento dos atropelamentos de fauna nos Travessões e na BR-230, conforme solicitado no Parecer Técnico 02001.05036/2014-17 COHID-IBAMA, referente à análise do 6º Relatório Consolidado de Atendimento ao PBA e Condicionantes. Para o monitoramento, deve-se tomar como base a metodologia de amostragem de atropelamento de fauna estabelecida na IN 13, de 19 de julho de 2013, inclusive no que diz respeito à apresentação de dados (conforme a tabela anexa a esta IN). Também deverá ser dado prosseguimento ao monitoramento das passagens de fauna com regularidade. Recomenda-se a elaboração e envio de plano de trabalho referente às atividades a serem executadas, contendo a periodicidade, metodologia a ser empregada, esforço amostral. O plano deverá conter um a avaliação das implicações do asfaltamento dos Travessões, não previsto quando da elaboração do PBA, além de indicadores e metas. Adicionalmente, deverá conter propostas para medidas mitigatórias adicionais, caso se constate, no decorrer das atividades de monitoramento e após análise dos dados obtidos, que estas serão necessárias. Prazo: **30 dias**.
  
- Em relação ao 13.5. Programa de Conservação e Manejo de Quelônios:
  - Recomenda-se atenção aos objetivos ressaltados pelo IBAMA no Parecer Técnico 05036/2014-17, no que diz respeito à análise da Nota Técnica N° 013 de 2014. São eles:
    - disponibilização da nova base permanente de fiscalização, com o envio do projeto executivo ao IBAMA o quanto antes;
    - manutenção do apoio logístico e financeiro à prefeitura de Senador José Porfírio, conforme o Termo de Cooperação;
    - caso sejam constatados impactos decorrentes da deposição de sedimentos nas praias do Juncal e Embaubal, como consequência da implantação de Belo Monte, devem ser implementados projetos de monitoramento e contenção de sedimentos;
    - manter a ação “controlar fluxo de embarcações para tráfego nas áreas delimitadas e identificadas: distribuir folheto informativo; promover reuniões com pilotos de embarcações e cooperativas”, excluindo-se as atividades de responsabilidade da Capitania dos Portos.

Prazo: **incluir, no 10º RSAP, informações sobre as atividades desenvolvidas dentro do Programa, de acordo com as recomendações do IBAMA.**

**JGP**

#### *Ictiofauna*

Não há.

#### *Socioeconomia*

Não há.

#### *Componente Indígena*

Não há.

#### *PD 08*

- Recomenda-se que os próximos RSAP, até a emissão da LO, reportem o andamento das seguintes atividades em atraso nos Programas e Projetos relacionados ao Patrimônio Cultural:
  - Andamento dos projetos das Casas de Memória de Altamira e Vitória do Xingu.
  - Viabilização do site para disponibilização do acervo permanente das duas casas de memória.

Prazo: **nos próximos RSAP.**

### **11.0**

#### **Aspectos Críticos a serem Verificados na Próxima Missão de Monitoramento**

##### *Obras*

- Manejo de não conformidades da Norte Energia.
- Avaliação dos esforços despendidos no período para completo atendimento das NCs e ROs registradas pela BIOCEV e pela Equipe das OEs.
- Aprovação do Padrão de Desempenho para Supervisão Ambiental da Obra Principal.
- Integração das montadoras dos Sítios Belo Monte e Pimental aos procedimentos de controle, monitoramento e supervisão ambiental da BIOCEV e NE.
- Evolução da construção dos alojamentos, escritórios administrativos e canteiro de obras, bem como de todos os equipamentos de proteção ambiental nas áreas do CMBM e Andritz. Especial atenção será dada aos equipamentos sanitários, depósitos de produtos químicos, estação de tratamento de água, estação de tratamento de esgoto, sistemas de separação água e óleo, postos de abastecimento, central de gerenciamento de resíduos e outros equipamentos e/ou instalações de interesse ao controle ambiental.
- Atividades de recuperação ambiental (PRAD) previstas no Plano de Ação para o ano agrícola de 2014/2015, incluindo áreas que já tiveram a sua exploração e/ou utilização encerradas. Será dada especial atenção aos bota-foras e áreas de



empréstimos dos “Sítios Belo Monte” e “Canal e Diques” localizados fora dos futuros reservatórios.

- Utilização e recuperação de áreas de empréstimo localizadas fora do futuro reservatório intermediário na região do Sítio Belo.
- Utilização de áreas de apoio e instalações industriais e implantação de caminhos de serviço da Margem Direita do Sítio Pimental.

#### ***Meio Físico***

- Atividades do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios na região do Gráben do Macacão.
- Evolução do levantamento topobatimétrico dos 5 pontos críticos a navegabilidade dos ribeirinhos no TVR e Rio Bacajá.
- Evolução das atividades do Programa de Acompanhamento de Direitos Minerários.

#### ***Vegetação***

- Andamento da supressão da vegetação nas áreas dos futuros reservatórios;
- Andamento da destinação externa e interna das toras e fitomassa lenhosa geradas pelo empreendimento.

#### ***Fauna Terrestre, Aquática e Semi-aquática***

- Verificação do andamento das atividades de monitoramento dos atropelamentos de fauna nos Travessões e na BR-230.

#### ***Ictiofauna***

- Verificar o andamento da identificação das espécies novas para a ciência até o menor nível taxonômico; e,
- Verificar o cumprimento do Plano de Trabalho com Estratégias para o Atendimento do PD 06 dos Princípios do Equador.

#### ***Socioeconomia***

- Reassentamentos Urbanos Coletivos;
- Procedimentos para implementação do RUC Pedral;
- Situação das famílias em processo de indenização e/ou reassentamento na área rural dos novos casos de aquisição e negociação da SAF;
- Implementação das alternativas do Reassentamento Rural Coletivo; e,
- Estratégias de comunicação social para entrega das obras de saneamento em Altamira.
- Verificação dos trabalhos de negociação e desocupação das áreas e demolição das antigas construções.
- Verificação do andamento das negociações para fiscalização e desocupação das novas construções irregulares em terrenos que não estão sob responsabilidade da

Norte Energia, mas que, no entanto, são áreas localizadas dentro da cota 100m da UHE Belo Monte.

#### ***Gestão de SST***

- OEs: aplicabilidade do PAE (PL NES GABM SGA 003/2014) simulados de emergência;
- NE: gestão de RNCs no âmbito da Gestão de SSTMA, além daquelas registradas no contexto da Supervisão de SST/MA;
- Montadoras: Adequação das APRs às atividades de campo;
- OP/OEs: Acompanhamento das pendências anteriores;
- OP/OEs: Avaliação das ações proativas adotadas pela NE frente ao resultado da Coordenação e Supervisão das OP e Supervisão das OEs e empresas executoras dos programas do PBA;
- OP/OEs: Verificar a tabulação dos dados coletados na aplicação de LVs e divisão por tema para posterior análise crítica e tomada de ações;
- OP/OEs: acompanhar e verificar evidências da realização das reuniões de início de contrato, conforme apresentado pela Equipe de SST/MA da NE;
- OP/OEs: Avaliar os resultados da análise crítica dos dados de supervisão e as ações corretivas definidas a partir dessa análise;
- OP/CCBM: Visita ao Sítio Belo Monte para acompanhamento das atividades de SST;
- OP/Andritz: Visita ao Sítio Canais e Diques para acompanhamento das atividades de SST;
- OEs: Visita às Obras do Entorno, acompanhamento das atividades de SST e dados da supervisão.
- OEs: Avaliação do RGM-OE; e,
- OEs: Auditoria Interna e do Ministério do Trabalho.

#### ***Assuntos Indígenas***

- Registro e análise do andamento dos programas do PBA-CI;
- Avaliação da percepção indígena quanto à equipe e desenvolvimento das ações do PBA-CI, em especial do PAP e do Programa de Infraestrutura (entrevistas com lideranças indígenas);
- Levantamento de informações sobre a implantação do setor de documentação na SAI;
- Avaliação do Sistema de Transposição de Embarcações e da BO da VGX.



## 12.0

### Equipe Técnica Responsável por este Relatório (JGP)

#### Diretores Responsáveis

Juan Piazza  
Ana Maria Iversson

Profissional	Formação	Registro Profissional
<b>Coordenação Geral</b>		
Ana Maria Iversson	Socióloga	DRT 280/84
<b>Coordenação</b>		
Renata Cristina Moretti	Engenheira Civil	CREA 5060276362
<b>Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança</b>		
Débora Crivelari Tonello de Angelo	Engenheira Sanitarista	CREA 5061500604
Gustavo Faustini	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 5061939022
<b>Meio Físico</b>		
Luis Eduardo Gaglioti	Geólogo	CREA 5060439523
<b>Meio Biótico - Vegetação</b>		
Denise Sasaki	Bióloga	CRBio 35829/01-D
<b>Meio Biótico – Fauna Terrestre</b>		
Erika Hingst Zaher	Bióloga	CRBio 68288/01-D
<b>Meio Biótico – Fauna Aquática e Qualidade da Água</b>		
Patrícia Monte Stefani	Bióloga	CRBio 79758/01-D
Fernanda Teixeira e Marciano	Bióloga	CRBio 26227/01-D
<b>Meio Socioeconômico</b>		
Ana Maria Iversson	Socióloga	DRT 280/84
Márcia Eliana Chaves	Socióloga	DRT 979/87
Flaviane Flor de Faria Freitas	Engenheira Agrícola	CREA 5062872490
<b>Componente Indígena</b>		
Ricardo Cid Fernandes	Antropólogo	
<b>Meio Ambiente e SST nas Obras (PAC)</b>		
Luis Eduardo Gaglioti	Geólogo	CREA 5060439523
Gustavo Gomes Faustini	Eng. Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 5061939022
Renata Cristina Moretti	Engenheira Civil	CREA 5060276362
<b>Apoio Técnico</b>		
Renata Evangelista da Silva	Apoio Técnico	

**JGP**

---

**ANEXOS**

---

**JGP**

---

**Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados**

---

**JGP**

---

**Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas**

---

**JGP**

---

**Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI**

---

**JGP**

---

**Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST na OP**

---



**JGP**

---

**Anexo 5 – Registro Fotográfico das Inspeções de SSTMA nas OEs**

---

**JGP**

---

**Anexo 6 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes**

---

**JGP**

---

**Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos  
do PBA**

---

**JGP**

---

**Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades  
Relacionadas aos Programas do PBA**

---

**JGP**

---

**Programas de Flora**

---

**JGP**

---

**Programas de Ictiofauna**

---

**JGP**

---

**Anexo 9 – Quadro 7.0.b – Ações do Plano de Ação Atendidas até a 8ª Missão**

---

**JGP**

---

**Anexo 10 - Quadro 8.0.a - Controle do Atendimento às  
Recomendações da Consultoria Socioambiental  
Independente**

---